

HISTÓRIA DA INFÂNCIA

a constituição do sujeito infantil moderno na
cultura impressa portuguesa do século XVIII

Fernando Ripe



FERNANDO RIPE

**História da
Infância:
a constituição do sujeito
infantil moderno na cultura
impressa portuguesa do
século XVIII**

Fundação Universidade de Caxias Do Sul

Presidente:

José Quadros dos Santos

Universidade de Caxias Do Sul

Reitor:

Gelson Leonardo Rech

Vice-Reitor:

Asdrubal Falavigna

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Everaldo Cescon

Pró-Reitora Acadêmica:

Flávia Fernanda Costa

Chefe de Gabinete:

Marcelo Faoro de Abreu

Coordenadora da Educus:

Simone Côrte Real Barbieri

Conselho Editorial Da Educus

Adir Ubaldino Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS) – presidente

Cleide Calgaro (UCS)

Gelson Leonardo Rech (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Juliano Rodrigues Gimenez (UCS)

Nilda Stecanela (UCS)

Simone Côrte Real Barbieri (UCS)

Terciane Ângela Luchese (UCS)

Vania Elisabete Schneider (UCS)

Comitê Editorial

Alberto Barausse

Università degli Studi del Molise/Itália

Alejandro González-Varas Ibáñez

Universidad de Zaragoza/Espanha

Alexandra Aragão

Universidade de Coimbra/Portugal

Joaquim Pintassilgo

Universidade de Lisboa/Portugal

Jorge Isaac Torres Manrique

*Escuela Interdisciplinar de Derechos
Fundamentales Praeeminentia Iustitia/Peru*

Juan Emmerich

Universidad Nacional de La Plata/Argentina

Ludmilson Abritta Mendes

Universidade Federal de Sergipe/Brasil

Margarita Sgró

Universidad Nacional del Centro/Argentina

Nathália Cristine Vieceli

Chalmers University of Technology/Suécia

Tristan McCowan

University of London/Inglaterra

© dos organizadores

Revisão: Izabete Polidoro Lima

Editoração: Ana Carolina Marques Ramos

Capa: Alexandro Remonato

Imagem da capa: “*The School Lesson*”, por Jozef Geirnaert (1895)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

R588h / Ripe, Fernando

História da infância [recurso eletrônico] : a constituição do sujeito infantil moderno na cultura impressa portuguesa do século XVIII / Fernando Ripe. – Caxias do Sul, RS : EducS, 2022.

Dados eletrônicos (1 arquivo)

ISBN 978-65-5807-156-3

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Infância - Portugal - História - Século XVIII. 2. Linguagem e educação - Portugal - História. 3. Portugal - História - Século XVIII. I. Título.

CDU 2. ed.: 930.2:003-053.2(469)“17”

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|--------------------------|
| 1. Infância - Portugal - História - Século XVIII | 930.2:003-053.2(469)“17” |
| 2. Linguagem e educação - Portugal - História | 37(469)(091) |
| 3. Portugal - História - Século XVIII | 94(469)“17” |

CCatalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

Direitos reservados a:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

FERNANDO RIPE

História da Infância: a constituição do sujeito infantil moderno na cultura impressa portuguesa do século XVIII







Sumário

PREFÁCIO: O olhar para a infância a partir do mundo letrado / 11

AO LEYTOR: Pelos ventos que sopram do passado / 15

Introdução / 25

CAPÍTULO 1: Do governmento da Infância / 53

1.1 A criança e o encontro dos tempos / 59

1.2 A criança no espaço luso / 64

1.3 Do dispositivo da cultura impressa na constituição do sujeito infantil moderno / 69

1.4 Da recorrência de publicações educativas em Portugal no século XVIII / 76

1.4.1 Dos cuidados que se deve ter com o corpo infantil / 76

1.4.2 Da nutrição / 78

1.4.3 Dos bons costumes / 80

1.4.4 Da moral / 81

1.4.5 Das virtudes cristãs / 83

1.4.6 Da boa educação / 84

1.5 O problema das superfícies de inscrição: o corpo, a consciência e a alma infantil / 88

CAPÍTULO 4: Cuidar o corpo / 93

2.1 A criança em um discurso médico / 98

2.2 Dos preceitos médicos concernentes à criação das crianças / 104

2.2.1. Do ordenamento do espaço / 105

2.2.2 Da regularidade na limpeza / 105

2.2.3 Do regime alimentar / 106

2.2.4 O exercício do corpo / 108

2.2.5 O equilíbrio dos fluxos / 108

2.2.6 A moderação dos sentimentos / 110

2.3 A produção de corpos robustos e saudáveis / 113

2.3.1 “Dos jogos, & brincos dos mininos” / 113

2.3.2 “Ainda que a gula seja paixão da infância”: instruções sobre regimes alimentares para os infantis / 132

2.4 O lugar dos desviantes da norma: enunciações sobre os comportamentos aversivos e corpos infantis estranhos / 142

2.4.1 Concepções de normalidade e anormalidade / 144

2.4.2 Enunciabilidades da criança anormal monstruosa / 148

2.4.3 Enunciabilidades da criança anormal indisciplinada / 153

2.4.4 Enunciabilidades da criança anormal masturbadora / 156

CAPÍTULO 3: Educar a mente / 161

3.1 Da eleição dos bons mestres: agentes recomendados para o exercício da “boa educação” / 162

3.2 A educação das meninas e o programa pedagógico de Alexandre de Gusmão / 166

3.2.1 A “guarda e o recolhimento”: enunciações sobre como criar as meninas / 170

3.2.2 Obras que se ocuparam em divulgar a educação de raparigas / 178

3.3 Educar ou instruir: ler, escrever e contar, mas edificado de modo comportado / 181

- 3.3.1 Da “boa pronúncia, e leitura da língua portuguesa”: ler era uma prática essencial / 183
- 3.3.2 Moralidade cristã: aprender a ler para rezar / 192
- 3.3.3 “Da Calligraphia e Orthographia, ou arte de escrever bem”: a aprendizagem da escrita / 201
- 3.3.4 Da Arithmetica, “ou arte facillissima de contar”: talvez para os mais habilidosos / 207
 - 3.3.4.1 Notas sobre Figueiredo e os processos educativos propostos pelo autor / 214
 - 3.3.4.2 “Para aprender a contar”: a análise das instruções aritméticas / 218
- 3.3.5 O ensino de civilidade: comportamentos públicos e privados / 227
 - 3.3.5.1 Manuais de civilidade e o impresso O Perfeito Pedagogo / 230
 - 3.3.5.2 Cuidados de ordem privada / 240
 - 3.3.5.3 Preceitos para os espaços públicos / 245
 - 3.3.5.4 Virtudes cardeais: compondo o coração dos meninos / 250

CAPÍTULO 4: Salvar a alma / 257

- 4.1 “Para que os inimigos infernaes temam combater os Soldadinhos de Christo”: assistência espiritual aos infantis / 258
- 4.2 Os cuidados que se deveria ter com o menino defunto / 273
 - 4.2.1. Preservação da vida da criança / 277
 - 4.2.2 Assistência espiritual e sufrágios necessários aos meninos defuntos / 286

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Identificando um quadro de transformações / 297

- O exercício do poder pastoral / 304
- A emergência de um poder disciplinador / 313
- Concluindo / 318

OBRAS CONSULTADAS / 323

I. Fontes Impressas / 323

II – Dicionários e Catálogos / 327

III – Bibliografia Geral / 327





PREFÁCIO

O olhar para a infância a partir do mundo letrado

Carlota Boto (FEUSP)

História da Infância: a constituição do sujeito infantil moderno na cultura impressa portuguesa do século XVIII é o título deste belo livro de Fernando Ripe, oriundo de sua tese de doutoramento que, sob orientação da professora Giana Lange do Amaral, foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Esta tese, do meu ponto de vista, demarca uma inflexão nos estudos sobre a infância em Portugal e no Brasil, dado que Fernando Ripe dá a ver um imaginário que é composto por representações e práticas discursivas presentes na cultura impressa portuguesa acerca da constituição do sujeito infantil e de sua educabilidade. Ao trabalhar esse objeto, o autor, entretanto, foi capaz de ampliá-lo, perscrutando, a partir dos campos médico e pedagógico, como se deu a modelação de hábitos, costumes e valores, que, no limite, estruturavam a própria sociedade e governavam sua população. Nesse sentido, o referencial teórico foucaultiano aqui adotado permitiu comprovar que o discurso pedagógico está para além das próprias práticas perpetradas com as crianças. Trata-se de um modo de gerir as populações.

Pelo sumário, o leitor já pode conferir a qualidade deste livro. Ao folheá-lo, pode-se realmente saber o que o espera na leitura. Em termos da circunscrição do objeto de estudo, Fernando delimita muito bem seu tema e explicita com clareza suas hipóteses e seus postulados de investigação. Em termos metodológicos, o autor constrói com muita segurança e firmeza os procedimentos da operação historiográfica que irá empreender, escolhe fontes documentais vastas e preciosas, coteja a documentação com uma bibliografia sólida e pertinente bem como

explícita com profundidade os referenciais teóricos que balizam a pesquisa. Fernando buscou em seu trabalho apreender os modos de ser do sujeito infantil moderno no espaço luso-brasileiro. O trabalho demarca muito bem sua periodização. Explícita, portanto, de maneira bastante elucidativa a época sobre a qual se debruça. Fernando Ripe explicita que houve, no século XVIII, um conjunto de práticas validadas por um sistema de saberes: conhecimentos verificáveis na organização de um sistema de instituições de segurança e de controle. O objetivo disso era a constituição de uma sociedade educativa.

A cultura impressa – e este livro assim o comprova – teve um firme papel de homogeneização social. A infância, construída discursivamente pela marca da tipografia, interagia com adultos que também precisavam aprender a se comportar. Nesse sentido, havia um dispositivo estratégico no ensino dessa infância. Obras traduzidas e escritas por religiosos, médicos e pedagogos portugueses entre o final do século XVII e o século XVIII são a principal fonte documental desta investigação. A infância enquanto tema é problematizada por meio de práticas discursivas postas na cultura impressa, a qual, por sua vez, veicula um conjunto vasto de normas coletivas para criar e educar crianças. Diz Fernando Ripe que são modos de andar, gesticular, falar, brincar, cultivar amizades, comportar-se à mesa, dormir e rezar... que estabelecem um controle de condutas sociais, efetivando um regime de educabilidade, de sociedade com regras e interdições que modelava hábitos, engendrava costumes e geria valores.

Tendo pesquisado basicamente nos acervos da Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Fernando Ripe perscruta toda uma literatura de comportamento social composta por compêndios que entrelaçavam muitas vezes questões de civilidade com aspectos de doutrina cristã. Saberes médicos, religiosos, morais e pedagógicos são aqui inventariados pelo autor, que consegue escrutinar preocupações com o corpo, a consciência e a formação da espiritualidade da criança. Fernando recorda os trabalhos da história da infância que pontuam a ideia de que esse campo abarcaria as representações dos adultos sobre as crianças, mas também as práticas infantis; ou seja, os modos pelos quais as crianças vivem a sua infância.

A história da infância se constrói, assim, nos intervalos da relação das crianças entre si e com os adultos. O livro caracteriza muito bem a história da infância, estabelecendo um diálogo entre os principais

autores do debate internacional sobre o tema sem se esquecer de fazer circular também as interpretações de autores portugueses e brasileiros acerca do objeto em tela. Acerca do debate internacional, parece-me que este trabalho confere o justo tributo à tese de Philippe Ariès sobre a questão da inocência e da preservação da infância. Há aqui um excelente estado da arte, posto que Fernando Ripe levanta muito bem a literatura estrangeira e nacional acerca do assunto, dialogando com tratados mais antigos, como os de Erasmo e João de Barros, com clássicos da literatura internacional, como a obra de Locke, mas privilegiando sempre a produção portuguesa sobre a temática escrita entre o final do século XVII e final do século XVIII. Tais tratados versavam fundamentalmente sobre os modos de cuidar da infância, gestando técnicas de saber e de poder bem como classificando as idades da vida e os saberes médicos. Ripe deixa muito claro – e isso talvez seja a grande originalidade deste seu livro – o vínculo entre o processo civilizatório e a relação das pessoas com a cultura escrita. O mundo letrado estava implicado e, ao mesmo tempo, impulsionava o percurso civilizador. A produção, a editoração e a circulação dos impressos constituíam mecanismos reguladores no próprio interior da escola como instituição, mas não se tratava só da escola: as próprias famílias eram impactadas por esses tratados. De todo modo, havia discursos institucionais que claramente guiavam a infância, estabelecendo práticas e protocolos de leitura.

O que este livro comprova é exatamente a hipótese que o norteou: as obras médicas publicadas em Portugal no período em tela escrutinavam o corpo infantil, regulando-o por meio do saber científico, impondo-se na escola para fomentar práticas de professores voltadas à produção da disciplina e da vigilância, além do decoro das atitudes. A escola, então, como instituição moderna, contribui, ao mesmo tempo, para instituir essa mesma modernidade. E o livro, voltado tanto ao professor quanto ao aluno, ensinava a escola a ensinar os valores, as atitudes e os saberes considerados adequados e necessários para a vida social.

O livro é enriquecido por inúmeros quadros que contém obras publicadas sobre as questões da criança e são efetivamente acompanhados pela análise de cada um dos livros estudados. Também as gravuras são muito bem comentadas, com o discurso do texto sendo iluminado pela mensagem da imagem. Fernando demonstra como a leitura e a escrita impactam a sociedade da época e como esse universo da cultura

letrada produz efetivamente um mundo novo. Todo esse movimento dirigia-se para uma maior inserção do Estado na vida das populações. Trata-se de um universo educativo que perpassa toda a formação da criança: desde o que ela come, os exercícios que ela faz e os modos de cuidar da sua saúde até os aspectos que dizem propriamente respeito à cultura letrada, mostrando claramente que o aprendizado da leitura precedia o aprendizado da escrita e que esta, por sua vez, vinha antes do aprendizado das contas. Fernando Ripe distingue muito bem o aprendizado do catecismo do aprendizado da civilidade. Esse tema da civilidade é muito importante para chegar àquilo que, justamente a partir do século XVIII, será nomeado, em diferentes línguas, como civilização. Esta tese confirma a hipótese de que a Modernidade, em um só tempo, constrange os corpos e libera as mentes, estabelecendo um pêndulo que oscila entre controle e emancipação.

Enfim, trata-se de um trabalho da mais elevada qualidade: resultado de uma tese de doutoramento em seu sentido clássico – com claro problema de pesquisa, bastante nítidas hipóteses de trabalho, densidade teórica e escopo metodológico. A obra, além do mais, é bastante original, tanto pelo objeto de estudo quanto pela abordagem que dá ao assunto. O trabalho é muitíssimo bem escrito e evidencia um percurso extremamente fértil de pesquisa, revelando também a sólida orientação da professora Giana. Por todas as razões acima enunciadas, convido o leitor a uma agradável leitura proporcionada pela fruição a ser extraída deste livro, que tem o fino cuidado de uma bela escrita.





AO LEYTOR

Pelos ventos que sopram do passado

Comum era, no século XVIII, nas páginas iniciais de obras impressas a presença de prólogos que davam conta de estabelecer um primeiro contato entre o leitor e o autor. Ao organizar um horizonte de expectativas para o receptor, o emissor regulava uma espécie de guia com instruções que definiam quais as atitudes interpretativas que o destinatário deveria assumir, como, por exemplo, advertências e diálogos que determinariam, em alguma medida, os modos ideais de leitura. Nesse sentido, apresento, neste texto introdutório, um exercício de escrita que pretende aproximar os leitores das expectativas aqui lançadas.¹ Início, então, com um pequeno memorial descritivo, cujo objetivo é pormenorizar os acontecimentos que me conduziram a escrever este livro resultante da minha tese de doutoramento defendida no final do ano de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Orientado pela professora Dra. Giana Lange do Amaral e coorientado, no período de sanduíche na Universidade de Lisboa, pelo catedrático Dr. Justino Magalhães, gostaria de deixar aqui registrado a eles o meu muito obrigado pela confiança, por terem me aceito para compartilhar ideias, textos e pesquisas, mas principalmente por terem me conduzido no processo em que me constituí um historiador da Educação. Minha gratidão, meu carinho, minha amizade.

Eis que ativo o seguinte excerto para começar a tecer sobre minhas memórias e a minha enorme disposição para me tornar historiador da Educação e da Infância.

¹ Sobre esta relação entre autor e leitor na produção de paratextos sugere-se: RUFFINATTO, A. El lugar del destinatario y del narratario en la picaresca. ¿Texto o paratexto? In: ARREDONDO, M. S.; CIVIL, P.; MONER, M. (Eds.). *Paratextos en la literatura española* (siglos XV-XVIII), 111. Madrid, 2009.

Vontade, tu que passas em mim como um turbilhão pungente, eu te venero como a grande dominadora de minha alma. Antes de sentir a tua imperiosa direção, mil desejos anárquicos me solicitavam; eu sofri-lhes o jugo, a desordem reinava nos meus atos e nos meus pensamentos... Pouco a pouco voltei-me para ti, Vontade, chamei-te, pois adivinhei a tua presença em mim, como se pressente a tempestade por sensações indefiníveis e misteriosas... Então, do fundo de mim mesmo sentí um sôpro nascer e crescer; vinha do passado mais remoto: o da minha raça. Antes de mim, animara os meus antepassados. Porque êstes haviam querido, eu, por minha vez, podia querer e talvez ainda mais intensamente do que êles. A êsse vento que passava em mim como o bafo dos séculos, uma harmonia nasceu; meus desejos trabalhados, torcidos domados tiveram que se ordenar, que se hierarquizar; alguns morreram... não tinham o direito de viver. Outros que se estiolavam, reanimaram-se. Estava imposta a ordem.²

No rigoroso inverno europeu de 2012, misturado entre tantos livros empoeirados dentro de uma cesta em um antigo alfarrábio da cidade do Porto (Portugal), encontrei um exemplar do livro *Educação do Caráter* (1936), do qual retirei a citação aqui apresentada. De imediato o que me chamou a atenção foi o título, que me pôs a pensar sobre como se poderia instruir o temperamento de um sujeito. Ao adquirir a obra, por um valor bem modesto à época, percebi por meio de sua leitura que o livro, registrado pelo pseudônimo Jean Des Vignes Rouges, se propunha a apresentar uma “fórmula geral” para os leitores que “desejem cultivar em si o desejo de aumentar indefinidamente a sua força de vontade”.³ Essa frase me fez constatar que se tratava da formulação de um discurso que pretendia formar subjetividades morais nos seus eventuais leitores.

Havia pouco tempo que eu terminara o Mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação do Prof. Dr. Samuel Edmundo Lopez Bello, quando defendi a dissertação intitulada *Modos de dizer & ver Educação (e) Matemática*

² ROUGES, Jean Des Vignes. *Educação do Caráter*. Trad. Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1936, p. 43-44.

³ ROUGES, *Op. Cit.*, p. 42.

[...].⁴ Nessa pesquisa eu estava interessado em perceber como professores de Matemática se constituíam como sujeitos docentes ao participarem de um curso de Especialização no qual partilhavam discursos salvacionistas para o ensino de Matemática e respeitavam “religiosamente” os jogos avaliativos postos pelo curso.

Mobilizado pela ideia de Michel Foucault a respeito da *constituição do sujeito moderno*, fui tomado pela vontade de refletir sobre as proposições do discurso do autor de *Educação do caráter*. Livro este que, na verdade, tratava-se de uma tradução para o português, realizada pelo poeta pernambucano Manuel Bandeira (1886-1968), da obra francesa *La Gymnastique de la volonté Méthode Pratique d'Education du Caractère*, escrita por Jean Taboureau (1879-1970), que estabelecia um método pedagógico associando à ginástica mental e física para reformar o caráter dos seus potenciais leitores.

Esse achado foi o mote para meu deslocamento de interesse acadêmico. Foi também meu encontro com o horizonte das fontes que fui encontrando nos catálogos da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), na Cidade Universitária de Lisboa, e da Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro. Sem dúvida, foi o impulsionador para me tornar um historiador da Educação. Assim, meu primeiro desejo de pesquisa era perceber a constituição moral do sujeito infantil, mas logo depois essa problematização ampliou-se devido ao universo de fontes encontradas. Na Biblioteca Nacional de Portugal me deparei com interessantes documentos que aguçaram ainda mais minha disposição pelas investigações acerca da História da Educação. Tratava-se de livros do século XVIII que a historiografia portuguesa comumente enquadra na categoria *Literatura de Comportamento Social*. Lentamente fui formando meu próprio acervo bibliográfico relativo a esse campo, conduzido pelas leituras e pelo meu desejo de “descobrir” manuais setecentistas portugueses.

Quando me deparei com outra fonte, o tratado sobre a educação de crianças intitulado *Arte de crear bem os Filhos na idade da Puerícia*, percebi a importância que tal impresso destinava à formulação de ideias sobre os cuidados que se deveriam dispender para com os infantis. Não obstante, referia-se a discursividades organizadas por mecanismos regrados que visavam a um tipo muito específico de cons-

⁴ RIPE, Fernando. *Modos de dizer e ver Educação (e) Matemática: a incitação à reflexão como dispositivo em um curso de formação continuada*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

tuição de sujeitos. A obra, de autoria do padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724), foi escrita na América portuguesa e publicada em Lisboa no ano de 1685. Nesse tratado o inaciano Gusmão oferecia um elenco de normativas que definiam como se deveria formar um “perfeito” menino cristão. Explorei diversas categorias que me parecem ter influenciado o pensamento sobre os específicos modos de dizer e ver os processos de formação das crianças, notadamente com práticas de vigilância e punição – que dão conta de uma possível exortação de Gusmão ao poder pastoral –⁵ e uma clara incitação à castidade como sendo uma espécie de ordenamento moral da sexualidade para garantir a pureza infantil.⁶

Durante o estágio sanduíche realizado na Universidade de Lisboa no início do ano de 2017 sob a supervisão do professor Justino Magalhães, identifiquei um outro tratado pedagógico, também na Biblioteca Nacional de Portugal, no formato microfilmado, no qual vislumbrei uma grande transformação no modelo direcionado para cuidar e educar as crianças. Trata-se da obra *O perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade [...]* (1782), escrita pelo professor régio português João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcellos, na qual o autor conjuga uma série de enunciados que indicam a existência do poder disciplinador como forma de governar as condutas dos infantis, assim o infantil não era mais observado como uma ovelha por seu pastor, mas incitado a vigiar as suas próprias ações bem como realizar constantes autorreflexões a fim de se autoconduzir.

Nessa trajetória investigativa, meus principais interesses conceituais e teóricos estiveram pautados nas filosofias e historiografias francesa e portuguesa. Autores como Michel Foucault, Marc Bloch, Georges Vigarello, Jean-Jacques Courtine, Alain Corbin, Georges Duby, Jean Roche, Egle Becchi, Dominique Julia, Philippe Ariès, Roger Chartier e outros teóricos afins auxiliaram-me na compreensão da análise dos discursos mobilizados pelos autores das tratadísticas

⁵ RIPE, Fernando. A exortação do poder pastoral na educação das crianças em um tratado de Alexandre de Gusmão, América portuguesa (século XVII). *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Unesp, v. 21, p. 522-541, 2017a.

⁶ RIPE, Fernando. “Do amor da castidade, & horror a toda torpeza, com que se deve criar os mininos”: análise do imperativo da inocência infantil em uma obra do Padre Alexandre de Gusmão. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. v. 8, p. 8-31, 2016a; RIPE, Fernando. *Ainda “que com a inocência de mininos perderam a castidade de Anjos”*: sexualidade infantil e a incitação à manutenção da pureza nas prescrições do padre Alexandre de Gusmão, América Lusa (século XVII). [Texto inédito ainda não submetido para avaliação].

educativas dos séculos XVII e XVIII. Igualmente, tais teóricos contribuíram para o acionamento e a operacionalização de importantes conceitos – dispositivo, formação discursiva, governmento, entre outros –, o entendimento de Modernidade, a compreensão do espaço europeu bem como a inteligibilidade de um longo período e dos processos de constituição do sujeito infantil.

Estudos sobre História da Leitura, da impressão e da circulação de livros e ideias foram também referenciais teóricos importantes para a pesquisa aqui considerada. Destacaram-se como relevantes historiadores como o já mencionado Roger Chartier, Robert Darnton, António Castillo Gómez, Maria Beatriz Nizza da Silva, Luiz Carlos Villalta, entre outros, os quais me auxiliaram na percepção de como uma parte de dada sociedade do Antigo Regime buscava assimilar um discurso sobre a infância, servindo-se de um modelo capilar e difuso de propagação dos seus códigos escritos, mesmo considerando que em cada sociedade, em seu tempo, o livro e a leitura possam apresentar distintas formas de interpretação e apreensão.

As problematizações decorrentes da pesquisa integraram um conjunto de relações de poderes e saberes que constituíram o processo de produção do sujeito infantil na Modernidade. Desse modo, duas teses de doutoramento realizadas em universidades portuguesas foram tomadas como importantes referências para o presente estudo. Primeiro, embora em uma temporalidade distinta, eu gostaria de sublinhar a pesquisa realizada por Ana Rodrigues Oliveira, que foi publicada em livro sob o título *A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa* (2007). Ao se subsidiar de escassas mas variadas fontes escritas, como narrativas, normativas-jurídicas e documentais bem como de fontes arqueológicas e iconográficas, a autora constituiu “quadros de tempos e espaços que nos remetem para as alegrias de nascimentos infantis ou para as dolorosas amarguras das suas perdas”,⁷ para a atmosfera envolvente do crescimento pueril e das práticas de educação, para as ritualísticas cristãs de batismos e de outros sacramentos que visavam à proteção espiritual das crianças, para as relações de sentimentos de afeição familiares “ou, mais sombriamente, para as doenças que as atacavam e que tantas vezes as arrebatavam desta vida terrena e as projetavam para uma outra já no Além”.⁸ A segunda tese que destaco é o grande empreendimento investigativo e de levanta-

⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. Prefácio. In: OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Teorema, 2007, Prefácio.

⁸ *Idem*.

mento de fontes que António Gomes Alves Ferreira nos apresenta na publicação de *Gerar, criar, educar: a criança no Portugal do Antigo Regime* (2000). Para o autor, as crianças foram as principais vítimas das poucas condições que a sociedade do Antigo Regime ofertava. Ainda que limitado, o desenvolvimento científico se deparava com uma sociedade portuguesa subserviente às autoridades e às orientações da Igreja. Entre outros aspectos que dificultavam a vivência das crianças estava, de acordo com Ferreira, a impotência médica, o estado sanitário das povoações e das casas, a miséria e a ignorância supersticiosa das pessoas que empurravam as crianças para situações dramáticas e frequentemente fatais.⁹

Cabe-se ressaltar que ambas as teses realizaram com maestria um pleno diálogo com a bibliografia estrangeira, aproximando e traçando relações com o caso português. É nesse sentido que também elenco uma série de autores brasileiros que têm se dedicado, nas últimas três décadas, ao estudo relativo à história da infância. Dentre eles, Irene Rizzini, Irma Rizzini, Francisco Pilotti, Mary Del Priore, Sandra Mara Corazza, Renato Venâncio, Maria Isabel Edelweiss Bujes, Marcos Cezar de Freitas, Luciano Mendes de Faria Filho, Moysés Kuhlmann Jr., Sonia Camara e José Carlos Souza Araújo. E, para o caso de Portugal, além dos já citados António Gomes Ferreira e Ana Rodrigues Oliveira, outros autores como Justino Magalhães, Maria João Cardona bem como Rogério Fernandes e Margarida Felgueiras, que realizaram um mapeamento dos trabalhos historiográficos portugueses acerca da infância e das crianças. Cabe-se ainda destacar alguns autores internacionais que colocaram a história da infância como mote de suas análises: Philippe Ariès, David Hunt, Elisabeth Badinter, Lawrence Stone, Lloyd DeMause, Linda Pollock, Hugh Cunningham e Neil Postman.

Se, na ocasião do processo seletivo para ingresso no Doutorado, em 2015, eu tinha o objetivo de analisar os discursos morais na constituição do sujeito infantil presentes na *Literatura de Comportamento Social*, acabei por desenvolver a pesquisa sobre os discursos que direcionavam cuidados relativos à saúde corporal, ao desenvolvimento intelectual e aos cuidados para a salvação da alma dos infantis. Isso se justifica porque em boa parte da literatura mencionada também é possível encontrar instruções de boas maneiras, condutas ideais, virtudes

⁹ FERREIRA, António Gomes. *Gerar Criar Educar: A criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto, 2000.

e posturas sociais direcionadas à formação de crianças – geralmente nobres –, destinando aos leitores o cumprimento de determinadas regras a fim de os conduzir à *arte de bem viver* e, assim, constitui-los como sujeitos não somente morais. Contudo, percebi que no fluxo dos diferentes discursos normativos sobre as populações infantis sobressaem-se não apenas aqueles sobre os aspectos morais, mas um conjunto de enunciados mobilizados pelo poder institucional da Igreja e do Estado, principalmente, e advindos do campo de saberes médico-científico e pedagógico que estabelecem um agrupamento de práticas culturais e justificativas simbólicas em torno dos cuidados com o corpo infantil, o desenvolvimento intelectual e a salvação das almas das crianças. Foi nesse sentido que se considerou mais potente e promissora a identificação dos modos de constituição do sujeito infantil por meio da *cultura impressa* portuguesa ao longo do século XVIII, tendo como discursos disparadores os enunciados religiosos publicados no final do século XVII, notadamente na obra de Alexandre de Gusmão, anteriormente acionada. Por *cultura impressa* entendi o lugar, simbólico e material, que o escrito ocupa por meio de sua materialidade tipográfica em uma determinada sociedade em temporalidades específicas.¹⁰ Assim, a aula inaugural de Roger Chartier no *Collège de France* me pareceu interessante para perceber o papel desempenhado pelos escritos. Chartier, nesta ocasião, ao mesmo tempo que se aproxima de Michel Foucault, questiona para si a ordem dos discursos:

Como podemos reconhecer uma ordem de discurso, que tem sido sempre uma ordem de livros ou, em outros termos, uma ordem da palavra escrita associando intimamente a autoridade do conhecimento e a forma de publicação, quando possibilidades técnicas permitem, sem controles ou demoras, a circulação universal de opiniões e conhecimentos, mas também de erros e falsificações?¹¹

Os modos de apropriação da escrita de um autor mediante a leitura e diferentes maneiras de recepção ocasionam distintos modos e versões, até mesmo divergentes, daquilo que o autor originalmente

¹⁰ Sugere-se GALVÃO, A. M. O. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (Orgs.). Cultura escrita e letramento. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010, p.65-95.

¹¹ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014, p. 23.

quis expressar em sua plenitude. Contudo, a cultura impressa “procura unificar el corpus de un autor otorgándole el papel de exclusivo creador de su obra”.¹² É evidente que a operacionalização do conceito de cultura impressa pode ser percebida como chave de leitura para compreendermos os processos de produção, circulação e atribuição de sentidos. Os livros, enquanto materialidades escritas, impunham modos diferentes de os sujeitos experimentarem, de forma mais aguda, o sensível e o simbólico de uma época.¹³

Nesse sentido, alguns autores portugueses e brasileiros foram acionados para o diálogo, pois de alguma forma, em seus estudos, encontramos conjugações entre processos de educação e/ou escolarização de crianças e os impressos do século XVIII que instruíam modelos de comportamentos e construção de civilidades. São eles: Zulmira Santos, Justino Magalhães, Áurea Adão, Carlota Boto e Thais Nivia de Lima, entre outros.

A partir dessas considerações, apresento a problemática de pesquisa avaliada no momento da qualificação do projeto de tese defendido em dezembro de 2017, ocasião em que se formulou a problemática e se intitulou a pesquisa *A constituição do sujeito infantil moderno na cultura impressa portuguesa do século XVIII*, cujo objetivo principal era:

Analisar as orientações prescritas em um conjunto de obras da cultura impressa portuguesa publicadas e/ou traduzidas em Portugal no século XVIII que circularam na América portuguesa nesse mesmo período ou em períodos subsequentes com a intenção de perceber como foram constituídos específicos modos de ser sujeito infantil moderno no espaço luso.

Os objetivos específicos buscaram atender a:

- › Realização de um levantamento de obras publicadas e/ou traduzidas em Portugal no século XVIII que circularam na América portuguesa nesse mesmo período ou em períodos subsequentes que propagavam discursos relativos aos saberes médicos, religiosos, morais e pedagógicos e caracterizam-se por apresentarem um conjunto variado de temas que visavam

¹² LITTAU, Karin. *Teorías de la lectura: Libros, cuerpos y bibliomanía*. Buenos Aires: Manantial, 2006, p. 62.

¹³ Sugere-se BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil*. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

a produzir efeitos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais e nas condutas infantis;

- > Caracterização da *Modernidade* como sendo uma concepção favorável à implantação de ideias e pensamentos de propriedades religiosas, médicas e pedagógicas, privilegiando a análise sobre as *condições de possibilidades* que permitiram a proliferação de tal discursividade na cultura impressa portuguesa;
- > Identificação e análise das orientações prescritas nas obras indicadas relativas às preocupações com o corpo, a consciência e a espiritualidade dos sujeitos infantis;
- > Caracterização dos *modos de constituição* dos sujeitos, neste caso, os sujeitos pertencentes à categoria *infância*.

É importante destacar que todos os excertos e as citações utilizados ao longo desta obra foram apresentados conforme a grafia da época, tentando ao máximo ser fiel aos caracteres impressos. No entanto, tivemos que padronizar o nome dos autores, que em algumas ocasiões variavam de uma obra para outra.

Decerto, o que procurei evidenciar nesta apresentação inicial, por meio de uma tecitura que se desloca entre o pessoal e o academicamente recomendável, foi minha incessante busca de perceber a constituição do sujeito, mais especificamente o sujeito infantil; foi também o foco nesse sujeito subsidiado pelas lentes do historiador, que no seu ofício busca olhar indiretamente para o passado a partir do presente, para compreendê-lo e para empreender uma narrativa, um regime de verdade, ainda que provisório. Como destacou o historiador Marc Bloch:

[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daquelas que as criam, são os homens que a história quer capturar.¹⁴

¹⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 54.

“Eis já um bom tempo, no entanto, que o século XVIII fizera ouvir seu protesto”.¹⁵ Dentre tais protestos estava todo um investimento técnico que dava atenção especial às crianças. Perceber quais eram as recomendações, as práticas adequadas para o cuidado com a saúde infantil, os modos e comportamentos socialmente aceitos, os processos morais e escolares aos quais estavam imersos, a preocupação constante em livrar dos possíveis pecados para salvar a alma das crianças, enfim, um acúmulo de impressões, interdições e recomendações sobre o corpo, a escolarização e a cristianização das crianças. Estabeleceu-se, assim, um amplo conjunto de normas coletivas: modos de andar, de gesticular, de falar, de brincar, de cultivar amizades, de se portar à mesa, de dormir, de rezar, de inibir partes do corpo, de estudar, etc. Entretanto, é preciso identificar quais eram as possíveis intenções dos adultos – religiosos, médicos, pedagogos –, no seu tempo, para com as crianças e as formas como eram recomendadas essas normativas, por meio de abusos, correções, aplicação de castigos e emendas, plena vigilância, culpabilização, entre outros. Ainda é necessário acrescentar, como nos chamou a atenção o historiador Marc Bloch, que a atmosfera em que a própria humanidade respira naturalmente é a de uma categoria da duração, assim esses escritores letrados “estão carregados dos ecos do passado, nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas”.¹⁶

Portanto, e retomando a ideia apresentada no excerto no início deste prólogo, sinto-me intensamente provocado pelos ventos que sopram do passado, os quais me sugerem, como o “bafo dos séculos”, a longa duração do Setecentos luso-brasileiro, despertando-me um enorme desejo de trabalhar, e por ora, como foi enunciado em *Educação do caráter*, os “torcidos domados tiveram que se ordenar”.¹⁷ E a escrita deste livro-tese se constitui como um ordenamento das ideias e pensamentos, da confluência entre análises e inquirimentos das fontes, entre o dito e o não dito, entre o enunciado e o silenciado, por meio de registros de letras e palavras que constroem significados ordinários. Eis que se segue o desafio de identificar e analisar a enunciabilidade de adultos letrados que colocaram a infância no ordenamento de uma formação discursiva.

¹⁵ *Idem*, p. 148.

¹⁶ *Idem*, p. 42.

¹⁷ ROUGES, Jean Des Vignes. *Educação do Caráter*. *Op. Cit.*, p. 44.





Introdução

A narrativa histórica que apresentamos é resultado de uma investigação fulcralizada na figura da criança processada por um balizamento temporal que vai desde os finais do século XVII e passa por todo o século XVIII no espaço luso. O que, de fato, buscamos é verificar que tipos de criança a cultura impressa intentou produzir sob a influência de um pensamento moderno que oscilava entre o científico e o religioso. Na forma como dispomos nossa problematização inicial, estamos, sobretudo, percebendo a infância como uma invenção histórica, portanto rompemos com a concepção de que a criança faz parte de um desenvolvimento natural do ser humano. Também procuraremos firmar a existência de um eficiente mecanismo cultural que influenciou a propagação de discursos por meio daquilo que chamaremos de *cultura impressa* que atuou, notadamente, na produção histórica de um determinado tipo de ser. Assim, consideramos que a produção de impressos publicados e/ou que circularam em Portugal entre os anos finais do século XVII e por todo o século XVIII constituiu-se como dispositivo estratégico para a expansão da homogeneização de parte da sociedade portuguesa. A similaridade pretendida buscava não somente a elevação das taxas de alfabetização, mas também ampliava o debate social sobre aspectos morais, religiosos e políticos. Defenderemos como hipótese a possibilidade de a infância ter se constituído discursivamente por meio de uma cultura impressa a partir de orientações prescritas em algumas obras publicadas e/ou traduzidas em Portugal no século XVIII que circularam na América portuguesa nesse mesmo período ou em períodos subsequentes com a intenção de produzir específicos modos de ser sujeito infantil moderno no espaço luso.

Para os pesquisadores em história da infância Marcos Freitas e Moysés Kuhlmann Jr., “a constituição do campo das ciências da infância é objeto de perplexidade àqueles que se ocupam com o estudo

sistemático da história das crianças”. Neste caso, verificamos a ocorrência da distinção entre uma e outra – história da infância e história das crianças – bem como a existência de inflexões e aproximações que aparecem, com maior ou menor intensidade, em inúmeras pesquisas que tomam como objeto ou que apenas incursionam seus interesses sobre a condição de ser infantil. Cabe-se destacar que os autores acima compreendem a infância “como a concepção ou representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida”. Nesse sentido, a história da infância seria então a história de como os adultos se relacionam social e culturalmente com os sujeitos dessa ordem. Em contrapartida, a história da criança seria “a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade”. Ainda que em muitos momentos tomemos como história da infância, no seu uso singular, não estamos encerrando-a numa categorização homogênea e abstrata, mas operando uma categoria conceitual, um discurso sobre os infantis, uma tipologia geracional caracterizada por elementos discursivos comuns às diferentes crianças.¹⁸

No período moderno o domínio da cultura escrita era limitado tanto em Portugal¹⁹ quanto, e principalmente, na América portuguesa. Porém, desde o início do século XVIII houve grande difusão da escrita e da imprensa, especialmente com a divulgação das ideias iluministas.²⁰ Mesmo considerando a limitação das práticas de leitura, textos escritos por filósofos, médicos, professores e religiosos eram

¹⁸ FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 7.

¹⁹ De acordo com Justino Magalhães, no que se refere ao acesso à leitura e à escrita no contexto português entre os finais do século XVII e meados do século XIX, “há uma minoria (constituída, designadamente, por eclesiásticos, escrivães, altos dignitários militares e judiciais) que escreve bem e participa de forma ativa nos processos administrativos e políticos e há, por outro lado, uma presença regular de alfabetizados que assinam de forma rudimentar” (MAGALHÃES, Justino. *Cultura letrada e modernidade – escolarização e sociedade no distrito da Horta*. In: COLÓQUIO NÚCLEO CULTURAL DA HORTA. O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo. 3., 2004, Horta. *Atas [...]*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2004a, p. 387-392, p. 387-388).

²⁰ O século XVIII, exemplarmente na França, foi o século da expansão dos escritos sobre religião, filosofia, teatro, romances, política, ciências naturais, história, medicina, contos, cartas e relatos que ganhavam crescente espaço nas livrarias e bibliotecas europeias (CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 98).

divulgados por editores que se firmavam cada vez mais nas principais cidades portuguesas e nos grandes centros urbanos da Europa e aceleravam o comércio livreiro ultramarino e a produção em língua vernácula, atendendo às expectativas de uma população desejava de novos saberes e conhecimentos.²¹ A atmosfera científica do período possibilitou a reelaboração de novos comportamentos e valores, de modo que uma pequena parcela da população alfabetizada permitiu que as ideias e princípios circulassem pelo espaço luso-brasileiro.²²

No campo da História da Educação, ao menos no Brasil, existem poucos estudos sobre práticas educativas não escolarizadas no século XVIII. Nesse sentido, prevemos justamente analisar um conjunto de impressos que direcionavam práticas de educabilidades, pois, como veremos a seguir, a compreensão de educação que nos propomos a operar abrange aspectos sociais e culturais que vão além dos espaços e das instituições escolares.²³ É válido ainda lembrar a crítica, levantada nos finais dos anos 1990 pela historiadora Mary Del Priore, de que a historiografia internacional já vinha acumulando consideráveis informações sobre a criança e o seu passado.²⁴ A autora questionou se tal fato estaria instigando os historiadores brasileiros a procurarem suas próprias respostas. Distinto da historiografia internacional, o processo de valorização da infância percebido pelos historiadores brasileiros, para Del Priore, estaria primeiramente no fato de a escolarização e a emergência do modelo de vida privada terem chegado ao território colonial com relativo atraso. Somam-se, ainda, outros aspectos impe-

²¹ Veja-se: FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. Trad. Fulvia Monretto; Guacira Machado. São Paulo: EDUSP, 2017, p. 286. Acerca do comércio livreiro nas cidades de Lisboa e Rio de Janeiro, sugere-se: NEVES, Lúcia Maria Basto das. João Roberto Bourgeois e Paulo Martin: livreiros franceses no Rio de Janeiro, no início do Oitocentos. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RJ, HISTÓRIA E BIOGRAFIAS. 10., 2002, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

²² ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997, p. 145.

²³ Galvão e Lopes criticam o pouco interesse que se tem despendido aos processos de Educação entre os séculos XVI e XVIII (GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *História da Educação* [o que você precisa saber sobre]. Rio de Janeiro: DP&A, 2001). Além de partilhar dessa crítica, Fonseca vê como possibilidade a ampliação de estudos sobre os processos de Educação não escolar aqueles presentes nas práticas sociais e culturais cotidianas (FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a, p. 9).

²⁴ DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ditivos para que a valorização da infância florescesse, quais sejam o frágil sistema econômico colonial e a tardia industrialização.²⁵

Outra importante crítica é o baixo interesse da História da Educação no Brasil em estudos e pesquisas sobre o período colonial, motivo pelo qual é possível afirmar que se trata de um período relativamente pouco analisado. Não obstante, Marisa Bittar e Amarildo Ferreira Junior colocaram que o tratamento da educação colonial foi marcado pelo “enfrentamento de um problema teórico-metodológico de grande importância”, cujo tema ainda atrai um número restrito de pesquisadores.²⁶ Outra reflexão sobre as produções historiográficas acerca da América portuguesa e a educação no século XVIII foi o balanço historiográfico levado a cabo por Leandro Silva de Paula. De acordo com o historiador, além do número limitado de trabalhos sobre a educação no século XVIII, há uma inflexão que concentra as análises sobre a atuação dos jesuítas nas reformas pombalinas e na criação das aulas régias. Nesse sentido, as pesquisas tendem a abordar a “educação em torno do Estado e da Igreja, interessando-se muito pouco pelas práticas educativas não escolares ocorridas na sociedade colonial”.²⁷ Ainda que pese a escassa produção historiográfica sobre educação na América colonial, nos interessamos por perceber objetivamente os discursos presentes nas obras que constituíram a infância em língua portuguesa e eventualmente circularam na América portuguesa, sem, no entanto, preocuparmo-nos em analisar seus efeitos no contexto colonial, acionando-os apenas quando a relação metrópole-colônia estava presente nesses discursos.

Sobre a imagem que ilustro na capa do presente livro, *The school lesson*, do artista belga Jozef Lodewijk Geirnaert (1791–1859), acredito que dê uma dimensão simbólica daquilo que a pintura do período moderno buscou apresentar: ser um reflexo daquilo que talvez o pintor acreditava ver.²⁸ O processo de aprendizagem da leitura,

²⁵ *Idem*, p. 10.

²⁶ BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, A. O Estado da arte em História da Educação Colonial. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). *Navegando pela História da Educação*. Campinas: HISTEDBR, 2006, v. 1, p. 25-43, p. 26.

²⁷ PAULA, Leandro Silva de. América portuguesa e Educação no século XVIII: um balanço historiográfico. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS. História verdade e ética. 2014, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

²⁸ Considerada como vestígios do passado, objeto de pesquisas e fonte historiográfica, a imagem tem se tornado cada vez mais útil aos ofícios do historiador.

realizado por crianças conduzidas por um mestre, em um ambiente de educação provavelmente doméstico, e guiado por regras e punições com emendas e castigos, demonstra a Educação Infantil de um determinado período. E é sob essa paisagem que olharemos para as práticas educativas de crianças, percebendo a educação não apenas no seu sentido restrito de escolarização, mas buscando problematizá-la por meio do que acreditamos se tratar de um sistema que articula práticas discursivas.²⁹

A noção de educação para infância que buscamos problematizar ainda considera, em larga medida, a acepção de educação enquanto uma prática social e histórica constituída por processos institucionais ou não institucionais, “intencionais ou não, diversificados e difusos entre os grupos sociais”, como a educação direcionada por família, mestres, professores domésticos, aias, amas de leite, preceptores da mesma forma que sistemas de aprendizagens realizados nas oficinas de artistas e artesões, por associações religiosas e leigas, entre outras.³⁰ Igualmente, a existência da relação autor-leitor, a dependência entre o sujeito que escreve e o sujeito que lê e a própria prática do escrever e do ler, também pode ser considerada uma prática educativa. Portanto, buscamos compreender as possíveis formas de educação e os seus sujeitos envolvidos em tal processo. Desde já, entendemos que o primeiro implica um sistema discursivo que articula práticas mobilizadas e de interesse dos mais abastados e o segundo corresponde aos agentes sociais que eram afetados por clássicos discursos de diferentes e nem sempre convergentes regimes de verdades. Nesse sentido, concordamos com Gondra e Schueler que a “adesão a tais princípios

Pensamos, aqui, a imagem enquanto materialidade discursiva, cuja principal intenção é comunicar, e essa relação entre o discurso e o visível pode ser percebida como a principal função representativa da imagem. Ao transformar o visual para o escrito estamos atribuindo um determinado sentido de uma evidência passada. Evidência um tanto perigosa, visto os riscos teóricos que se assume ao querer descrever os “limites” de uma experiência visual, sobretudo se comparada a imagem ao seu tempo/contexto, como intencionado por Peter Burke (2004), nos usos das imagens como evidência histórica. Ainda de acordo com o historiador, a iconografia dos infantes tem uma característica especial, pois as crianças não apareciam com frequência nos documentos preservados em arquivos, o que dificulta escrever sua história. Assim, foi necessário que os historiadores recorressem a outras fontes, como diários, cartas, literatura, pinturas e outras imagens (BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: Editora Edusc, 2004).

²⁹ Inspirado livremente na noção de prática de Michel Foucault. Ver: FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

³⁰ GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 19.

de inteligibilidade funcionaria para apreender os acontecimentos no campo da educação”, mas que “também valeria como chave de leitura para o exame dos fenômenos religiosos, econômicos, judiciais e outras experiências culturais”.³¹

Perscrutar a educação dos infantis difundida por impressos do século XVIII nos permite identificar regimes discursivos de variados temas dispostos a produzir efeitos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais e nas condutas dos infantis. Neles, as crianças são constantemente marcadas como sujeitos de cuidado, de proteção, de assistência, de correção, de formação intelectual, moral, política e social e de salvação. Desse modo, como tentaremos demonstrar, a cultura impressa posicionou os sujeitos infantis por meio de um conjunto de ferramentas – dispositivos, mecanismos, tecnologias – que possibilita interpretar as racionalidades, os mecanismos e as práticas que historicamente envolveram o cálculo e a formatação do ser moderno. Nesse sentido, nossa filiação intelectual preponderantemente subsidiada pela filosofia e historiografia francesa (Michel Foucault, Marc Bloch, Georges Vigarello, Jean-Jacques Courtine, Alain Corbin, Georges Duby, Jean Roche, Egle Becchi, Dominique Julia, Philippe Ariès, Roger Chartier e outros teóricos) tem nos auxiliado a definir um repertório analítico para a compreensão do espaço europeu, a inteligibilidade de um longo período e, principalmente, a caracterização das *condições de possibilidades* que permitiram que as práticas modernas de subjetivação fossem construídas para administrar e supervisionar – *governamentalidade* – as condições de vida dos infantis – *biopolítica*. Para o historiador português Jorge Ramos do Ó, a “modernidade será, assim, caracterizada pelo permanente desígnio de governar sem governar, de ampliar o poder até os limites mais distantes”, seja então a promoção de uma arte caracterizada por uma heterogeneidade de instituições, com variáveis técnicas que embusteiam “às escolhas de sujeitos autônomos nas suas decisões”.³²

Trataremos a produção de subjetividade como um processo no qual o sujeito infantil se constitui e é constituído por meio de práticas discursivas e não discursivas. Nessa perspectiva, a produção das subjetividades decorre das operações de saber e poder engendradas por instituições. Isso, por meio de eficientes mecanismos de aperfei-

³¹ *Idem*, p. 10.

³² Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa – Ciências Sociais, 2003, p. 8.

çoamento ético e moral dos sujeitos para produzir nessa população um conjunto de efeitos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais e nas condutas. Poder-se-ia pensar que a subjetividade se dá por meio de uma postura de perceber a vida diante de um modo de viver no qual esses modos sempre estão imersos em jogos com determinadas regras. Em cada época da humanidade encontramos diferentes práticas sociais que buscaram subjetivar os sujeitos, pois todo “processo de sujeição relaciona-se com experiências humanas e históricas circunscritas a determinados campos de possibilidades de se pensar, fazer e ser”.³³

Assim, torna-se interessante questionar os efeitos dos regimes discursivos, ou melhor entendidos, de como a discursividade sobre o objeto (crianças) constituiu dados entendimentos sobre os sujeitos infantis. Seria, então, tomar o sujeito infantil como um produto dos discursos fabricados por uma cultura impressa que se difundia por toda a Europa nesse período e que, por sua vez, estava inserida em um amplo projeto de constituição de sujeito moderno, tanto “entendido como uma unidade indivisível – que tem num ‘eu profundo’ a sua essência de sujeito – quanto uma unidade que é única, singular, e que o diferencia de qualquer outro sujeito”.³⁴

Como verificamos anteriormente, a história da infância no contexto luso-brasileiro no período observado tem se mostrado um campo oportuno para investigações. Destaca-se que, no Brasil, uma série de investimentos tem se realizado sobre o tema desde sua constatada emergência na década de 1990. Contudo, a existência de inúmeras lacunas historiográficas sobre investigações da valorização das crianças no período colonial, o preterimento dos séculos XVII e XVIII como balizamento temporal na historiografia da Educação no Brasil e a reduzida variabilidade de fontes encontradas e utilizadas para as pesquisas dão nota sobre a originalidade e pertinência do tema aqui proposto. Nessa perspectiva é que nos acercamos, nesta introdução, de uma breve genealogia da temática *infância* nos estudos históricos internacionais e de algumas contribuições brasileiras sobre a história da infância no período colonial.

³³ CARVALHO, A. F. *Foucault e a Função-Educador: Sujeição e Experiências de Subjetividades Ativas na Formação Humana*. Unijuí, Ijuí, Rio Grande do Sul, 2010, p. 37.

³⁴ VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Maria V. (Org.). *Estudos Culturais e Educação*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 2000, p. 50.

O sucesso editorial de *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, publicado originalmente em 1960 por Philippe Ariès, fez da obra uma referência para as iniciais discussões e pesquisas sobre a infância. Publicada pela primeira vez no Brasil em 1978, a *História Social da Criança e da Família* despertou pesquisadores brasileiros para colocar a infância como mote de problematização. O enriquecimento do discurso historiográfico de Ariès sobre as mudanças de comportamentos e dos modos de pensar a criança e a família no período moderno ocidental propiciou, na esteira da terceira geração dos *Annales*, abordagens de novos temas e novos modos de expressá-los em História. Inúmeras críticas foram manifestadas sobre o trabalho de Ariès, principalmente com relação à sensibilidade despendida sobre as crianças. Nesse caso, a ideia apresentada pelo autor é de que no medievo não haveria o conceito de infância. Seguramente muitos investigadores argumentaram que a ausência da percepção das necessidades específicas das crianças só poderia acarretar negligência e maltrato sobre os infantis, “tanto pelos pais como pelos poderes públicos”, que, de forma geral, foram progressivamente “percebendo que as crianças eram diferentes dos adultos e não versão miniaturizadas destes”.³⁵

Do conjunto de historiadores que tem problematizado a dinâmica da categoria infância, algumas concepções têm sido compartilhadas, dentre as quais podemos destacar: *i*) em determinados períodos e em específicas sociedades a infância não era compreendida como uma categoria de indivíduos, uma vez que não fazia parte da percepção coletiva de tais grupos; *ii*) a infância e os modelos discursivos acerca dos seus modos de cuidado fazem parte de uma formação discursiva que foi gradativamente elaborada por longas durações; *iii*) essa formação discursiva foi orientada a partir das “ideias relativas a filosofias da natureza humana, teorias de educação, economias de capital humano, e da política de direitos humanos”;³⁶ *iv*) as necessidades físicas e emocionais das crianças se tornaram objeto de preocupação de disciplinas como a Medicina, a Pedagogia e a Psicologia; *v*) a criança foi, progressivamente, tornando-se objeto de atenção e cuidado, de tal modo que para preservá-la e moldá-la foram criadas instituições específicas para lhe assegurar a salvaguarda e a educação.

³⁵ FERREIRA, António Gomes. *Gerar criar educar. Op. Cit.*, p. 18.

³⁶ JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. O corpo e a infância. In: KOHAN, Walter Omar; KENNEDY, David (Orgs.). *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 207-238, p. 216.

Philippe Ariès, ao discutir as “idades da vida”, mostrou que entre a burguesia francesa a consolidação de um significado moderno para o termo “infância” ocorreu apenas em meados do século XVII. A infância estava ligada à ideia de dependência, segundo o vocabulário utilizado nas relações entre os senhores e seus serviçais. Por volta do século XVIII esse termo passou a ter sentido generalizado entre todos os grupos sociais. Etimologicamente, infância – do latim *infans* – designa “aquele que ainda não fala”, portanto, refere-se à(s) criança(s) muito pequena(s). Posteriormente, o termo se tornou mais abrangente, incluindo crianças maiores.³⁷ Nesse sentido, o século XVIII europeu foi cenário para a emergência de um novo “sentimento de infância” que, conforme já enunciamos, Ariès acreditava estar ausente no período medieval. Ainda que pesem inúmeras críticas ao historiador francês, é fato que a noção de cuidado com a infância no período moderno – com a aspiração moralizadora e médica de produzir uma futura sociedade de intensa produção (pré-industrial), com adultos sadios e eficientes – foi consideravelmente ampliada. Seria ressignificado, então, o papel da família, da mesma forma que o das escolas enquanto instituições fundamentais no processo de educação das crianças. Nessas condições,

São codificadas, então, segundo novas regras – e bem precisas – as relações entre pais e filhos. São certamente mantidas, e com poucas alterações, as relações de submissão e o sistema de signos que elas exigem, mas elas devem estar regidas, doravante, por todo um conjunto de obrigações de ordem física (cuidados, contatos, higiene, limpeza, proximidade atenta); amamentação das crianças pelas mães; preocupação com um vestuário sadio; exercícios físicos para assegurar o bom desenvolvimento do organismo: corpo a corpo permanente e coercitivo entre os adultos e as crianças. A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança.³⁸

³⁷ ARIÈS, Philippe. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

³⁸ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995a, p. 193-207, p. 199.

Na década de 1970 o historiador David Hunt também reforçou as ideias de Ariès na obra *Parents and children in history* (1972). Para Hunt, a criança do Seiscentos francês era socialmente percebida como inferior, tendo sua presença constantemente indesejada nas relações de sociabilidades e, ainda, sendo pensada por alguns adultos como objeto de incômodo. Percepção semelhante que Elisabeth Badinter teve em *L'Amour en plus* (1980), ao acentuar a ideia de que o amor materno teria sido uma invenção do século XVIII. Para a autora, a “imagem trágica da infância, como concebiam teólogos, pedagogos e filósofos, não era provavelmente a mais fixada pelo povo em geral”. Contudo, Badinter não afastou “a influência dos ideólogos e dos intelectuais nas classes dominantes e cultas, essa influência era claramente limitada nos outros meios sociais”.³⁹ Em linhas gerais, Badinter constatou que o sujeito infantil, em muitos momentos, era considerado um objeto indesejado bem como verificou a presença de um mecanismo de substituição das responsabilidades paternas. Assim, nos séculos XVII e XVIII as crianças eram frequentemente entregues, desde a tenra idade, às amas e às aias para que fossem criadas com os cuidados que as mães teriam dispensado.

Em decorrência do investimento realizado por Ariès para a França, começaram a surgir interessantes referências historiográficas sobre a infância em países como Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Espanha e Portugal. Notadamente essas produções convergiam para a noção de que distintos atributos auxiliaram a definir as crianças como inerentemente diferentes dos adultos, como sujeitos de proteção e cuidados que possuíam relativas afeições por parte desses adultos. John Plumb, em um estudo intitulado *The new world of children [...]* (1985), considerou que, na Inglaterra da segunda metade do século XVIII, surgia um “novo mundo das crianças”, caracterizado pela intensa proliferação de livros, jogos, brinquedos e instituições – como as escolas – direcionados exclusivamente a elas.

Embora seja consenso entre os historiadores de que nos estratos mais abastados o sentimento dos adultos, e principalmente das mães, modificou-se progressivamente em relação à criança no período moderno, é inevitável que essas variações poderiam ser afetadas pelas flutuações socioeconômicas e espaciais de determinados contextos. Assim, essa sensibilização só teria se estendido aos mais pobres e aos

³⁹ BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 63

espaços rurais nos finais do século XVIII europeu. No estudo *The Family, sex and marriage [...]* (1977), Lawrence Stone, ao se valer de documentos escritos e iconográficos, estabeleceu um vetor progressivo do conceito de infância. Cabe-se destacar no trabalho de Stone a evidência de que as práticas corretivas e de punições e as constantes preocupações morais teriam ocupado centralidade e maior rigorosidade, visto que as crianças, desde então, dependiam de maiores atenções.

Ainda somam-se outros importantes trabalhos à perspectiva internacional, como *Forgotten children: parent childhood relations from 1500 to 1900* (1985), de Linda Pollock, *The evolution of childhood [...]* (1988), de Lloyd DeMause, *The Disappearance of Childhood* (1982), de Neil Postman, *A history of Childhood* (2001), de Colin Heywood, os dois tomos de *Histoire de l'enfance em occident* (1998), de Dominique Julia e Egle Becchi, *Historia de La infância em La Espanha contemporanea* (1996), coordenado por José María Borrás Llop, e *Gerar criar educar, a criança no Portugal do Antigo Regime* (2000), de António Gomes Ferreira.

No que se refere à produção historiográfica brasileira, a temática da infância parece convergir para dois eixos. O primeiro configura a criança na História, realçando os diferentes espaços e interações sociais que a ela ocupou no universo das brincadeiras e das práticas institucionais de assistência, higiene, saúde e correção. São evidenciados temas como crianças pobres e desvalidas, instituições asilares, casas de misericórdias e roda dos expostos, relações entre crianças escravas e libertas, crianças indígenas, políticas públicas em torno da infância, problemática dos desvios de condutas, marginalidades e infrações, presença da morte entre infantis, entre outros. O segundo vetor de análise dá relevância à relação entre infância e escola, debruçando-se, sobretudo, nas estratégias de ensino, nas práticas pedagógicas, nas instituições escolares, nos intelectuais formadores e nos próprios sujeitos infantis em escolarização.

Atinente à história da infância no período colonial brasileiro, o primeiro estudo, embora não fosse o principal objetivo, pois apenas tratar-se-ia de incursões no assunto, é a clássica obra *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre, editada em 1933. Nessa matriz brasileira da historiografia sobre a criança, Freyre evidenciou o distanciamento social entre o menino e o homem, uma vez que a estrutura social na América portuguesa estava ancorada num forte sistema patriarcal. Em *Sobrados e Mucambos* (1936), o autor conferiu um capítulo para

a relação entre “pai e filho”, demonstrando como o adulto se relacionava, os comportamentos que eram desejados e a educação que era conferida às crianças. Freyre ainda chamou a atenção para as constantes práticas cristãs-católicas direcionadas às crianças e as incessantes emendas que os adultos aplicavam nos colégios de padres e durante as aulas dos professores-régios por meio de castigos e punições com base nas recomendações de alguns religiosos e pedagogos moralistas. Por outro lado, devemos destacar o pioneirismo do médico Arthur Moncorvo Filho, que ainda na década de 1910 preocupou-se em publicar no Brasil um conjunto de preleções sobre os cuidados que se deveria ter com a higiene infantil. Em 1926 Moncorvo Filho lançou a primeira edição da obra *Histórico da proteção à Infância no Brasil 1500-1922*, na qual reclamava da escassa historiografia brasileira, nas suas palavras: “da vida domestica da população no Brasil por essa época pouco se conhece atravez de escriptos”.⁴⁰ Ele ainda manifestou certa indignação com o relato de um francês que visitou o Brasil entre os anos de 1844 e 1845. De acordo com o autor, tal estrangeiro estava “criticando perfidamente nossos usos e costumes”, e entre outras apreciações conceituou que:

O estrangeiro que desembarca no Rio de Janeiro é immediatamente impressionado com o aspecto doentio da população; por toda a parte se encontra, entre as creanças principalmente, sinão physionomias pallidas e emmagrecidas; dir-se-hia que resta apenas um sopro a animar essas faces desprovidas de vida e de expressão. [...] No Brasil não ha physionomias abertas e alegres; a infancia com as suas graças ingenuas não existe por assim dizer nesse paiz. [...] Aos sete annos o jovem brasileiro já tem a gravidade de um adulto, passeia magestosamente, uma bengalinha á mão, mettido numa ‘toilette’ que mais faz recordar as “marionettes” de nossas feiras do que um sêr humano; em lugar de vestes largas e commodas que permittam aos membros livres movimentos, elle é ataviado ridiculamente com umas calças fixas aos pés e com uma jaqueta ou casaco que o aprisiona e constringe.⁴¹

Tais relatos de viajantes também tinham sido constatados por Gilberto Freyre nas produções que mencionamos anteriormente.

⁴⁰ MONCORVO FILHO, Arthur. *Histórico da proteção à Infância no Brasil 1500-1922*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti & Cia, 1927, p. 10.

⁴¹ *Idem*, p. 11.

Decerto essas intrigas podem dar mostras de que a infância no Brasil do século XIX foi efeito de uma discursividade mobilizada nos centros europeus no século XVIII que pretendia transformar a sociedade por meio do direcionamento dos modos e das condutas dos infantis por meio dos “bons costumes” civilizados.

Foi somente na década de 1990 que estudos sistemáticos sobre a história da infância ganharam visibilidade no campo acadêmico brasileiro. Como significativo exemplo desta produção destacamos duas coletâneas de artigos organizadas por Mary Del Priore. *História da criança no Brasil* (1992) integrou os temas abandono de crianças, instituições para crianças, trabalho infanto-juvenil, crianças escravas, crianças orfãs, brinquedos e brincadeiras, educação jesuíta, criminalidade infantil e educação de meninas no recorte temporal do século XVI ao XX. No final da década de 1990 a autora produziu um trabalho de maior envergadura, constantemente tomado como referência no campo da história da infância, a obra *História das crianças no Brasil* (1999). Deste último trabalho ressaltamos a inclusão de bibliografias no final de cada capítulo e a utilização de imagens como referências documentais.⁴²

As irmãs Irma e Irene Rizzini têm produzido relevantes investigações na área de história da infância no Brasil. Desde a década de 1980, momento em que perscrutaram arquivos e bibliotecas, ela elaboraram entrevistas e buscaram apoio para constituir um centro de pesquisa – Centro de Estudos sobre o Menor (CESME) e, posteriormente, Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CESPI) junto à Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro. Aqui, cabe-se destacar a coletânea *A arte de governar crianças* (1995), sob organização de Francisco Pilotti e Irene Rizzini, e o estado da arte *Bibliografia sobre a história da criança no Brasil* (2001), de Irma Rizzini e Maria Teresa da Fonseca.

Destacamos, também entre as perspectivas de análise sobre a criança no campo da historiografia brasileira, uma série de estudos que se dedicaram especificamente ao período colonial. Fábio Pestana Ramos, em *A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI* (2006), mostrou o penoso cotidiano das crianças arregimentadas na condição de grumetes ou pajens das em-

⁴² DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992; DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

barcações lusitanas durante as viagens ultramarinas do século XVI. Como destacamos anteriormente, o tema da roda dos expostos foi objeto recorrente nas produções historiográficas, dentre tantos trabalhos elegemos por seu prógono o texto de Laura de Mello e Souza intitulado *O Senado da Câmara e as crianças expostas* (1992).⁴³ Nessa ocasião a autora fez uma análise das principais atitudes e providências das câmaras municipais mineiras, que eram tomadas em relação ao abandono de crianças, por meio de um comparativo entre as rodas dos expostos de Minas Gerais e das medidas adotadas na Bahia. Destacou ainda que, embora a legislação proibisse a discriminação racial no exercício da caridade camerária, as políticas adotadas em Vila Rica pareciam não a perceber e solicitavam atestados de brancura aos enjeitados, dando nota de que nem sempre os normativos atestados nos documentos produzidos por oficiais de fato revertiam-se como efetivas práticas. Já Miriam L. Moreira Leite, em *O óbvio e o contraditório da Roda* (1992), destacou que a roda era um mecanismo instituído pelos governantes com o objetivo de salvar a vida dos recém-nascidos abandonados para posteriormente encaminhá-los para trabalhos produtivos e forçados. Nessa temática, ainda gostaríamos de chamar a atenção para o trabalho de Renato Franco (2014), *A piedade dos outros [...]*, que descreveu o abandono de filhos recém-nascidos no contexto colonial do século XVIII. Franco identificou que, fosse por razões morais ou por dificuldades econômicas, o abandono se constituía como um sofrimento, uma “pena” que comprometia a salvação da alma dos pais e das crianças.⁴⁴

A temática da sexualidade infantil foi abordada por Luiz Mott em *Pedofilia e Pederastia no Brasil* (1992). É válido ressaltar que Gilberto Freyre já havia mencionado que a infância era percebida com certa indiferença pelos adultos e que por várias vezes as crianças tornaram-se objeto de abusos e perversidades de várias naturezas. Entretanto, Mott considerou ser a pedofilia a “relação sexual de adulto com criança pré-púbere” e a pederastia “a relação sexual de adulto com adolescente”, práticas muito frequentes na tradição luso-brasileira. Além disso, o autor enfatizou que essas práticas sexuais não eram condutas das mais condenadas pela Teologia Moral, uma vez que a prática da pedofilia, mesmo quando realizada com violência, nunca chegou a

⁴³ SOUZA, Laura de Mello e. O Senado da Câmara e as crianças exposta. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

⁴⁴ FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: O abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

ser considerada um crime específico por parte da Inquisição. Por outro lado, mais recentemente, o historiador Alex Silva Monteiro, em *Anjos ou Hereges? [...]* (2014), apresentou um estudo sobre a relação entre infância e Inquisição Portuguesa na Época Moderna. Nesse trabalho Monteiro propôs uma reflexão sobre a mentalidade social do Antigo Regime a respeito da tolerância socioreligiosa para com as crianças quando estas incorriam em erros contra a fé católica.⁴⁵

Outros importantes estudos sobre a história da infância foram lançados na perspectiva da historiografia e/ou pelo viés da Educação. Gostaríamos de destacar *História Social da Infância no Brasil* (1997), organizado por Marcos Cezar de Freitas, *Os intelectuais na história da infância* (2002), também de Marcos Cezar de Freitas em parceria com Moysés Kuhlmann Jr., *Infância e Educação Infantil* (1998), de Moysés Kuhlmann Jr., *História da infância sem fim* (2000), de Sandra Mara Corazza, e outras coletâneas, como a organizada por Alberto Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Rogério Fernandes, *Para a compreensão histórica da infância* (2006), a de Faria Filho e Cynthia Greive, *Infância no sótão* (1999), e a também de Faria Filho, *A infância e sua educação* (2004). Para os estudos da história da infância em Portugal destacamos a obra de Maria João Cardona, *Para a História da Educação de Infância em Portugal [...]* (1997), o estudo de António Ferreira, *A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX)* (2010), e o mapeamento dos trabalhos historiográficos acerca da infância e das crianças realizados em Portugal por Rogério Fernandes e Margarida Louro Felgueiras, intitulado *História Social da Infância em Portugal: um território em construção* (2002).

Ao evidenciarmos o âmbito de conformidade da historiografia internacional e nacional sobre a infância, queremos apresentar algumas conformidades teóricas que nos permitiram problematizar nossa hipótese e ativar nossas fontes. É nesse sentido que descreveremos a organização sistemática dos capítulos deste livro.

No Capítulo 1, *Do governo da Infância*, dedicado à reflexão teórica e metodológica da pesquisa, procuramos apresentar a categoria infância como sendo um objeto de problematização histórica. Portanto, considerando as palavras de Jacques Le Goff de

⁴⁵ MONTEIRO, Alex Silva. *Anjos ou Hereges? Infância e Inquisição Portuguesa na Época Moderna*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

que “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante”,⁴⁶ nos comprometemos com a construção da escrita historiográfica a partir da subdivisão do primeiro capítulo em seis seções, as quais serão apresentadas na sequência. Decorre que, do entendimento de Michel de Certeau sobre a operação historiográfica, compreendemos que a História só faz sentido se partir de um lugar social, das práticas de pesquisa e dos procedimentos de análise e da escrita.⁴⁷ Logo, consideramos ser preciso atender certas exigências metodológicas, como a definição, com precisão, de um problema, a organização de um conjunto de questões, o estabelecimento das possibilidades de análise sobre os problemas a serem investigados, a constituição de um fundo documental a ser trabalhado (um arrolamento preciso de fontes que devem ser cotejadas e confrontadas) a partir de um ferramental teórico apropriado e, finalmente, a escrita e divulgação dos resultados.

As duas primeiras seções, *A criança e o encontro dos tempos e A criança no espaço luso*, referem-se respectivamente à periodização adotada (século XVIII) que abrange os fins do século anterior e o início do século seguinte, e a localização espacial, o amplo território luso. Sobre o desafio de se estabelecer marcos temporais, definimos flexivelmente dois balizadores que determinam o momento em que a reflexão iniciou e o local onde seria a terminalidade das investigações. Tal flexibilidade decorre por acreditarmos que em grande medida os autores do século XVIII incitam ideias mobilizadoras do século anterior e, ao lado destes, alguns médicos, filósofos e pedagogos apontam para a necessidade de mudanças sociais para a dinâmica do século seguinte. Ao balizarmos o século XVIII português, compreendemos um fluxo e uma mobilidade no território bem como toda a circulação de ideias e de rotas transatlântica para o comércio livreiro.⁴⁸

⁴⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 25.

⁴⁷ CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

⁴⁸ Evidentemente que, no contexto colonial, a concepção de Educação não apresentava as mesmas características da metrópole lusitana, nem se assemelhava às formulações que desenvolveria a partir do século XIX e que marcaram o entendimento contemporâneo de escola brasileira. Cabe-se acentuar que “nas áreas onde foi destacada a atuação de ordens religiosas movidas pelo esforço de conversão do gentio a educação com características escolares foi mais evidente”, influenciada pela presença de colégios e seminários “que recebiam os filhos dos colonos, brancos ou mestiços” (FONSECA, Thais Nívia de Lima e. O ver e o ouvir como práticas educativas e instrumentos pedagógicos: pesquisa e possibilidades de abordagens em História da Educação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL

A terceira seção, intitulada *O dispositivo da cultura impressa na constituição do sujeito infantil moderno*, traz à tona a discussão de como a produção, editoração e circulação de impressos portugueses cumpriu um papel transformador na constituição dos infantis. Ainda que fossem limitadas as práticas de leitura entre a população portuguesa, uma série de protocolos de leitura interferiu na interpretação dos leitores. Assim, ao tratar das comunidades de leitores entre os séculos XVI e XVIII, Roger Chartier aludiu a leitura se tratar de uma prática cambiante entre grupos, uma vez que pode variar de acordo com os gestos, espaços e hábitos. Para o autor:

A clivagem entre alfabetizados e analfabetos, essencial, mas grosseira, não esgota as diferenças em relação ao escrito. Aqueles que são capazes de ler textos não o fazem da mesma maneira, e há uma grande diferença entre os letrados talentosos e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que lêem para poder compreender, ou que só se sentem à vontade com algumas formas textuais ou tipográficas. Há contrastes, igualmente, entre as normas e as convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos da interpretação. Contrastes, enfim, encontramos entre os diversos interesses e expectativas com os quais os diferentes grupos de leitores investem a prática da leitura. Dessas determinações que governam as práticas dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos – e lidos diferentemente por leitores que não dispõem das mesmas ferramentas intelectuais, e que não mantêm uma mesma relação com o escrito.⁴⁹

A cultura escrita e a cultura impressa são temas emergentes que vêm ocupando a atenção de historiadores da educação, sobretudo em relação às questões da alfabetização, da História da Leitura e da História do Livro. O termo “cultura impressa”, por sua abrangência, pode ser usado para referir diferentes modos relativos à imprensa. Ao se pensar a cultura impressa quer-se evidenciar a dimensão dos processos de fabricação e difusão de um conhecimento e de consumo,

DE HISTÓRIA COLONIAL: MUNDOS COMPARADOS: PODER, FRONTEIRAS E IDENTIDADES. 6., 2016, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: EDUNEB, 2016a, p. 58-59, p. 58).

⁴⁹ CHARTIER, R. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998a, p. 13.

indicando um movimento desde a fabricação até seu destino, a leitura. Nesse sentido, é necessário limitarmos nossa pesquisa aos processos de disseminação de ideias por meio da publicação dos livros. Tal dimensão se revela não apenas na valorização dos escritos religiosos ou científicos, mas também no reconhecimento dos livros como substrato das relações de saber e poder. A autoria de livros certamente foi um objeto de distinção social atrelado aos letrados, aos religiosos regulares e seculares, aos filósofos e pedagogos, aos detentores de um saber especializado como médicos, professores e juristas.

Assim, avançamos para uma quarta seção, a qual denominamos como *Da recorrência de publicações educativas em Portugal no século XVIII*. Ainda que se trate de uma permanência dos séculos anteriores ao XVIII, três gêneros de literatura relativas às atenções despendidas sobre as crianças foram publicadas ao longo do período moderno. A historiadora Laís Viena de Souza destacou se tratar dos manuais de civildade e Pedagogia, dos “espelhos de príncipes” e dos tratados sobre a educação dos filhos. Quanto ao primeiro gênero, a autora refere-se a “roteiros sobre o bem agir das crianças da nobreza e aristocracia”, destacando-se obras como *De civilitate morum puerilium* (1530), de Erasmo de Rotterdam, e *Didactica Magna* (1649), de Jan Amos Komensky. O segundo gênero tratar-se-ia de “guias descritivos de práticas e saberes necessários para a instrução do rei infante”. E, por fim, o terceiro gênero seria sobre tratados que apresentam recomendações, prescrições e aconselhamentos aos pais e preceptores para que a educação das crianças fosse um processo de constante vigilância, com poucas bajulações e ordenado pelo recato e pela decência.⁵⁰

Contudo, devemos destacar que, segundo Norbert Elias, a obra de Erasmo de Rotterdam não foi a primeira a tratar das regras de condutas e comportamentos visando ao progressivo sentimento de civildade, uma vez que desde a Idade Média existiam textos dedicados à propagação de ditames morais, preceitos virtuosos, normatividades nos gestos e regulações das condutas sociais. O que distingue esses textos dos tratados de Rotterdam é o alcance e a proliferação discursiva do autor sobre o público europeu, evidenciando a preocupação que uma parcela específica da sociedade tinha em obter hábitos e vivências mais próximas das cortes.⁵¹

⁵⁰ SOUZA, Laís Viena de. *Educados nas letras e guardados nos bons costumes*: Padre Alexandre de Gusmão S.J., infância e educação na Bahia Colonial. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 47-54.

⁵¹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Zahar, 1994. v. 1. p. 75.

Para os historiadores Renato Venâncio e Jânia Martins, em Portugal a produção de impressos voltados à educação e à formação moral das crianças foi registrada desde a primeira metade do século XVI.⁵² No ano de 1525 Antônio de Beja publicou o tratado *Breve doutrina e ensinança de príncipes*. Em décadas subsequentes, outros títulos como *Cartinha para aprender a ler* (1539) e *Diálogos de preceitos morais com prática deles em modo de jogo* (1540), ambos de autoria de João de Barros, também foram publicados. Ainda neste século, seguindo o modelo de educação de reis, príncipes e fidalgos, foi publicada a obra *Da instituição real e suas disciplinas*, registrada por Jerônimo Osório. De acordo com o crítico literário João Adolfo Hansen, foi por meio de um modelo de “política católica” no espaço ibérico, entre os séculos XVI e XVII, que a Igreja Católica considerou como um dos seus núcleos principais “a educação das crianças dos ‘menores’, crianças aristocratas, príncipes, delfins, infantes, por aios e mestres”, na intenção de prepará-los “virtuosamente para a vida futura em que realizariam a ‘razão de Estado’ absolutista como reis bons, fortes e eficazes”.⁵³

Nesses séculos as obras que mais circulavam em Portugal eram os tratados humanistas e teológicos.⁵⁴ Ainda que se destacassem repetidas reimpressões das cartilhas de João de Barros, outros manuais pedagógicos acentuavam, além da importância da escrita e da leitura, exemplos e regras de civilidades, de modelos virtuosos e de condutas cristãs, sendo que ao final do século XVII dois manuais se destacaram por circularem no império português. O primeiro, *Arte de crear bem os Filhos na idade de Puerícia*, escrito na América portuguesa pelo jesuíta português Alexandre de Gusmão⁵⁵ (1629-1724), mas publicado em

⁵² VENÂNCIO, Renato Pinto; Ramos, Jânia Martins. Apresentação. In: GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de Criar bem os filhos na idade da puerícia*: Dedicada ao Menino de Belém Iesu Nazareno. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 9-32.

⁵³ HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. In: FREITAS, Marcos Cezar; HUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 61-98, p. 61-62.

⁵⁴ NAVE, Francine de. Antuérpia como Centro Tipográfico do Mundo Ibérico (Séculos XVI-XVIII). In: THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (Orgs.). *Um mundo sobre o papel*: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII). São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 31-56, p. 31.

⁵⁵ O padre jesuíta Alexandre de Gusmão foi considerado em algumas pesquisas – O’Neill e Domínguez (2001), Arnaut Toledo e Araújo (2009) e Arnaut Toledo e Barboza (2015) – como o primeiro pedagogo do Brasil. A cargo desse precedente título de primeiro pedagogo não se refere apenas ao fato de ser o primeiro autor a

Lisboa no ano de 1685, apresentava um modelo cristão e moralista de como deveria ser a educação dos filhos.⁵⁶ E o segundo, em 1693, *Some*

escrever obras de cunho educativo para crianças, ainda no período colonial, mas à sua atuação no projeto evangelizador instaurado pela *Companhia de Jesus* por grande parte do território ocupado na principal colônia bem como ao seu desempenho do importante papel na fundação do *Seminário de Belém da Cachoeira*, na Bahia, o qual foi descrito nas palavras de Serafim Leite (2004, p. 241) como sendo uma instituição de características marcadamente popular, pois “nele se criarem os filhos dos moradores, sobretudo dos pobres, que viviam no sertão, e poderem estudar não só os primeiros elementos de ler e escrever, mas também latim e música”. Contando com a contrapartida da Coroa portuguesa e com a colaboração privada, o Seminário de Belém teve importante papel na formação de missionários da Companhia de Jesus e no processo educativo dos sujeitos letrados no Recôncavo Baiano. Considerando esse cenário de práticas educativas e de modelos de sujeito cristão, acreditamos que a publicação da obra de Alexandre de Gusmão em Lisboa no ano de 1685 tem alguns aspectos peculiares para o contexto editorial e social da época que merecem ser destacados. Primeiro, por se tratar de um tratado católico escrito no território da principal colônia ultramarina de Portugal, portanto distante da sede do Reino, o que pode evidenciar, além da existência de uma rota comercial de livros e livreiros, o interesse na leitura de obras que demonstravam o modelo de Educação que era implementado na Corte e que vislumbrava sua formação na Colônia; segundo, por apresentar um discurso cristão-católico que atendia aos anseios oficiais da Igreja, de difundir a sua fé e a sua moral, e aos desejos dos leigos por instrução e elevação espiritual por meio da leitura de obras religiosas (O’NEILL, Charles E.; DOMÍNGUEZ, J. M. *Diccionario Histórico de La Compañía de Jesús: Bibliográfico – temático*. Roma: Institutum Historicum; Madrid: Universidad Pontificia Comillas 2001. v. 2. p. 1851; ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; ARAÚJO, V. F. de. Educação e religião na obra “Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia”, de Alexandre de Gusmão, de 1685. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. 8., 2009, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Faculdade de Educação da UNICAMP/ HISTEDBR, 2009. v. 1. p. 1-21; ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; BARBOZA, M. A. Fundamentos da Educação Cristã no Brasil Colonial no Século XVII. In: TOLEDO, C. de A. A. de; RIBAS, M. A. de A.; SKALINSKI JUNIOR, O. (Orgs.). *Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial*. Maringá: EDUEM, 2015, v. 3, p. 13-40; LEITE, S. *A História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004. Tomos IV-VI.

⁵⁶ Alexandre de Gusmão escreveu, entre textos catequéticos, sermões e tratados para a Educação e comportamento moral, o total de treze obras: *Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio* (Évora, 1678); *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (Lisboa, 1685); *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito* (Lisboa, 1682); *Sermão na catedral da Bahia de Todos os Santos* (Lisboa, 1686); *Meditação para todos os dias da semana* (Lisboa, 1689); *Meditationes digestae per annum e Menino Cristão* (ambos publicados em 1695); *Rosa de Nasareth, nas montanhas de Hebron* (Lisboa, 1709); *Eleição entre o bem & Mal eterno* (1717); as publicações póstumas *O corvo e a pomba da Arca de Noé* e *Árvore da vida* (ambas publicadas em Lisboa, 1734), *Compendium perfectionis religiosea* (Veneza, 1783) e *Preces recitandae statim temporibus ab alumnis Seminarii Bethlemici* (s.d., possivelmente em 1783).

Thoughts concerning Education, do filósofo inglês John Locke (1632-1704), propunha vários conselhos sobre a criação dos filhos homens na intenção de formar um perfeito cavalheiro.⁵⁷

Já no século XVIII português a produção de impressos era, do ponto de vista comercial, uma atividade lucrativa,⁵⁸ mesmo considerando como limitado o domínio da cultura escrita no Reino. Tratados científicos, como os farmacológicos, de Astronomia, de Botânica, de Física e de Matemática, também eram gêneros publicados em Portugal no Setecentos, porém a tipografia portuguesa se destacava por uma constante literatura religiosa, compêndios de Medicina, manuais cartográficos e tratados de artilharia, guerra e fortificações.⁵⁹ Outro aspecto que influenciou a expansão da cultura escrita na centúria do Setecentos no Reino português foi o grande interesse de dom João V (1706-1750) pela implantação de grandes bibliotecas e o possível interesse de uma atmosfera cultural mais próxima dos efervescentes centros urbanos da França, Inglaterra e Países Baixos.⁶⁰

Até meados do século XVIII o modelo exemplar de leitura eram aquelas obras que instruíam, ensinavam exemplos edificantes, formavam bons cristãos, tanto em moralidade quanto em virtudes. O padrão português de Educação Infantil pretendido por uma sociedade que se firmava nos grandes centros urbanos estava, em muito, baseado nas orientações dos livros de devoção cristã, nos guias de civilidades em geral, nos tratados para formação de príncipes e nos compêndios pedagógicos. Há de se destacar que o século da ilustração portuguesa elegeu a “cidadania como referência e alibi para sustentação de uma sociedade” que creditava cada vez mais na instrução do seu ideário

⁵⁷ Destacamos um estudo levado a cabo pelo português António Gomes Ferreira, que analisou as prescrições para a boa Educação dos filhos, comparando as obras de três escritores contemporâneos: Fénelon, Gusmão e Locke (FERREIRA, António Gomes. Três propostas pedagógicas de finais de Seiscentos: Gusmão, Fénelon e Locke. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, ano XXII, p. 267-291, 1988).

⁵⁸ THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (Orgs.). *Um mundo sobre o papel: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. O Coleccionismo e o Gosto: A Aquisição de Livros e Gravuras nos Países Baixos Meridionais para a Livraria Real de Lisboa. In: THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (Orgs.). *Um mundo sobre o papel: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 351-367, p. 351.

social, evidenciando uma clara e abrupta ruptura dos paradigmas da racionalidade lusa do Setecentos.⁶¹

Se, durante muito tempo, o corpo foi controlado pelo discurso do sagrado e da moral – sobre a carne e as tentações –, a partir do século XVIII ele passou a ser controlado também pelo discurso da ciência. Nessa abordagem, passou a ser visto como uma máquina que pode e deve ser controlada com regimes específicos, tarefa a ser realizada, pelos poderes laicos e recém-instituídos, aqueles derivados dos estados-nações.⁶²

Acreditava-se que o condicionamento do homem aos hábitos interpostos pelos diferentes domínios do conhecimento, assimilando mudanças de comportamentos e hábitos sociais – discursivamente propagados por manuais científicos e pedagógicos –, fosse uma condição para se criar “reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado”.⁶³ Manuais, geralmente tratados como *Avisos*, desempenharam significativa funcionalidade na constituição e na intensificação da conformação da sociedade ao terem enunciada uma série de regulações, interdições e instruções daquilo que se pretendia desenvolver.

No caso dos tratados médicos em circulação em Portugal e na América Portuguesa, esperava-se que, diante dos limites impostos à instrução da população, os princípios de medicina fossem divulgados por intermediários. Esse aspecto é evidente principalmente nas obras publicadas a partir da segunda metade do século XVIII, quando o tema as ‘saúdes dos povos’ passa a ser abordado de forma mais específica.⁶⁴

Nesse sentido, o corpo infantil, regulado pelo poder e saber científico, tornou-se objeto de interesse discursivo no processo de transformação e aperfeiçoamento da vida em função dos altos índices de mortalidade infantil no período bem como da proliferação de comportamentos aversivos socialmente. Tanto a saúde quanto a

⁶¹ BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 16.

⁶² BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por Amor e por Força: Rotinas na Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 55.

⁶³ BOTO, Carlota. *A escola do homem novo*. *Op. Cit.*, p. 21.

⁶⁴ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011, p. 130.

doença configuraram-se como problemas de gerenciamento político e econômico. As práticas higiênicas e físicas das crianças foram instituídas discursivamente para as famílias por meio da preocupação com os específicos modos de comportamentos, da criação de hábitos regulares, da limitação dos contágios e da moderação das paixões.⁶⁵

Ainda é válido lembrar que a segunda metade do século XVIII português foi caracterizada por um processo particular de influência iluminista.⁶⁶ As transformações políticas, administrativas, econômicas e culturais dividiam legitimidade entre os esforços intelectuais iluministas que se propagavam por toda Europa e a forte atuação da Igreja Católica no Estado. Após a metade do Setecentos, com a ascensão ao cargo de Secretário de Estado, Dom Sebastião de Melo e Carvalho (1699-1772) promoveu uma educação pautada nos princípios iluministas, sua principal matriz nas reformas educacionais.⁶⁷ Nesse cenário reformista, o modelo idealizado de educação estava centrado na figura do nobre, tornando-se indispensáveis os métodos que contemplassem “as dimensões humanas, espirituais, políticas, físicas e artísticas da criança que se formava”.⁶⁸ Segundo Renato AmatuZZi, o modelo de educação pensado preparava a criança para desempenhar “o ofício que Deus havia lhe dado, o de nobre, homem civil e súdito fiel do rei, com funções de fazer jus aos títulos e propriedades que seriam herdados”.⁶⁹

⁶⁵ Em outra ocasião tivemos oportunidade de refletir sobre um estudo que analisou, nos finais do século XVIII português, a circulação de impressos médicos, demonstrando duas claras intencionalidades: promover a utilização de determinados hábitos com vistas à conservação da saúde infantil bem como propagar o “moderno” projeto de medicina urbana que se instaurava por meio de um discurso científico ilustrado (RIPE, Fernando. “O Temperamento bom ou mal depende da Infância”: preceitos médicos para a criação de crianças em um tratado de medicina português do século XVIII. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED SUL. 11., 2016, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: UFPR, 2016b. p. 1-16.

⁶⁶ A Educação no debate iluminista é tema central no trabalho de BOTO, Carlota. *A escola do homem novo. Op. Cit.*

⁶⁷ Sobre o processo de ensino em Portugal no século XVIII e a Reforma Pombalina, ver: CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal*: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

⁶⁸ AMATUZZI, Renato Toledo Silva. *Educação como herança*: os manuais de instrução para nobres portugueses no final do século XVIII, uma análise da carta do padre FRANCISCO Luís Leal para o 2º Conde da Ega. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. 6., 2013, Maringá. *Anais [...]*. Maringá: UEM, 2013, p. 7.

⁶⁹ *Idem.*

Na quinta seção identificamos alguns elementos discursivos sobre o corpo, a consciência e a alma infantis como forma de antecipar as discussões que serão promovidas nos próximos três capítulos. Tal seção é decorrente das formulações teóricas a que nos referenciamos e que implicam os modos como o sujeito se constitui por meio de um conjunto de técnicas de saber e poder que o incitam a modificações sobre seu corpo, pensamento e alma.

No capítulo 2, intitulado *Cuidar o corpo*, discutimos como a cultura impressa portuguesa propagou uma série de enunciados que pretendiam divulgar modelos e métodos que garantiriam a melhora das condições de saúde da população infantil, sobretudo dos recém-nascidos, que apresentavam elevadas taxas de mortalidade. A primeira seção do capítulo apresenta um inventário de dezoito autores de impressos que colocavam em debate alguns modos de garantir a vida dos infantis. Nessas discussões sobressaem-se as ideias de fecundação da época, os debates acerca do momento de nascimento das crianças, a indicação de regimes alimentares próprios para a primeira idade, a inclusão de adequações higiênicas para com o corpo das crianças e os espaços por elas habitados e, por fim, a moderação dos sentimentos como forma de garantir o equilíbrio saudável entre o corpo e o espírito. Evidentemente essas prescrições não eram exclusivamente relativas aos saberes médicos, uma vez que a ciência, pelo menos nesses impressos, ainda parecia estar muito próxima da vivência religiosa. Assim como as crianças estavam associadas à imagem e semelhança do menino Jesus, a recomendação em torno do aleitamento materno estava repleta de dogmas envolvendo a transmissão de virtudes por meio da amamentação.

Nesse sentido, damos continuidade ao capítulo apresentando uma significativa obra que se ocupou integralmente dos cuidados médicos dos infantis, o impresso *Aviso ao povo ou sumario dos preceitos mais importantes, concernentes á criação das Crianças [...]*, do médico português Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Neste, o autor elaborou, numa perspectiva muito tributária do naturalismo cientificista, um conjunto de códigos normativos para que os pais adaptassem na rotina dos seus filhos. Tal normatização pretendia, sobretudo, incitar os pais não somente a criar e educar os filhos, mas a fortalecer o corpo, o espírito e o coração dos infantis. Na sequência do capítulo, apresentamos dois modelos de vida infantil opostos, duas preocupações constantes no período moderno, a primeira se relacionava com a dis-

posição física das crianças e sua respectiva necessidade de desenvolver corpos robustos e saudáveis por meio de exercícios físicos e um regime nutritivo; e a segunda atentava para a existência de crianças desviantes da normalidade, na condição de doentes, mas principalmente no que tange à existência de comportamentos aversivos e à possibilidade de concepção e sobrevivência de corpos estranhos infantis.

O terceiro capítulo, *Ensinar a mente*, revela como a cultura impressa portuguesa se valeu dos discursos pedagógicos para difundir um projeto de adequação de sujeito moderno. Ao colocar a infância como centro desse debate, vários foram os autores que pretenderam divulgar seus métodos de ensino, prescrevendo não somente direcionamentos para a alfabetização dos infantis, mas também modelos de comportamento urbano, civil, polido e cristão ancorados na tradição portuguesa. Primeiro, identificamos quais seriam os agentes mais recomendados para gerenciar a condução social dos infantis por meio da “boa educação”. Mestres, preceptores e aias, preferencialmente estrangeirados dos grandes centros europeus, exerciam a tarefa de ensinar as crianças o caminho do *abc*, conduzi-las às práticas de civilidade bem como guiá-las na fé cristã por meio da prescrição de rotinas rígidas e vigiadas. Alertamos, também, que os impressos seguiam uma estratégia de descrever os processos educativos por meio de uma figura ideal, qual seja: um menino de boa saúde, cristão, urbano e abastado economicamente. Tal identidade fixa nos fez tentar compreender como foi enunciada a educação de meninas nesse período e quais eram os direcionamentos específicos e as possíveis divergências no processo de criação.

Tanto para os manuais que enunciavam modelos de educação feminina como para os que divulgavam aprendizagens, compilamos uma série de autores que foram publicados, censurados ou que obtiveram somente a licença para impressão, os quais foram sistematizados por meio de quadros. Os quadros se constituem como um importante sinal de transformação na forma de divulgar modelos educativos para os infantis, por isso procuramos identificá-los antes e após a ingerência das políticas de Estado de Marquês de Pombal. As reformas nas instruções no Reino português, como veremos, interferiram na produção tanto de obras que divulgavam o ensino das primeiras letras, seja na aprendizagem da leitura, da escrita e da contagem, como daquelas que começaram a associar o catolicismo e a divulgação de modelos de comportamentos sociais por meio do ensino de civilidade. Dentre os

processos de ensino divulgados, demos maior atenção a dois tratados. O primeiro, de Manuel de Andrade de Figueiredo, *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, publicado em 1722, peculiar não somente pela materialidade e tipografia, repleta de elementos gráficos, algo bem incomum à época, mas pelos detalhados direcionamentos que seu autor descreveu para as aprendizagens da leitura e da escrita em língua portuguesa, da Aritmética problematizada por meio do usos no contexto setecentista e dos aconselhamentos aos Mestres de como guiar a aprendizagem dos discípulos. O segundo é a obra *O Perfeito Pedagogo na arte de educar a mocidade [...]*, do professor régio João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcellos, que cria estrategicamente a figura simbólica do “perfeito pedagogo” para cumprir o papel de governo em relação aos infantis. Semelhante ao que Jean-Jacques Rousseau fez na obra *Emílio*, Vasconcellos atribuiu ao pedagogo o papel administrativo da educação dos meninos e da mocidade portuguesa, operando regras e normas nos três objetos a serem desenvolvidos na educação: o coração, o espírito e o corpo.

No capítulo 4, *Salvar a alma*, discorremos sobre os discursos que pretendiam proteger e garantir a virtuosidade e salvação das almas das crianças. Evidentemente, tal discussão se organiza em torno de preceitos cristãos que dirigiam mecanismos espirituais a fim de elevar a fé e a moralidade dos fiéis católicos. A utilização de amuletos de proteção e patuás, a acuidade dos sacramentos cristãos e o resguardo das crianças longe de qualquer influência diabólica foram elementos simbólicos e práticos amplamente difundidos, tanto no século XVII como ao longo do XVIII, para justificar alguns terríveis acontecimentos que infligiam as crianças. A divulgação, por meio de impressos, de curas miraculosas manifestadas por intervenções divinas e casos envolvendo martírio de infantis revelam o quanto a população, profundamente devota, poderia se sensibilizar com os milagres ou se ressentir com a perda de um pequeno inocente. *É importante* sinalizar que a literatura de cunho espiritual, tanto em Portugal como no seu principal domínio ultramarino, difundia formas de *bem viver* e de *bem morrer* adequadas aos preceitos de sua doutrina. Os sujeitos, nessa sociedade de Antigo Regime, vivenciavam no seu cotidiano e nas suas sociabilidades o sentimento e a ideia da presença constante da morte. O capítulo ainda revela como as orientações cristãs alcançavam a consciência de uma população devota, notadamente os pais que perdiam seus filhos. Por fim, cabe-se ainda destacar que esses cuidados com a espiritualidade das crianças era obrigação dos pais, de modo

que a Igreja não poupou esforços para alertá-los e culpabilizá-los pelas omissões dos sacramentos, pela negligência em atender os sufrágios bem como pela ausência de orações aos infantis que morriam. Tais descuidos poderiam inviabilizar a salvação das almas das crianças defuntas ou comprometer espiritualmente a boa morte dos seus pais.

As últimas reflexões estão presentes nas *Considerações Finais*. Optamos por dividir essa parte em quatro momentos. No primeiro, identificamos um quadro que aponta as transformações ocorridas ainda no período moderno português, principalmente ao percebermos as mudanças nas proposições das posturas éticas cristãs referentes ao desenvolvimento individual e social dos infantis. Se, por um lado, no século XVII a ética cristã era um modelo ideal de formação do sujeito infantil, nos finais do século XVIII esse objetivo passou a ser restringido ao desenvolvimento de um conjunto de virtudes. Não se trata de pensar a criança em um universo menos confessional, mas, ao operacionalizar e incorporar as virtudes cardeais no seu cotidiano, certamente as crianças estariam direcionadas a um projeto mais objetivo de vida, mais familiar e social, baseado nos princípios éticos de homem racional. Nesse processo, muito mais do que sintetizar o que demonstramos no decorrer da tese, procuramos identificar quais foram os modos discursivos para a constituição do sujeito infantil moderno, de modo a perceber a existência de dois estágios relativos às maneiras de disciplinar as crianças. Essas duas maneiras serão confrontadas em duas seções: a primeira aciona discursos de religiosidade cristã exaltando um certo poder onipresente, portanto, um modelo de poder pastoral; a segunda destaca a intervenção e emergência das ações políticas do Estado, funcionando, grosso modo, como um poder disciplinador advindo da invenção da Pedagogia. Por último defende-se a validade da tese defendida, confirmando a existência de determinados discursos que asseguraram específicos modos de ser infantil tendo como mote de formação a educação do corpo, da moral e da alma infantil, bem como sinaliza potenciais problematizações decorrentes do presente estudo.







Do governo da Infância

Não temos a pretensão de desvelar aqui as estruturas mentais, tampouco inferir quais crenças foram orientadoras de certas iniciativas institucionais voltadas ao cuidado da infância na época moderna. Buscamos, sobretudo, uma possível reflexão atinente à história dos modos com os quais a criança foi discursivamente problematizada e refletida em relação à verdade de um sujeito ocidental moderno. A história do saber sobre a infância será percebida por meio da regularidade com que tal discurso se apresentou. Conforme Sandra Corazza, “colocar a infância em discurso, incitar a produção de saberes sobre ela [a criança], regular relações de poder e práticas institucionais em seu nome, construir ideais religiosos e laicos de vida e de sociedades futuras”⁷⁰ significa pensar como a infância passou a ocupar uma posição numa rede conceitual que estabeleceu o que é ser criança. Nesse sentido, tomaremos uma das práticas organizadoras de nossa cultura, no caso o dispositivo da cultura impressa, de modo a produzir uma análise histórica de como a infância foi colocada, em termos de uma temporalidade e espaço específicos, no interior do discurso da Modernidade.

A compreensão da Modernidade a partir do agenciamento de inúmeras transformações econômicas, sociais e políticas no gerenciamento dos Estados pressupõe a existência de um conjunto de práticas de governo, que, segundo Michel Foucault, são ações pelas quais se conduzem as condutas e possibilitam o controle e o exercício da autoridade, da dominação ou da administração de uns sobre os outros.⁷¹

A sociedade ocidental moderna exerceu certos dispositivos na intenção de modificar as condutas do sujeito infantil entendendo

⁷⁰ CORAZZA, Sandra Mara. *História da infância sem fim*. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2004, p. 26.

⁷¹ VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? In: RESENDE, Haroldo (Org.). *O governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 49-56.

essa condução como um processo de educação, cuja “ação pela qual uns (que partilham uma mesma cultura) conduzem os outros (que se situam fora dessa cultura)”, evidentemente esses outros “são aqueles que ainda não estavam aí, os recém-chegados: os estrangeiros, anormais, estranhos e, no nosso caso aqui em discussão, as crianças”.⁷² Assim, poderíamos dizer que a educação, até então regida por questões ético-religiosas calcadas nos pressupostos do pensamento cristão, passaria a ser compreendida em função de seu gerenciamento na constituição dos sujeitos. Portanto,

[...] toda a sociedade se anima de locais formativos, além da família e da igreja, como ainda da oficina; também o exército, também a escola, bem como novas instituições sociais (hospitais, prisões ou manicômios) agem em função do controle e da conformação social, operando no sentido educativo; entre essas instituições, a escola ocupa um lugar cada vez mais central, cada vez mais orgânico e funcional para o desenvolvimento da sociedade moderna: da sua ideologia (da ordem e da produtividade) e dos seus sistemas econômicos (criando figuras profissionais, competências das quais o sistema tem necessidade).⁷³

A compreensão de sujeito moderno como ser consciente e reflexivo se deve à dinâmica dos modos de entender esse sujeito, verificável, sobretudo, na moderna sociedade europeia entre o final do século XVI e o decorrer do século XVIII e aprofundada significativamente nos séculos subsequentes. Para Michel Foucault, o sujeito moderno foi produto da existência de um poder disciplinar que modelou e conformou sua população por meio de técnicas e mecanismos de governo.⁷⁴ De acordo com essa genealogia foucaultiana, a pesquisadora Maria Isabel Bujes identificou a variabilidade dos espaços produtores dos saberes que definiram esse sujeito moderno. Para a autora, a

⁷² *Idem*, p. 54.

⁷³ CAMBI, F. *História da pedagogia*. Trad. Álvaro Lorenzini. São Paulo: FEU, 1999, p. 198-199.

⁷⁴ Para Lisete Bampi, a noção foucaultina de governamentalidade sinaliza a distinção entre as mentalidades particulares, as artes e os regimes de governo que emergiram no início da Europa moderna. Essa noção está relacionada com as formas como o governo de Estado gerencia a população, ainda que também se refira à forma como nos governamos e somos governados (BAMPI, Lisete. Governo, subjetivação e resistência em Foucault. *Educação & Realidade*, v. 27, n. 1, p. 127-150, jan./jul. 2007, p. 127.

[...] ideia do humano é produto de um processo muito complexo de definição, ela se deve à conjugação de interesses vindos de muitos lugares dispersos pela sociedade e se apoia numa extensa e convergente produção de saberes que se origina em lugares variados do campo do saber.⁷⁵

Foi essa convergência de saberes que possibilitou que Michel Foucault colocasse o sujeito em lugar central de definição. Para o autor, a “aparição de novas formas na vontade de verdade” foi o elemento que promoveu a emergência do surgimento de um complexo sistema de instituições de segurança e controle. Tais instituições modernas utilizaram um conjunto de práticas validadas por um sistema de saberes que exerciam “uma vontade de saber que prescrevia o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis”.⁷⁶ Portanto, é a partir de uma associação de saberes institucionalizados que o sujeito infantil moderno se constituiu “como produto de continuado e complexo processo de definição”.⁷⁷ Para o historiador em educação José Carlos Souza Araújo, os saberes que se estruturaram sobre a individualidade da criança, sobre sua formação e sobre as potencialidades de desenvolvimento, tanto da criança como da própria humanidade, revelam o vínculo entre a infância e a Modernidade.⁷⁸ Ao ascender discursivamente o ideário relativo à necessidade de a infância ser protegida, cuidada, guiada e, portanto, pedagogizada, a Modernidade transformou a criança em sujeito central de preocupação. É nesse processo de “estratégia de governmentação que se articula ao modelo de sociedade que se instaura” que os infantis se tornam o “instrumento e a própria condição para a realização do governo da população naquilo que se espera da infância em face da efetivação do projeto social encampado pela Modernidade”.⁷⁹

⁷⁵ BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Governando a subjetividade: a constituição do sujeito infantil no RCN/EI. *Pro-Posições* (Unicamp), Caminas, v. 13, p. 163-175, 2002, p. 3.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 16.

⁷⁷ BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Governando a subjetividade*. *Op. Cit.*, p. 3.

⁷⁸ ARAÚJO, José Carlos Souza. Marcos filosóficos da modernidade em torno da educação da criança: antropologias da infância em disputa? *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza; CARVALHO, Carlos Henrique de; MOURA, Esmeralda B. Blanco de (Orgs.). *A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho*. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 179-207.

⁷⁹ RESENDE, H. A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na Modernidade. *In*: RESENDE, H. (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 134.

Nessa perspectiva, reiteramos que foi com a Modernidade que a população se tornou objeto tanto de interesse de diferentes campos do saber como de gerenciamento do Estado. A partir dessas duas características identificamos uma série de regras para sua governamentalidade. De acordo com Foucault, essas regras estão relacionadas a um conjunto de dispositivos institucionalizados que visam à economia política dos corpos.⁸⁰ Ainda que Foucault não tenha se preocupado em desenvolver uma *teoria da infância*, com uma formulação sistemática em torno desse tema, a perspectiva teórica lançada pelo autor contribui como chave de compreensão para apreender os diferentes modos como a infância foi pensada e administrada. Desse modo, concebemos a infância como uma produção histórica, uma construção cultural e social afastada, portanto, de quaisquer definições “estáticas, naturalizantes e essencialistas”.⁸¹

Nesta investigação temos como hipótese o fato de que os impressos publicados e/ou traduzidos em Portugal entre os anos finais do século XVII e por todo o século XVIII constituem-se como dispositivos estratégicos para a expansão da homogeneização de uma sociedade portuguesa (que ansiava por elevar suas taxas de alfabetização) sobre os aspectos morais, religiosos e políticos.

De acordo com Justino Magalhães, no contexto português do Antigo Regime, foi a cultura escrita que marcou a construção da Modernidade.⁸² Cabe-se salientar que entendemos a cultura escrita como sendo o lugar simbólico e material que o escrito ocupou em determinado contexto espacial e temporal.⁸³ Portanto, é nesse sentido que Magalhães assinalou ser na manifestação mais elementar de ler, escrever e contar, associada e dependente da escolarização, que se deram profundos reflexos nos destinos de vida das populações.⁸⁴ Contudo, ainda é preciso destacar que o entendimento de Modernidade é aqui percebido principalmente no seu sentido filosófico, não no histórico.

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995a, p. 277-293.

⁸¹ RESENDE, Haroldo (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 7.

⁸² MAGALHÃES, Justino. *Cultura letrada e modernidade*. Op. Cit.

⁸³ GALVÃO, Ana Maria O. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, M; CARVALHO, G. T. (Orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Op. Cit.

⁸⁴ MAGALHÃES, Justino. *Cultura letrada e modernidade...*, p. 387.

Assim, não se trata de referir um momento histórico determinado,⁸⁵ mas, de acordo com o pensamento de Michel Foucault, uma *atitude* e concepção centrada na subjetividade, realizável por qualquer sujeito capaz de diagnosticar o seu momento e o quadro que o envolve.⁸⁶

É a partir dessas considerações filosóficas que inserimos nossa principal intenção neste capítulo: apresentar um conjunto de obras que foram publicadas e/ou traduzidas em Portugal entre os anos finais do século XVII e por todo o século XVIII que evidenciavam determinados modos de cuidado com a infância. O procedimento metodológico empregado na pesquisa vale-se de um levantamento de fontes impressas – a partir da consulta a catálogos digitais de bibliotecas portuguesas e da Biblioteca Nacional de Portugal⁸⁷ – publicadas em língua vulgar no período mencionado que colocavam a criança como sujeito de cuidados, de proteção e de educação. Nesse sentido, optou-se por analisar um conjunto de fontes documentais bem delimitado, tomado em suas similaridades e convergências. Não intentamos empreender uma analítica minuciosa sobre os diferentes discursos correntes sobre a infância, mas realizar um primeiro cotejamento de enunciados coligidos e confrontados entre si a fim de estabelecer unidades discursivas de sentido para a infância. Nosso intuito não foi esgotar tais fontes, mas apresentar um conjunto significativo⁸⁸ para demonstrar a existência de uma constante discursividade, tomada

⁸⁵ A Modernidade, no sentido histórico, corresponde ao período entre os séculos XV e XVIII de intensas transformações culturais, econômicas, sociais e políticas na Europa que operaram profundas implicações pedagógicas e educacionais. É válido destacar que para Foucault, em *As palavras e as coisas*, o entendimento de Modernidade significa interrogar as condições que tornaram possíveis os distintos modos modernos de pensar (FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Sama T. Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007). É importante, ainda, perceber a existência de várias modernidades, sendo que aqui estamos considerando apenas um fragmento dessa temporalidade. Uma discussão mais atenta a respeito da origem do pensamento moderno no século XVIII, no sentido foucaultiano, foi discutida por José Ternes (TERNES, José. Michel Foucault e o nascimento da modernidade. *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 45-52, out. 1995).

⁸⁶ BRANCO, Guilherme Castelo. A modernidade em Foucault: uma breve exposição. *Princípios*, ano 04, n. 5, p. 137-146, 1997, p. 137.

⁸⁷ As edições foram conferidas a partir de um levantamento de dados do acervo digital de distintas bibliotecas portuguesas, em especial o da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) e da Biblioteca Nacional do Brasil (BN). Disponíveis em: <http://www.bnportugal.pt/> e <http://www.bn.br/>.

⁸⁸ Consideramos o arrolamento de tais fontes significativo, nem tanto por sua quantidade, mas pela relevância que tais obras tiveram na constituição discursiva de distintos campos de saber e conhecimento bem como por ser uma amostra cuja

aqui como uma *tecnologia de subjetivação*⁸⁹ que pretendia transformar práticas e prescrições para constituir uma população infantil saudável, socialmente comportada, virtuosa na fé cristã e com pleno domínio da leitura e da escrita portuguesa.

Para a melhor sistematização de análise do capítulo, dividimo-lo em cinco seções: nas duas primeiras demarcamos a temporalidade e a espacialidade deste estudo, o que permitiu que, na terceira seção, configurássemos o *dispositivo da cultura impressa* como forma de constituição do sujeito infantil. Pretendemos, sobretudo, trazer à tona a discussão de como a produção, editoração e circulação de impressos cumpriu importante papel transformador. Assim, a compreensão da Modernidade é uma *condição de possibilidade*⁹⁰ para a sensibilização da infância. Na quarta seção, ao discutirmos a recorrência de publicações educativas em Portugal no século XVIII, elencamos um conjunto de seis tipologias dos impressos, quais sejam: as que enunciam os cuidados que se deveria ter com o corpo do sujeito infantil; as que tratam da sua nutrição; dos bons costumes; da moral que se deveria incorporar; das virtudes cristãs; e, por último, dos cuidados relativos aos processos educativos. Na quinta e última seção identificamos a forma como

distribuição temporal abarca obras publicadas desde o final do século XVII até o final do século XVIII.

⁸⁹ Para Fonseca, os modos de subjetivação são como aspectos da constituição do “indivíduo moderno como sujeito, ou seja, indivíduo preso à sua própria identidade pela consciência de si” (FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003, p. 25). Nessa perspectiva, Stephanou descreveu que o “sujeito se constitui na articulação complexa de discursos e práticas, que podem ser pedagógicos, médicos, terapêuticos, entre outros, historicamente engendrados, que instauram modos de conhecimento sobre si” (STEPHANOU, M. Bem viver em regras: urbanidade e civilidade em manuais de saúde. *Revista Educação Unisinos*, v. 4, p. 35-44, 2006, p. 36).

⁹⁰ Para a filósofa Marilena Chauí as nossas ações, condutas e escolhas são modeladas pelas condições que vivemos (CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000). Assim, as práticas sociais e culturais são historicamente determinadas por hábitos, costumes e valores considerados como bons e obrigatórios em um tempo e espaço específicos. São condições que determinam a proliferação de um determinado discurso em detrimento de outros que não se encontram na ordem. Entre os séculos XVIII e XIX determinadas condições – instauração da imprensa, taxa crescente de alfabetização, ampliação do mercado editorial, formação das grandes bibliotecas, circulação de livros, entre outros – possibilitaram certa “explosão” de um público capaz de consumir livros impressos (GOMBERG, Felipe. *A aura do livro na era de sua reprodutibilidade técnica*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 84).

o problema da constituição infantil é abordado nos próximos três capítulos deste livro. Tal problematização decorre das formulações teóricas de que estamos nos valendo e que, portanto, implicam específicos modos de constituição do sujeito por meio de um conjunto de técnicas de saber e poder que incitam esse sujeito a transformar modificações sobre seu corpo, pensamento e alma.



1.1 A criança e o encontro dos tempos

Desde o século XIII a criança aparece na iconografia religiosa para representar o anjo e o menino Jesus, sendo posteriormente reproduzidas a figura da infância da Virgem e a de outros santos. O distanciamento entre a imagem da infância com o mundo religioso só ocorreu por volta dos séculos XV e XVI. Contudo, “os retratos de crianças reais só se encontram, de início, nas efígies funerárias: o tema da morte se acrescenta ao da santidade”.⁹¹ No início do século XVII se multiplicou o número de retratos de crianças vivas. O despertar iconográfico pelo infantil é também compartilhado pela introdução da Pedagogia, de modo que ambos têm interesse em criar significações para a criança. De acordo com o sociólogo francês Bernard Charlot, a “significação atribuída à infância vem para ela da interpretação [...] em termos de natureza e cultura. Mas esses próprios conceitos devem, para se aplicar à infância, tomar um sentido temporal”.⁹²

A imposição do tempo como definição mínima da concepção particular da infância foi tema recorrente no século XVIII. É válido lembrar que para Ariès as “idades da vida” não são apenas etapas biológicas, estando relacionadas às funções sociais. Da mesma forma, o autor acreditava que a periodização da vida possuía a mesma fixidez que o ciclo da natureza ou a organização da sociedade, “a despeito de uma proliferação nas formas de designar as idades”.⁹³

Um interessante estudo realizado pelo português António Gomes Ferreira e pelo brasileiro José Gonçalves Gondra sobre as

⁹¹ CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 100.

⁹² *Idem.*

⁹³ FERREIRA, António Gomes; GONDRA, José G. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX). In: LOPES, Alberto; FARIÃ FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 127-146, p. 129.

“idades da vida” constatou que essa periodização foi descrita de diferentes formas, como ciclos, estágios, etapas, etc. Para os autores as idades constituíam um “referencial de desenvolvimento que era tido em consideração nas disposições normativas estipuladas por entidades de grande poder regulador”.⁹⁴ A classificação das idades da vida sem dúvida despertou grande interesse analítico dos saberes médicos. Nesse sentido, várias foram as obras médicas publicadas no século XVIII que abordaram as idades em relação ao gênero, atribuindo-lhes supostas terminologias – Ferreira e Gondra destacaram para a primeira metade do Setecentos a obra *Historiologia medica* (1733), de Rodrigues de Abreu, e para a segunda metade os estudos de Manuel José Leitão (1788). Soma-se, ainda no Setecentos, o tratado médico de Francisco de Melo e Franco, para quem a infância foi percebida como a etapa em que a cabeça recebe as preferências do crescimento. Tal argumentação decorre do fato de que seria na cabeça que se acumulariam “as forças necessárias para a dentição” e para a ‘formação dos cabellos’, como também pela facilidade com que todas as doenças desse tempo implicavam com a cabeça e por ‘certas afecções, próprias deste órgão’, somente se desenvolverem nesta idade, ‘como a crusta láctea, hydrocephalo, inchação das parotidas, purgação dos ouvidos, de nariz, etc.’.⁹⁵ Contudo, os autores Ferreira e Gondra acreditam que esses modelos médicos tiveram aceitação generalizada e sublinham que “sua persistência ao longo das décadas das centúrias de Setecentos e de Oitocentos conferem-lhe, pelo menos, uma legitimidade de referencial analítico suportado pelo saber médico, acontecimento igualmente evidenciável em outros países”.⁹⁶ Nesse sentido, outro exemplo significativo foi a classificação das idades publicada pelo higienista e professor da Faculdade de Medicina de Paris Jean-Noël Hallé no ano de 1787.

⁹⁴ *Idem*, p. 130.

⁹⁵ *Idem*, p. 132.

⁹⁶ *Idem*, p. 132.

Quadro 1 – As idades da vida a partir da classificação de Jean Noël Hallé (1787)

Terminologia	Descrição		Idades
1ª infância			1-7 anos
2ª infância – Puerícia	Meninos	Meninas	7-15 anos 7-13 anos
Puberdade ou adolescência (aptidão para reprodução)	Homens	Mulheres	15-25 anos 13-21 anos
Virilidade	Para os homens Para as mulheres	Virilidades crescente Virilidade confirmada Virilidades decrescente	25-60 anos 21-50 anos
Velhice	1ª fase – velhice 2ª fase – velhice avançada (época das enfermidades) 3ª fase – decrepitude (transição da vida à morte)		60-70 anos

Fonte: Ferreira e Gondra (2007, p. 133).

Para António Gomes Ferreira, estudiosos moralistas também realizavam sistematizações etárias no intuito de que suas obras fossem melhor direcionadas. Esse é o caso da enciclopédia *Escola Decurial*, de Fradique Espinola (1635-1708), que retoma o tema das “idades da vida” em diversas ocasiões. Partidário de uma sistematização cosmológica, Espínola acreditava que o corpo e a vida estavam correlacionados em um mesmo cosmo, de modo que explicava sua sistematização pelos mesmos princípios:

A primeira he a *Infancia*, dura quatro anos; nesta domina a Lua, primeiro Planeta do Ceo, influindo nesta idade o alterar-se o corpo humano, ainda com cousas muy leves.

A segunda contém dez anos, e dura até os quatorze. Chama-se *Puericia*, em que domina o Palenta Mercurio. Confôrme a natureza deste Planeta; começõ os homens a mostrar nesta idade sua habilidade, e engenho para o ensino.

A terceira he de oito anos, desde os quatorze até os vinte e dous. Chama-se *Adolescencia*, em que domina o terceiro Planeta Venus. Começa o homem a ser hábil para a geração, e amigo de sestas e passatempos. A quarta dura até os quarenta e dous, e chama-se *Juventud*, em que domina o Sol, Quarto Planeta. Esta idade he o melhor da vida, e a mais apta para o governo dela.

A quinta dura dos quarenta e dous até os sincoenta e seis, e esta he a *Varonil*, em que domina Marte; começa os homens a ser avarentos, irados, enfermos, temperados no comer, e constantes no obrar.

A sexta ocorre dos sincoenta e seis até os sessenta e oito. Chama-se *Velhice*, em que domina Jupiter, que influe igualdade, Religião, piedade, temperança, e castidade.

A settima, e utlima das idades he dos sessenta e oito até os noventa e oito, e chama-se *Decrepita*; domina nella Saturno; seus efeitos são solidão, enfraquecer a memoria, e as forças: causar grandes tristezas, profundos pensamentos, desejo de saber segredos e de ser obedecidos, e respeitados.⁹⁷

Ainda é válido acrescentar as definições que o religioso português Raphael Bluteau atribuiu em seu *Vocabulario portuguez & latino*, publicado a partir de 1712. Para ele, a infância era a idade dos meninos enquanto estes não falassem ou ainda não fizessem uso da razão, cuja definição é “a potencia intellectiva, primeyra, principal faculdade da alma, cõ a qual o homem distingue o bem do mal, & o que he verdade, do que he falso, ou a faculdade de conhecer as cousas na sua materia”.⁹⁸ Todavia, Bluteau colocou em suspeição uma plena definição: “conforme a opinião dos que querem que infancia signifique a idade que se estende até o principio da adolescência, a saber, aos 14 annos”, uma vez que o limite entre a infância e a adolescência são conferidos de acordo com o gênero, sendo “a idade de 14 annos nos Varoens & de 12. nas fêmeas”.⁹⁹ Embora fossem descritas por Bluteau sem maiores reveses a *Infancia*, a *Puericia*, a *Adolescencia*, a *Mocidade*, a *Idade Varonil*, a *Velhice* e a *Idade decrepita* como limites etários, muitas vezes estes po-

⁹⁷ ESPINOLA, Fradique *apud* FERREIRA, António Gomes. *Gerar, criar, educar*. *Op. Cit.*, p. 353.

⁹⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, v. 8, p. 124.

⁹⁹ *Idem*, v. 4, p. 24.

deriam estar em desacordo, tendo em vista variadas situações (idade para as milícias, para usar armas, pretender cargos na República, “às idades, em que o home se entrega ás delicias, & passatempos da vida”, entre outros exemplos citados por Bluteau). Se nos discursos que circulavam na metrópole portuguesa a definição é inconstante, na colônia, em terra brasílicas, a interpretação da idade da infância era ainda mais variável. Nesse sentido, e de acordo com Renato Franco,

Ser criança na América portuguesa, por certo, implicou especificidades, deu longevidade a alguns costumes herdados das diferentes matrizes culturais e alternou discursos num fenômeno novo e específico. A infância *brasílica* não se furtou às condições coloniais, aos choques de culturas, às especificidades de trabalho de inúmeras mães. Da mesma forma que os estudos recentes têm procurado demonstrar as influências do tempo e do espaço na constituição dos núcleos familiares, certamente a infância dos trópicos também aclimatou percepções, fragilizou regras, refundiu conceitos.¹⁰⁰

Por conseguinte, temos que a criança nasce e se desenvolve em um meio social. As determinações biológicas da infância só fazem sentido nas relações com o adulto e sobre específicas condições de vida em sociedade. Assim, os cuidados relacionados à fisiologia da criança se dão nas relações afetivas e sociais com os adultos que, ao seu tempo, dela cuidam e a protegem. Nesse sentido, a infância é discursivamente determinada pela conduta que os adultos dispõem à criança bem como pelas *respostas sociais*¹⁰¹ que se inserem. Conforme afirmou Bernard Charlot, sendo “a significação biológica da infância superdeterminada por significações sociais, é preciso integrar à própria ideia de infância e os comportamentos do adulto e da sociedade em face da criança.”¹⁰²

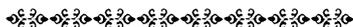
Todavia, temos que destacar distanciamentos epistemológicos que nossa pesquisa teve com a ideia de constituição do sujeito infantil apresentada por Bernard Charlot. Para o pesquisador francês, o “adulto e a sociedade são considerados como aqueles que suprem as insuficiências biológicas das crianças em satisfazer suas necessidades naturais. A criança não se define por suas relações com o adulto e com a sociedade, mas pela inadequação entre seus poderes e suas necessi-

¹⁰⁰ FRANCO, Renato. *A piedade dos outros*. Op. Cit., p. 40.

¹⁰¹ Estamos tomando como resposta social o posicionamento de estruturas de cuidados, de acolhimento, de proteção, etc. conforme Charlot (1979, p. 105).

¹⁰² CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica*. Op. Cit., p. 105.

dades”.¹⁰³ Por outro lado, Charlot se aproxima da ideia de a criança ser uma representação do discurso que a conforma, pois ele acredita que o infantil é parte integrante de uma projeção histórica que o adulto e a sociedade conferem à criança. Assim, a “imagem da criança é, portanto, a imagem elaborada por um adulto e por uma sociedade que se projetam na criança, de uma criança que se procura identificar com o modelo criado por essa projeção. Compreende-se bem, portanto, que essa imagem evolua historicamente”.¹⁰⁴



1.2 A criança no espaço luso

No conjunto discursivo das fontes utilizadas em nossa pesquisa, a dizibilidade e a visibilidade¹⁰⁵ sobre a criança são especificamente determinadas pelas condições sociais dos sujeitos bem como pelas aspirações e recusas dos adultos. Desse modo, a criança era tomada pelas enunciações de uma sociedade ocidental que, por meio de seus projetos modernos, as envolvia em planos sociais, econômicos, políticos e religiosos. Se no contexto moderno a criança foi progressivamente afastada do mundo do trabalho adulto e de suas sociabilidades, então foi-lhe conferido um novo espaço de desenvolvimento e aprendizagem. Assim, entre os séculos XV e XVI iniciou-se o processo de fechamento das crianças em escolas e colégios organizados, principalmente, pelo poder eclesiástico, tendo como argumento moral e pedagógico “expulsar as crianças da vida social adulta”.¹⁰⁶

Em Portugal os serviços de proteção e assistência à infância foram estabelecidos na regência da rainha D. Leonor (1458-1525) com a criação das “Misericórdias”. De acordo com a pesquisadora portuguesa Maria João Cardona,

¹⁰³ *Idem*, p. 106.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 109.

¹⁰⁵ Filosoficamente o regime de visibilidade é a composição de “um conjunto específico de máquinas óticas abre o objeto ao olhar e abre, ao mesmo tempo, o olho que observa. Por isso o sujeito é uma função da visibilidade, dos dispositivos que o fazem ver e orientam o seu olhar”. Ao compreender a infância enquanto “lugar de visibilidade”, estamos inferindo a possibilidade de se analisar as maneiras de ver, dizer e prescrever modos de ser infantil histórica e socialmente aceitos e divulgados por meio de tratados, manuais, entre outras literaturas de comportamento social que circularam amplamente entre os séculos XVII e XVIII pela Europa (LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O sujeito da educação*; estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86, p. 61).

¹⁰⁶ CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica. Op. Cit.*, p. 112.

[...] seu início marcou o começo da criação de estruturas vocacionadas para a prática de obras de caridade destinadas aos pobres, doentes e crianças sem família. O acolhimento e assistência às crianças pequenas também decorria por vezes nestas instituições que funcionavam sob a orientação de organizações religiosas.¹⁰⁷

Outras instituições e dispositivos, como “rodas”, “refúgios”, “hospícios” e “asilos” – predominantemente sociais ou assistenciais –, sobretudo mantidos por organizações particulares e tuteladas pela Igreja Católica, ajudaram a manter aquilo que Justino Magalhães denominou, para o caso de Portugal, como “a primeira grande ação junto da infância”, ou seja, “a proteção”.¹⁰⁸ Eu acrescentaria, no entanto, as modificações nucleares das famílias portuguesas, que passaram cada vez mais a se preocupar com a saúde infantil, reduzindo até mesmo as taxas de mortalidade que se apresentavam altas até a metade do século XVIII.¹⁰⁹ Todavia, Magalhães ainda reafirmou que tanto as Misericórdias como as prescrições recomendadas por “higienistas e a “práticas das amas” no século XVII visavam a garantir a proteção e o acolhimento da criança ao mesmo tempo que procuravam proporcionar aos infantis alguma formação rudimentar, incluindo a leitura e a escrita. Para o autor, a partir do século XVIII essas instituições distinguiram seus objetivos sociais e assistenciais dos propósitos pedagógicos e educativos, mesmo que houvesse instituições insistindo em conciliar assistência e educação.¹¹⁰ Decerto, e como bem apontou

¹⁰⁷ CARDONA, Maria João. *Para a História da Educação de Infância em Portugal*. O discurso oficial 1834. 1990). Porto: Porto Editora, 1997, p. 26.

¹⁰⁸ MAGALHÃES, J. Um contributo para a História da Educação de Infância em Portugal. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Orgs.). *As crianças: Contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança, 1997, p. 121.

¹⁰⁹ Conforme será apresentado no último capítulo, quando discorreremos sobre a salvação da alma infantil.

¹¹⁰ Para o historiador em Educação Justino Magalhães, ao tratar do contexto português relativo às instituições educativas, o conceito de instituição está diretamente associado à ideia de permanência e sistematicidade bem como à de norma e de normatividade, igualmente ainda promove uma combinatória de finalidades, regras, normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, relação intra e extrassistêmica. Conforme Magalhães, a história de uma instituição, por via de regra, é um processo de investigação no qual a instituição e a Educação se articulam por ação dos sujeitos envolvidos no processo e situados num horizonte sociocultural que define a sua existência e o sentido de cada um em relação aos seus interesses, motivações e expectativas. Pesquisar e compreender o processo histórico de uma instituição educativa é “analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos

Magalhães, a crescente preocupação com a criança e com sua formação educativa fez com que o século XVIII fosse marcado pela necessidade de criação de “planos educativos estruturados e consequentes”, dando origem a uma “meta-escolarização da Educação de Infância que tendeu a reduzir a ação educacional a uma propedêutica escolar”.¹¹¹

Justino Magalhães, em outro estudo, acentuou a presença de elementos civilizatórios e educativos nas relações históricas entre Portugal e Brasil no contexto da Modernidade. Para o autor, é por meio da educação que “os fatores culturais são transmitidos, atualizados e postos em ações, nos planos material, simbólico, comportamental e antropológico, num mesmo contexto geográfico e de um contexto geográfico para outro”.¹¹² Segundo o autor,

A relação histórica Portugal-Brasil/Brasil-Portugal constituiu-se como processo civilizatório em que a cultura escrita se desenvolve e se torna qualitativa e quantitativamente determinante, como recurso e meio, construídos e utilizados por uma diversidade de agentes missionários, colonos, emigrantes, representantes políticos, mercadores, em consonância com os papéis, as instâncias e os contextos histórico-geográficos e histórico-políticos, e como fator de mobilização e de estruturação das ações e destinos de vida dos indivíduos e dos grupos.¹¹³

Contraditórios à condição colonial foram os discursos lusos que colocavam a criança urbana portuguesa como fruto de uma harmonia civil e cristã, quase sempre crianças nascidas de uniões estáveis certificadas pelo matrimônio e sacramentadas pelo batismo. Discordâncias, no entanto, sobre o fenômeno discursivo de procriação e preservação dos infantis não eram exclusivas apenas ao Reino português. Por toda a Europa e seus respectivos territórios ultramarinos, mas sobretudo

e projetivos, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação” (MAGALHÃES, 2004b, p. 58). Conforme: MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos*. História das Instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004b; MAGALHÃES, Justino. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto a investigação em história das instituições educativas. *Educação Unisinos*, v. 11, n. 2, p. 69-74, 2007.

¹¹¹ MAGALHÃES, Justino. *Um contributo para a História da Educação de Infância em Portugal*. *Op. Cit.*, p. 122.

¹¹² MAGALHÃES, Justino. O Elemento Civilizatório e a Educação nas Relações Históricas Portugal-Brasil/Brasil-Portugal. *Educação e Filosofia*, v. 17, n. 34, jul./dez. 2003, p. 35-50, p. 37.

¹¹³ *Idem*, p. 38.

nos espaços de domínio católico, existia a consciência da particular condição da infância.¹¹⁴ É evidente que a história da infância no Ocidente é um emaranhado de nós “entre várias histórias, como a da formação das instituições de assistência”, de controle, educativas, etc., “das noções modernas de família e dos contraditórios discursos” sobre as crianças.¹¹⁵

Segundo Ferreira, há “outros espaços/tempos que servem de referência ao pensamento e à ação” pedagógica de Portugal no Período Moderno,¹¹⁶ o que nos conduz a admitir que os *regimes de educabilidades*¹¹⁷ são fronteiros, pois são dependentes de relações com outros contextos, domínios e ações educativas. Ainda de acordo com o autor,

Qualquer proposta ou dinâmica educativa relaciona-se com tempos e espaços mais ou menos próximos, sendo estes que lhes dão sentido. Por mais que situemos a ação ou a ideia educativa no contexto português e lhe determinemos uma data precisa, ela não tem existência apenas por mera vontade de alguém. Há sempre um antes e um depois, os espaços de irradiação e de circulação, as condições estruturais, as forças dominantes.¹¹⁸

Durante a segunda metade do século XVII o pensamento português oscilava entre a curiosidade supersticiosa e as justificati-

¹¹⁴ No caso colonial luso, o historiador Renato Franco nos chama a atenção para o fato de que “a vivência da infância na América portuguesa esteve diretamente ligada a altas taxas de ilegitimidade, à dificuldade de uniões sacramentadas pela Igreja, à grande circulação de pessoas num território pouco habitado e por descobrir, à carência assistencial, à forte presença de mulheres chefiando lares” (FRANCO, Renato. *A piedade dos outros. Op. Cit.*, p. 41).

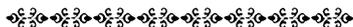
¹¹⁵ *Idem*, p. 42.

¹¹⁶ FERREIRA, António Gomes. A educação no Portugal Barroco: séculos XVI a XVIII. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil. Séculos XVI-XVIII*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1. p. 56-76.

¹¹⁷ É importante esclarecer que cada sociedade, a seu tempo, admite seu próprio regime de educabilidade. Tais regimes são construídos por discursos de interesse institucional, político, econômico e social. Dito de outra maneira, são modos de dizer e ver a Educação de uma dada sociedade por meio de um sistema microfísico de poder cujos efeitos discursivos produzem um esperado resultado. Assim sendo, formam possibilidades de constituir modos de subjetivação. Sugerem-se a ideia de *regime de educabilidade* enunciada em Magalhães e a de *regime de verdade* em Foucault (MAGALHÃES, Justino. *O mural do tempo: manuais escolares em Portugal*. Lisboa: Editora Colibri, 2011; FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhe. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 1987).

¹¹⁸ *Idem*.

vas humanistas reformadas. Não obstante, constata-se um clima de repressão para inibir a manifestação de ideias distintas das reações condicionantes católicas, sobretudo com a ação de tribunais inquisitoriais.¹¹⁹ Nesse sentido, a ação jesuítica não apenas fundamentava a vivência e a preponderância da doutrina católica como também atuava sobre as bases culturais a ela associadas. O esforço da Companhia de Jesus não se deu somente na expansão da escolarização, mas na possibilidade de enquadramento social de seus vários outros propósitos. Assim, a presença de um impresso dentro da própria Companhia assumiu novos contornos para a organização e o funcionamento universal dessa instituição cristã. O *Ratio Studiorum* se constitui como um documento fundamental, misto de código, programa e lei orgânica para impor rigor, disciplina, orientação do método da memorização, estímulo à competição e incitação ao uso de premiações, repetições e punições, estipulando métodos e regras a serem empregadas por alunos e professores dos colégios e universidades da Companhia.¹²⁰ Desse modo, acreditamos que o processo de produção, editoração, circulação e apropriação do impresso, tanto no âmbito da leitura particular como mecanismo de regulação no interior das instituições, se constituiu como um dispositivo capaz de normatizar as ações educativas sobre os infantis.



¹¹⁹ Grosso modo, a Inquisição Portuguesa, também denominada por Tribunal do Santo Ofício, foi uma instituição pertencente à Igreja Católica Romana que perseguia, julgava e punia os indivíduos acusados de cometerem crimes considerados heréticos. Sugere-se: BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; BETHENCOURT, Francisco. "Inquisição e controle social". *História crítica*, v. 14, p. 5-18, 1987.

¹²⁰ Sobre o *Ratio Studiorum*, sugere-se HANSEN, João Adolfo. *Ratio Studiorum e Política Católica Ibérica no Século XVII*. In: VIDAL, Diana; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Orgs.). *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 13-42.

1.3 Do dispositivo da cultura impressa na constituição do sujeito infantil moderno¹²¹

Michel Foucault entendeu que a constituição do sujeito moderno, sobretudo após a *epistème*¹²² clássica do modelo de *governo soberano*, produziu efeitos de minucioso controle sobre determinados tipos de sujeitos.¹²³ Esse processo de controle tinha por objetivo promover uma sociedade com regras e proibições bem como comportamentos definidos e legitimados. Assim, a sociedade moderna passou a ser cada vez mais normatizada, regulada por códigos (gestos, linguagens e práticas sociais de reconhecimento como saudações e utilização de utensílios no uso cotidiano) e limitada por interdições (negação de odores, ocultamento de partes do corpo, criação de tabus, invenções de atitudes consideradas incorretas, promoção de determinadas vergonhas).

A noção de *dispositivo*, também proposição de Foucault, possibilita a compreensão desses processos de normatização postos pelo discurso¹²⁴ da Modernidade. Em *História da Sexualidade*, Foucault utilizou como ferramenta analítica a noção de dispositivo como sendo

¹²¹ Esta e a próxima seção fazem parte de um estudo que foi anteriormente publicado como artigo e agora é apresentado de forma revisada. Veja-se: RIPE, Fernando; AMARAL, G. L. O dispositivo da cultura escrita na constituição do sujeito infantil moderno: evidências em impressos portugueses (finais do século XVII e século XVIII). *Revista Maracanan*, v. 16, p. 106-128, 2017b.

¹²² Entendemos *epistème*, em seu sentido foucaultiano, como sendo o conjunto das relações referentes ao seu valor racional ou às suas formas objetivas que podem ser evidenciadas em uma específica situação, quando analisadas no nível das regularidades discursivas. Desse modo, a *epistème* atua como rede discursiva em que diferentes princípios instituem sua possibilidade de estabelecimento. Sugere-se: GOMES, João Carlos Lino. Notas sobre o conceito de episteme em Michel Foucault. *Síntese*, v. 18, n. 53, 1991.

¹²³ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Sama T. Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

¹²⁴ Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault nos apresenta um sentido para o que podemos entender por *discurso*: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e atemporal que teria, além do mais uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de

um determinado agrupamento de práticas que constituem o sujeito em meio a uma trama de saberes e um feixe de forças que lhes são indissociáveis. Nas palavras do autor, dispositivo é

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.¹²⁵

Portanto, pode-se considerar o *dispositivo* como sendo uma ferramenta, uma vez que é algo inventado, criado, produzido a partir de certas condições dadas que busca operar no âmbito dessas mesmas condições a fim de criar modos de subjetivação, pois

[...] é através do que um dispositivo põe a funcionar que uma sociedade se estrategiza, ganha seus contornos e pode ser mapeada em sua inteligibilidade e em suas práticas concretas e mecanismos políticos efetivos de dominação. De outra parte, é preciso também atinar para o fato de que os dispositivos variam historicamente, apesar de podermos constatar a ação complementar e compatível de diferentes dispositivos num mesmo estrato histórico-cultural.¹²⁶

De acordo com Foucault, nas sociedades disciplinares exercia-se um tipo de poder sobre os corpos dos indivíduos com a finalidade de adestrá-los, de modo a torná-los submissos e úteis à produção. Tal adestramento seria constituído por diferentes mecanismos, procedimentos e técnicas – combinados entre si, entrelaçando-se, coincidindo-se – sobre os corpos, de modo que fossem controladas as suas atividades, situando-as em relações específicas e regulares como o espaço e o tempo.¹²⁷

seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo” (FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber. Op. Cit.*, p. 133).

¹²⁵ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: Vontade de Saber*. Trad. Maria T. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001a, p. 135.

¹²⁶ GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação*: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 48.

¹²⁷ *Idem*, p. 61.

Tratamos aqui a produção de subjetividade como um processo no qual o sujeito infantil se constitui e é constituído por práticas discursivas e não discursivas. Nessa perspectiva, a produção das subjetividades é operada pelo conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais e nas condutas. Poder-se-ia pensar que a subjetividade se dá por meio de uma postura de perceber a vida diante de um modo de viver no qual esses modos sempre estão imersos em jogos com determinadas regras. Em cada época da humanidade encontramos diferentes práticas sociais que buscaram subjetivar os sujeitos, pois todo “processo de sujeição relaciona-se com experiências humanas e históricas circunscritas a determinados campos de possibilidades de se pensar, fazer e ser”.¹²⁸

Como vimos anteriormente, a Modernidade favoreceu a implantação de ideias e pensamentos de características morais universais e de determinadas virtudes cristãs. Numa acepção foucaultiana, a Modernidade pode ser vista como uma *condição de possibilidade*¹²⁹ que permitiu a propagação e a proliferação de uma discursividade sobre o que é infância e como esta deveria ser objeto político de cuidado. Segundo Nogueira-Ramirez, a Modernidade pode ser entendida como um processo de constituição de uma sociedade educativa. O autor considera o período europeu entre os séculos XVI e XVIII como uma “sociedade do ensino”, pela centralidade que as práticas de ensino tiveram “no processo de constituição da ‘razão de Estado’ e na constituição de uma forma de ser sujeito”.¹³⁰

Assim, é pertinente considerar a importância de se “estudar o modo pelo qual um ser humano torna-se sujeito”, preocupação central

¹²⁸ CARVALHO, A. F. *Foucault e a Função-Educador. Op. Cit.*, p. 37.

¹²⁹ Para Foucault, a *condição de possibilidade* seria compreender que todo saber se define em um espaço epistêmico singular que pode ser datado e analisado em sua historicidade, devendo-se considerar as emergências discursivas a partir de condições históricas associadas ao seu surgimento e legitimação. A arqueologia, para Foucault, ao tentar fazer aparecerem as regras de formação dos conceitos e modos de sucessão e encadeamento e coexistência dos enunciados, se depara com o problema das estruturas epistemológicas; ao estudar a formação dos objetos, os campos nos quais emergem e se especificam e as condições de apropriação dos discursos, se depara com a análise das formações sociais. Trata-se, para a arqueologia, de espaços correlativos (FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber. Op. Cit.*, p. 235).

¹³⁰ NOGUEIRA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. *O governo pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem*. 2009. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 9.

nos trabalhos de Michel Foucault.¹³¹ Nessa perspectiva, o filósofo tratou da constituição da “alma” moderna pela ação de determinada tecnologia de poder sobre o corpo:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico. Porém, sim que existe, que tem uma realidade, que está produzida permanente, em torno, na superfície e no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre aqueles que se castiga, de uma maneira mais geral sobre aqueles que se vigia, se educa e corrige, sobre os loucos, as crianças, os colegiais, os colonizadores, sobre aqueles que se sujeitam a um aparato de produção e se controla ao longo de toda a sua existência. Realidade histórica dessa alma que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação.¹³²

Por outro lado, a Modernidade, agora entendida por seu movimento político, considerou em grande medida questões relativas ao nascimento de um Estado moderno, cujo modelo pretendia ser centralizado e controlado pelo poder em todas as suas funções. Embora conformado pelo poder soberano de gerenciamento, o sistema de controle da população era baseado na elaboração do consenso e de uma lógica que exercia o pleno domínio da sociedade no seu conjunto. Portanto, um poder descentralizado no qual os mais abastados social e economicamente ditam as direções à formação e afirmação. Assim,

A formação do homem segue novos itinerários sociais, orienta-se segundo novos valores, estabelece novos modelos [...]. Mudam assim os fins da Educação, destinando-se esta a um indivíduo ativo na sociedade, liberado de vínculos e de ordens, posto como *artifex fortunae suae* e do mundo em que vive; um indivíduo mundanizado, nutrido de fé laica e aberto para o cálculo racional da ação e suas consequências.¹³³

¹³¹ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b, p. 231-259, p. 232.

¹³² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Op. Cit., p. 31-32.

¹³³ A expressão latina *homo faber fortunae suae* tem como significado literal “o homem é o criador do seu destino” (CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Op. Cit., p. 198).

A ocidentalização da cultura escrita e impressa progredia simultaneamente com o desenvolvimento urbano e comercial, de modo a tornar imperativo o crescimento do número de letrados. Assim, tal necessidade de elevação das taxas de alfabetização foi fundamental para a redefinição do projeto moderno de instituições formativas, em que a escola assumiu sua função e controle.

Toda a sociedade se anima de locais formativos, além da família e da Igreja, como ainda da oficina; também o exército, também a escola, bem como novas instituições sociais (hospitais, prisões e manicômios) agem em função do controle e da conformação social; entre essas instituições a escola ocupa um lugar cada vez mais central, cada vez mais orgânico e funcional para o desenvolvimento da sociedade moderna: da sua ideologia e do seu sistema econômico.¹³⁴

A presença de elementos escritos e impressos, manifestada em diferentes formas, certamente hierarquizava as necessidades do cotidiano. Assim, realçava os detentores de “formação intelectual e letrada, com maior relevância para as formações específicas – clérigo, jurista, cirurgião” – por meio do recurso do registro escrito na forma de “cálculo aritmético e contabilístico, ao contrato notarial, à comunicação escrita”.¹³⁵ De acordo com Justino Magalhães, a presença do elemento escrito no contexto português revelava prestígio dos detentores da cultura letrada bem como era motivo de afirmação e mobilidade social. Para o autor,

A presença do elemento letrado, incluindo o contato e o acesso ao livro e à formação escolar, em conventos e junto de mestres particulares reporta ao século XVI. A familiarização e o acesso ao livro não deixam de estar relacionados, por outro lado e entre outros aspectos, com a presença regular de marinheiros e com a imigração.¹³⁶

A cultura escrita no Reino português não era exclusividade dos itinerários marítimos, pois igualmente a cultura escrita se valeu da participação do elemento religioso (Franciscanos, Jesuítas, Agostinianos)

¹³⁴ *Idem*, p. 198.

¹³⁵ *Idem*.

¹³⁶ MAGALHÃES, Justino. *Cultura letrada e modernidade. Op. Cit.*, p. 389.

na sua divulgação, “tendo os religiosos frequentemente assumido funções de lecionação, em correlação com a missão e a pastoral”.¹³⁷

A partir dessas considerações acerca do universo do escrito e do impresso no mundo luso evidenciamos a ocorrência, nesse espaço, de publicações e traduções que propagavam discursos relativos aos saberes médicos, religiosos, morais e pedagógicos. Tais discursos podem abranger variados gêneros, desde tratados ao estilo de epístolas até diálogos em forma de versos. Evidentemente essa diversidade de formatos e estilos era acompanhada de uma multiplicidade de temas, a considerar “a comunicação verbal e gestual, os hábitos e conceitos de higiene, as modas, as hierarquias, os ritmos quotidianos ou os códigos e comportamentos sociais aceitos ou pelo contrário marginalizados”.¹³⁸ Quanto ao conteúdo dos tratados médicos, caracterizam-se essencialmente os confrontamentos entre saberes tradicionais e os renovadores. A descrição da anatomia por meio de cirurgias empíricas, a relação entre a medicina, o microcosmo do corpo humano, a magia e a química também foram mote para uma série de impressos médicos divulgados no Setecentos. No entanto, neste estudo demos ênfase à análise de tratados que enunciavam o corpo doente e suas concepções de cura – influenciadas primordialmente pela teoria dos humores e por instruções para conservar a saúde –, a produção de corpos saudáveis e os cuidados com o corpo dos infantis por meio de um “regime de bem viver”.¹³⁹ Por sua vez, os impressos religiosos tendiam a revelar modos de viver a crença cristã por meio da “divulgação de devoções, de modos de expressar a fé, de comportamentos religiosos ideais, de maneiras de sentir, de práticas de confissão e de penitência”.¹⁴⁰ Cabe-se destacar, no entanto, que entre “os objetivos de vários livros religiosos publicados ao longo do Setecentos no Reino português marcadamente católico estavam os de encarar a dramaticidade da morte” e sua respectiva sal-

¹³⁷ *Idem*.

¹³⁸ TERRA, Ana Lúcia Silva. *Cortesias e mundanidade*: manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII. 2000. 248 f. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000, p. 8.

¹³⁹ Sobre as temáticas de maior recorrência em tratados médicos publicados e ou traduzidos em Portugal no Setecentos, sugere-se: ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a doença e a saúde*: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII. 2006. 302 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

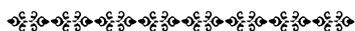
¹⁴⁰ FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILMANN, Mauro. Escrita, práticas de leitura e circulação de manuais de devoção entre Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. *História, histórias*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 44-60, 2014.

vação da alma.¹⁴¹ Nesta pesquisa elegemos como publicação religiosa mais significativa para a análise sobre o processo de constituição dos sujeitos infantis o impresso de Alexandre de Gusmão, *A arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, publicado em Portugal no final do século XVII. Tal obra se distingue não somente por sua originalidade e precursoria – anterior aos tratados de John Locke, François Fénelon, Jean-Jacques Rousseau, entre outros –, mas pela enunciabilidade de um poder pastoral como forma de governo sobre os corpos, a consciência e a alma das crianças. Já o conteúdo das publicações morais e pedagógicas evidencia um conjunto de regras sociais para um possível convívio harmonioso entre os sujeitos e os comportamentos vigentes à época, incluindo, por vezes, severas críticas aos excessos e aos modos alternativos de viver. Destacam-se nesses manuais as observações morais, apresentadas de forma didática e sistematizada a fim de facilitar a memorização do potencial leitor. Notadamente, nesta investigação nos valem de um amplo conjunto de obras pedagógicas que ensinavam as práticas de leitura, escrita e contagem. No entanto, a presença de manuais de civilidade, principalmente no final do século XVIII, indica a transformação no regime de educabilidade direcionado aos infantis. A figura de João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcellos, por exemplo, ganha relevo na pesquisa na medida em que o autor foi considerado um divulgador de um projeto moderno de sociedade, de ordem tanto privada como pública, que por meio da ideia de polícia e urbanidade constituiu um sistematizado plano capaz de organizar os meninos.

De fato, os impressos que direcionavam cuidados aos sujeitos infantis constituem a sistematização de uma imitação das práticas sociais vigentes, sendo, assim, possível inferir a possibilidade de a cultura impressa ter atuado como um dispositivo que organizou e colocou em prática projetos modernos para essa sociedade específica. Obviamente não se tratava apenas de elevar as taxas de sujeitos letrados por meio da incorporação social da escola como instituição disciplinadora, mas de criar práticas de inteligibilidade capazes de produzir efeitos de controle e dominação sobre a população. Nesse sentido, identificamos o funcionamento de seis tipologias temáticas no conjunto de obras levantadas que colocam o discurso como forma objetivante, moldando

¹⁴¹ FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILMANN, Mauro. “Se viveres como louco, sabes que hás de morrer sem juízo”: as orientações para o bem morrer na literatura cristã portuguesa do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 183-206, 2015.

seus potenciais leitores a constituírem determinadas conformidades. No nosso caso, discorreremos sobre seis unidades que dão sentido para o que se quer e o que se pode dizer da infância naquele momento. Atestamos, assim, o ordenamento de subjetividades sob a ordem do cuidado com o corpo, com a consciência e com a alma do infantil, fabricando, para tanto, sujeitos infantis saudáveis, disciplinados e virtuosamente regulados pela credulidade católica.



1.4 Da recorrência de publicações educativas em Portugal no século XVIII

Os critérios que guiaram o estabelecimento das seis tipologias aqui apresentadas – cuidados com corpo infantil, nutrição, bons costumes, comportamentos morais, virtudes cristãs e educação – pautaram-se na identificação de recorrências discursivas nas obras levantadas, as quais não apresentam uma vinculação institucional específica, porém se caracterizam por apresentarem um conjunto variado de temas que à época deveriam produzir efeitos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais e, principalmente, nas condutas infantis. Cabe-se ressaltar que a partir do arrolamento das obras identificamos que estas não versavam exclusivamente sobre um assunto, podendo ser, possivelmente, enquadradas em outras classificações. Apresentamos nas seguintes seções seis quadros construídos a partir da divisão de seis unidades tipológicas de análise, sendo que para cada tipologia arrolamos algumas obras com indicação de autoria, ano de edição e título, numa sequência cronológica.

1.4.1 Dos cuidados que se deve ter com o corpo infantil

A racionalização posta na Modernidade assumiu uma ética da responsabilidade sobre a sociedade. O sentimento de valorização da vida e o desenvolvimento do conhecimento médico ocuparam lugares centrais no cuidado com o corpo, levando a efeito corpos saudáveis e produtivos. Nesse sentido, verificamos que a publicação de tratados médicos foi progressivamente crescente na passagem do século XVII para o XVIII e ainda maior nos séculos seguintes, quando da afirmação desse saber como disciplina. Tomamos como exemplo doze tratados médicos que circularam amplamente no Reino português no período analisado e evidenciam a ocorrência de certas preocupações com as

crianças. Desde o nascimento, os primeiros cuidados, o desenvolvimento físico por meio de exercícios, os perigos eminentes de morte, as possíveis doenças e anomalias e até mesmo os temperamentos dos infantis eram objetos de preocupação médica e social.

Quadro 2 – Relação de algumas obras médicas publicadas em Portugal (século XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
BURNAY, H.; Pereira E Souza, J. M.	17??	<i>Caso de hum feto encontrado no ventre de huma menina de quatro anos e oito mezes [...]*</i>
**	17??	<i>Nova relação em resposta á carta que veio da Villa de Serpa, em qual se relatava o parto da menina nascida com o cabelo á marrase [...]*</i>
**	17??	<i>Nova, e verdadeira relaçam da morte do feroz bicho, que ha muitos tempos infesta as vizinhanças de chaves. Astucias, ardillozo modo, e engano, que hum resolutu, e valeroso habitador daquelas terras uzou para o conquistador, levando consigo hum minino, e somente doze homens de escolta bem armados [...]*</i>
J. L. DOUSSIN-DUBREUIL	17??	<i>Cartas ácerca dos perigos do ananismo (masturbação) e conselhos relativos ao tratamento das molestias que d'elle resultão [...]*</i>
SEMEDO, João Curvo	1707	<i>Observaçoes medicas doutrinaes de cem casos gravíssimos, que em serviço da pátria, e das nações estranhas escreve me língua portugueza e latina. Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram.</i>
	1720	<i>Atalaya da vida contra as hostilidades da morte; fortificada, e guarnecida com tantos defensores, quantos são os remedios, que no discurso de sincoenta, e oyttoannos experimentou. Lisboa Occidental: na Oficina Ferreyrenciana.</i>

HENRIQUES, Francisco da Fonseca	1721	<i>Anchora medicinal para conservar a vida com saúde.</i> Lisboa Occidental: na Officina de Musica.
	1750	<i>Medicina lusitana, socorro delphico, aos clamores da natureza humana, para total prostigação de seus males.</i> Porto: na Officina Episcopal de Manoel Pedroso Coimbra.
SOARES, Manuel de Morais	1777	<i>Aviso sobre a educação dos novos nascidos [...].*</i>
FRANCO, Francisco de Melo	1790	<i>Tratado de educação fysica dos meninos para uso da nação portugueza.</i> Lisboa: na Officina da Academia Real das Sciencias.
CHAVES, José Manuel	1791	<i>Sobre o tratamento dos meninos [...].*</i>
ALMEIDA, Francisco José de	1791	<i>Tratado de educação fysica dos meninos, para uso da nação portugueza.</i> Lisboa: Off. da Academia Real das Sciencias.

* Não foram localizadas as informações relativas aos seus locais de publicação e tipografias.

** Autoria não identificada.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

1.4.2 Da nutrição

Outra preocupação constante no século XVIII português está relacionada ao regime alimentar que as crianças deveriam ter. Desde o nascimento até o crescimento “robusto” era prescrita minuciosamente a ingestão de uma série de comidas bem como a inibição de outras, como as “doçuras”. Porém, uma prescrição recorrente nesses tratados era que a amamentação fosse realizada pela própria mãe da criança, sendo que no caso de algum impedimento devia-se procurar atentamente uma ama de leite para que o menino não ficasse sem o leite nutritivo.

Quadro 3 – Relação de algumas obras relativas à nutrição infantil publicadas em Portugal (segunda metade do século XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
ROMA, Francisco Morato	1753	<i>Luz de medicina, pratica, racional, methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes, e summario de remédio pera poder acodir, e remediar os achaques do corpo humano [...].</i> Coimbra: na Oficina de Francisco de Oliveyra.
SILVA, João Xavier de Matos	1782	<i>A pastora virtuozza.</i> Lisboa: na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo.
MATA, Matusio Matoso Matos da	1786	<i>Alcorão das amas de leite, ou marmota que se vem mais claras que a luz do dia (...).</i> Lisboa: Of. de Simão Thadeo Ferreira.
PAIVA, Manuel Joaquim Henrique de	1787	<i>Aviso ao Povo ou Summario dos Preceitos mais importantes, conservantes à criação das crianças, às diferentes Profissões e Officios, aos Alimentos e Bebidas, ao Ar, ao Exercícios, ao ..., aos Vestidos, à Intemperância, à Limpeza, ao Contágio, às Paixões, às Evacuações regulares etc, que se devem observar para prevenir as enfermidades conservar a saúde prolongar a vida.</i> Lisboa: na Officina Morazziana.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Todavia, o processo de amamentação não era exclusivamente uma preocupação nutricional, pois era carregado de um discurso higiénico e moral, como bem apontou o historiador português António Gomes Ferreira em sua análise de dois tratados de puericultura portuguesa do século XVIII:

Nas suas opiniões, com tal ato [o não aleitamento], as mães não só arriscavam a saúde das suas crianças como, também, as suas futuras qualidades morais, para além de dificilmente conseguirem usufruir do natural amor filial e gozar na plenitude a doce satisfação maternal.¹⁴²

¹⁴² FERREIRA, António Gomes. *A criança em dois tratados setecentistas de puericultura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1987, p. 159.

Ao considerar que os alimentos eram as substâncias que levavam ao sangue todas as matérias e virtudes necessárias à conservação do corpo, inferia-se que as doenças da infância poderiam ser as mais sobrecarregadas de prejuízos. A dependência única do leite materno nos primeiros tempos de vida pode indicar que certas doenças na infância fossem justificadas por meio de um universo de sortilégios e bruxedos. A recorrência a feitiços, aparições fantásticas, benzedeadas e maus olhados dava conta de um regime social supersticioso.

1.4.3 Dos bons costumes

Acerca de obras sobre os bons costumes, constatamos que os ensinamentos sobre as condutas, os modos de viver em sociedade e as maneiras de bem educar os filhos eram temáticas de interesse do público português, uma vez que foi publicada no período grande variedade desse tipo de manual. A leitura de tais manuais atendia aos interesses daqueles que se encontravam ávidos por um modelo de nobre europeu civilizado e que “vinha se afirmando como parte do processo de constituição de uma sociedade civil fundada sobre regras e mecanismos de controle”.¹⁴³ Segundo a historiadora Thais Fonseca, os manuais sobre regras de comportamento eram voltados, em grande parte, a finalidades pedagógicas e dirigidas para a educação de crianças e jovens, particularidade que se seguiu tanto em Portugal como no Brasil até o século XIX.¹⁴⁴

Quadro 4 – Relação de algumas obras concernentes aos bons costumes publicadas em Portugal (século XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
MORGANTI, Bento	1758	<i>Breves Reflexões Sobre a Vida Ecomónica, a qual consiste nos casamentos, na criação e educação dos filhos [...]</i> . Lisboa: Of. J. Costa Coimbra.
	1765	<i>Aforismos Morais e Instrutivos, uteis a todo o gênero de pessoas nos quais se acham documentos necessários para a boa instrução da vida civil e cristã</i> . Lisboa: Off. Manuel Coelho Amado.

¹⁴³ FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes*. Op. Cit., p. 17.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 16.

SIQUEIRA, Joaquim Manuel de	1771	<i>Carta de Maxima, e conselhos, que mandou um pay a seu filho Peralta nesta Corte, para a perfeição da vida civil, e christãã</i> , Lisboa: na Offic. da Viuv. de Ignacio Nogueira Xisto.
BEUMONT, Le Prince de	1776	<i>Armazem dos pobres, ou dialogo entre hum fidalgo, e varios camponezes, criados, e criadas de servir [...]</i> . Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
BLANCARD, Pierre	1786	<i>A escola dos bons costumes, ou reflexoens Moraes, e históricas, sobre as máximas de hum homem de honra, e probidade [...]</i> , 4 v. Porto: na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro.
SIQUEIRA, João de N. S ^a da Porta	1791	<i>Escola de politica, ou tractado pratico da civilidade portugueza</i> , Porto: Tip. Of. de António Alvares Ribeiro.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

1.4.4 Da moral

A assimilação de valores morais pelas crianças era fundamental para assegurar uma “boa educação” e garantir condutas civilizadas, de modo que alguns manuais prescreviam inúmeros conselhos com o objetivo de impedir, nas crianças, futuras características ligadas às condutas consideradas imorais, como vingança, tirania, queixume e injustiça. Também indicavam como os pais e mestres deveriam proceder com a criança para evitar o desenvolvimento de atitudes que conduziriam o futuro adulto à prática de alguns pecados capitais, como a ira e a soberba. Nesse sentido, não foram poucos os manuais que conjugaram moral e fé cristã com exemplaridade de comportamentos e atitudes adequadas muito próximas das máximas católicas, indicando os modos respeitosos de tratamentos sociais e a realização de atos generosos e caridosos. Nesse caso, verificamos a aproximação entre duas tipologias indicadas relativas ao desenvolvimento de valores morais e dos bons costumes nas crianças e conjugadas com o despertar de uma religiosidade, pois a moralidade era construída a partir de hábitos e costumes considerados dignos de comportamento nobre, notadamente aqueles similares aos pregados pela doutrina

moral cristã. Cabe-se ainda destacar a existência de uma constante publicação religiosa, as *Constituições Synodales* de diferentes bispados de Portugal, que dão conta das ordens aos párocos de como se deveriam batizar as crianças e os rituais para os seus devidos sacramentos bem como de normativas sociais para o clero, regular e secular, e os leigos.

Quadro 5 – Relação de algumas obras relativas às reflexões morais publicadas em Portugal (séculos XVII-XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
FONSECA, João da	1696	<i>Sylva moral, e histórica, que contem a explicação, e discursos Moraes de diversas materias [...].</i> Lisboa: na Officina de Miguel Manescal.
CONSCIENCIA, Pe. Manoel	17??	<i>Delicias do coração catholico, o suavíssimo minino [sic] Jesus nascido em Belém [sic]. Propoem-se para a terníssima festa de seu alegre nascimento alguns vários e affectuosos exercicios, que á Virgem Maria Senhora Nossa [...]</i>
*	17??	<i>Consciencia de uma creança ou a moral e a religião para uso de asylos de caridade.</i> Traduzido do francez por uma senhora.
LEITÃO, Manuel da Silva	1738	<i>Arte com vida ou vida com arte, muy curiosa, necessaria, e proveitosa não só a medicos, e cirurgioens, mas ainda a toda pessoa de qualquer estado, ou condição, que seja, principalmente aos casados; e mais que a todos, aos noivos de pouco tempo, em a qual se encontra hum regimento de paridas,</i> Lisboa Occidental: Off. de Antonio Pedrozo Galvão.
NATIVIDADE, Francisco da	1767	<i>Reflexões Moraes, e politicas sobre as principaes obrigaçoens do Homem para a instrucção da mocidade, 2 tomos,</i> Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues.

PRÉVOST, Abade	1777	<i>Elementos de Civildade e Decência que se pratica entre gente de bem. Para instrução da mocidade de ambos os sexos.</i> Trad. do francês. Lisboa: Typ. Rollandiana.
-------------------	------	---

* Autoria não identificada.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

1.4.5 Das virtudes cristãs

Geralmente essas obras apresentavam formulações éticas, nas quais seus autores reivindicavam antigos padrões – gregos, latinos, patrísticos e medievais – por meio de um ordenamento retórico adequado ao contexto de uma sociedade cristã do século XVIII. O que caracterizava essa aproximação era a ânsia por hábitos muito próximos aos padrões e às condutas da Corte marcadamente ligadas à nobreza letrada, civilizada e erudita que valorizava a naturalização dos hábitos de obediência, respeito, humildade, generosidade para com o próximo, o Clero, os pais, mas, principalmente, o seu rei.

Quadro 6 – Relação de algumas obras religiosas publicadas em Portugal (séculos XVII-XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
GUSMÃO, Alexandre de	1678	<i>Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio.</i> Évora: na Oficina da Universidade.
	1685	<i>Arte de crear bem os filhos na idade da puerícia.</i> Lisboa: na Oficina de Miguel Deslandes
FONSECA, M. João da	1688	<i>Escola da Doutrina Christam em que se ensina o que he obrigado a saber o Christam [...].</i> Évora: na Oficina da Universidade.
P. DIDAY	17??	<i>Exame medico dos milagres de Lourdes.</i> Traduzido do francez, por um redactor da “democracia”.

BERNARDES, Manoel	1706- 1728	<i>Nova Floresta, ou Sylva de vario sapophthegmas, e ditos setenciosos espirituais e Moraes [...]</i> , 5 tomos. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes.
FERREIRA, António	1757	<i>Practica de ordenandos, e confesores [...]</i> . Coimbra.*
CENÁCULO, Manuel do	1786	<i>Instrução pastoral do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Bispo de Beja sobre o catecismo</i> . Lisboa: Na Regia Officina Typografica.
GRANADA, Luís	1789	<i>Compendio de Doctrina Chistãa recopilado de diversos autores que desta materia escreveram [...]</i> . Coimbra: Real Officina da Universidade.

* Não foi localizada informação relativa à oficina tipográfica.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Tendo em vista que a “boa educação” das crianças estava pautada, sobretudo, nos modelos de sujeito nobre e cristão, identificamos a presença de discursos que orientavam, por meio da doutrina cristã católica, uma série de prescrições com vistas a enaltecer os meninos que conservavam as principais virtudes morais e teológicas. Ao evocarem os textos dos escritores antigos, os autores do século XVIII exemplificam modelos de vidas virtuosas, destacando como principais virtudes morais a prudência, a justiça e a temperança. Da mesma forma, eram prestigiadas as atitudes virtuosas teológicas de fé, esperança e caridade, as quais, além de combater os possíveis vícios – o sujeito infantil, neste período, era considerado alguém facilmente corruptível –, edificavam a educação espiritual e moral.

1.4.6 Da boa educação

A compreensão da educação no projeto de Modernidade instaurado no Reino português do Setecentos se subsidiou com uma série de publicações que promoviam, além do ensino da Língua Portuguesa, prescrições para a manutenção da ordem, da disciplina e do aditamento moral e religioso, aspirando a produção de sujeitos infantis cristãos bem-comportados e obedientes.

O modelo de educação proposto nesses manuais tinha por principal finalidade a distinção social, dando ênfase aos aspectos morais e virtuosos, como os aconselhamentos sobre castigos e punições. Seus autores, sobretudo, eram letrados comumente eclesiásticos, médicos, aristocratas próximos do poder real, mestres, preceptores, aios, pais preocupados com o direcionamento da educação dos filhos, que orientavam outros pais e mestres a bem conduzir a criação e a educação, principalmente, de meninos.

Quadro 7 – Relação de algumas obras pedagógicas publicadas em Portugal (século XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de	1722	<i>Nova Escola de Aprender a Ler</i> . Lisboa Occidental: na Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho.
PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e	1734	<i>Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre [...]</i> . Lisboa: José Antonio da Silva.
	1783	<i>Regras para a Cristã Educação dos Meninos</i> . Lisboa: Of. Tip. Régia.
VERNEY, Luís António	1746	<i>Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal</i> . Valensa [Nápoles]: na oficina de AntonioBalle [Genaro e Vicenzo Muzio].
ABOIM, Diogo Guerreiro Camacho de	1747	<i>Escola moral, politica, cristãa, e juridica [...]</i> . Lisboa: Off. de Bernardo Antonio de Oliveira.
MELLO, Francisco de Pina e de	1752	<i>Balança intellectual em que se pezavao merecimento do verdadeiro methodo de estudar [...]</i> . Lisboa: Na Oficina de Manoel da Silva.

SANCHES, António Nunes Ribeiro	1759	<i>Cartas sobre a educação da mocidade.*</i>
VILLENEUVE, Joana Rousseau de	1767	<i>A aia vigilante ou reflexões sobre a educação dos meninos.</i> Lisboa: Of. Ant. Vicente da Silva.
VASCONCELLOS, João Rosado Vilalobos e	1778	<i>O livro dos meninos. Em que se dão as ideias gerais e definição das coisas que os meninos devem saber [...].</i> Lisboa: Typ. Rollandiana.
	1782	<i>O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade.</i> Lisboa: typ. Rollandiana.

* Impressa em Paris apenas 50 exemplares no ano de 1759.¹⁴⁵

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

No conjunto das obras selecionadas, geralmente encontramos em sua materialidade aspectos comuns. Na dedicatória os autores oferecem a obra a diferentes segmentos sociais. No caso dos religiosos e confessores reais, tendia-se a dedica-la às santidades – “Soberana Virgem das virgens Maria Santíssima Senhora nossa”¹⁴⁶ e “Menino Jesus Nazareno”¹⁴⁷ – e a outros eclesiásticos pertencentes da mesma ordem religiosa, sobretudo a Companhia de Jesus. Também era comumente dedicada ao rei, ao príncipe, às reconhecidas autoridades e às crianças e jovens de escolas portuguesas.

Nas obras arroladas, geralmente encontramos a existência de um prólogo ou exórdio, nos quais os autores descrevem a importância de tal escrito, chamando a atenção para as razões que conduziram suas escritas, as potencialidades dos escritores “antigos” e os modos como os possíveis leitores/receptores da obra deveriam conduzir a interpretação do texto.

¹⁴⁵ SANCHES, Antonio N. Ribeiro. *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. ed. revista e prefaciada por Dr. Maximiano Lemos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

¹⁴⁶ A exemplo de BERNARDEZ, Manoel. *Armas da Castidade*: Tratado Espiritual, em que por modo pratico se ensinão os meyo, & dilligencias convenientes para adquirir, conservar, & defender esta Angelical Virtude. Lisboa: Na Oficina de Miguel Deslandes, 1699.

¹⁴⁷ A exemplo de GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos na idade da puerícia*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1685.

Na centúria do Etecentos, em Portugal, exigiam-se três licenças obrigatórias para a publicação de impressos. Por se tratar de um contexto marcado pela presença da Inquisição, a censura obrigava a leitura prévia do Tribunal do Santo Ofício, que analisava os possíveis perigos da divulgação de ideias contrárias aos ensinamentos teológicos da Igreja. As licenças do Paço e do Ordinário também eram obrigatórias e identificavam, além da perfeita tradução, a existência de algum pressuposto contrário às leis civis e aos valores morais e eclesiais presentes na sociedade portuguesa. Esse processo censório era atribuído aos notários e secretários do reino, aos membros da Igreja – frades, padres, inquisidores – e aos especialistas no assunto – médicos, juristas, diplomatas, professores do Colégio Real de Nobres – que poderiam restringir parcialmente a obra ou negar sua publicação.¹⁴⁸ Era comum essas licenças serem carregadas de elogios acerca da pertinência da obra para o Estado e seus abonadores, como podemos perceber na seguinte recomendação realizada pelo licenciador José Caetano de Mesquita, professor régio de retórica no Colégio Real de Nobres:

Dona Joanna Rousseau de Villeneuve [Autora da obra *A aia vigilante ou reflexões sobre a educação dos meninos* (1767)], tratão d'huma materia, que certamente he das mais importante; pois nada pôde mais do que ella contribuir para o adiantamento, conservação, e felicidade dos Estados, sendo regulada pelas máximas, que a razão dictou a quem a ouvio atentamente, e a Religião estabelecida por hum Legislador infinitamente sabio aperfeiçoou depois. Tudo o que a Authora escreve he de huma escolha prudente, e de summa utilidade, além de ter por si grandes abonadores [A família de Dom Sebastião de Melo e Carvalho (1699-1772), o Marquês de Pombal, a quem a aia Villeneuve teria servido].¹⁴⁹

O conjunto de obras até aqui identificadas possibilita verificar que importantes mudanças nos modos de ver e dizer sobre a infância foram decorrentes de discursos que redefiniram os núcleos familiares e distinguiram o comportamento público do privado. Também os movimentos políticos, econômicos e culturais modernos, assim como

¹⁴⁸ VILLALTA, L. C. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

¹⁴⁹ VILLENEUVE. Joana Rosseau. *A aia vigilante ou reflexão sobre a educação dos meninos, desde a infância até a adolescência*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, 1767.

as Reformas Religiosas, colocaram em prática o incremento do dispositivo da cultura escrita, intentando operar significativas mudanças na população lusitana como forma de aproximação das principais nações europeias que se reconheciam como civilizadas.



1.5 O problema das superfícies de inscrição: o corpo, a consciência e a alma infantil

Guiados pela possibilidade de que os impressos pedagógicos, religiosos e médicos publicados e/ou traduzidos para o português em Portugal no final do século XVII e ao longo do XVIII constituíram-se como dispositivos estratégicos para mudar as formas de se comportar bem como de pensar sobre as crianças, identificamos a existência de um conjunto de obras especializadas que se empenharam em organizar os modos de pensar da população especialmente em relação aos cuidados com a infância.

Segundo afirmação de Norbert Elias, nesse “processo civilizatório de modernidade” a proposição de um novo tipo de sujeito contido e autorregulado foi condição necessária para a mudança dos costumes e dos comportamentos sociais.

A modelagem por esses meios [de repreensão] objetiva a tornar automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo pareça à mente do indivíduo resultar de seu livre arbítrio e ser de interesse de sua própria saúde ou dignidade humana.¹⁵⁰

Nessa perspectiva, o livro pode ser percebido como uma importante estratégia para propagação de certos discursos, uma vez que pressupõe mudanças de subjetividades, um “antes” e um “depois” do sujeito e, com efeito, de uma sociedade. Para Roger Chartier, as práticas de leitura não são desprovidas de interações e percepções, uma vez que “o processo pelo qual os leitores, os espectadores ou ouvintes dão sentido ao texto (ou às imagens dos quais se apropriam)” é fundamental para a dinâmica do poder de transformação social.¹⁵¹

¹⁵⁰ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Op. Cit., p. 53.

¹⁵¹ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 35.

Esse entendimento também foi partilhado pelo historiador Robert Darnton quanto à tentativa de compreender os significados que o leitor apreende, uma vez que este parte do “esforço infundável do homem em encontrar sentido no mundo em torno e dentro dele mesmo”. Nesse sentido, se entendêssemos como o sujeito leitor subjetivava tais discursos, “poderíamos vir a compreender como ele entendia a vida, e, por essa via – a via histórica –, quem sabe chegaríamos a satisfazer uma parte de nosso próprio anseio por um sentido”.¹⁵²

Desde a perspectiva da História da Cultura Impressa, como forma e dispositivo que adquiriu pleno valor como categoria de análise, entendemos que a implantação e a extensão dos códigos escritos – bem como as múltiplas possibilidades de leitura e apropriações do texto escrito, as quais não foram aqui contempladas, dados os limites deste projeto – exerceram sobre a vida da população lusitana no século XVIII consequências sociais e culturais.¹⁵³

Aqui é válido retomar a ideia empreendida por Nogueira-Ramires de que a Modernidade, na perspectiva da educação, é um processo de constituição de uma “sociedade educativa”.¹⁵⁴ Em Portugal o século XVIII apresentou-se como um período marcado por inúmeras mudanças, “uma época de transição marcada pelo dualismo tanto no nível cultural e socioeconômico quanto no científico e médico-sanitário”.¹⁵⁵ Não obstante, tornou-se um período de “mudança gradual do mundo da oralidade para a sociedade da escrita”,¹⁵⁶ em que os impressos que circulavam pelo Reino podem nos dar evidências do poder de persuasão da assimilação social de novas ideias, da incorporação de diferentes valores, do reforço aos hábitos e comportamentos socialmente aceitos, da divulgação de conhecimentos científicos, entre outras mudanças que corroboraram a afirmação de sociedade educativa e leitora. Portanto, o dispositivo da cultura impressa não apenas engendrou problematizações pedagógicas e educacionais para seus sujeitos como também trouxe implicações políticas, econômicas e sociais. É nesse direcionamento que percebemos esse dispositivo atuando em função de sua utilidade, em uma sociedade específica,

¹⁵² DARNTON, R. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 172.

¹⁵³ CASTILLO GÓMEZ, António. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, jan./jun. 2003, p. 93-124, p. 96.

¹⁵⁴ NOGUEIRA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. *O governmento pedagógico*. *Op. Cit.*

¹⁵⁵ FERREIRA, António. *Gerar, Criar, Educar*. *Op. Cit.*, p. 421.

¹⁵⁶ FISCHER, Roger. *História da leitura*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 189.

com intencionalidades singulares – gerar e criar crianças saudáveis, obedientes, disciplinadas, alfabetizadas/letradas, com comportamentos sociais aceitos e virtuosamente reguladas pela fé cristã. Assim, o sujeito moderno passou a ocupar características profundamente diferentes de como era pensado outrora, pois se tornou objeto de uma sociedade disciplinada, governada pela autoridade política, religiosa e médica e representada por discursos institucionalizados.

Os discursos institucionalizados na Modernidade operaram determinados sentidos educativos sobre seus sujeitos de controle, como o caso aqui apresentado sobre as crianças, de modo que enunciavam práticas cada vez mais orgânicas e funcionais. O sujeito infantil foi minuciosamente regulado, afirmando cada vez mais os comportamentos de autocontrole e conformidade aos modelos de “bons modos”, “bons costumes” e “boas maneiras”. De acordo com Franco Cambi, a funcionalidade dessas práticas de controle “revelam o nascimento de uma nova sensibilidade social e de uma convivência que descreve cada âmbito de ação do sujeito”.¹⁵⁷

Não obstante, o objetivo da assimilação de um discurso pleno sobre a infância, por parte da sociedade, serviu-se de um modelo capilar e difuso de propagação dos seus códigos escritos. Mesmo considerando que em cada sociedade o livro e a leitura podem apresentar distintas formas de interpretação “e os significados dos textos dependem das capacidades, das convenções e das práticas de leitura próprias das comunidades que constituem, na sincronia ou diacronia, seus diferentes públicos”, determinada sociedade pode estabelecer com o livro, por meio de distintas subjetividades, apropriações similares guiadas por um mesmo discurso.¹⁵⁸

A Modernidade utilizou antigas e novas instituições para atrair e ampliar esse “novo” projeto educativo, que se estruturou por meio das tarefas de normalização e dominação dos sujeitos, supressão dos desvios e produção de convergências (comportamentos, ideias, práticas sociais, etc.). A infância passou a ser guiada por discursos institucionais disparados por uma cultura impressa que eficientemente criava mecanismos de reprodução de novas ideias sociais e comportamentais. A expansão dos processos de alfabetização durante o século XVIII europeu emergiu da difusão cultural acerca das práticas de leitura. O historiador Roger Chartier assinalou que essa difusão se deu

¹⁵⁷ CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Op. Cit., p. 200.

¹⁵⁸ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Op. Cit., p. 37.

tanto em níveis de intensidade como de qualidade.¹⁵⁹ Nesse sentido, a leitura servia tanto como mote de condições de convívio social e interação como possibilidade para a institucionalização dos espaços educativos. Do ponto de vista da educação, foi inegavelmente o século da implantação dos sistemas de instrução em Portugal.

Foi a partir do século XVIII que “a leitura se revela como um fenômeno historicamente delimitado e circunscrito a um modelo de sociedade que se valeu dela para a sua expansão”.¹⁶⁰ Em relação aos modos de ler esses livros (pedagógicos, médicos, morais, religiosos), percebemos que não estão cingidos por um modelo de leitura compulsória, o que de certo modo não implicava uma leitura “tutelada”, em “que os apresentaria como obrigatoriedade, mediados por comentadores, como o caso dos manuais religiosos ou os escolares”.¹⁶¹ As práticas de leitura, nesse contexto, sofreram significativas mudanças, tanto nos seus protocolos de leitura como nas transformações sociais promovidas por essa prática. A primeira, “consiste no longo processo que leva um número crescente de leitores a passar de uma prática de leitura necessariamente oral, na qual ler em voz alta era indispensável para a compreensão do significado, para uma leitura visual, puramente silenciosa”, permitindo, assim, possibilidades “de ler mais rapidamente, e, portanto, de ler mais e de ler textos mais complexos”.¹⁶² A segunda mudança indica que a leitura passou a ser não mais um privilégio da nobreza e da alta burguesia, mas um meio capaz de suprir importantes lacunas acerca dos conhecimentos da própria língua, ampliando o alcance social da educação.

A partir dessas considerações relativas à História da Cultura Impressa enquanto dispositivo apreendido como categoria de análise, identificamos o que chamamos de “problema de superfícies de inscrição”. Decorre que tal problematização está focada em identificar nas formulações discursivas os modos como o sujeito infantil foi constituído. Trata-se, assim, de um conjunto de técnicas de saber e poder que incitavam a transformação e modificação sobre o corpo, a

¹⁵⁹ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Ed. da UnB, 1998b.

¹⁶⁰ ZILBERMAN, R.; MAGALHÃES, L. C. O lugar do leitor na produção e recepção da Literatura Infantil. In: KHÉDE, S. (org.) *Literatura Infanto-juvenil: um gênero polêmico*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p.12.

¹⁶¹ STEPHANOU, M. *Bem viver em regras*. *Op. Cit.*, p. 38.

¹⁶² CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. *Op. Cit.*, p. 23-24.

consciência e a alma dos infantis. Sobre os saberes e os cuidados com o corpo, trataremos no próximo capítulo.





Cuidar o corpo

O Capítulo 2, que denominamos *Cuidar o corpo*, se propõe a discutir o modo como a cultura impressa portuguesa divulgou os cuidados que se deveria ter para garantir a sobrevivência da população infantil que estava assolada por altas taxas de mortalidade e abandono de recém-nascidos. Não obstante, esses cuidados não estavam restritos aos saberes médicos, na medida em que discursos marcadamente cristãos simbolicamente colocavam as crianças como semelhança ao menino Jesus, também inseriam uma série de direcionamentos religiosos como forma de assegurar a vida dos pequenos. Na sequência, nos dedicaremos a uma série de preceitos médicos concernentes à criação das crianças. Para tanto, elaboramos cinco unidades tipológicas que recorrentemente eram prescritas por médicos da época: a regularidade na limpeza, a orientação de um regime alimentar, a aplicabilidade de exercícios do corpo, a ideia de equilíbrio dos fluxos e a que preconiza a moderação dos sentimentos. Posteriormente, discutiremos dois claros modelos de vida infantil. O primeiro se relaciona com a disposição física das crianças, atribuindo uma série de preceitos médicos para criar corpos robustos e saudáveis; o segundo discute o lugar das crianças desviantes da norma, a condição *doente*, principalmente no que tange aos comportamentos aversivos e aos corpos estranhos infantis.

No século XVIII a sociedade lusitana letrada compartilhou de impressos que divulgavam os possíveis alívios para os males físicos e espirituais. Nesses impressos, “cumpria à boa conservação da Natureza que o homem, à semelhança das outras coisas criadas, se reproduzisse e propagasse gerando filhos semelhantes aos pais na espécie, na raça e na fisionomia”.¹⁶³ Para o historiador português António Ferreira, o designio da imagem e semelhança dos homens a Deus não era uma atribuição da classe médica, a qual defrontava-se constantemente com “problemas de natureza prática que a conduziam a interrogações de

¹⁶³ FERREIRA, António Gomes. *Gerar, criar, educar. Op. Cit.*, p. 45.

outro teor”, como, por exemplo, as problemáticas da procriação em condições normais, como a preocupação de como se constituíam os corpos disformes.¹⁶⁴

A garantia à vida era amplamente debatida, incluindo discussões que iam desde a fecundação e suas práticas contraceptivas, o nascimento de crianças – nem sempre fácil –, a indicação de regimes alimentares, a inclusão de hábitos de higiene para o corpo e para o espaço até a regulação de sentimentos. Ainda que os conhecimentos práticos fossem limitados à época, a divulgação de ideias médicas e moralistas não somente exerceram um domínio à saúde da população, mas também gerenciaram atenções no âmbito familiar e privado. De acordo com o historiador Jean Luiz Neves Abreu, um dos conceitos ressaltados nos tratados médicos do Setecentos é a ideia de *regime de viver*, “que consistia em uma série de conselhos e regras para os indivíduos e para seus corpos”.¹⁶⁵ Abaixo apresentamos um quadro com um demonstrativo de 24 obras de caráter médico, cirúrgico e de Educação Física publicadas ao longo do século XVIII por 18 autores.

Quadro 8 – Relação de obras médicas publicadas em Portugal (anos finais do século XVII e século XVIII)

Autor	Ano de publicação	Obra
ABREU, B. L. de	1726	<i>Portugal medico ou monarchia medico-lusitana, histórica, practica, symbolica, ethica, e politica, fundada, e comprehendida no dilatado âmbito dos dous mundos creados Macrocosmo, e Microcosmo.</i> Coimbra: Joam Antunes
	1733 Tomo I	<i>Historiologia medica, fundada, e estabelecida nos principios de George Ernesto Stahl, famigeradíssimo escritor do presente seculo, e ajustada ao uso pratico deste pais.</i> Lisboa: Officina de Musica.

¹⁶⁴ *Idem.*

¹⁶⁵ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do Corpo. Op. Cit.*, p. 15.

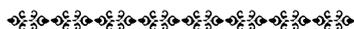
AFONSO, M. J; MELO, J. F.	1772	<i>Novo methodo de partejar, recopilado dos mais famigerados, e sábios autores.</i> Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues.
ALMEIDA, F. J. de	1791	<i>Tractado da educação fysica dos meninos, para uso da nação portugueza.</i> Lisboa: Oficina da Academia Real das Sicencias.
AZEVEDOM, M. de	1688	<i>Correcção de abusos introduzidos contra o verdadeiro methodo da Medicina. Tres Tratados.</i> Lisboa: Oficina de Diogo Soares de Bulhoens.
CANGIAMILA, F. M.	1791	<i>Embriologia Sagrada.</i> Lisboa: [s.n.].
CORREIA, J. L.	1723	<i>Castelo forte contra todas as enfermidades, que perseguem o corpo humano, e tesouro universal, aonde se acharão os remedios para ellas.</i> Lisboa: Oficina da Musica. Tomos I e II.
ESPINOLA, F.	1696-1707	<i>Escola Decurial de vairas liçoens, 11 partes.</i> Lisboa: Oficina de Manoel Lopes Ferreira.
FRANCO, F. de M.	1790	<i>Tractado de educação fysica dos meninos para uso da nação Portugueza.</i> Lisboa: [s.n.].
HENRIQUES, F. da F.	1721	<i>Anchora medicinal para conservar a vida com saude.</i> Lisboa: Oficina de Musica.
	1750	<i>Medicina lusitana, soccorro delfico, aos clamores da natureza humana, para total prostigação de seus males.</i> Porto: [s.n.].

LEITÃO, M. da S.	1738	<i>Arte com vida ou vida com arte, muy curiosa, necessaria, e proveitosa não só a medicos, e cirurgioens, mas ainda a toda a pessoa de qualquer estado, ou condição, que seja, principalmente aos casados; e mais que a todos, aos noivos de pouco tempo, em a qual se encontra hum regimento de paridas. Lisboa: [s.n].</i>
	1788	<i>Tratado completo de anatomia, e cirurgia com hum resumo da história da anatomia, e cirurgia, seus progressos, e estado della em Portugal. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1788. 4 tomos.</i>
PAIVA, M. J. H. de	1787	<i>Aviso ao povo ou sumario dos preceitos mais importantes, concernentes á criação das crianças, ás diferentes profissões, officios, aos alimentos e bebidas, ao ar, ao exercicio, ao somno, aos vestidos, á intemperança, á limpeza, ao contagio, ás paixões, ás evacuações regulares, e, que se devem observar para prevenir as enermidades, conservar a saude, e prolongar a vida. Lisboa: [s.n.].</i>
	1786	<i>Instituições de cirurgia teorica e pratica, que comprehendem a fysiologia, e a pathologia geral, e particular. Lisboa: [s.n.] 2 tomos.</i>
PEREIRA, B.	1734	<i>Anacephaleosis medico-theologica, magica, juridica, moral e politica na qual em recopiladas dissertações; e divizões, se mostra a infalivel certeza de haver qualidades maleficas, se apontão os sinais por onde possão conhecerse; e se descreve acura assim em geral, como em particular, de que se devem valer nos acha ques procedidos das dittas qualidades maleficas, e demoniacas, chamadas vulgarmente feitiços. Coimbra: Off. de Francisco de Oliveira.</i>

RIBEIRA, F. S.	1721	<i>Cirurgia methodica, e chymica reformada.</i> Lisboa: [s.n.].
ROMA, F. M.	1726	<i>Luz da medicina, pratica, racional, e methodica, guia de enfermeiros, directorio de principiantes, e summario de remedios pera poder acodir, e remediar os achaques do corpo humano, começando do mais alto da cabeça, e descendo athe ao mais baixo das plantas dos pés.</i> Coimbra: [s.n.].
SÁ, J. F. F. de	1723	<i>Epithome cirurgico, medicinal, observante questioneado, divididos em tres livros com muytas observações medicas, e cirurgicas, e hum antidotario de varios remedios, tirados de varios autores, e outros inventos seus.</i> Lisboa: [s.n.].
SANTUCCI, B.	1739	<i>Anatomia do corpo humano.</i> Lisboa: Pedrozo Galram.
SEMEDO, J. C.	1720	<i>Atalaya da vida contra as hostilidades da morte; fortificada, e guarnecida com tantos defensores, quantos são os remedios, que no discurso de sincoenta, e oyto annos experimentou.</i> Lisboa: Off. Ferreiriana.
	1707	<i>Observações medicas doutrinaes de cem casos gravissimos, que em serviço da patria, e das nações estranhas escreve em lingua portugueza, e latina.</i> Lisboa: Off. Antonio Pedroso Galrão.
	1716	<i>Polyanthea medicinal: noticias galenicis, e chymicas, repartidas em tres tratados.</i> Lisboa: [s.n.].
VIGIER, J.	1714	<i>Thesouro apollineo, galenico, chimico, chirurgico, pharmaceutico, ou compendio de remedios para ricos, e pobres.</i> Lisboa: Off. Real Deslandesiana.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

É pelo contexto de renovação cultural setecentista no espaço luso que analisaremos uma série de questões associadas aos saberes médicos e teológicos neste capítulo. A primeira seção trata dos modos de garantir a saúde infantil, analisando os discursos, mobilizados pela Medicina e pela Igreja, que associavam a criança a um sujeito de cuidados e de direito ao nascimento.



2.1 A criança em um discurso médico¹⁶⁶

O grande efeito que o modelo médico consubstanciou na sociedade portuguesa setecentista foi a padronização de um poder epistemológico que consistia em cuidar e preservar a saúde dos infantis, buscando garantir-lhes a vida. Neste item, nosso objetivo é apresentar uma obra médica que contém determinados discursos sobre o desenvolvimento e os cuidados com as crianças. Na sequência, nas demais seções deste capítulo, analisamos aspectos como alimentação, repouso, hábitos de higiene e prática de exercícios físicos.

No século XVII, período de afirmação da ciência moderna, as bases do conhecimento científico tinham como principal princípio o pensamento peripatético,¹⁶⁷ paradigma que foi mudando gradativamente ao longo do século seguinte, algo possibilitado pelo advento da filosofia mecanicista, do experimentalismo e da ilustração, oportunizando, assim, novos arranjos e métodos que iriam mudar profundamente os modos de fazer, ver e dizer ciência.¹⁶⁸ Em Portugal, nesse período, a recepção e a propagação desses saberes estavam, em muito, associadas aos gerenciamentos econômicos, sociais e culturais que criaram condições para que o interesse pela qualidade de vida gerasse maior atenção à saúde da população.

Nessa preocupação com as condições de vida, a infância despontava como um dos objetos centrais do pensamento da ciência moderna. Se até então a criança nos domínios portugueses estava

¹⁶⁶ Uma versão anterior deste texto foi publicada na forma de capítulo de livro (RIPE, Fernando. Modos de conservar a saúde infantil: preceitos médicos para a criação de crianças em um tratado de medicina português do século XVIII. In: DILLMANN, Mauro; RIPE, Fernando (Orgs.). *Cuidados com o corpo e alma na luso-américa dos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019a, p. 154-201).

¹⁶⁷ Relativo aos modos de fazer a filosofia aristotélica.

¹⁶⁸ DOLINSKI, João Pedro. O desenvolvimento da medicina moderna na cultura lusa do século XVIII. *Temporalidades*. Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 29-40, mai./ago. 2014.

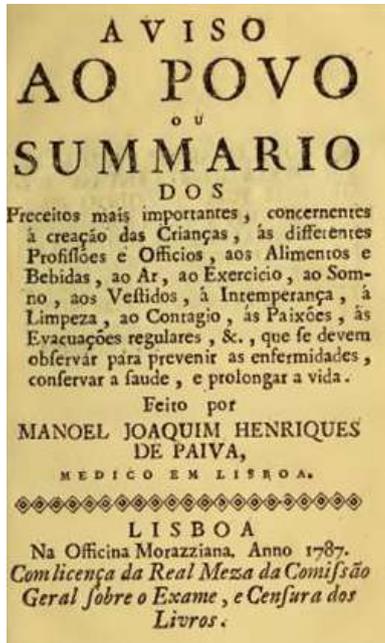
condicionada às interpretações do pensamento cristão-católico que divulgava edificantemente um modelo moral de infância, nos finais do século XVIII, a partir da expansão dos escritos de filósofos, cientistas e médicos, divulgava-se continuamente uma nova racionalidade que ia além dos preceitos cristãos, acentuando discursos políticos, instrutivos, salubres e pedagógicos para garantir a preservação da infância. O historiador português António Ferreira destacou que a “confluência dessas condições” auxiliou no desenvolvimento de uma nova racionalidade, que “partindo do ancestral saber sobre o crescimento das pessoas, concedesse maior atenção às condições que o condicionavam, bem como às características que o podiam explicitar”.¹⁶⁹

Aqui destacamos para análise o tratado médico *Aviso ao povo ou sumario dos preceitos mais importantes, concernentes á criação das Crianças, as diferentes Profissões e Officios, aos Alimentos e Bebidas, ao Ar, ao Exercicio, ao Somno, aos Vestidos, á Intemperança, á Limpeza, ao Contagio, ás Paixões, ás Evacuações regulares, &c., que se devem observar para prevenir as enfermidades, conservar a saude, e prolongar a vida*, de autoria do médico português Manoel Joaquim de Henriques Paiva (1752-1829), publicado em Lisboa no ano de 1787,¹⁷⁰ cujo frontispício pode ser conferido na Figura 1.

¹⁶⁹ FERREIRA, António. A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX). *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 215-234, abr. 2010, p. 216.

¹⁷⁰ A obra, aqui analisada em uma versão digital, foi impressa na Officina Morazziana em Lisboa, que fora regularmente licenciada, como padrão à época, pela Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame e pela Censura dos Livros. Disponível em: <https://archive.org/stream/avisoapovoousum00paiv#page/n17/mode/thumb>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Figura 1 – Frontispício da obra *Aviso ao povo ou summario* [...]



Fonte: PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Aviso ao povo ou summario* [...], Capa.

É possível supor que sua utilização e circulação tenha alcançado alguns segmentos sociais, atingindo leitores de condições diferentes que se apropriaram dos conhecimentos difundidos pelo médico. Consideramos o tratado, no contexto em que a obra foi produzida e lida, como possibilidade para a “construção de sentido, através do qual os leitores se apropriam diversamente do objeto da sua leitura”.¹⁷¹ Ao partilharem e se apropriarem dos preceitos enunciados na obra de Paiva, os leitores/sujeitos (os “Pais e Mães”) subjetivavam seu discurso que propunha um modelo específico de disciplina para o corpo infantil (os filhos).

A preocupação médico-científica com o corpo acentuou-se no século XVIII:

¹⁷¹ CHARTIER, Roger (Org.). *As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Difel, 1998c, p. 14.

Se, durante muito tempo, o corpo foi controlado pelo discurso do sagrado e da moral – sobre a carne e as tentações –, a partir do século XVIII ele passou a ser controlado também pelo discurso da ciência. Nessa abordagem, passou a ser visto como uma máquina que pode e deve ser controlada com regimes específicos, tarefa a ser realizada, pelos poderes laicos e recém-instituídos, aqueles derivados dos estados nações.¹⁷²

Acreditava-se que o condicionamento do homem aos hábitos interpostos pelos diferentes domínios do conhecimento, assimilando mudanças de comportamentos e hábitos sociais – discursivamente propagados por manuais científicos e pedagógicos –, fosse condição para se criar “reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado”.¹⁷³ Manuais, geralmente tratados como Avisos, desempenharam significativa funcionalidade na constituição e na intensificação da conformação da sociedade ao terem enunciada uma série de regulações, interdições e instruções daquilo que se pretendia desenvolver.

No caso dos tratados médicos em circulação em Portugal e na América Portuguesa, esperava-se que, diante dos limites impostos à instrução da população, os princípios de medicina fossem divulgados por intermediários. Esse aspecto é evidente principalmente nas obras publicadas a partir da segunda metade do século XVIII, quando o tema as ‘saúde dos povos’ passa a ser abordado de forma mais específica.¹⁷⁴

Nesse sentido, o corpo infantil, regulado pelo poder e saber científico, tornou-se objeto de interesse discursivo no processo de transformação e aperfeiçoamento da vida, certamente pelo fato de os índices de mortalidade infantil serem bastante altos no período. Tanto a saúde como a doença configuraram-se como um problema de gerenciamento político e econômico, cuja prática higiênica e física das crianças associada com os rearranjos científicos das teorias dos humores e dos fluxos¹⁷⁵ instituiu discursivamente para as famílias a

¹⁷² BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por Amor e por Força. Op. Cit.* p. 55.

¹⁷³ BOTO, Carlota. *A escola do homem novo. Op. Cit.*, p. 21.

¹⁷⁴ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo. Op. Cit.*, p. 130.

¹⁷⁵ A Teoria humoral, associada com a dos temperamentos com fluidos corporais constituíram a principal base de explicação racional da saúde e da doença entre os séculos IV-XIX.

preocupação com os específicos modos de comportamentos, hábitos regulares, limitação dos contágios e moderação das paixões.

O tratado do médico Manoel de Paiva incitava a sofisticação de técnicas disciplinares orgânicas e físicas bem como de práticas de preservação da saúde sobre o corpo da criança de modo a propiciar seu controle e ampliar sua qualidade de vida.¹⁷⁶ Nesse sentido, o modelo prescritivo assumido pelo autor está relacionado tanto com o contexto discursivo circulante da época quanto com alguns aspectos da sua biografia¹⁷⁷ que merecem ser aqui destacados.

Manoel Joaquim Henriques de Paiva nasceu na cidade de Castelo Branco, região da Beira Baixa, em Portugal, em 23 de dezembro de 1752. Descendente de uma família de boticários e médicos perseguida constantemente pela Inquisição portuguesa por serem cristãos-novos, Manoel Joaquim, junto com seu pai e irmãos, ainda jovem, aos 17 anos, mudou-se para a cidade de Salvador no ano de 1769. Posteriormente retornou para a Europa, por influência da família e de um parente próximo, o médico e escritor Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), para realizar seus estudos em Medicina e Filosofia na Universidade de Coimbra.

Conforme o *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1862), de Innocencio Francisco da Silva (1810-1876), Manoel Joaquim Henriques de Paiva foi avultado fidalgo da Câmara Real portuguesa e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Por ter cultivado “com assiduidade e proveito os estudos próprios da sua profissão”, mereceu “ser tido de justiça por um dos mais inteligentes e laboriosos entre os médicos portuguezes seus contemporâneos”.¹⁷⁸ Exerceu distintos cargos públicos e foi autor de vasta produção intelectual e científica, destacando-se por seus discursos, avisos aos povos, tratados farmacopéicos, manuais de Química e Medicina, fundamentos de Botânica e Agronomia, entre outras publicações que lhe renderam relativo suces-

¹⁷⁶ Trata-se das práticas de higiene, não conceituadas à época, mas compreendidas como conjunto de regras e técnicas que pretendiam preservar a saúde e prevenir possíveis doenças, contágios e pestes na população, incitadas por um processo prático de limpeza, desinfecção e conservação de espaços, objetos e instrumentos.

¹⁷⁷ Para análise da biografia de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, sugerimos consultar: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/paimanjohe.htm#dados>. Acesso em: 02 dez. 2015.

¹⁷⁸ SILVA, Innocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Portuguez de Estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, Tomo X, 3. supl., p. 12-13.

so na editoração científica. Sua preocupação com a saúde das crianças aparece em três publicações.¹⁷⁹

Todavia, em Portugal o médico Manoel de Paiva foi perseguido pela Inquisição sob a acusação de ser cristão-novo. Mais tarde perdeu todos os cargos públicos, sendo preso e condenado ao exílio por sua suposta simpatia a Napoleão.

Mostrando-se de algum modo afeiçãoado ao governo francez no período da invasão d'este reino pelo exercito do conluiando de Junot, foi depois perseguido como jacobino, preso, e por sentença do Juizo da Inconfidência de 24 de Março de 1809 exautorado de todos os cargos que exercia, e das honras de que gosava, e condemnado a degredo para o ultramar.¹⁸⁰

Após ter sido liberto, Manoel de Paiva retornou à cidade da Bahia, onde, por decreto do rei D. João VI em 1818, teve suas honras e prerrogativas reaquistadas. Foi propositor da vacinação geral, por inoculação, das crianças no Brasil no início do século XIX por ocasião da epidemia de sarampo.¹⁸¹ Regularmente naturalizado brasileiro, o médico Manoel Joaquim Henriques de Paiva faleceu no dia 10 de março de 1829 na cidade de Salvador, província da Bahia.¹⁸² Postumamente teve amplo reconhecimento da comunidade científica lusitana, tanto que seu retrato, como podemos verificar na imagem abaixo, figura nas *Memórias de Historia Natural* (18??) e foi publicado na *Gazeta Medica de Lisboa* (1858) e na *Revista Popular* (18??).¹⁸³

¹⁷⁹ Trata-se das obras: *Aviso ao povo sobre a asphyxias ou mortes apparentes e sobre os socorros que convem aos afogados, às crianças recém-nascidas com apparencia de mortas [...]*. Lisboa: [s.n.], 1786; *Aviso ao povo ou summario dos preceitos mais importantes concernentes à criação das crianças, [...]*. Lisboa: Offic. Morazziana, 1787 e *Sumário dos preceitos mais importantes concernentes à educação das crianças, às diferentes profissões e officios*. Lisboa: [s.n.], 1787.

¹⁸⁰ SILVA, Innocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Portuguez. Op. Cit.*, p. 13.

¹⁸¹ Sobre o processo de vacinação de crianças no Brasil, sugere-se: PITA, João Rui. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola. *Mneme, UFRN*, Natal, v. 10, n. 26, jul./dez. 2009.

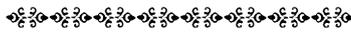
¹⁸² De acordo com o Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, essa informação é creditada a GIFFONI, O. Carneiro. *Presença de Manoel Joaquim Henriques de Paiva na medicina lusobrasileira do século XVIII*. Separata do II Congresso Brasileiro de História da Medicina (Recife 1953). São Paulo: [s.n.], 1954.

¹⁸³ SILVA, Innocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Portuguez. Op. Cit.*, p. 13.

Figura 2 – Gravura do médico Manoel Joaquim Henriques de Paiva



Fonte: Gravura do médico Manoel Joaquim Henriques de Paiva.¹⁸⁴



2.2 Dos preceitos médicos concernentes à criação das crianças

Por se tratar de um discurso representativo do campo científico da Medicina observamos que na obra há uma padronização discursiva tributária do modelo iátrico¹⁸⁵ das publicações ao estilo “saúde dos povos” e “avisos ao povo”. O médico Manoel de Paiva descreveu não compreender como algumas pessoas desprezavam “totalmente os preceitos que lhe fornece a *Hygiene* ou *Arte de prolongar a vida e de conservar a saude*, dos quaes trataram amplamente *Mackenzie, Geoffroy, Pressavain*”, destacando em particular “*Buchan* na sua Medicina domestica”. No prefácio, o médico destacava: “eu agora affereço em vulgar com algumas mudanças, aos meus compatriotas,

¹⁸⁴ Gravura em água-forte e buril [1790] do artista Joaquim Carneiro da Silva (1727-1818). Disponível em: <http://purl.pt/4490>. Acesso em: 29 ago. 2015.

¹⁸⁵ Variável do grego relativa às artes de curar. Efetivar a cura das enfermidades do corpo e da alma era o objeto do método e da prática *iátrica*, desenvolvida por médicos que detinham percepções omnilaterais e totalizantes da saúde humana. Ver: PASSOS, José Davi. *A filosofia como cura da alma: a formação ética como terapia na atividade filosófica antiga*. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

para que lendo-a se aproveitem dos preceitos ahi contidos, e tirem as utilidades, que eu lhe dezejo”. Vejamos alguns destes preceitos.

2.2.1. Do ordenamento do espaço

Várias foram as prescrições sobre a organização do espaço privado (domiciliar), que aqui estamos tomando como primeira unidade de análise. A busca pelas correntes de ar tendia a possibilitar a renovação dos gases, do mesmo modo que se deveria ampliar a iluminação e promover o aquecimento do ambiente na intenção de proteger e evitar ameaças de contágios, ou mesmo epidemias. Observemos a seguinte passagem:

O lugar da cama deve ser o mais arejado da casa. Os gabinetes, as alcovas, e as camaras pequenas não servem para este fim: cumpre que o quarto de dormir tenha ao menos duas aberturas oppostas, para que parecendo se possa admitir nelle huma corrente de ar. Não se tape a cama da criança, nem o quarto com cortinas, armações &c, e havendo nelle estes adornos deixem-se abertos em quanto estiver na cama.¹⁸⁶

Constata-se a ordem das coisas. O local destinado para a criança dormir deveria cumprir uma única finalidade, qual seja a do repouso, não mais como outrora, quando os espaços da casa se confundiam entre lazer, refeição e descanso. O lugar da cama não era considerado espaço para adornos, nem para excessivas decorações com tecidos, devendo ser o mais arejado possível.

2.2.2 Da regularidade na limpeza

A problemática do banho e da utilização de um vestuário simples, mas permanentemente limpo, foi objeto de atenção do médico Paiva. Ainda que consideremos, como nos chamou a atenção o historiador Georges Vigarello, que a prática doméstica da limpeza não era apenas uma qualificação à saúde ou uma coleção de conhecimentos, mas sim, sobretudo, uma mudança de estatuto que “confere distinção”, há de se perceber que tal limpeza não pertencia a todos, sendo “sinal de elegância não partilhada”.¹⁸⁷ Ainda que os modos de vestir sejam objeto de atenção para a distinção social, para Paiva as crianças não deveriam ser vestidas desconfortavelmente, pois “cumpre que as crian-

¹⁸⁶ PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Aviso ao povo. Op. Cit.*, p. 24-25.

¹⁸⁷ VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Lisboa: Fragmentos, 1985, p. 67.

ças andem sempre limpas, sem a menor affectação, ou ostentação, nem gala alguma nos seus vestidos: os adornos servem só de opprimi-las, e embaraçar-lhes os movimentos, e exercícios”.¹⁸⁸ Dessa prerrogativa, Manoel de Paiva destacava que “não se use de espartilhos de barba de balêa, de coiro, cordas &c, e fuja-se delles como invenção barbara, mais funesta á humanidade do que a peste, a guerra, &c. Os seus vestidos devem ser folgados e soltos, abrochados com cintas ou atacadores, e sem alfineites”.¹⁸⁹

Decerto a regularidade do corpo limpo passava pelos constantes banhos e trocas de roupas, pois se cumpria que “costumem-se pouco e pouco as crianças a soffrer o frio, calor”. Nesse caso, mesmo “sendo o banho frio huma especie de exercicio, tanto mais convem costumar as crianças a elle, quanto as que vivem em Povoações grandes ficam encerradas em quartos sempre mui pouco arejado”. As roupas para as crianças tinham dois propósitos básicos: proteger do frio e inibir partes do corpo; então “mude-se-lhes o trage á medida que forem crescendo. Os melhores vestidos para rapazes são vestes á Turca, &c. e para as raparigas, roupões, polonezas, e todos mui folgados e limpos”. Evitar os excessos de proteção era um modo de garantir a adaptação da criança às diferentes “intemperanças das estações”, para este “fim não se emrouparáo mais numa estação que na outra. Des a idade de hum anno devem andar com a cabeça descuberta, e descalças de pé e perna em todas as estações do anno”, contudo, “quando sahirem fora calçaráo chinellas para lhes defenderem os pes das feridas, que os corpos estranhos, lhe poderiam fazer”.¹⁹⁰

2.2.3 Do regime alimentar¹⁹¹

Outro sentido que Manoel de Paiva confere à “boa criação” das crianças, e que tomamos como terceira unidade, é a permanente vigilância sobre os alimentos que estas poderiam consumir. No regime alimentar dirigido por Paiva, desde o nascimento da criança até o crescimento “robusto” dever-se-ia evitar a ingestão de uma série de comidas. Primeiramente, era regrado que “mulheres criaráo seus filhos com o proprio leite. Em nenhum caso, afora o da privação deste

¹⁸⁸ PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Aviso ao povo. Op. Cit.*, p. 18.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 18-19.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 19 e 23.

¹⁹¹ Uma análise mais detida sobre os regimes alimentares para os infantis será entendida na seção 2.3.2.

nutrimento natural, se podem eximir desta sagrada obrigação; e ainda neste caso não deve confiar seus filhos a amas mercenárias”.¹⁹²

Da mesma forma, o autor reclama que “não se devem desmamar as crianças antes da idade de hum anno, e ainda mais tarde com tanto que a Mãe ou Ama tenha bastante leite”, sugerindo, assim, que as primeiras alimentações sólidas fossem “sopas de pão alvo ou biscoito feitas em leite frio e ordenhado de fresco” e, posteriormente a ingestão de “sopas feitas em caldo de vitéla, ou de galinha, e por fim no de vaca”. Somente quando a dentição estivesse mais avançada se daria carne, e “neste caso hade ser em pouca quantidade, e nunca de noite”.¹⁹³

O vigilante regime alimentar que devia ser tutelado pelos pais consistia na desautorização de uma coleção de comidas. Por exemplo, “não se lhes dará vinho, cerveja, nem nenhum licor fermentado, ou espirituoso, os quaes todos são peçonha para esta idade. O mesmo digo dos alimentos salgados, curados ao sumo, picantes &c.”. O comedimento com as bebidas era objeto de grande preocupação do autor, visto que “a sua bebida hade ser pouca agua, porque a relaxação he humda das causas mais communs das enfermidades das crianças”.¹⁹⁴ Porém, a maior preocupação do médico foi a ingestão de doçuras, como podemos perceber nos dois seguintes excertos:

Não se deve dar jamais ás crianças alfenim, nem caramélo, nem coiza alguma comprehendida de baixo do nome de *doces*. Se lhes prohibirá igualmente toda a casta de fruta, afora sendo bem madura, porque neste estado he tão saudavel, como pernicioso quando verde.¹⁹⁵ He igualmente pernicioso solicitar as crianças a comer muito botando assucar nos alimentos, &c; e o impedir que comam o sufficiente por medo de que engordem demasiado. Esta ultima mania he ainda mais nociva que a primeira, porque a Natureza tem muitos meios de se desonerar do nutrimento supérfluo; e ao contrario jamais podem ter saude, e menos recobrar forças e robustês deixando-as padecer de fome.¹⁹⁶

¹⁹² *Idem*, p. 15.

¹⁹³ *Idem*, p. 20.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 21.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 7 [Grifo do autor].

¹⁹⁶ *Idem*, p. 20-21.

2.2.4 O exercício do corpo

A quarta unidade de análise sobre a obra de Paiva centra-se em um dos dois temas centrais para o autor, “o exercício he o primeiro mantimento da saúde, e o bom ar o segundo”.¹⁹⁷

Percebido como instintivo da natureza humana, o gosto pelo exercício físico pode ser observado pelas mães que “dentro de seus ventres, faz a criança quanto exercício pode, facilmente se persuadirão que [...] o desejo do exercício nasce com nosco”.¹⁹⁸ Nesse sentido, as mães não deviam reprimir o desejo da criança de fazer exercícios, portanto “não apertarão seus filhos com cintas, e envoltas; e tirarão de seus membros, flexíveis, e capazes de qualquer impressão, as ligaduras, fitas, e todas as prisões com que gemem a natureza e a razão”.¹⁹⁹

Percebe-se claramente que o autor assume o desenvolvimento da criança seguindo um modelo inerente à natureza. Decerto, se o comportamento natural do homem é andar, então

Não he preciso ensinar as crianças a andar; deixem-se rolar e mover de huma para outra parte sobre tapetes, cobertores &c; porque este exercício as vigora, e com elle se habitúam pouco a pouco a usar dos braços, e pernas, de sorte que aos seis mezes pouco mais ou menos, poderão andar sós.²⁰⁰

Ainda que naturais às crianças, as atividades físicas deviam ser estimuladas, de modo que “os rapazes e as raparigas devem jogar, correr, saltar, e bailar quando lhes for possível ao ar livre todos os dias, e a todas as horas do dia”. Essa condição de autonomia, também tributária do naturalismo cientificista do século ilustrado, tinha um balizamento e se daria até “que os seus órgãos adquiram bastantes forças para receberem os elementos da instrução; o que pode acontecer mais ou menos de pressa, segundo o sujeito for dotado de maior ou menor capacidade”.²⁰¹

2.2.5 O equilíbrio dos fluxos

Nesta unidade percebemos o segundo aspecto fundamental para preservar a saúde das crianças, relacionando-a com o equilíbrio

¹⁹⁷ *Idem*, p. 21-22.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 15.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ *Idem*, p. 18.

²⁰¹ *Idem*, p. 22.

dos fluxos de gases e líquidos, tanto no corpo e no espaço de convívio como na alma. Assim, a alimentação, a respiração, a excreção e o sono deveriam estar estáveis para “conservar a sua saúde” e “viver sem incomodo”. Em linhas gerais, o pensamento médico da época associava o comportamento do sujeito por ocasião desses fluxos, constataáveis por excrementos, urina, menstruação, expectoração e leite materno.

Um exemplo apontado por Paiva é de que as mães deveriam evitar quaisquer “drogas de que usam as Parteiras para purgar o ferrado”,²⁰² recomendando que, caso “o ferrado se demorar mais de tres dias nas tripas”, deve-se administrar leite materno ou água com mel. Além da vigilância sobre qualquer possível distúrbio, a regulação da amamentação também foi prescrita como modo de equilibrar os temperamentos das crianças e permitir o seu desenvolvimento natural. Assim, para os primeiros dias dever-se-ia amamentar de duas em duas horas, posteriormente de três em três horas, ou mesmo a partir da quarta hora, sendo que no segundo mês “ja esteja a criança costumada a não mamar de noite”.²⁰³

A estabilidade entre dormir e estar acordada também denota condição de controle da criança com a natureza. Para Paiva as crianças precisavam “dormir muito. Nos seus primeiros mezes dormem mais do que vélam; mas sendo-lhes depois menos necessario o somno”. Essa prescrição também foi regularmente balizada, observando-se que “a certo tempo velarem mais do que dormir, té que em fim chegando aos oito annos de idade dormem tanto como os adultos”. Deve-se, no entanto, regular as condições de sono, de modo que não se deve “interromper o somno ás crianças recém-nascidas; porém á medida que ellas forem dormindo menos, se fortalecerem, e se fizerem menos sensíveis, se costumaráo a deitar-se em cama mais dura, afim de que possam dormir em qualquer parte”.²⁰⁴

Portanto, os poucos fluxos de ar e a irregularidade do sono interfeririam no equilíbrio natural da saúde, pois os sujeitos adultos/crianças estariam propícios aos possíveis destemperamentos da alma, como se confere na próxima unidade de análise.

²⁰² De acordo com o Vocabulário de Raphael Bluteau, *ferrado da criança* é um “humor negro, & denso, que a criança deita, depois de lhe abrir a parteira o sesso. Chamase este primeyro escremento, *Ferrado*, da cor térrea, & materia ferrugenta, com que sahe” (BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez. Op. Cit.*, v. 4, p. 84-85).

²⁰³ PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Aviso ao povo. Op. Cit.*, p. 16.

²⁰⁴ *Idem*, p. 24.

2.2.6 A moderação dos sentimentos

Aos males físicos sobrem os da alma, e entregue sempre a huma triste melancolia, os quadros rizonhos da Natureza, e os dias serenos, que dantes divertiam seus olhos, não se lhes presentam senão de baixo de cores tristes e sombrias, e só recobrar a saude, pela qual elle sacrificaria todas as riquezas, e os mais bens da vida, o ambicioso renunciaria as grandezas, o avaro abriria seus tezueros, e o mesmo Soberano desceria do Trono para ir gozar na cabana do mais infimo vassallo, deste bem precioso, cujo valor só se conhece quando não pode recuperar a perda.²⁰⁵

Esse excerto da obra de Paiva é significativo para demonstrar o possível desequilíbrio do controle dos sentimentos. Nele, Paiva descreve como pode ser efêmera, melancólica e lúgubre a perda de uma criança decorrente da pouca atenção e assistência à saúde. Nesse sentido, descrevemos, como última unidade de análise, a moderação dos sentimentos como sendo de grande importância, o equilíbrio entre o corpo e o espírito. Como denota o médico:

Nem por isso se hande desprezar as disposições tanto que se offerecerem, se os Pais e as Mães guiados pela razão souberem aproveitar-se das circunstancias, e não permittirem ás crianças, nutrir seu espírito á custa do corpo. A saude he o bem mais precioso, e sem a qual não ha felicidade. Os talentos, os recreios, os conhecimentos, a sciencia &c, não são aquisições uteis e satisfactorias, se não em quanto quem as possui goza das facultades necessarias para as fazer valer; mas quando o corpo he fraco e doente, o espírito he tambem débil e languido.²⁰⁶

Há reciprocidade no argumento do médico, pois, como se percebe, não apenas o espírito faculta quando a saúde se desvalesse, mas se este estiver debilitado a consequência será um corpo doente. Assim, será no final da velhice, quando “chega em fim, mas antecipadamente, a idade em que extintas as paixões deixa a nossa razão em liberdade”, ainda que lhe sobrem o sentimento “curvado então com o pezo das en-

²⁰⁵ *Idem*, Prefação.

²⁰⁶ *Idem*, p. 22-23.

fermidades geme e lamenta seus erros, e não lhe resta mais angustias, dores, e tristeza, feis companheiros dos ultimos momentos da vida”.²⁰⁷

Conforme destacamos anteriormente, o médico Manoel de Paiva creditava em seu discurso a transmissão de características inatas dos pais para os filhos. Nesse sentido, é válido acentuar que o equilíbrio sobre a higidez da saúde e os bons temperamentos dos filhos era condição herdada dos pais, “as diversas constituições e temperamentos, que os homens possuem, concorrem [...] para que a sua vida seja curta”. Tributário de um discurso associado ao naturalismo das luzes, Manoel de Paiva condiciona o desenvolvimento do sujeito à sua própria herança, “Huns, filhos de Pais fracos e doentes herdaram delles a fraqueza, e as moléstias, com que passam a vida languida, e a terminam de pressa”, e ainda há “outros [que], não podendo supportar o menor excesso sem detrimento da saude, não podem prolongar muito a vida, segura por hum fio tão delicado, e tão facil de se quebrar”.²⁰⁸



Para o médico português, o “temperamento bom ou mau depende da Infancia”. Nessa fase da vida é preciso que os “Pais e as Mães” se apliquem “com esmero, e affastem delles tudo o que poder enfraquece-los”.²⁰⁹ Nesse sentido, consideramos que gerar, criar e educar uma criança, no contexto luso setecentista, implicava uma série de compromissos e responsabilidades por parte dos pais. O médico Paiva afirmava que esse compromisso deveria ser tarefa eminentemente familiar, sendo, sobretudo, a educação das crianças um dever “unicamente [d]os Pais e Mães”, que são “capazes de ter este cuidado, e os que devem instruir seus filhos”.²¹⁰

Considerando o pensamento vigente em relação ao papel da mulher no contexto familiar do século XVIII, o autor Paiva surpreende ao ressignificar a função do pai, pois afirma que este deveria partilhar certas obrigações que, anteriormente, eram tidas como tarefas eminentemente femininas. “Os homens [...] Também lhes darão a mão em parte dos cuidados, que dellas exigem seus filhos, e repartirão com ellas as penas e desgostos, visto deverem ser recíprocos os prazeres, que traz com sigo huma família robusta, forte, vigorosa,

²⁰⁷ *Idem*, Prefação.

²⁰⁸ *Idem*.

²⁰⁹ *Idem*, p. 13.

²¹⁰ *Idem*.

educada na prática exacta da virtude, e as obrigações devidas aos Pais, á Sociedade, e á Patria.”²¹¹

O conjunto de unidades de análise permitiu evidenciar a clara preocupação do autor em traduzir para a sociedade portuguesa o “moderno” projeto de Medicina urbana que vinha sendo instaurado, sobretudo na França, desde o último quartel do século XVIII. Tratava-se de um projeto que pretendia analisar cientificamente, nos lugares de maior concentração urbana, os processos de captação e descarte da água para ser possível, então, controlar todo o seu processo de circulação. Notadamente essa dinâmica científica apresentava grande similaridade com o modelo de equilíbrio que se propagava pela comunidade ilustrada no período. Nesse seguimento, o tratado *Aviso ao povo* pode ser percebido com uma clara materialização de um discurso que se pautava na pretensão do reconhecimento, pela sociedade, de que as contribuições dos hábitos descritos por Paiva poderiam auxiliar o “progresso civilizatório” do Estado português. Nesse sentido,

[...] por intermédio dos conhecimentos da medicina, o Estado sustentou esse papel de ciência e saber. As descobertas científicas sobre a saúde e a doença forneciam instrumentos cada vez mais específicos para o controle social, trabalhando tanto na disciplina dos corpos singulares, pela influência clínica médica, na psiquiatria, nas ações de assistência social e na pedagogia, como também nas regulações das populações nos asilos, nos hospitais, nos manicômios, nas famílias e nas escolas.²¹²

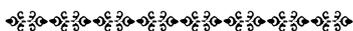
A partir da análise que empreendemos foi possível demonstrar que os conhecimentos médicos utilizados por Manoel de Paiva corroboraram para aconselhar aos pais determinados hábitos com vistas à conservação da saúde infantil. Tais hábitos estavam ligados aos conhecimentos científicos que propunham: primeiro, o ordenamento do espaço, promovendo ambientes bem arejados; segundo, a regularidade da limpeza, propondo uso de roupas limpas e banhos rotineiros; terceiro, a adequação de um bom regime alimentar, interditando uma série de alimentos que poderiam prejudicar a saúde da criança; quarto, a prática de exercícios físicos, incitando a criança ao gosto pelo exercício físico; quinto, o equilíbrio dos fluxos, estabilizando excrementos, ingestão de leite materno, e o regulamento das condições de sono;

²¹¹ *Idem*, p. 14.

²¹² BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por Amor e por Força. Op. Cit.*, p. 55.

sexto, e último, a moderação dos sentimentos para adquirir equilíbrio entre o corpo e o espírito.

A elaboração de códigos normativos para a rotina dos filhos descritos por Manoel de Paiva consiste em um conjunto de específicas práticas e estratégias médicas. Deveriam os pais estar guiados por esse código normativo, uma vez que os “Pais, e as Mães devem considerar como huma das obrigações mais essenciaes o criar, educar, e formar elles mesmo o corpo, espirito, e coração de seus filhos”,²¹³ sendo que a lógica desse código estava pautada no disciplinamento do comportamento social. Tal disciplinamento deixava de ser objeto de configuração especial do vínculo entre Igreja e Estado e passava a ser foco de atenção pública com forte influência dos preceitos científicos que se desenvolviam à época.



2.3 A produção de corpos robustos e saudáveis

Duas preocupações constantes no período moderno indicavam modos de assegurar a eficiência do corpo dos infantis: a primeira se relacionava com a disposição física das crianças e sua respectiva necessidade de desenvolver corpos robustos e saudáveis por meio de exercícios físicos; a segunda reivindicava o estabelecimento de um regime nutritivo, com o aleitamento materno, principal recomendação durante a primeira infância, sendo progressivamente substituído por amidos, frutas e verduras. O controle orgânico dos alimentos consumidos se dava pela autorização de certos consumos, interdição de outros e moderação daqueles que poderiam afetar a saúde dos infantis.

2.3.1 “Dos jogos, & brincos dos mininos”

Na obra *Arte de cuidar os filhos na idade da puericia* (1685), Alexandre de Gusmão tinha a intenção de produzir uma síntese dos fundamentos da “boa educação” e dos cuidados práticos que os pais e mestres deveriam ter na criação das crianças. O impresso foi estrategicamente dividido em duas partes: a primeira contém 19 capítulos que orientam os fundamentos teológicos para a “boa educação” dos meninos; a segunda, intitulada *Como se hão de haver os pais na criação dos meninos*, prescreve, em 25 capítulos, aconselhamentos práticos e edificantes para os pais educarem seus filhos. Ao longo de 387 páginas, Alexandre de Gusmão desenvolveu ensinamentos que foram retoma-

²¹³ PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Aviso ao povo*. Op. Cit., p. 16.

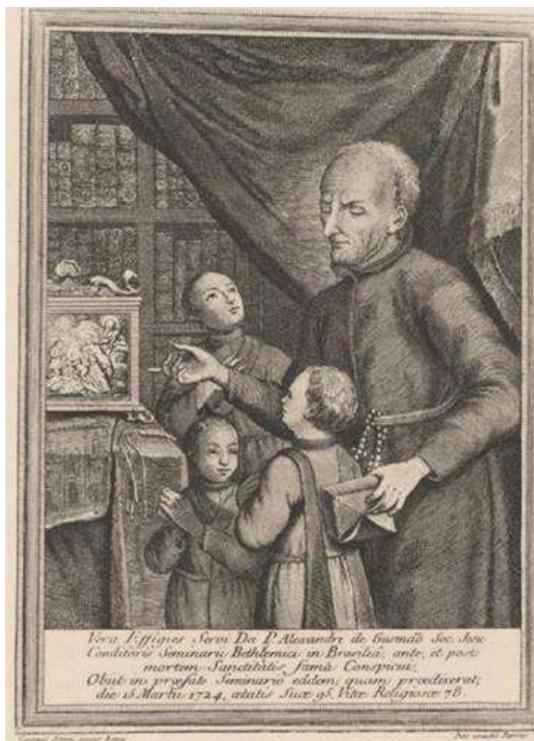
dos várias vezes, seja pela demonstração de modelos exemplares, por representações assustadoras, ou mesmo pela incitação à punição e ao castigo como modo corretivo e disciplinador da boa criação.

É importante destacar que na América portuguesa o predomínio da Companhia de Jesus na atuação educacional, na prescrição dos modelos pedagógicos e no direcionamento da formação de hábitos foi condição significativa na conformação das condutas infantis. A condução da educação baseada na prática religiosa, sobretudo nos escritos bíblicos e nas normas de bons costumes descritos na Constituição da Companhia de Jesus (2004 [1685]), evidenciou um conjunto de mecanismos disciplinadores regidos por prédicas morais cristãs, em que o castigo e a punição eram percebidos como modo de incutir temor àqueles para quem não bastavam as boas palavras e repreensões.²¹⁴

Em 1875 foi publicado em Paris um exemplar de *Essai sur l'Iconographie de la Compagnie de Jésus*, do jesuíta francês Alfred Hamy, em comemoração aos três séculos e meio da Ordem Inaciana, descrevendo a vida de quatrocentos reconhecidos jesuítas, tendo o padre lisboeta Alexandre de Gusmão ocupado lugar dentre estes. Em 1893 o autor francês publicou uma coleção de retratos em *Galerie illustrée de la Compagnie de Jésus: album de 400 portraits choisis parmi les plus beaux, les plus rares ou les plus importants, et reproduits en héliogravure*, em que também consta uma gravura de Alexandre de Gusmão, como podemos verificar na Figura 3, que ilustra o jesuíta em uma biblioteca ensinando o catolicismo a crianças, uma evidente representação da sua primeira obra *Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio*, publicação de 1678 em Évora.

²¹⁴ Constituição da Companhia de Jesus, 2004, p. 147

Figura 3 – Representação do padre Alexandre de Gusmão educando um grupo de meninos



Fonte: HAMY – Galerie illustrée de la Compagnie de Jésus [...] (1893).²¹⁵

Ao observar a representação de Gusmão interagindo com os infantis, identifica-se a incitação simbólica de que o modelo exemplar de criança estaria na imagem de Cristo, por isso o direcionamento do jesuíta para a alegoria do Presépio, na metáfora da ilustração elaborada para a Companhia de Jesus.

Sobre a estrutura orgânica das crianças é importante percebermos que enunciados que mobilizavam certos regimes físicos para os

²¹⁵ Possivelmente essa representação foi realizada no século XIX, tendo sido assinada por Cajtonus Sortini (s.d.). A imagem apresenta o jesuíta Alexandre de Gusmão educando um grupo de crianças com a alegoria do presépio, conforme sua primeira publicação impressa, a obra *Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio* (Évora, 1678). Disponível em: http://www.europeana.eu/portal/record/9200134/BibliographicResource_2000000014696.html Acesso em: 11 fev. 2016.

corpos dos infantis ganharam relevância na medida em que entendemos que os jogos e as brincadeiras são produtores de efeitos sociais e físicos, pois seus movimentos, encenações e exercícios refletem visões particulares do corpo e da moral.²¹⁶ Sobre os direcionamentos relativos à produção de corpos robustos e saudáveis destaca-se na obra de Gusmão o capítulo *Dos jogos, & brincos dos mininos*.

A par da aprendizagem dos primeiros rudimentos do *abc*, o tema dos jogos e das brincadeiras despertou grande importância no contexto da doutrinação da Companhia de Jesus. Igual atenção deu Gusmão ao retomar algumas precauções enunciadas por moralistas anteriores, recomendando que a prática de “alguns jogos, & brincos pueris, honestos, & próprios da idade” poderia servir tanto para o desenfado do estudo como para a redução da ociosidade.²¹⁷

De acordo com a concepção pedagógica dos jesuítas, os “exercícios honestos” eram ordenados pelos seus intuitos moralizadores e educativos, conhecendo-se o uso eficaz que fizeram de representações teatrais, jogos ou distrações relacionadas com a leitura, a escrita, a contagem e, embora com moderação, a música ou os ofícios manuais. A esse respeito, considerando que Gusmão alertou ser próprio dos meninos de pouca idade o gosto por brincar, apresentando a ociosidade como escola de todos os vícios, ele preceituou que os infantis bem-criados folgassem a seu tempo, embora a permissão dos pais ou dos mestres fosse uma prévia exigência.

No capítulo que mencionamos, entre os entretenimentos mais honestos o jesuíta indicou os “jogos pueris formados das letras do alfabeto, para que juntamente se recreassem, & aprendessem as letras do A.B.C.”, o jogo de cavalinho de cana, de pares e de nomes, os do pião e corropio, o do aro ou ainda o da pela. Para além desses jogos, afirma o autor, outras atividades são indiciadoras da boa inclinação dos meninos, como “o fazer Altares, Presepios, arremedar o Sacerdote, & o Prégador”, tendo por exemplo as ações de meninos santos, como S. Bernardino, Santo Atanásio e S. Francisco de Borja. Nestes últimos, infere-se o quanto o brincar para Gusmão poderia ser uma prática pedagógica eficiente para inculcar nas crianças o exercício da imitação do sacerdote.²¹⁸

²¹⁶ VIGARELLO, Georges. Exercitar-se, jogar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História do Corpo*. Da Renascença às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 303-400.

²¹⁷ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos*. Op. Cit., p. 367.

²¹⁸ *Idem*.

Em contraste com os jogos que favorecessem a aprendizagem bem como pudessem proporcionar aos infantis o recreio indispensável, Gusmão alertou os pais e mestres sobre os eminentes perigos que poderiam resultar essas práticas, consideradas por ele como jogos ilícitos. Tratava-se de jogos como “banhos, danças, & outros certos brincos, de que os mininos aprendem máo exemplo, & abrem os olhos para a malícia”. Outros, ainda que fossem brincadeiras nocivas para a vida e os bons costumes, como “jugar pedradas, esgremir, correr a cavallo, & outros semelhantes, em que os mininos aprendem a ser espadachins, impacientes, crueis, & soberbos, & correm grandes riscos, & desventuras”, nesse sentido seria “bom conselho nam permittir aos filhos mininos facas, espadas, escopetas” ou, ainda, o exercício dos jogos defesos, tais como “dados, cartas, & outros”, que “sam proprios de tafularia; porque o pay, que permite o filho ser taful em minino, que espera venha a ser em mancebo, senam ladram, perjuro, blasfemo, prompto para todo o mal”²¹⁹.

Ainda no século XVII, no período barroco, o tema dos jogos e brincadeiras infantis foi motivo de uma série de gravuras. Por sua vez, a análise iconográfica dessas representações possibilita identificar a expressão de um novo interesse pela vida cotidiana dos sujeitos mais novos. As ilustrações feitas pela artista francesa Claudine Bouzonnet-Stella (1636-1697), *Os jogos e prazeres da infância* (uma série de cinquenta gravuras retratando crianças jogando vários jogos), potencializa “a graça bucólica de cenas mitológicas de querubins, representando crianças nuas e colocando-as em ambientes naturais idílicos”.²²⁰ O inventário das cenas produzidas por Bouzonnet-Stella pode ser percebido como um importante documento histórico, cuja potencialidade de representar as atividades infantis, especialmente aquelas práticas que se transformaram ou caíram em desuso, podem indicar os modos de perceber a cultura dos infantis, descrevendo-a em detalhes numa variedade de jogos e passatempos muito comum entre as crianças de uma dada época.

A representação dos jogos e brincadeiras reflete “a ação das paixões e de sociabilidades: convergências, tensões, conflitos, exu-tórios das exaltações locais, ou exibições das distinções, as de uma

²¹⁹ *Idem*, p. 370.

²²⁰ Conforme *The Games and Pleasures of Childhood* (1657). Disponível em: <https://publicdomainreview.org/collections/the-games-and-pleasures-of-childhood-1657/>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

sociedade categorizada, de práticas socialmente bem confinadas,²²¹ como podemos identificar na seguinte figura que ilustra uma possível comemoração de uma batalha.

Figura 4 – A guerra



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

Certamente essas brincadeiras e outros passatempos infantis semelhantes são imitações de práticas sociais e culturais de um cotidiano europeu de constantes conflitos bélicos, cujas comemorações as crianças vivenciavam e, portanto, adaptavam aos seus modos de brincar. Nesse sentido, existe uma clara distinção entre as propostas de brincadeiras repletas de normativas e promovidas pelo religioso Gusmão e as divulgadas pela gravurista francesa e expressas nas orientações impressas de obras pedagógicas do Setecentos Português. Por exemplo, a seguinte ilustração:

²²¹ VIGARELLO, Georges. *Exercitar-se, jogar. Op. Cit.*, p. 303.

Figura 5 – O jogo da batalha



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

A imagem *La Bataille* com certeza representa um cenário de disputas físicas, evidenciando e potencializando a necessidade de força nos possíveis combates entre exércitos infantis. A ideia era manter-se firme contra o adversário, dando-lhes os golpes mais violentos possíveis. A imagem da robustez física evoca a existência de duelos como uma possível prática lúdica dos infantis seiscentistas. Todavia, como destacamos anteriormente, o religioso Gusmão interditava essa tipologia de jogos, pois poderia não apenas alertar as crianças para a malícia, como também comprometer a saúde dos infantis, sendo distinto, assim, de outros pensamentos europeus que divulgavam serem essas práticas de exercícios mais eficientes para o vigor do corpo das crianças.

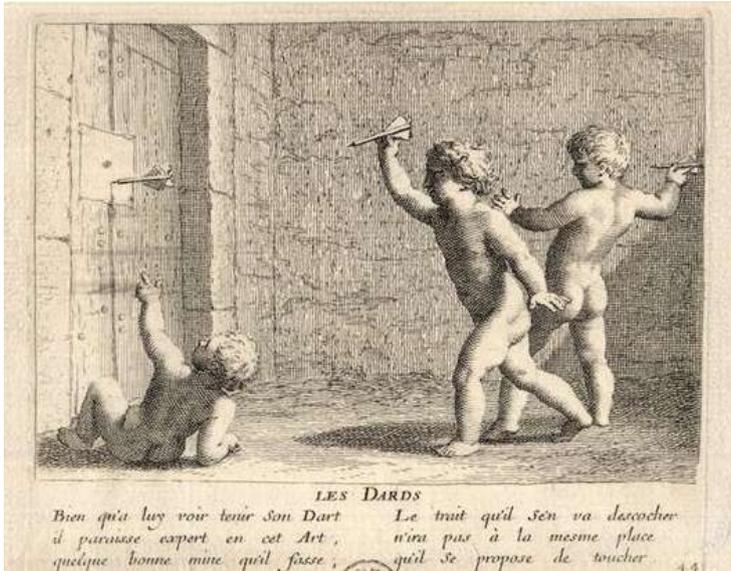
No *Vocabulário* de Bluteau, o verbete *jogo* assume tanto o caráter recreativo como educativo, no caso “podem servir de espertar o engenho dos rapazes”. Nesses dois aspectos o jogo possuía o propósito de ser um “passatempo lícito”. Contudo, era importante que

de honesto entretenimento degenera em conveniencia, & cobiça, não há coisa no mundo, que mais impropriamente se possa chamar Jogo, que o jogo. Podese chamar jogo huma ocupação sedentária, em que sem necessi-

dade se arrisca a fazenda, & sem vergonha domina a co-
biça? O jogo he ruina de ricas famílias, & tem causado
mais estragos, que o amor, & a guerra. He o jogo officio,
dos que não tem officio; he invento do Demonio para
o homem perder o dinheiro, o tempo, & o decóro.²²²

As seguintes figuras ilustram alguns dos jogos combatidos por religiosos.

Figura 6 – Jogo de dardos



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

O jogo *Les Dards*, conforme consta na legenda da figura, alertava para o modo como a criança segurava seu dado, sendo muito bom que esta se tornasse especialista nessa arte.

²²² BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino. Op. Cit.*, v. 4, p. 174.

Figura 7 – O jogo da besta



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

Em *L'Arbaleste* as crianças procuravam demonstrar a eficiência com diferentes tipos de armas para atingir o alvo preso em uma rocha. Esses jogos e brincadeiras, ainda que nem sempre nocivos à saúde dos infantis, podem indicar a progressiva saída da primeira infância para a entrada em um segundo estágio da vida, pois os meninos estariam se afastando de um ambiente fechado vivido até então. Não obstante, Oliveira indicou se tratar de uma fase do crescimento infantil em que se manifestava o “desejo de transgredir interditos e na procura de uma individualidade autonomizadora”.²²³

Outra implicação derivada das distrações externas era a problemática de que os campos e as ruas se tornassem um prolongamento da morada dos infantis. Nesses casos, novos espaços de lazer começavam a ser descobertos, motivados pela busca de aventuras e desbravamentos. Todavia, esses espaços poderiam também estar repletos de perigos e propensos a incidentes, muitas vezes fatais, como, por exemplo, na Figura 8, na qual os meninos folgavam à ribeira de um rio sem o olhar cuidadoso e vigilante da tutela de um adulto, ou como se confere na

²²³ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval*. Op. Cit., p. 116.

neiros galênico-português que acenavam termos de forte erotismo.²²⁴ É válido lembrar que, para Vigarello, os efeitos sociais ou físicos esperados dos jogos refletem uma visão particular do orgânico,²²⁵ sendo assim, tais espaços e brincadeiras se constituem como possíveis cenários privilegiados para a exploração do jogo da sensualidade.

As brincadeiras infantis compreendiam, como verificado na Figura 8, atividades lúdicas envolvendo posse e manipulação de brinquedos. Contudo, nos espaços mais rurais e menos abastados, infere-se que os passatempos infantis tenham se valido de diversificados objetos e recursos da natureza, como brincar com paus ou atirar pedras, bem como de distintas formas de jogos e brincadeiras, como imitar animais e adultos, saltar e correr, por exemplo.

Como identificamos anteriormente, os jogos e as brincadeiras eram potentes práticas para que as crianças evitassem o ócio. Nesse sentido, o religioso Gusmão alertava que o ócio “foi sempre mestra de toda a malícia, & ter os filhos ociosos no tempo da puerícia, he creallos na escolla de todos os vícios”.²²⁶ O lúdico era uma recomendação de Gusmão para que o menino não se inclinasse aos vícios. “Para evitar pois a ociosidade nos filhos mininos Christãos, foi sempre boa politica recebida de todas as naçoens, permitirlhes alguns jogos, & brincos pueris, honestos, & proprios daquela idade, com que aliviem o enfado do estudo, & fujão a ociosidade”.²²⁷

A brincadeira também poderia ter funcionalidade pedagógica, por exemplo:

Assim o aconselhava Sam Ieronymo ensinando a hum pay, & hũa mãy de família exercicios, em que aviam deter sempre ocupados seus filhos, que apenas lhe dá tempo para respirarem, assinalando certos jogos pueris formados das letras do alfabeto, para que juntamente se recreassem, & aprendessem as primeiras letras do A. B. C. O mesmo aconselha Aristoteles, falando particularmente do jogo da pella, em que se devem exercitar os de pouca idade.²²⁸

O jogo da Pella, mencionado por Gusmão e compartilhado por outros escritores do Setecentos, era uma das brincadeiras mais popula-

²²⁴ *Idem*, p. 117.

²²⁵ VIGARELLO, Georges. *Exercitar-se, jogar. Op. Cit.*

²²⁶ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos. Op. Cit.*, p. 366.

²²⁷ *Idem*, p. 367.

²²⁸ *Idem*.

res no Reino português. O passatempo figurava como uma espécie de adestramento físico autorizado desde a primeira infância.

Raphael Bluteau destacou uma série de jogos e brincadeiras, elencando, por exemplo, como jogos portugueses a “Bola, Choca, Dados, Pela, Oe, Taboas, Xadrez, Truque, &c.” Denominou, ainda, cerca de vinte e cinco tipos de jogos de carta. E, elencou aqueles que seriam estritamente infantis, quais sejam

Alfinetes, Bom barqueiro (fazse com Musica maritima), Busca tres, he jogo com varios ranchos de dous, em que se busca, ou há tres. Cabra cega, Cantos, Canastras, Chapas, Corneta, Corriola, Didaes, Gallinhas, Golhin, & Bales, Guardinvão, João da Caderneta, La Condessa, Lobo, Martim garavato, Mudos, Officcios, Pedrinha na boca, Penhor, Roda dos altos couces, Sapato, Segredos, Topa, Vaite a elle, &c.²²⁹

Entre os meninos, as atividades mais lúdicas incluíam as práticas ao ar livre que, em alguns casos, poderiam ser mais desportivas ou até mesmo agressivas. No entanto, essas brincadeiras eram, em muitos casos, guiadas e compartilhadas pelos próprios pais dos infantis. Gusmão dizia que “Agesilao Emperador jugava com seu filhinho o jogo do cavalinho de cana, e nam se desprezava aquelle Monarca do correr com o filho na cana para o exercitar.”²³⁰

O jogo da montaria, como ilustrado na Figura 10, também era uma atividade recreativa compartilhada entre pais e filhos, com irmãos e amigos.

²²⁹ *Idem*, p. 175.

²³⁰ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 367-368.

Figura 10 – O jogo da montaria



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

Gusmão incitava os adultos a participarem do imaginário das brincadeiras infantis, sobretudo ao indicar que “muitos varoens famosos no mundo contam as historias, que costumavam brincar, & jogar com os mininos. Creio, que nam tanto por se divertirem a sy, como pelos exercitarem a eles”.²³¹ Seja por diversão ou por adestramento físico, as brincadeiras eram uma forte recomendação para ocupar o passatempo das crianças. “Assim que quero dizer, que os brincos, & jogos pueris sam muy proprios, & naturaes aos mininos usados de todas as naçoens, & os devem permitir os pays aos filhos mininos a seus tempos”.²³²

Contudo, essa assertiva de os pais brincarem com seus filhos parecia não ser mais defendida nos discursos do século XVIII. Joanna Villeneuve, por exemplo, acreditava que as relações entre pais e filhos deveriam ser postas como limitadas e limitadoras dentro de um universo educativo. Utilizando quase sempre representações negativas, as orientações da aia indicavam o modo como os pais não deveriam

²³¹ *Idem*, p. 368.

²³² *Idem*, p. 370.

brincar com os filhos: não brincar em demasia, não permitir muita confiança, não os tratar como papagaios nem bonecos, não permitir falta de decoro.

É válido frisar a existência de certo silenciamento do discurso sobre o universo das brincadeiras e jogos para meninas. Essa possível ausência de enunciados indicando brincadeiras femininas, tanto no século XVII como no XVIII, permite enquadrarmos que as práticas recreativas ao ar livre, os jogos em grupo e o uso de brinquedos diversos poderiam ser atividades próprias dos meninos. Ainda que pouco mencionadas, percebemos que as brincadeiras femininas foram restringidas ao manuseio de utensílios miniaturizados (bules, jarras, panelas, pratos, etc.) e de bonecas. De acordo com Oliveira, “para as raparigas, constituíram, decerto, um pretexto para o desenvolvimento de jogos e brincadeiras relativos à aprendizagem das suas futuras vidas de mulheres casas e mães”,²³³ tanto que Gusmão reafirmava ser “tam proprio, & natural dos mininos o brincar, & folgar, que a mesma palavra latina *puer*, que no vulgar quer dizer minino, no Hebraico soa brinco, ou folguedo; he tirar o natural dos rapazes prohibirlhes o brincar”.²³⁴ É interessante que o significado de brinco está relacionado à “acção, ou palavra de quem brinca”, todavia, tratar-se-ia unicamente de “Brincos de menino”. Nesse sentido, inferimos que as brincadeiras ao ar livre eram uma atividade privilegiadamente masculina.²³⁵

Para Gusmão, as atividades recreativas tinham como princípio a manutenção da inocência infantil. “He porém muy necessario advertir nam lhe permitam jogos ilícitos, nocivos, ou defesos; porque os que se costumam a estes jogos desde a puericia, nunca podem ter boa creação”. Elencava o religioso como jogos ilícitos os “deshonestos de banhos, danças, & outros certos brincos, de que os mininos aprendem máo exemplo, & abrem os olhos para a malicia”.²³⁶ Na Figura 11, ainda que a legenda indique se tratar de uma atividade inocente, não era consenso entre os autores, especialmente quando se associavam danças e alguns tipos de música.

²³³ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval*. Op. Cit., p. 120.

²³⁴ *Idem*, p. 368.

²³⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Op. Cit., v. 2, p. 194.

²³⁶ *Idem*, p. 370.

Figura 11 – A dança



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

Gusmão também alertava para a possibilidades de alguns jogos serem nocivos à boa saúde dos infantis, conceituando estes como “aquelles, que alguns pays permitem ais filhos, que lhes podem ser nocivos á vida, & bon costumes, como sam jugar pedradas, esgrimir, correr a cavalo, & outros semelhantes”, nos quais os “mininos aprendem a ser espadachins, impacientes, cruéis, & soberbos, & correm grandes riscos, & desaventuras”.²³⁷ Exemplo de jogo nocivo era o uso de armas, como ilustrado na Figura 12.

²³⁷ *Idem*, p. 370-371.

Figura 12 – Os pequenos canhões



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

A fim de combater os jogos ilícitos e os nocivos, Gusmão se valia da estratégia discursiva de incitar o medo nos seus potenciais leitores. Observa-se o seguinte excerto, que exemplifica um desastroso caso envolvendo uma inocente brincadeira infantil:

E destes sucessos acontecem muitos; como de certo minino Phelippe filho de Reys refere hum Autor, que brincava atirando com setas para as Estrellas, & hũa lhe cahio em hum olho, & lho vasou. Por isso he bom conselho nam permitir aos filhos mininos facam espadas, escopetas, & outros instrumentos semelhantes porque nam brinquem de tal sorte com eles, que suceda passar do brincar ao brigar; em fim que he verdadeiro adagio, que brincos de mãos sempre vem a dar na cabeça.²³⁸

Segundo Ferreira, “a alimentação do medo integrava-se no quadro mental da época não só porque se admitia a existência da intervenção demoníaca sob formas diversas mas também porque explicava

²³⁸ *Idem*, p. 371-372.

as adversidades pessoais ou coletivas como castigos da Divindade”.²³⁹ O combate aos jogos interditados por Gusmão era carregado de culpabilizações dos pais menos atentos ou mais negligentes na tutela de seus filhos. Como exemplo de enunciação de culpabilização, Gusmão conferiu a seguinte passagem:

Bem lastimoso foi o sucesso, que refere Baronio de Frederico filho dos Reys de Sicilia, Martinho, & Maria. Estava este sendo de sete annos folgando com os demais mininos às lanças à vista dos pays. Ferio hũa de tal sorte, que logo cahio morto á vista dos Reys seus pays, que tiveram do sucesso tal desgosto, que a mãy a Rainha Maria morréo de pena em breves dias.²⁴⁰

Outra tipologia de jogos interditados por Gusmão eram as práticas defesas, as quais conferia se tratar de “jogos, de que os pays devem livrar os filhos, sam os defesos, como sam, dados, cartas, & outros, que sam proprios de tafularia [viciosa inclinação ao jogo]; porque o pay, que permite o filho ser taful em minino, que esperava venha a ser em mancebo, senam ladram, perjuro, blasfemo, prompto para todo o mal”.²⁴¹

Figura 13 – Os dados



Fonte: Bibliotheque Municipale de Lyon.

²³⁹ FERREIRA, António Gomes. *A educação no Portugal Barroco*. Op. Cit., p. 73.

²⁴⁰ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 371.

²⁴¹ *Idem*, p. 372.

A representação de um menino jogando dados na Figura 13 pode indicar o quanto as atividades viciosas tendiam a ser práticas muito comuns no universo das brincadeiras infantis, tanto que era uma interdição recorrentemente alertada por diversos autores, sejam aqueles do Seiscentos como os do Setecentos Português, como veremos a seguir. Ainda sobre o pecado do vício dos jogos, Gusmão exemplificou, por meio do amedrontamento, o infortúnio de uma família.

[...] ouve hum homem muito rico, o qual tinha hum filho de muito poucos annos, que creava nam sô sem castigo, mas com todo o vicio, a que era capaz aquella pouca idade, porque nam sómente o nam reprehendia, quando errava, mas lhe ensinava péssimos, & depravados costumes. Desta sorte crescéo até os doze annos cada vez peor; hum dos vícios, a que o pay o costumou, foi o jogo, succedèõ pois, qye estando hum dia jugando com seu pay, nam lhe caindo a sorte como desejava, rompèõ na seguinte blasfêmia: Se aquelle Ieronymo, que prohibe o jogo, pòde algũa coisa, fação, que eu quer elle queira, quer nam queira, nam me hey de levantar daqui sem ganhar. Cousa horenda! Dizendo isto foi o miseravel minino arrebatado de hum Demonio em fôrma de hum medonho, & terrivel: para onde fosse, se nam sabe atègora: Eu Creyo, que para os infernos. Atèqui Sam Cyrillo.²⁴²

Os jogos que os pais deveriam permitir aos filhos seriam os mais honestos e adequados “daquela idade, como sam o jogo do aro, da pella, do peam, & outros”, passatempos que estavam “fóra de toda suspeita”. Gusmão ainda acreditava que a imitação da ritualística cristã por parte das crianças se constituiria como um excelente e honesto passatempo, “indico de boa inclinação o fazer Altares, Presepios, arremedar o Sacerdote, & Prégador”.²⁴³ Todavia, os jogos e brincos, na percepção do religioso Gusmão, somente poderiam ser autorizados quando os pais assim o determinassem, nunca quando o menino fizesse ao seu desejo. Nesse sentido, pode-se perceber que o discurso de Gusmão confere aos jogos e às brincadeiras uma dimensão que necessariamente passaria pela hierarquia da vigilância, uma vez que sua tutela pretendia organizar o tempo e o espaço de forma controlada pelos adultos. Como sugere Gusmão:

²⁴² GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos. Op. Cit.*, p. 373.

²⁴³ *Idem.*

Por remate advirto, que ainda que he justo permitir aos filhos estes jogos, nam he conveniente darlhes tal liberdade, que eles sem licença dos pays todas as vezes, & a todo o tempo que quizerem, o façam se nam que há de ser a seus tempos, & com beneplacito dos pays, ou dos mestres, a cujo cargo estão, porque assim se criem com rendimento, & sujeçam.²⁴⁴

Nos discursos manifestados no Setecentos a dimensão hierarquizada das brincadeiras e jogos permanece com poucas mudanças. Os passatempos continuam a ser pensados como proposta para o desenfado dos infantis. No entanto, parece-nos que seus direcionamentos eram enunciados com maior liberdade, possibilitando maior autonomia aos infantis nos divertimentos. Tanto que o padre Manoel de Sousa indicava

[...] com tudo no desenfado, e divertimento dos meninos deve-se-lhes permitir huma inteira liberdade de brincarem como quizerem; porque sendo certo o divertimento e brincos pueris são tão necessários á constituição daquella idade como mesmo alimento, ou descanso do sono.²⁴⁵

A prática mais recomendada no manual de Sousa era de que a criança corresse, ainda que essa atividade poderia lhe causar algum tipo de enfermidade. Toda prática prejudicial ao corpo dos meninos deveria ser interdita e substituída por outra de menor risco e nociva aos bons costumes do infantil. As crianças não deveriam buscar “desenfados inúteis, ou damnonos”. Era muito “conveniente antes de elles [as crianças] enfadarem da lição, ou de algum exercício, passa-los a outro igualmente util”, que sendo agradável e “tãobem he meio para os afastar de brincos e divertimentos frívolos, entrete-los nelles com artificio de modo que se cheguem a enfadar, e cansar”.²⁴⁶

Outra intervenção observada somente no século XVIII diz respeito à interdição de se brincar no quarto das crianças. Segundo orientação da aia Villeneuve, as brincadeiras nesses cômodos poderiam antever possíveis situações de imoralidade. “Só a pessoas prudentes, e

²⁴⁴ *Idem*, p. 375.

²⁴⁵ SOUSA, Manoel Dias de. *Nova escola de meninos. Na qual se propõem hum methodo fácil para ensinar a lêr, escrever, e contar, com huma breve direção para a educação dos meninos. Ordenada para descanso dos Mestres, e utilidade dos Discipulos*. Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1784, p. 195.

²⁴⁶ *Idem*, p. 196.

civís seja aberto o seu aposento, para que ainda nos mesmos brincos conservem a decência”.²⁴⁷

No final do século XVIII as práticas infantis envolvendo atividades lúdicas e passatempos parecem ser mais consensuais, tanto que o professor régio João Vasconcellos não se poupava de fazer ferrenhas críticas aos modelos pedagógicos impressos que não consideravam os potenciais ganhos que os jogos e brincadeiras pudessem oferecer na formação educativa dos meninos. Ele atestava que “não pertence a este Tratado inculcar a necessidade dos exercícios do corpo, tão importante para a saúde, e para formar o espírito, e o coração”. Os exercícios intelectuais foram os mais enunciados por Vasconcellos, “ainda que entre nós só se vejam estabelecido os Jogos pacíficos, nos quaes trabalha mais o espírito do que o corpo”. Quanto à ideia de publicar um tratado específico para a educação de infantis, “eu me reservo para outro tratado em que direi os meus sentimentos a respeito da Educação Nacional, que tenho projetado”,²⁴⁸ o qual, de fato, nunca foi editorado, nem solicitada licença para impressão.

2.3.2 “Ainda que a gula seja paixão da infância”: instruções sobre regimes alimentares para os infantis

Entre os séculos XV e XVIII europeus diversos foram os impresos que proliferaram regras para se viver de modo saudável. Tratava-se, em sua maioria, de manuais ou capítulos de livros dedicados à instrução de práticas relativas aos cuidados com a saúde. De acordo com Sotres, os autores dessas obras nem sempre possuíam formação médica formal, mas estavam em grande medida inspirados pela literatura médico-científica dos gregos antigos e pelos *regimina sanitatis* do medievo.²⁴⁹ Sotres também destacou que a orientação de hábitos não estaria somente associada a preocupações higiênicas e estéticas da época, mas sobretudo enunciada como parte de um processo de

²⁴⁷ VILLENEUVE, Joana Rosseau. *A aia vigilante. Op. Cit.*, p. 79.

²⁴⁸ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade, em que se dão as regras da policia e urbanidade christã, conforme os usos e costumes de Portugal*. Lisboa: Na Typ. Rollandiana, 1782, p. 145.

²⁴⁹ O *Regimina Sanitatis* é um tratado com características didáticas publicado inicialmente entre os séculos XII e XIII. O tratado indicava normativas higiênicas, regimes alimentares, uso de plantas medicinais e outras indicações terapêuticas. Sugere-se: SOTRES, P. G. Les régimes de santé, em M.D. Grmek. *In: Histoire de la pensée médicale en Occident*. Tome I. Antiquité et Moyen Age. Trad. francesa de M. L. Bardinet Broso, Paris: Seuil, 1997. p. 257-281.

educação do corpo e da alma. Assim, os aconselhamentos religiosos sobre práticas terapêuticas tiveram relativa influência nos impressos que divulgavam regimes alimentares e instruções pedagógicas de bons comportamentos à mesa. Já nos discursos médicos e de civilidade identificamos que a função dos escritos não restringia os regimes alimentares aos simples hábitos naturais e de necessidade biológica, pois também aconselhava certas práticas sociais repletas de simbolismos, rotinas cristãs, normativas que davam conta de uma relação entre a civilidade nos gestos e a moderação do que se ingeria. Defende-se, assim, que os regimes alimentares direcionados aos infantis condensavam um longo processo de saberes – de ordens médica, religiosa e civilizatória –, prescrições e práticas sociais normativas que consideravam a nutrição, as possibilidades de cura ou de pecado, os efeitos da evacuação e da excreção e, por fim, a administração das paixões da alma.

O primeiro regime alimentar dos infantis está associado ao ato da amamentação. Diversos são os autores que aconselharam a importância desse nutriente para a boa formação corpórea dos infantis. Todavia, tais direcionamentos estão repletos de mitificações e explicações espirituais, ou ainda carregados de uma forte crença na transmissão de virtudes entre a mãe ou ama de leite e a criança. Destacamos também que esses discursos apresentam certa linearidade, pois pretendiam interditar certos alimentos ou moderar o seu consumo.

É interessante o significado atribuído por Raphael Bluteau ao léxico *alimentação*, percebido em um primeiro momento como “aquillo, que recebido, & cosido no estomago farta a fome, & sustenta a vida”.²⁵⁰ Para o autor, o alimento também pode apresentar significado metafórico e moral, uma vez que é “cousa que serve para conservar, & fomentar, & sustentar a essência, & natureza”.²⁵¹ Contudo, Bluteau alertou para que a ingestão fosse somente do indispensável, exemplificando: “dar o necessário para o sustento da vida, como fazem os Pays aos filhos famílias”.²⁵² Não obstante, também chamou a atenção para que os “filhos famílias” somente poderiam “pedir alimentos a seu Pay, que lhe de segundo a faculdade de seu patrimônio”.

Com efeito, a principal função desses escritos sobre os cuidados de si era aconselhar como manter a economia entre o que era ingerido

²⁵⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Op. Cit., v. 1, p. 258.

²⁵¹ *Idem*.

²⁵² De acordo com Bluteau, filho família é “aquelle, que está debaixo do poder de seu pay”. Tratar-se-ia dos filhos de comportamentos exemplares, distintos daqueles que possuíam gênio contrário ao dos pais (*Idem*, v. 4, p. 120).

e o que era efetivamente consumido pelo corpo para que não houvesse excedente prejudicial à saúde.

Outro ponto característico desses regimes era a praticidade. A literatura a esse respeito procurava expor as orientações em vernáculo, de modo acessível, metódico, didático e, acima de tudo, convincente. Por se tratar de uma arte, o texto deveria servir de guia para a prática e, por isso, fornecer conselhos de fato experimentados e exemplos ilustrativos.²⁵³

É importante distinguir a presença de distintas formas de alimentação que variavam de acordo com o contexto social, como aquelas praticadas no meio rural e as no urbano. Tratando-se de uma sociedade eminentemente rural, a alimentação nos primeiros anos de vida das crianças era assegurada pelas progenitoras pelo leite materno, enquanto as “famílias das elites fidalgas ou cidadinas se socorriam, maioritariamente, das mas de leite, de acordo com um costume que tende a ser contestado pelos médicos e pedagogos”.²⁵⁴ Todavia, é importante destacar uma tomada de consciência, partilhada por médicos, educadores e moralistas desde o século XVII, sobre as necessidades e fragilidades próprias da infância, sendo direcionadas práticas específicas aos cuidados com o aleitamento dos infantis.

De acordo com Oliveira, desde o século XV os tratados cristãos de saúde infantil davam relevo aos cuidados com a alimentação dos recém-nascidos. Em linhas gerais, as recomendações acentuavam a necessidade de a criança ser amamentada até seus dois, três ou quatro anos. Todavia, havia a presença de preceitos herdados da Antiguidade, os quais a sociedade marcada pelo misticismo cristão insistia em compartilhar. Entre eles, o aconselhamento de que a criança

devia ser precedida pelo sugar infantil de um dedo materno previamente embebido em mel sem espuma, para limpar o estômago dos bebês e abrir os seus canais de absorção. Por fim, defendem que a mãe deveria amamentar a criança nos primeiros quatro dias, só depois podendo, se necessário, ser substituída, por uma ama.²⁵⁵

²⁵³ CARVALHO DA SILVA, P. J. O impossível regime das paixões da alma. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. XI, p. 119-133, 2008, p. 123.

²⁵⁴ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval*. Op. Cit., p. 105.

²⁵⁵ *Idem*, p. 104.

Outro contributo para a valorização social do aleitamento materno, que figurou no imaginário cristão moderno, foi a imagem da Virgem do Leite. A representação da Nossa Senhora amamentando o Menino Jesus certamente contribuiu para a sacralização e expansão da prática, não somente projetando, assim, um modelo ideal de maternidade, mas também difundindo socialmente a necessidade nutritiva do alimento.

No século XVII as obrigações postas por religiosos para que as mães não dispensassem o leite materno aos seus filhos se encontram registradas em várias obras. Exemplo disso é o impresso *Regimento espiritual para o caminho do ceo* (1654), do jesuíta português Francisco Aires (1597-1664), que atentou para uma série de compromissos dos pais para “a boa criação que se deve dar aos meninos logo em seus primeiros annos”.²⁵⁶ Na obra, Aires reafirmou constantemente a ideia de que as inclinações eram passadas geneticamente, de modo que o leite materno também transmitiria aos filhos os carismas e as virtudes da mãe e da respectiva linhagem. O autor dizia que “assim devem as mãys criallos a seus peitos pera que com o leite lhe bebão a virtude, & costumes”,²⁵⁷ e não poupava advertências quanto às possíveis imperícias na alimentação natural, uma vez que “não há escuza pera não se comprir esta obrigação de amor natural, pois até os animais, todos crião, & fomentão suas criaças”. Seguindo essa lógica, no caso da necessidade de se entregar a criança sob o cuidado alimentar de amas de leite, Aires indicava que “se escolão as mais virtuosas, & bem acostumadas, que com o leyte lhes comuniquem o bem de que são dotadas, pois o mal, & o bem parece se recebe na criação do que se participa na geração”.²⁵⁸

O jesuíta Alexandre de Gusmão, já no final do século XVII, dedicou um capítulo especial de sua obra para tratar da amamentação, intitulado *De quanta importancia he para a boa creaçam dos mininos, serem criados aos peitos de suas proprias mãys*, no qual destacava, a partir de uma perspectiva cristã ortodoxa, o quanto “a experiencia tem mostrado, que estes [os meninos] saem melhores nos costumes, que os que sam entregues às amas, ou escravas”.²⁵⁹ Do mesmo modo, o jesuíta Gusmão alertou para a integridade de uma Lei do Direito Canônico que “asperamente repreende aquellas mãys, ou costumes se eximem de crear os filhos a seus peitos; porque parece genero de impiedade des-

²⁵⁶ AIRES, Francisco. *Regimento espiritual*. Op. Cit., p. 2.

²⁵⁷ *Idem*, p. 6.

²⁵⁸ *Idem*, p. 7.

²⁵⁹ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 178.

prezarse a mãy de crear com seu leite no peito o filho, que creou com seu sangue no ventre”.²⁶⁰ Reforçando essa ideia, o autor também se valeu dos saberes médicos galênicos,²⁶¹ indicando que “o leite da mãy he mais saudável ao filho, que outro qualquer leite, como diz Galeno”. Ao reivindicar as teorias dos humores, o religioso acreditava que “o leite da mulher nam sejam outra cousa senam aquelle mesmo sangue, com que no ventre se alimentoy a creança, he força, que aquelle leite lhe seja mais saudavel, que outro qualquer”.²⁶²

Ainda na perspectiva do religioso, o leite materno teria princípios terapêuticos, tanto assim que “para qualquer doença da creança he estremado remedio a mama da própria mãy, & que bastará muitas vezes meterlhe o peito na boca para sarar”. Outro benefício relativo ao aleitamento decorre dos saberes práticos da época, aquilo que “a experiencia nos tem ensinado” acerca do desenvolvimento da criança, “os mininos criados com o leite proprio de suas mãys, sam em pequenos menos doentes, & em grandes mais robustos, & [...] vivem mais”.²⁶³

Outra recorrência enunciada por Gusmão refere-se às constantes culpabilizações sobre as mães negligentes na amamentação, pois estas afastam-se da própria natureza, “entregam[ndo] os seus [filhos] às estranhas para os crear”. Para Gusmão “a quem nam cria nam he mãy; como se nam merecesse o doce nome de mãy, a que se despreza de crear a seus peitos o filho, que pario”.²⁶⁴ Por fim, acreditava-se que os seios maternos possuíam simbólica influência no comportamento dos filhos. Neste caso o autor recorreu a um enunciado de São Jerônimo:

[...] ganharão as mãys melhor amor dos filhos, que por boa razão lhe seram mais amantes, & obedientes; & este he para Sam Ieronymo, quando para persuadir aos filhos a obediência, & amor dos pays, lhes põem diante dos olhos o leite, que mamaram aos peitos de suas mãys. Ao menos he esta consideração muy eficaz para aplacar os ânimos dos filhos protervos, & deso-

²⁶⁰ *Idem*, p. 179.

²⁶¹ A tradição médica hipocrática-galênica sistematizou seis categorias (*sex res non naturales*) para as causas externas da alteração da saúde, a saber: comida e bebida, esforço e repouso, sono e vigília, excreções e secreções e os movimentos ou paixões da alma (MIKKELI, H. Popular health books: mirrors of academic teaching? *Hygiene in the Early Modern Medical Tradition*. Saarijärvi: Crimmerus Printing, 1999, p. 69-96).

²⁶² GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 180.

²⁶³ *Idem*.

²⁶⁴ *Idem*, p. 182.

bedientes na ocasião de maior obstinação, porque a suave consideração do leite, que mamaram, mitigará o furor da cólera, que os precipita.²⁶⁵

Após o período da amamentação, era chegado o momento de introduzir uma nova forma alimentar às crianças. Evidentemente os aconselhamentos sobre a ingestão de nutrientes sólidos variavam entre os médicos autores. Ferreira identificou, por exemplo, que Fonseca Henriques alertava para que a mudança na alimentação não ocorresse antes de um ano, Francisco José de Almeida sugeria que fosse na passagem do quinto para o sexto mês, enquanto Melo Franco indicava ser lá pelo oitavo mês, quando a dentição dos incisivos começava a surgir.²⁶⁶ O último cuidado também era partilhado pelo médico Henrique de Paiva, que assegurava bastar “umas códeas de pão para ajudar à saída daqueles, mas apenas o nascimento dos primeiros incisivos” era, realmente, o “sinal da natureza de ter chegado o momento de se começarem a dar alimentos mais sólidos que o leite”.²⁶⁷

O regime alimentar pós-amamentação também era motivo de discussões. Enquanto uns aconselhavam o gerenciamento de mantimentos mais crassos como papas, outros sugeriam a gestão de refeições na forma de caldo. Os alimentos mais usuais entre os populares no Portugal do Setecentos eram as “papas de substâncias amiláceas não fermentadas como a farinha de trigo, a tapioca, a araruta ou o sagu, e caldos de miolo de pão fervido em água com açúcar”; seriam estes “habituais entre as gentes de menores recursos”.²⁶⁸ Carvalho da Silva destacou que “esses regimes da primeira modernidade condensavam uma longa tradição de saberes, e adaptavam referências teóricas às necessidades de seu público-alvo”, desse modo as orientações prescritas levavam em consideração as “realidades regionais, sua população, estilo de vida, clima e disponibilidade de alimentos”.²⁶⁹

No que se refere aos manuais publicados no século XVIII, identificamos uma série de enunciados que recomendavam a qualidade e a quantidade de bebidas e alimentos mais convenientes para as crianças; do mesmo modo, identificamos algumas orientações que foram prescritas sobre as condutas relacionadas aos hábitos da alimentação e

²⁶⁵ *Idem*, p. 185-186.

²⁶⁶ FERREIRA, António Gomes. *Gerar, criar, educar. Op. Cit.*, p. 194.

²⁶⁷ PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de. *Aviso ao povo ou sumario dos preceitos mais importantes. Op. Cit.*, p. 17.

²⁶⁸ FERREIRA, António Gomes. *Gerar, criar, educar. Op. Cit.*, p. 195.

²⁶⁹ CARVALHO DA SILVA, P. J. *O impossível regime das paixões. Op. Cit.*, p. 122.

os potenciais efeitos na alma pueril que os excessos poderiam causar. Nesse caso, a presença de discursos que apresentavam uma ritualística de como os meninos deveriam se portar à mesa eram recorrentemente enunciados em manuais pedagógicos e de civilidade.

Uma significativa publicação setecentista sobre regimes nutritivos é o popular *Âncora medicinal para conservar a vida em saúde*, do médico português Francisco da Fonseca Henriques, considerado o primeiro tratado de nutrição em língua portuguesa. A bem da verdade, ele é muito mais do que uma obra de nutrição, é uma versão setecentista do gênero dos regimes de vida, como visto, já muito difundido em outros países europeus, sobretudo na Itália. Publicado em 1721, e reeditado em 1731, 1754 e 1769, o livro do médico formado pela Universidade de Coimbra é dividido em cinco seções que contemplam a administração das chamadas seis coisas não naturais. A primeira seção discorre sobre os efeitos do ar ambiente. A segunda analisa as regras gerais da boa alimentação. A terceira examina vários alimentos em particular. A quarta versa sobre bebidas, tais como águas, vinhos, cervejas, cafés, chocolates, chás e licores diversos. A quinta e última seção condensa considerações sobre o sono e a vigília, o movimento e o descanso, a excreção e a evacuação e, finalmente, as paixões da alma.

Contudo, em outro tratado Henriques demonstra certa preocupação com a nutrição infantil desde a formação do feto: “persuadindo-se a que assim como hũa esponja por todas as suas partes recebe o humor a que se applica, assim o corpo do feto, por ser molle, raro, e esponjoso, por todas as suas partes podia receber o alimento que se nutrise”²⁷⁰.

Semelhante, porém em um manual dedicado à educação de crianças, o presbítero português Manoel Dias de Sousa (1753-1823) indicou que os regimes alimentares e as restrições físicas eram necessários tanto para as crianças como para as gestantes. Dizia o autor:

Estando ainda os meninos no ventre materno, devem os Pais ter cuidados, em que as mãis comão couzas nocivas á sua saude, e por consequencia á do feto; nem lhes devem consentir contradanças, carreiras, saltos,

²⁷⁰ HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Medicina lusitana, socorro delphico, aos clamores da natureza humana, para total prostigação de seus males*. Porto: na Officina Episcopal de Manoel Pedroso Coimbra, 1750, p. 86.

ou andar a cavalo, e em seje combestas bravas, e todos os excessos que arriscão a vida do feto.²⁷¹

No já citado tratado *Âncora Medicinal*, o médico Henriques descreve a relação de cada alimento com o temperamento e a idade, tratando das indicações e contra-indicações do uso de vinhos, chás e cafés para os infantis. Por exemplo, os vinhos eram proibidos, pois eles “fariam os mancebos que bebessem, irados e libidinosos”,²⁷² distinto do uso na senilidade, quando poderia vigorar o calor, alegrar o coração e rebater as forças da melancolia. Dizia o médico

Ainda que sejam tantas as utilidades do chá, todavia, se for excessivo, também fará alguns danos, porque, como é quente e tem virtude dissolvente e descoagulante, pode aquecer e dissolver a massa do sangue, de maneira que faça febre e cause reumatismos e defluxos, que por dissoluções do sangue costuma haver, principalmente sendo em pessoas de temperamento quente, biliosas e adustas, e em meninos, em que não se dem usar sem necessidade bebidas quentes.²⁷³

Tratando-se dos principais alimentos a serem administrados às crianças, o religioso Sousa conferiu severas restrições e interdições, principalmente de doces e bebidas alcólicas. Baseado na teoria médica dos humores, o autor alertava sobre os riscos que certos alimentos poderiam causar ao corpo e aos ânimos dos infantis, como se pode observar no seguinte excerto:

O alimento que devem usar as creanças depois da criação, seja ordinario, simples, e de facil digestão, fugindo dos guizados com temperos altos; dos salgados, e dos cheios de adubos, de que resulta muita acrimonia no sangue, da qual abundão as creanças, e augmentar-lha, he arruinar-lhe a saude. E como tãobem a cólera exceda nas primeiras idades, deve-lhes prohibir as bebidas quentes, como o vinho, agoa ardente, e outras semelhantes: tãobem selhes deve prohibir a doce, porque delle resultão mãos humores; e não he con-

²⁷¹ SOUSA, Manoel Dias de. *Nova escola de meninos. Na qual se propõem hum methodo facil para ensinar a lêr, escrever, e contar, com huma breve direção para a educação dos meninos. Ordenada para descanso dos Mestres, e utilidade dos Discipulos*. Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1784, p. 191.

²⁷² HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Anchora medicinal para conservar a vida com saúde*. Lisboa Occidental: na Officina de Musica, 1721.

²⁷³ *Idem*, p. 252.

veniente acostuma-los a comidas muito saborozas, e picantes, paraque ao depois não achem insípidos os ordinários, e naturais alimentos, que são os mais convenientes, e os mais agradáveis a quem não tem o gosto estragado ciom o uso dos guizados.²⁷⁴

Da mesma forma, foi rigoroso ao especificar o número de refeições diárias e indicar um método demasiadamente simples para saciá-las quando ficarem queixosas de fome. Como podemos observar:

Não se permita ás crianças o muito comer, nem mais vezes do que quatro ao dia, e quando peção de comer fora das horas ordinárias, não se-lhes dê couza, que lizongerando o gosto, as incite a comer sem necessidade; pois muitas vezes o pedem sómente por appetite: pode dar-se-lhes huma fatia de pão grosseiro, e duro, porque se verdadeiramente tiverem fome não deixirão de o comer, e se a não tiverem he melhor que não comão.²⁷⁵

Em suma, os alimentos mais indicados eram os “laticínios, e as frutas, he o mais proprio e saudável alimento na primeira, e segunda idade, evitando com tudo o abuso das frutas, ou pelo excesso, ou por não estarem perfeitamente maduras”.²⁷⁶ Sousa ainda fez destaque para os possíveis perigos de a criança ingerir água quando estivesse demasiadamente esgotada por motivos de exercícios físicos. Dizia o autor que a “bebida dos meninos deve ser agoa pura, a qual lhes he muito util e por isso só selhes deve permitir, mas ainda incita-los a bebe-la principalmente no verão”. Todavia, o consumo deveria ser com cautela, para que “não bebão estando fastigados sem primeiro descansarem; porque do contrario se originão obstrucçoens, debilidades do estomago, e fermentos febris como ensina a experiencia”.²⁷⁷

É importante destacar que alguns alimentos eram interdidos devido à possibilidade de instigarem às crianças desvios comportamentais. A ingestão de caldos com carnes, por exemplo, foi considerada por Francisco José de Almeida uma alimentação que favorecia a animalidade e florescia os possíveis instintos ferozes dos infantis. Todavia, essa interdição encontrava discordâncias entre os

²⁷⁴ SOUSA, Manoel Dias de. *Nova escola de meninos*. *Op. Cit.*, p. 191.

²⁷⁵ *Idem*, p. 192.

²⁷⁶ *Idem*, p. 191.

²⁷⁷ *Idem*, p. 192.

médicos, uma vez que José de Freitas Soares acreditava que os sucos das carnes eram mais fáceis de digerir do que alguns vegetais.

Já a aia Joanna de Villeneuve observou que o alimento “de que usar, logo que for desmammado, seja ordinario, simples, e de facil digestão, fugindo de tudo o que for capaz de accender os espiritos, e alterar o temperamento do sangue”.²⁷⁸ Essa preocupação com o temperamento do infantil fazia com que a aia indicasse uma dieta a base de “lactínicos, e ovos frescos”, podendo no caso de “frutas sendo maduras, as hortaliças, e legumes, são alimentos muito proprios á primeira idade”.²⁷⁹ Nesse regime dietético instituído por Villeneuve, o consumo de alguns alimentos deveria ser restringido, “coma raras vezes carne”, e o de outros proibido, “nunca doce”, pois “a carne póde prejudicarlhe a saude, e na opinião de muitos faz o caracter feroz, e cruel: o doce pelas particulas acidas, e corrosivas, que tem póde formar hum temperamento escorbutoivo”.²⁸⁰

Villeneuve também alertava para uma prática alimentar moderada, respeitando, no entanto, a frequência entre uma refeição e outra:

A quantidade do alimento seja moderada, porque tudo o que he excessivo, além de ser vicio, he prejudicial. Advirta-se porém, que na primeira idade necessita a natureza de mais frequente repetição de alimento; e assim quando o menino quizer comer, nunca lho embaraceis: observai sómente no que lhe deres o não incitares a sua gulodice, mas sim o satisfazeres a sua necessidade.²⁸¹

O não incitar a gulodice era importante, pois “ainda que a gula seja paixão da infância, nunca receeis que este vicio se arreigue”,²⁸² e, entre o consumo de bebidas, a “economia da saúde” ditava que a água era o mais indicado e saudável líquido: “Nunca lhe permittais, nem tolereis o uso do vinho: he veneno para as crianças. A agoa he o mais poderoso cordeal, refrigerante e diluente: facilita a circulação do sangue, abranda os estímulos accidos, e evacua os saes, que exaltados perturbarião a economia da saúde”.²⁸³

²⁷⁸ VILLENEUVE. Joana Rosseau. *A aia vigilante*. *Op. Cit.*, p. 90.

²⁷⁹ *Idem*.

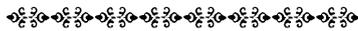
²⁸⁰ *Idem*, p. 90-91.

²⁸¹ *Idem*, p. 91.

²⁸² *Idem*, p. 91.

²⁸³ *Idem*, p. 91.

São interessantes as críticas que João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcellos fez na obra *O perfeito pedagogo*. O autor formulou um guia de aconselhamentos de como os meninos deveriam se portar à “meza em que se come, onde se manifesta claramente a doçura dos costumes, a policia da sua conducta, e o gênio dominante da sua vida”.²⁸⁴ Primeiro, destacou a existência de “huma regra que não tem excepção [...]”. Seria huma cousa indecentissima ir a estes banquetes sem ser positivamente convidado”.²⁸⁵ Outra prática contestada durante as refeições era a aparência indicando fome. Nesse sentido, Villeneuve alertava para evitar o costume de conduzir as crianças com demasiado apetite, pois se “o trouxeres esfomeado, todas as vezes escapar á vossa vigilancia encher-se-há até não poder mais. O nosso apetite he desordenado, e desmedido, porque o queremos infringir [astringir] a outras leis, que as da natureza”.²⁸⁶



2.4 O lugar dos desviantes da norma: enunciações sobre os comportamentos aversivos e corpos infantis estranhos²⁸⁷

Pensar a anormalidade como forma e condição de se estar às margens na Europa moderna é, sobretudo, considerar (mas também relativizar) que seu pertencimento social estava à beira, no limite do aceitável e do proibido (abominável, insustentável, monstruoso, criticável, inacreditável, inoportável, intolerável, condenável, censurável, ridículo, incrível, horroroso, estranho), portanto, não devendo constar ao lado do regular, do padrão, do exemplar, do modelar, ou seja, da norma.

A construção discursiva da figura do anormal passou necessariamente pela do monstro. Segundo Michel Foucault,²⁸⁸ a ideia de monstro vigorou na Europa da Baixa Idade Média até o século XVIII,

²⁸⁴ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. *Op. Cit.*, p. 126.

²⁸⁵ *Idem*, p. 128-129.

²⁸⁶ VILLENEUVE, Joana Rosseau. *A aia vigilante*. *Op. Cit.*, p. 91.

²⁸⁷ Esse texto foi publicado inicialmente na forma de capítulo de livro. Ver: RIPE, Fernando; DILLMANN, Mauro. Os desviantes da norma: enunciações sobre corpos estranhos infantis em tratados do período moderno em Portugal. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; GARCIA, Alfredo Martins (Orgs.). *Os marginais (séculos XVI-XIX)*. Braga: Humus, 2018a, p. 59-76.

²⁸⁸ FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 2001a.

pois monstro seria a transgressão da ordem, dos limites, portanto, o misto de espécies e a mistura de sexos. Em consonância, Jean-Jacques Courtine²⁸⁹ descreveu, no mesmo período, que o corpo monstruoso atendia ao princípio da hibridação, precisando haver elementos provenientes do humano e partes animais. De acordo com Umberto Eco,²⁹⁰ se a beleza foi relacionada à bondade e, nesse sentido, ao belo e ao bom, a monstruosidade pertencia ao campo da feiura, sendo associada à maldade.

O visível e o dizível sobre os desviantes da norma foram objeto de atração e repulsão social ao longo do período moderno, de modo que os discursos sobre o corpo diferente, ou do “monstruoso”, despertaram desmedido interesse no imaginário de distintas sociedades de Antigo Regime. Neste item, nossa análise buscou identificar os modos com que os sujeitos infantis anormais ou de comportamentos aversivos eram compreendidos e as instruções (pedagógicas, médicas e religiosas) recomendadas para esses casos. Cabe-se destacar que esses enunciados, em alguns livros e tratados, não ocupavam lugar de destaque, mas estavam presentes, cumprindo importante papel na ordem discursiva regulada principalmente pelos saberes médicos e religiosos.

Estamos considerando três categorias de crianças anormais, tomando como chave de leitura o entendimento apresentado por Michel Foucault na obra *Os anormais*, quando apresenta as três figuras que constituem o terreno do discurso sobre o “anormal”: o monstro, o indisciplinado e o masturbador. Segundo Foucault, o “monstro humano” é aquele que constitui “em sua existência” e “em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza”.²⁹¹ Assim, o anormal seria um monstro/monstruoso, aquela criança portadora daquilo que entendemos hoje como alguma deficiência física, geralmente identificada nos recém-nascidos; poderia apresentar-se também como um indisciplinado, portador de alguma deficiência intelectual, mental ou psíquica, podendo ser corrigido por meio da educação das condutas com pautas de atitudes “civilizadas”; e, por fim, o masturbador, o “onanista”, uma patologia mental, física

²⁸⁹ COURTINE, Jean-Jacques. O corpo inumano. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.), *História do corpo: da Renascença às Luzes*, Trad. Lúcia M. E. Orth, 2. ed, Petrópolis: Vozes, 2008, p. 487-502.

²⁹⁰ ECO, Umberto. *História da feiura*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

²⁹¹ FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Op. Cit., p. 69.

e moral que poderia acarretar doenças e morte. Assim, o “anormal” apresentava-se como uma exceção, estando no domínio da teratologia, por vezes incorrigível, por vezes com possibilidade de ser corrigido, o que demandaria a reeducação, a “sobrecorreção”, a punição e a vigilância, que lhe permitiriam a vida em sociedade.

2.4.1 Concepções de normalidade e anormalidade

No que se refere à deficiência, segundo Ieda Tucherman, o final do medievo europeu trouxe consigo novas ideias concernentes à natureza orgânica do ser humano como resultado de acontecimentos naturais. Por conseguinte, se concebeu a ideia de um possível tratamento por meio da alquimia, da magia e da astrologia, práticas fundantes dos conhecimentos médicos nesse período. Tais intervenções se revelaram necessárias, sobretudo quando as pessoas doentes, defeituosas ou mentalmente parcas (compreende-se os deficientes físicos, os sensoriais e os mentais) não podiam ser mais eliminadas de acordo com as ideias cristãs que afirmavam serem criaturas divinas, e, portanto, possuidoras do direito à vida, caso fosse da “vontade de Deus”. Evidentemente tal suspensão não foi imediata, pois o sujeito anormal ainda no contexto moderno foi objeto de perseguição, extermínio, abandonos e infanticídios sob a argumentação de serem hereges ou de estarem endemoniados. Todavia, ainda coexistiam algumas formas de inserção social, como nos casos dos deficientes servindo como “bobos da corte” ou membros de prestimosas exposições.²⁹²

Em alguma medida, no final do século XVII determinadas crenças e valores acerca da anormalidade foram rompidas, como aquelas que culpabilizavam exclusivamente as mulheres pelo nascimento de crianças com má formação física com discursos moralizadores. A partir de então, “cirurgiões, naturalistas e médicos indicavam que entre as causas prováveis dos nascimentos monstruosos estavam vários fatores, como a quantidade excessiva ou insuficiente de esperma, o modo de sentar da mãe quando grávida, bem como doenças hereditárias e acidentais.²⁹³ Esses conhecimentos elaborados pela Medicina ganharam novos escopos e aceitabilidade social.

Durante o século XVIII a anormalidade ganhou distintos significados, não se restringindo somente ao campo médico e assumindo,

²⁹² TUCHERMAN, Ieda. *Breve história do corpo e de seus monstros*. Lisboa: Veja, 1999.

²⁹³ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo*. Op. Cit., p. 74.

também, conotações sociais subjetivas. No *Vocabulario Portuguez & Latino*, de Raphael Bluteau, o verbete *monstro* indicava tratar-se de uma “produção contra a ordem regular da natureza”, ou “pessoa, ou coisa muito feia”, “coisa excessiva, extraordinária, sobressalente, em qualquer respeito”, a ideia de algo a mais, “assombro”. Monstruosidade também figurava como sendo “produção irregular, e desconforme das ordinarias, não segundo a ordem natural, física, ou moral, em boa, ou má parte, desproporção; portentoso, assombro”. Também denotava monstruoso como “homem monstruoso em vícios”.²⁹⁴

O jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724), ao escrever na América portuguesa a pioneira obra relativa à educação de crianças, *Arte de crear os filhos na idade da puericia* (1685), dedicou um capítulo especial a *Como se hão de aver os pays com os filhos de má condiçam*. Destaca-se que Gusmão denominou como “mininos de má condiçam” aquelas crianças que não eram dóceis, por serem de “mal entendimento”, rebeldes ou “mentecautos” (defeituosos). O autor alertava, ainda, sobre a necessidade de se corrigir certas anomalias em algumas crianças. Por exemplo: “Os Getios Persas tinhão deputados certos homens, q’ além das amas, tinham especial cuidado de concertar os membros do infante, assim como faz a Ursa aom a língua ao seu filhinho nascido, & principalmente se esmeram em lhes concertar o narís”.²⁹⁵ Gusmão apontava, então, para a possibilidade de se corrigir tanto anormalidades físicas quanto comportamentais.

Contemporâneo a Gusmão, que afirmava que as crianças eram tábulas rasas, na Inglaterra era impressa a obra *Essay Concerning Human Understanding* (1690), de John Locke (1632-1704), a qual teve extraordinária influência no século XVIII português.²⁹⁶ Nela o autor reforça a ideia de que o sujeito, ao nascer, é uma tábula rasa, portanto é um ser sem informações e vazio de experiências. Por consequência, tudo que nele ser colocado será por ele absorvido. Daí as constantes preocupações com as anormalidades morais e a obtenção dos vícios.

²⁹⁴ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Op. Cit., v. 6, p. 94.

²⁹⁵ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 171.

²⁹⁶ Veja-se, por exemplo o caso de dois impressos pedagógicos tributários do pensamento de Locke, sejam *Apontamentos para a educação de um menino nobre* (1734) de Martinho de Mendonça de Pina e Proença e *A aia vigilante, ou reflexões sobre a educação dos meninos, desde a infancia até á adolescencia* (1767), de autoria de D. Joanna Rousseau de Villeneuve.

Outro importante pedagogo moderno foi João Batista de La Salle (1651-1719), o qual, segundo Philippe Ariès,²⁹⁷ seria um dos autores mais populares do século XVIII. Em *Conduite de Écoles Chrétiennes* (1706), La Salle não faz qualquer menção à educação de sujeitos anormais. Contudo, aproxima-se da ideia de educação voltada à criança anormal ao perceber a existência de diferentes tempos de aprendizagens bem como de crianças de distintas naturezas. La Salle dedicou o capítulo ao tema *Das crianças criadas delicadas e frouxamente, conhecidas por crianças mimadas, das meigas e tímidas, das de inteligência limitada, das machucadas, [...]*, destacando que “Tais crianças, quase sempre, são de natural delicado e tranquilo. Geralmente não se deve corrigi-las, mas remediar suas faltas por algum outro meio, como dar-lhes [...] alguma penitência fácil de cumprir, ou prevenindo-lhes as faltas de alguma maneira engenhosa, ou fingindo não havê-las notado, ou advertindo-as delicadamente em particular”.²⁹⁸

Segundo Georges Canguilhem, na obra *O normal e o patológico*, originalmente da década de 1940, a anormalidade por si é condição de possibilidade para a constituição da norma, da normalidade. Assim, a ideia de anormalidade está relacionada a tudo o que excede a ordem dominante, aquilo que está à margem do controle social.²⁹⁹ Nessas condições discursivas, outras explicações emergiram para o significado de normalidade, nos domínios não somente do sensorial e do mental, mas principalmente do físico. Por exemplo, o frade Fradique Espinola (1635-1708), em uma lição intitulada *Memdição da perfeita estatura do corpo humano* (1696), levava a crer que o humano “normal” é naturalmente composto por uma série de grandezas proporcionais. O conjunto de simetrias seria obtido “pela medida do rosto que se medem todas as partes do corpo, o qual para ser de perfeita estatura, deve ter desde o alto da cabeça até a planta do pé nove rostos, & hum terço, repartidos desta maneira”.³⁰⁰ O rosto foi minuciosamente descrito pelo frade:

²⁹⁷ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Op. Cit.

²⁹⁸ LA SALLE, João Batista de. *Guia das escolas cristãs*. Canoas: Editora Unilasalle, 2012 [1706], p. 176

²⁹⁹ CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 216.

³⁰⁰ ESPINOLA, Fr. Fradique. *Escola Decurial de varias liçoens dedicadas á Virgem N. S. d. irgem N. çoens dedicadas o Desterro, mãy de Deos Maria SS*. Lisboa: Officina de Manoel Lopes, 1696, p. 112-113.

Desde o alto da cabeça até o nascimento do cabelo principio da testa hum terço. A altura da testa até o nascimento do nariz hum terço. Da ponta do nariz, outro terço. Da ponta do nariz até a ponta da barba, outro terço. O lábio superior, outro terço do comprimento. E hum terço repartido em duas partes, cada olho deve ter hũa part; & de hum lagrymal a outro outra; parte. Do canto do olho até a orelha, hum terço. O comprimento da orelha, outro terço. Desde a ponta da barba até o principio do peito, hũ terço. Do principio do peito, até a boca do estomago, hum rosto. De teta a teta, hum rosto da boca do estomago até o embigo, outro rosto. Aqui se medea o corpo humano.³⁰¹

Evidentemente qualquer sujeito que escapasse às medidas de Espinola poderia estar às margens daquilo que era aceitável em seu discurso. Qualquer aspecto físico ou comportamental que soasse estranho poderia ser sinal de algum sintoma de anormalidade. Os padrões e os modelos cortesãos norteavam a vivência social no meio urbano português de modo que os impressos de civilidade tenderam a se tornar mais rígidos e qualquer desvio à norma poderia ser entendido como uma manifestação de alienação.

Ainda que houvesse, conforme Alexandra Esteves, uma “visão mais humanista que foi desenvolvida no século XVIII sobre as doenças e os doentes mentais”,³⁰² os homens e as mulheres alienados eram compreendidos de forma muito antagônica, pois “ora encarando-os como doentes, ora como estorvos ao progresso social”. Desse modo, conventos e asilos, seguidos pelos hospitais psiquiátricos, constituíram-se cada vez mais em locais de confinamento em vez de locais para tratamento das pessoas com deficiência. Esteves ainda constatou o quanto malquisto era o sujeito anormal, tanto na sociedade portuguesa como nas instituições, uma vez que existia um “jogo do empurra” acerca da sua responsabilidade. A autora ainda aponta que

O isolamento podia ser concretizado no seio da própria família, através do encerramento do doente em casa, num espaço específico, embora nem sempre exis-

³⁰¹ *Idem*, p. 113.

³⁰² ESTEVES, Alexandra. Engulhos de ontem, doentes de hoje: pensar a loucura em Portugal no século XIX. O caso do Distrito de Viana do Castelo. In: ARAÚJOS, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra. *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*. Braga: CITCEM, 2011, p. 199-216, p. 199-200.

tissem as necessárias condições para a sua execução [...] Noutros casos, estes alienados, privados de quaisquer recursos materiais e sem o amparo da família, ficavam entregues à sua sorte e, então, deambulavam pelas ruas e caminhos, pondo em causa a tranquilidade das populações. Alguns mendigavam ou atacavam os transeuntes e tudo o que estivesse ao seu alcance, outros tomavam atitudes menos próprias, pelo que se impunha o seu afastamento do contato com as demais pessoas.³⁰³

O estatuto biológico da criança estava associado a outros, especialmente moral e metafísico. Tal preocupação em muito estava relacionada à compulsão de se estabelecer uma representação regular da infantilidade perfeitamente adequada aos propósitos cristãos. O saber médico e o discurso da Igreja estavam muito preocupados em educar as populações infantis, organizando-as de acordo com as normas culturais impostas por ambos. Assim, os “desvios, doenças e acidentes vinham a sancionar os defeitos, os excessos ou a anormalidade de suas fisiologias.”³⁰⁴

Então, sujeitos anormais, especialmente crianças, no espaço português moderno, considerando o território luso na América, quando não isolados em instituições de controle e de correção, deveriam ser tratados pela ciência médica e pela religiosidade católica de modo intenso e sob constante vigilância ou, na pior das hipóteses, estariam destinados ao abandono.

2.4.2 Enunciabilidades da criança anormal monstruosa

Não foram poucos os enunciados possíveis de serem constatados nos impressos que pretendiam compreender as condições físicas e mentais e as condutas sociais daqueles que hoje são comumente enquadrados e denominados como pessoas com deficiência intelectual ou física. “Entre as primeiras explicações da perturbação emocional estavam a crença de que os indivíduos cujos comportamentos eram assinalados como estranhos poderiam estar possuídos ou inspirados por ações demoníacas ou por espíritos divinos.”³⁰⁵

³⁰³ *Idem*, p. 200.

³⁰⁴ *Idem*.

³⁰⁵ NEWCOMER, Phyllis L. *Cómo enseñar a los niños perturbados: historia, diagnóstico y terapia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 13.

Em Portugal é possível identificar um conjunto de impressos do século XVIII que se interessaram, de algum modo, nos desvios da infância. Partos complexos e o nascimento de seres monstros, por exemplo, eram, na grande maioria dos textos, citados como evidências de algum tipo de desregramento moral. Por outro lado, crianças defeituosas pela “idiotia” parecem não se configurar como tema de interesse dos intelectuais médicos, a ponto de os legisladores dirigirem para elas apenas saberes particulares em estabelecimentos especializados.³⁰⁶ Nesse sentido, os órfãos, os enjeitados, os insanos, os deficientes, os velhos, os presos, os doentes e os famintos comporam o universo de excluídos que receberam assistência e caridade, particular e institucional.³⁰⁷

No final do século XVIII a figura da criança animal foi objeto exemplar nos impressos não apenas para representar a monstruosidade orgânica, mas também para servir de modelo à monstruosidade moral. Assim, o infantil monstro era suscetível de uma interpretação de que poderia ser originado de um perverso hábito materno, o de ter relações sexuais durante a gestação.

A obra *Embriologia Sagrada*, escrita pelo espanhol Francisco Cangiamila, traduzida e publicada em Lisboa no ano de 1791, alertava para situações inusitadas de mulheres que davam à luz cento e cinquenta fetos que, a princípio, acreditavam ser “bichos”, mas que eram “homenzinhos”.³⁰⁸ Ainda no âmbito de violação das leis da natureza, António Gomes Ferreira descreve um estranho caso relatado em 1755, ocorrido em Lisboa com uma mulher de “quase setenta annos” que há muito se queixava de sentir no ventre “commoção mais que natural”. Como não se manifestavam outros sintomas, pouca importância se deu ao assunto, até que passados “vinte mezes”, a mulher pareceu vitimada por uma febre que não cedeu a nenhum dos remédios aplicados. Quando se preparavam para amortalhar o cadáver notaram que deste havia saído grande quantidade de “humor sanguineo, em que reparando-se, acharão involto hum Monstro, do feitio total de hum gatinho pequeno, com todas as partes, que cos-

³⁰⁶ ESTEVES, Alexandra. *Engulhos de ontem, doentes de hoje*. Op. Cit., p. 200.

³⁰⁷ Veja-se: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage Editores, 2000.

³⁰⁸ CANGIAMILA, Francisco. *Embriologia Sagrada*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1791, p. 241.

tumão ter aquelles animaes” e pelo quase totalmente branco.³⁰⁹ Esse acontecimento inusitado atraiu a atenção de médicos e cirurgiões que procuraram examinar a criatura no Hospital Real.

Jean Luiz Neves Abreu atenta para o fato de os médicos descreverem fetos malformados, seja com excesso ou falta de membros, por meio de “fenômenos enquadrados no Setecentos sob o signo da monstruosidade, das ‘maravilhas’ ou ‘prodígios’ da natureza”.³¹⁰ Circulavam notícias publicadas em periódicos de grande circulação, como a *Gazeta de Lisboa*, que anunciavam monstros como forma de sensibilizar os leitores. Jean Abreu destaca que folhetos na forma de cordéis eram vendidos sob o “monopólio da Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos, desde 1707, pelas ruas e feiras de Lisboa. Esses impressos levavam às camadas populares e aos nobres o conhecimento da existência de seres monstruosos não só em Portugal”.³¹¹

António Gomes Ferreira identificou uma série de notícias que circularam durante o Setecentos que reproduzia casos de nascimentos de seres monstruosos que chegavam, por vezes, a se aproximar do absurdo e da incredibilidade. Em um caso dado como ocorrido em Aveiro, uma mulher teria dado à luz uma criança semelhante a algum “bicho”, algo entre um sapo, um rato e um pássaro. “A pobre mulher vendo aquelle monstro, padeceu hum grande accidente, e esteve tam enferma que milagrosamente viveu”.³¹²

A preocupação constante que rodeava os partos difíceis se estendia aos nascimentos de crianças possuidoras de determinadas características que requeriam cuidados especiais.³¹³ Mesmo um parto realizado com facilidade poderia ser traumático, tal como como se

³⁰⁹ *Curiosa noticia, e certa relação do admiravel, e estupendo monstro que de hum parto humano nasceo em dois do presente mez de Abril deste anno de 1755, em esta cidade de Lisboa [...]*, Lisboa, 1755, apud FERREIRA, António Gomes. *Gerar Criar Educar. Op. Cit.*, p. 135.

³¹⁰ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo. Op. Cit.*, p. 71.

³¹¹ *Idem.*

³¹² MATOSO, Luís Montez. *Ano noticioso e historico [1740]*. 1935, Tomo I, p. 115.

³¹³ O médico Henriques acreditava na existência de “males propios da infancia, e purilidade”, de modo que no livro *Da educação dos meninos*, segunda parte do *Socorro Delphico*, “diremos primeyro como se devem tratar os meninos logo que nascem; porque muytas vezes, ou por negligente incuria das pessoas que assistem os partos, ou por faustissimo cuydado dos pays, chegão entregarse á morte aquelles innocentes nos primeyros de seus males, èscrevendo a melhor cura deles com os mays genuinos, e presentaneos remédios, que tem achado a nossa experiencia” (HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Medicina lusitana, socorro delphico. Op. Cit.*, p. 123).

verificou em Coimbra no ano de 1791, quando uma mulher deu à luz um feto monstruoso que havia se apresentado sem os pés.³¹⁴ A maioria das situações como essa, no entanto, não ocorria de forma simples, pois “monstros racionais”, com alguma parte do corpo duplicado – bicéfalos ou bicorpóreos –, podiam oferecer riscos à gestante, devendo-se solicitar a presença dos párocos para o recebimento dos sacramentos.

Essa lógica da imagem indesejada que afasta o corpo da semelhança com o seu Criador e das relações que aproximam as noções de monstros com as de Inferno configurara, no pensamento moderno, novas formas de dizer e ver os corpos estranhos, vinculadas à ideia de contágio. Nesse sentido, a figura-monstro ficou diretamente relacionada à do corpo-contágio. Essa relação foi objeto de interesse da literatura e um bom exemplo é o célebre conto *A Bela e a Fera*, de Jeanne Marie Leprince de Beumont (1711-1780), que retrata um popular conto do século XVI que ocupou o imaginário de crianças e adultos nos séculos seguintes. O conto não apenas destacava o altruísmo e o amor filial de um pai, como também relatava as consequências da curiosidade feminina em torno de um relacionamento com um noivo-animal, trazendo um ensinamento moral, mas proporcionando expectativa sobre a “normalidade” de um possível descendente entre a Bela (normal) e a Fera (monstro).

A literatura médica portuguesa previa que os monstros poderiam se dividir em três espécies: racional, irracional e misto. De acordo com o médico Jacinto da Costa, na obra *Tratado completo de chirurgia e obstreticia, ou sciencia e arte de partos*, publicada já no início do século XIX, em 1815, o monstro racioal “he hum ente produzido pela natureza humana degenerada” (duas cabeças, dois peitos, etc.), o monstro irracional “he hum ente produzido pela natureza humana degenerada” e os monstros misto “he hum ente produzido pela natureza humana degenerada, conservando em parte a sua especie, e em parte não”.³¹⁵

Uma dessas tipologias de crianças monstruosas teria acontecido em Montemor-o-Novo (região do Alentejo), no ano de 1754, quando na ocasião se registrou o nascimento de uma menina morta que possuía duas cabeças. Tal “grossura” dificultaria a passagem pelo orifício

³¹⁴ TAVARES, Francisco. *Descrição de hum feto humano monstruoso [...]*. Lisboa: [s.n.], 1799, pp. 296-305.

³¹⁵ COSTA, Jacinto da. *Tratado completo de chirurgia e obstreticia, ou sciencia e arte de partos*. Lisboa, 1815, Tomo II, p. 159.

uterino, o que provocou a sua sufocação.³¹⁶ Alguns anos mais tarde, outra situação, em Évora: dois corpos perfeitos do sexo feminino “pegados, face a face, pelo peito desde o umbigo athe quazi às clavículas”, os quais, por “ser grande o volume das duas cabeças”, morreram durante o parto.³¹⁷

De qualquer modo, tratava-se de casos especiais que eram alvo de grande curiosidade, por um lado, porque eram nascimentos raros, intrigantes e fora do comum, vistos como fenômenos extraordinários, mas, por outro, também porque muitos viam neles reflexos dos pensamentos e dos desejos de seus progenitores no momento da fecundação. Esses monstros se associavam ao sobrenatural com práticas profanas, pois eram tidos como evidências de possíveis intenções lascivas no momento do ato sexual que iam contra os interesses cristãos de ideal da procriação.

As *Constituições Synodales do Bispado de Portalegre*, de 1632, previam atentamente a necessidade de urgentes batismos tanto para os casos de partos difíceis como para o nascimento de crianças monstruosas. No primeiro caso, “mandamos as parteiras, ou a outra qualquer molher que se achar presente, que parecendo a cabeça, ou outra qualquer parte da criança, ainda que seja mão, pee, ou dedo, ávendo tal perigo, a bautize”.³¹⁸ Já o segundo caso previa:

E porque as crianças que nascem monstruosas são de pouca dura, & acontece de ordinário morrerem logo, mandamos que se considere a forma de sua monstruosidade porque tendoa de criatura humana, se representa duas, a saber com duas cabeças, & dous peitos, em tal cazo bautizarão cada huma por si pondo a cada huma seu nome, & se a necessidade não der lugar a isso bautizalas hão ambas juntas, dizendo a forma no numero plural.³¹⁹

As constituições ainda acrescentavam que em caso de dúvidas sobre a forma humana da criatura que nasceu dever-se-ia mesmo assim

³¹⁶ *Cópia de huma carta escrita por hum amigo a outro com a noticia do prodigio succedido na villa de Monte Mo'r o Novo, no nascimento de huma menina com duas cabeças unidas cmo mostra essa figura*. Lisboa, 1754.

³¹⁷ FERREIRA, António Gomes. *Gerar Criar Educar*. Op. Cit., p. 135-140.

³¹⁸ *Constituições Synodais do Bispado de Portalegre*, Ordenadas e feitas pelo Illustrissimo e Reverendissimo S. D. Fr. Lopo de Sequeira Pereira Bispo de Portalegre do Conselho de sua Magestade. Coimbra: Impresso por Jorge Roiz, 1632, p. 18.

³¹⁹ *Idem*.

sacramentá-la, contudo seria pronunciado em latim *Si habes animam racionalem. Ego te Basptiso, in nomine Patris, & Filis, & Spritus Sancts*, “Se tens a alma racional eu te batizo em nome do Padre, & do Filho, & do Spirito Santo, & assi se fará quando a criança fór tão monstruosa, que se duvide ter forma humana”.³²⁰

Até o momento, identificamos que durante os séculos XVII e XVIII prevalecia uma rede discursiva religiosa, literária e médica, que acionava enunciados sobre sujeitos anormais – notadamente crianças recém-nascidas –, condicionando-os a um discurso miraculoso em que prevalecia um diagnóstico do olhar sobre o corpo.

2.4.3 Enunciabilidades da criança anormal indisciplinada

No que tange ao domínio das crianças indisciplinadas, é importante destacar que manuais pedagógicos e tratados de civilidade, impressos em Portugal no século XVIII (republicados intensamente até meados do século XIX), como os que aqui serão observados, constituíram um tipo de mecanismo de poder-saber que foram fundamentais nos processos educativos de crianças.

É válido relembrar que Michel Foucault, em *Os Anormais*, tinha por objetivo articular os diferentes elementos que permitiriam, na história do Ocidente moderno, a formação do conceito de anormalidade. Os tipos anormais (monstro, indisciplinado e onanista) não se constituíram sincronicamente, sendo possível observar enunciações em diferentes períodos, mas que de alguma forma correlacionaram-se com mecanismos de vigilância e punição.

A par com os tratados de Gusmão, Locke e La Salle, anteriormente citados, os manuais de civilidade insistiam que o controle do corpo, nos espaços privados e de sociabilidades, deveria ser moderado por gestos contidos nos espaços públicos e sociais. Por exemplo, Francisco Luiz Ameno (1713-1793), na obra *Escola Nova, Christã, e Política*,³²¹ publicada inicialmente em Lisboa no ano de 1756, alertava

³²⁰ *Idem*.

³²¹ Publicado inicialmente em Portugal no ano de 1756, o texto de Luiz Ameno foi registrado sob o pseudônimo de D. Leonor Thomasia de Sousa e Silva. Este manual foi uma das primeiras obras educacionais impressas na América portuguesa. Impresso na Bahia em 1813, o tratado trazia inúmeras prescrições interrelacionadas aos preceitos cristãos, consideradas necessárias ao completo domínio das letras, dos números e da língua portuguesa. SILVA, Leonor Thomazia de Souza e. *Escola nova christã, e politica. Na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que deve*

aos meninos que, se “indo pela rua, seja com passos méi commedidos, e iguaes; pois o andar correndo, ou acceleradamente, denota juízo muito diminuto”. Nesse caso, o menino que não tivesse atitudes comedidas e controle do corpo poderia ser visto como desajustado, insano, louco: “No mover dos olhos seja modesto, não espalhando a vista a huma, nem a outra parte; porque a ligeireza nos olhos denota pouco assento na cabeça.”³²²

Outro exemplo de manual de civilidade, cujo autor configurou suas regras em torno da visibilidade do corpo dos infantis, foi *Escola de Politica, ou Tractado Pratico da Civilidade Portugueza* (1786), do padre português João da Nossa Senhora da Porta Siqueira (17??-1797). Nesse manual o autor divulgou uma série de obrigações para com a boa graça nas ações e nos gestos corporais contidos, exigindo, sobretudo, asseio, alinhado e limpeza. Evidentemente esse processo de civilidade enuncia uma série de implicações sobre o corpo do infantil, envolvendo opiniões relativas à conservação da saúde e hábitos de higiene. Ainda que não seja explicitamente enunciado, a obra indica interdição aos sujeitos desqualificados, incorrigíveis e incivilizados e realiza reprimendas, por exemplo, a respeito de meninos afeminados. Para o cônego português, um menino deveria “estar sempre direito com gravidade, e sem affectação, de qualquer modo, que se esteja, de pé, de joelhos, assentado, andando, &c.”³²³ Tais comportamentos deveriam ser substituídos por técnicas de correção mediante o disciplinamento do corpo. Assim, o menino ficaria impedido de “torcer-se, balancear-se para huma, e outra parte, estarse abaixando, e levantando, [...] e fazendo trejeitos, e movimentos descompostos he incivilidade, e indecência.”³²⁴

O direcionamento para condutas tidas como “normais” e masculinas tendia a promover o disciplinamento nos meninos, excluindo

saber o Menino Christão, e se lhe dão regras geraes para com facilidade, e em pouco tempo aprender a lêr, escrever e contar. Escripção para o uso de seus Filhos. E oferecida aos meninos da Escolla da cidade de Lisboa. Lisboa: Officina de Joaquim Thomas d'Aquino, 1756.

³²² SILVA, Leonor Thomazia de Souza e. *Escolla nova christã, e politica.* Op. Cit., p. 41.

³²³ SIQUEIRA, João Nossa Senhora P. *Escola de Politica, ou Tractado Pratico da Civilidade Portugueza. Com as regras, e exemplos do Estylo Epistolar em todo o gênero de cartas. Acrescentado novamente com o retrato do Homem Honrado, e virtuoso, para servir de modelo, e norma á Mocidade.* Porto: Offic. de Antonio A. Ribeiro, 1786, p. 72.

³²⁴ *Idem.*

e corrigindo possíveis gestos e atitudes próprias do gênero feminino. Siqueira advertiu para que a voz dos meninos não “seja tão sumida, e baixa quando falamos, que pareça sómente para nós, e seja preciso adivinhar, o que se diz. Nem tão alta, e áspera, que atordoe; nem affectada e feminina, que aborreça”.³²⁵ Da mesma forma, acautelou que “todos os nossos Auctores, que ensinão a civilidade, recômendão, que não cuidemos muito no cabelo, nem os tragamos, como mulheres”.³²⁶

O disciplinamento colocado por Siqueira no ensino da civilidade tendia a promover o controle minucioso das operações do corpo. Identificamos que o autor atribuiu ao menino cristão específicos níveis de sujidade, gestualidades eficientes, pontos de normalidade comportamental, entre outras precisões que geravam um “espaço analítico” de constante vigilância sobre o corpo dos infantis.³²⁷

No final do século XVIII o manual de civilidade *O perfeito pedagogo* (1782), do professor régio João Rosado de Villa-Lobos (17??-1786), destacava em uma de suas lições o cuidado que os meninos deveriam ter com o corpo. Para Villa-Lobos, a “fysionomia, mostra as paixões interiores da Alma, que direi eu dos movimentos do corpo?”.³²⁸ Acreditava o autor que o corpo demonstrava “as inclinações da nossa Alma”, portanto as ações do menino poderiam esconder “o máo natural, ou as péssimas inclinações, que temos”.³²⁹ O olhar e o gesticular com as mãos indicam, na perspectiva do educador, o quanto os meninos têm de decência.

Se andarmos com o corpo torcido, se manermos demaziadamente a cabeça; se os nossos olhos forem errantes: se estivermos com a boca aberta, quando tratamos com alguma Pessoa; tudo isto mostrará claramente que não temos juízo, gravidade, e sisudez; cujas virtudes são os sinaes da boa Educação.³³⁰

Quando a prática da leitura assumiu importante valor na sociedade lusitana, entre os séculos XVI e XVII, a escola emergiu como principal instituição na formação intelectual e moral das crianças. A busca pela normalidade dos corpos foi instaurada a partir da mudança

³²⁵ *Idem*, p. 77.

³²⁶ *Idem*, p. 169.

³²⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. Op. Cit.*, p. 169.

³²⁸ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo. Op. Cit.*, p. 58.

³²⁹ *Idem*, p. 59.

³³⁰ *Idem*, p. 60.

de hábitos e costumes. Nesse processo, o pudor e a decência dos infantis ganharam centralidade nos discursos. Impressos pedagógicos, religiosos e médicos sugerem medidas práticas para preservar a higiene dos gestos e comportamentos por meio do controle do corpo e das regras de sociabilidade. Com a mudança de hábitos e costumes, a moral, o pudor e a decência infantis ganharam destaque e, assim, a proteção e a formação passaram a ser reconhecidas como necessárias à infância para preservar a criança do despudor e da imoralidade típicos do “anormal”. Os manuais de civilidade se proliferaram com suas instruções de comportamento e decência. Discursivamente, propunham o controle dos corpos infantis a partir de um conjunto de prescrições que pretendiam garantir a normalização das condutas, a gestão de hábitos saudáveis, o reconhecimento às potenciais produtividades bem como a obediência e submissão pela docilidade.

2.4.4 Enunciabilidades da criança anormal masturbadora

Na literatura médica, religiosa e pedagógica publicada em Portugal nos séculos XVII e XVIII a anormalidade ligada à prática do onanismo entre meninos jovens foi substancialmente silenciada. Existem apenas poucos enunciados, que nem sempre são diretos, claros e inteligíveis, a respeito dessa prática que a moral cristã combatia. A tônica da normalidade perpassava a inocência, a castidade, a pureza infantil, logo, rejeitava-se qualquer prática que configurasse desvio da candura pueril.

Um exemplo de compêndio que interditou claramente o onanismo masculino, acusando-o como uma inclinação viciosa, foi *Nova Escola de meninos*, de Manoel Dias de Sousa (1753-1827). Decerto o interdito pretendia proibir todo e qualquer tipo de ação, palavras ou gestos considerados desonestos e que conduziriam o menino ao pecado. Sobre essa interdição, Sousa alertava para possíveis sanções espirituais, pois

Tãobem ponha grande cuidado em que não se entregue ao vício da incontinência: nesta matéria não lhe passe pela mais leve falta contra a castidade; pois o vício contrario he hum contagio tão terrivel, que se logo se não atalha, vem a contaminar-se hum mancebo tão lastimosamente, que depois de arruinar a fa-

zenda, e talvez o brio, e a saúde, poem em grande risco a vida eterna da sua alma.³³¹

No entanto, esse silenciamento sobre a masturbação também era de alguma forma rompido por obras estrangeiras, especialmente francesas, que circulavam em Portugal e abordavam o tema de forma racional, científica e moral, embora não religiosa. Duas foram as obras que, publicadas em Paris na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX, circularam em Portugal: *L'onanisme, dissertation sur les maladies produites para la masturbation* [1760], do suíço Samuel Auguste André David Tissot (1728-1797), e *Lettres sur les dangers de l'onanisme* (1813), publicada em Paris pelo médico francês Jacques-Louis Doussin-Dubreuil (1762-1831) e divulgada em Portugal no início do século XIX. Esta foi traduzida pelo jurista luso-brasileiro João Cândido de Deus e Silva (1787-1860),³³² já na metade do século, com o título *Cartas acerca dos perigos do onanismo & conselhos relativos ao tratamento das molestias que dele resultão* (1842).

Embora o manual de Tissot demonstre que o vício do onanismo fosse analisado pelo viés da Medicina, a recomendação mais contundente era a prática da abstinência sexual e a castidade, que tradicionalmente ocupavam o pensamento religioso português. Na perspectiva da época a prática compulsiva da masturbação favorecia duas formas de patologia da alienação mental: a idiotice e a melancolia. Todavia, o médico suíço não afastava o uso de medicalização como forma de os jovens evitarem o “maligno” hábito. Para essas ocasiões, Tissot incluía no tratamento o uso de purgantes a base de ervas, atesando, assim, que o problema ia além dos distúrbios emocionais.

A obra *Cartas acerca dos perigos do onanismo*, conjunto de cinco cartas escritas por jovens franceses, aponta, por meio de um dispositivo confessional, como os jovens se entregaram ao “torpe vício”, quais os sinais que os denunciavam serem praticantes do onanismo, as mazelas e enfermidades que lhes amedrontavam e, por consequência, lhes causavam aproximação com a tão temida morte. Seu autor,

³³¹ SOUSA, Manoel Dias de. *Nova escola de meninos*: na qual se propõem hum methodo facil para ensinar a lêr, escrever, e contar, com huma breve direção para a educação dos meninos. Ordenada para descanzo dos Mestres, e utilidade dos Discipulos. Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1784, p. 202.

³³² João Cândido de Deus e Silva foi juiz de Direito e presidente da Câmara da Vila da Parnaíba. Dedicou sua versão à mocidade brasileira e acrescentou a importância de que a obra fosse “lida com desvelo pelos pais de familia, e pessoa a quem está encarregada a educação da mocidade”.

Jacques-Louis Doussin-Dubreuil, aspirava ter escrito uma dissertação científica e acreditava se tratar de uma obra útil aos pais de família e aos educadores. O seu discurso de aconselhamento alertaria os pais e os jovens sobre os terríveis efeitos da prática da masturbação. O autor revela “os signaes pelos quaes se podem conhecer os rapazes que se dão a esta infame manobra”, os significados morais atribuídos a esse “vício” e todo o aparato disciplinador que minuciosamente instruía sobre a ativa vigilância e o uso de interrogatórios e castigos como formas de se evitar os progressos no “torpe vício”.³³³

Duas características significativas se destacavam na maneira como o autor construiu as cartas que teriam sido escritas pelos jovens franceses: a forma trágica com que solicitam ajuda ao médico para se livrarem daquela situação de dependência fatal; a constatação de que a masturbação era uma prática contagiosa. Desse modo, deixava de ser apenas um pecado, mas um “perigo mortal” para as sociedades, pois, conforme descrito nas epístolas, os jovens viciados apresentavam organismo debilitante e enfermo, cujo contágio poderia ocorrer facilmente. Existia uma relação entre a prática da masturbação e o adoecimento que, acreditava-se, muitas vezes levava à morte precipitada.

Um jovem de vinte e dois anos praticava a masturbação há sete anos e declarava sentir sono perturbado, sufocações, nervos em “deplorável estado”, dificuldade de digestão, magreza extrema, rosto pálido e desfigurado, olhos “pisados”, vista quase perdida.³³⁴ Um segundo testemunho narrava que os efeitos das sucessivas masturbações eram os ataques de epilepsia sofridos:

[...] a masturbação, a que muito me entreguei, mais que tudo na infancia, pode ser huma das causas da epilepsia de que sou acometido desde a idade de 12 annos. Tenho actualmente 24 e meio; a minha estatura he de cinco pés e cinco ou seis polegadas; sou bem figurado, e não tenho exterioridades de doente. Na idade de 12 annos soffri dôres de cabeça, cuja sensação era hum pezo no cérebro. Sangrãrão-me, empregarão diluentes; tudo isto não tolheo, que de tempos a tempos me não atacassem as mesmas dôres, e aos 12 annos fui assaltado d'hum ataque epiléptico, que ao depois

³³³ DOUSSIN-DUBREUIL, J. L. *Cartas acerca dos perigos do onanismo (masturbação) e conselhos relativos ao tratamento das molestias que delle resultão*. Trad. Dr. João Candido de Deos e Silva. Rio de Janeiro: em casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1842, p. 7-8.

³³⁴ *Idem*, p. 11.

se renovou com muita frequencia. Ainda há poucos dias que tive hum, bem terrível.³³⁵

A masturbação, enquanto um erro, um vício, uma prática a ser combatida, era encarada como causa de enfermidades, podendo até mesmo, como já destacamos, causar a morte. Cabe-se destacar que esses enunciados não apenas identificam sujeitos masculinos, geralmente infantis e jovens, onanistas, mas, sobretudo, advertem sobre os constantes males (apoplexia, atonia, epilepsia, letargo, paralisia, pústulas e poluções) que os jovens masturbadores poderiam adquirir e seus respectivos tratamentos para combater tal prática anormal (regimes alimentares, uso de purgativos, regulação do temperamento com sangrias,³³⁶ uso constante de exercícios e banhos). A masturbação figurava-se assim como uma anormalidade a ser corrigida.



Analisar enunciados e discursos sobre a anormalidade de infantis que foram produzidos ou que circularam em Portugal no período moderno e no início do século XIX permite compreender como os sujeitos considerados anormais foram abordados, concebidos, entendidos e nomeados bem como as formas como foram organizados seus processos de exclusão e marginalização.

O entendimento médico sobre o corpo humano no Setecentos Português passou por significativas mudanças, muitas delas vinculadas ao avanço no estudo da anatomia e das coleções de fetos preservados pelos próprios médicos. Abandonam-se ideias cosmológicas, assumindo-se novos saberes científicos que se tornam mais complexos à medida que avançam os estudos sobre a circulação sanguínea e o funcionamento dos órgãos.³³⁷

A busca por definições, seja da ordem médica ou da religiosa, as impressões das mulheres que abortavam, os motivos dos corpos insólitos monstruosos apresentarem vida, os modos como foram gerados esses corpos e as possibilidades de correções eram elementos de destaque em diferentes tipos de impressos que corriam e reforçavam o imaginário social sobre crianças anormais no Portugal moderno.

³³⁵ *Idem*, p. 12.

³³⁶ Aqui é válido destacar que, de acordo com o médico Henriques, por meio da teoria galênica, era expressamente recomendado “que se não sangrassem os meninos antes de terem catorza annos de idade” (HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Medicina lusitana, socorro délífico. Op. Cit.*, p. 119).

³³⁷ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo. Op. Cit.*, p. 71.

A enunciabilidade sobre o corpo infantil monstruoso atraiu amplo interesse social. De alguma forma, os infantis e seres “monstruosos” ou eram acolhidos em instituições sociais como forma de caridade ou eram relegados por serem associados ao demônio, ao mal, podendo ser facilmente abandonados ou exterminados.³³⁸

A palavra monstro tem em sua acepção etimológica o significado de mostrar algo, avisar, indicar com o olhar, por isso muitas vezes a figura do monstro foi entendida como um aviso de que era preciso atentar a algum estado de transgressão social, natural ou moral-religiosa. Acionada como uma arma política e moral, a alegoria denotava uma advertência divina capaz de ensinar certos comportamentos. Constantemente o prodigioso foi associado ao efeito do diabólico, do naturalismo, dos casos de pederastia, dos casamentos consanguíneos. Todavia, também julgava-se a perturbação da fisionomia humana a partir dos excessos de bebidas alcoólicas, das relações promíscuas e das leviandades morais dos progenitores.

A figura do anormal foi discursivamente enunciada por meio de múltiplas significações. O século XVIII foi o momento em que se firmava o ordenamento e a regulação e se ampliava o entendimento de anormalidade. Rompendo com os limites das leis naturais, a anormalidade tornou-se representação do perigoso, da ameaça, da irracionalidade e do não corrigível. Cada contexto histórico impõe aquilo que considera anormal, que foge das suas normas, que transborda as suas margens, que ao longo do tempo marca as diferenças, tal como a criança que, em Portugal, muitas vezes foi enunciada como estranha.

³³⁸ SILVA, Maria Odete Emygdio da; COELHO, Fernanda. Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental. *Revista Lusófona de Educação*, n. 28, p. 163-180, p. 165.

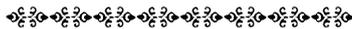




Educar a mente

Educar a mente tem o objetivo de analisar como o dispositivo da cultura impressa foi inventado, operacionalizado e difundido para a formação do pensamento e da conduta infantil. Neste capítulo identificaremos como a sociedade lusitana, no século XVIII, passou a dar sentido à educação das crianças, refletindo profundamente sobre a necessidade de transmissão dos seus valores, ideais e saberes às novas gerações. Nesse sentido, primeiramente identificaremos quem eram os possíveis agentes sociais recomendados para conduzir o exercício da “boa educação” das crianças, sejam mestres, preceptores, aias ou outros responsáveis por guiar a conduta e o comportamento dos infantis. Na continuidade, alertamos que, ainda que os discursos sobre os cuidados relativos à educação das crianças fossem normatizados pela figura de um sujeito infantil ideal – masculino, de saúde conservada, com corpo e membros perfeitos, não inclinado aos vícios e, sobretudo, nascido em família cristã, nobre, aristocrata ou de burguesia urbana em ascensão –, a enunciabilidade sobre a educação de meninas esteve presente em variados compêndios. Independentemente de serem relegadas a poucas páginas ao final dessas obras ou, então, a pequenos parágrafos, quase sempre indicando interdições no vestuário ou nas práticas de sociabilidades, uma série de cuidados atestava um processo discursivo que condicionava a infância feminina à ocupação de restritos espaços bem como à limitada oferta de desenvolvimento intelectual. Por meio de ordenamentos que incitavam um minucioso processo de fabricação individual da infância feminina, os discursos convergiam, no século XVII luso, para a ordem da vigilância e do aprisionamento, enquanto no XVIII uma série de transformações nos enunciados indicava instruções e aconselhamentos para as raparigas serem cristãs devotas, obedientes e guiada pelos bons costumes para se conduzirem em uma sociedade urbana marcada por protocolos sociais de reconhecimento. Na sequência, apresentaremos algumas estratégias discursivas que eram bem recebidas pelo público luso interessado

tanto em aprender a ler, escrever e contar – ter domínio da Língua Portuguesa e da Aritmética elementar – como em valorizar as relações e os comportamentos sociais urbanos e da alta nobreza – cortesia, polidez, refinamento. Desse modo, os discursos mobilizados pelos letrados portugueses evidenciavam a possibilidade de se compreender o processo de subjetivação dos sujeitos infantis a partir da incorporação de três aspectos bem definidos: o primeiro institui uma educação estritamente calcada nos preceitos morais cristão-católicos, garantindo às crianças o pleno domínio das tribulações da alma, pois lhes seriam conformados os hábitos de bondade, retidão e modéstia, afastando-lhes, assim, por meio das constantes interdições sofridas, de todas as transgressões como os vícios, as intemperanças, as desonestidades, em suma, as “perdições” com as quais a vida em pecado poderia assombrá-las; o segundo revela o domínio das aparências, pois, guiadas por um conjunto de normativas e regras, as crianças adquiririam hábitos de higiene, condutas apreciáveis à mesa, gestos moderados e controlados, comportamentos apurados para conversar e brincar, modos de figurar nos ambientes sociais cuidadosamente limpas e bem vestidas, com sentimentos regulados e de pudor; o terceiro conjuga suas relações sociais e familiares, pois ao cultivar a obediência e submissão aos pais, aos mais “doutos” e aos sacerdotes, o infantil, ao interagir, seja no âmbito público ou no privado, devia ser cortês, polido, cordial e refinado, de modo a apresentar aparência social urbana e civilizada.



3.1 Da eleição dos bons mestres: agentes recomendados para o exercício da “boa educação”

Seguramente, a influência quase global da escola como configuração educacional hegemônica foi uma peculiaridade da educação no século XX, desfecho da dinâmica do projeto de sujeito moderno. Concordamos com o pesquisador argentino Pablo Pineau, o qual, na narrativa pedagógica contemporânea, afirma que é lugar comum o vínculo entre escolarização e Modernidade, cuja associação vai “conceber a escola como ‘uma construção moderna construtora de Modernidade’ [...]”, que, por sua vez, compreende a educação moderna, “cuja forma por antonomásia é a escolarização”, como “um dos

motores principais do triunfo da Modernidade”³³⁹ Notadamente, a escola como uma específica forma educacional se expandiu em diminuta temporalidade nos “finais do século XIX, princípios do XX, por todo o globo e conseguiu tornar-se a forma educacional hegemônica em todo o mundo”. Não obstante que Pineu tenha caracterizado o fato de a escola moderna ter construído subjetividades que conjugavam a cosmovisão moderna por meio de complexos e eficazes dispositivos, os quais estão sendo aqui tomados não como exclusivos do processo de escolarização, mas como produto de uma cultura escrita que “ensinava [a criança] a atuar sobre o mundo de acordo com certas premissas e matrizes que articulavam com os efeitos de outras instituições modernas, tais como a família, os quartéis, [a Igreja] e a fábrica”.³⁴⁰

Nesse sentido, estamos afirmando, até então, que desde os finais do século XVII, e muito especialmente no século XVIII, muitos autores contribuíram com reflexões relacionadas aos comportamentos sociais e morais, sobretudo da nobreza e dos grupos sociais mais abastados. É importante mencionar que a preocupação com a educação moral das crianças não era um dado novo nos finais do Seiscentos, pois, como destacou o frei dominicano Pedro de Santa Maria (1496-1564) no prólogo de sua obra *Tratado da boa criação e policia christãa que os pays devem criar seus filhos* (1633), “tudo o que se pode dizer, já está dito. Com tudo, como a malícia dos tempos tem deitado tão profundas raízes [...] Obrigação nos fica de trazer sempre à memória & fazer nova repetição da boa doutrina, & bons conselhos”.³⁴¹

Partimos do pressuposto, como já destacado nos capítulos anteriores, de que existe uma relação “entre o conjunto das instituições educativas destinadas à infância e a situação social das crianças”.³⁴² Nesse sentido, compreendemos que o acesso à escolarização era limitado e direcionado a poucos. Todavia, como observou Rogério Fernandes, “uma das qualidades dos portugueses” é “o gosto da vida

³³⁹ PINEAU, Pablo. Como a noite engendra o dia e o dia engendra a noite revisando o vínculo da produção mútua entre escola e Modernidade. *Pro-Posições*, v. 19, n. 3, p.83-104, 2008.

³⁴⁰ *Idem*, p. 101.

³⁴¹ SANTA MARIA *apud* FERREIRA, 1987. Tal estudo foi levado a cabo por: FERREIRA, António Gomes A. Uma perspectiva sobre a educação da criança nos finais de seiscentos. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL, 1., 1987, Coimbra. *Atas [...]*. Coimbra: 1987, v. 1, p. 65-73, p. 84.

³⁴² FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras. Do Pombalismo a 1820. Porto: Porto Editora, 1994, p. 22.

em família e o bom acolhimento aí concedido às crianças”,³⁴³ de modo que outros grupos sociais poderiam também primar pela educação dos filhos a partir do trabalho dos mestres.

De um modo geral os compêndios de civilidade e de doutrina cristã atribuíam aos pais a obrigação de oportunizarem aos seus filhos a boa educação. A insistência discursiva nas obras de caráter moral revela essa atenção e responsabilização dos pais pela educação moral e religiosa dos filhos. A família era colocada no centro da problemática educativa, pois deveria estar atenta aos princípios, às normas e aos conselhos relativos à educação que deveriam admitir para a instrução dos seus filhos. Tratar-se-ia da educação do corpo, da mente e, sobretudo, do espírito que deveria ser aplicada não somente no núcleo familiar, mas nos espaços confessionais e escolarizados. Outra insistência era a recomendação de um bom mestre, cuja boa seleção foi minuciosamente descrita por alguns autores, como veremos ao longo deste capítulo.

Em *A arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, Alexandre de Gusmão descreveu as obrigações que tutores, aios e mestres deveriam ter nos cuidados com os meninos. Ainda que cumprissem diferentes papéis e obrigações poderiam ser tomados como expressões de sentido aproximado. Afirmava Gusmão que nas Sagradas Escrituras “estes nomes de pay, ayo, ou mestre sam como sinonimos, porque o mesmo he chamar mestre, que pay, & pay, que mestre”.³⁴⁴ O pai assume a grande responsabilidade da escolha do mestre ou aio, visto que o “pay fazendo boa escolha de mestre, ou ayo para o filho, dezencarrega nelles sua consciencia, e se alivia desta obrigaçam [de educar o filho]”.³⁴⁵

Já no primeiro tratado de Manuel de Andrade de Figueiredo, na obra *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, o autor destacou a “eleyção dos mestres, que os pays devem fazer para seus filhos”. Alertou os pais sobre o sumo cuidado que se deveria ter nessa escolha, uma vez que “deste acerto da boa criação (como diz Aristóteles) pende todo o bem dos mininos”.³⁴⁶ Todo bem ou mal da boa criação das crianças estaria sob a responsabilidade dos mestres, de modo que os pais não deveriam poupar “trabalho, nem repararem ao estipendio,

³⁴³ *Idem*.

³⁴⁴ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos*. Op. Cit., p. 82.

³⁴⁵ *Idem*, p. 83.

³⁴⁶ FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Offercida á Augusta Magestade do Senhor Dom João V. Rey de Portugal. Primeira Parte. Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Serenissimo Senhor Infante, 1722, p. 1.

procurarão os mais sábios mestres para a sua educação”.³⁴⁷ Em primeiro lugar, os pais haveriam de

[...] buscar mestres virtuosos, para que com sua virtude, & bom exemplo os edifiquem instruindo-os no verdadeyro principio da sabedoria, que he o temor de Deos. [...] Devem os pays em segundo lugar buscar mestres, que sejam sábios; para que não empreguem mal sua fazenda, nem os filhos o tempo. [...] Ultimamente devem os pays eleger para seus filhos Mestres hórados; [...] logo devem os pay dar a seus filhos mestres de quem se possam prezar.³⁴⁸

Ainda de acordo com Figueiredo, o “bom” mestre seria aquele capaz de instruir em seus discípulos a doutrina cristã e os bons costumes, “não lhes ensinando cousas superfluas, com que mais se confundão, do que aproveytem”. Dever-se-ia persuadi-los ao “temor de Deos, & amor da virtude, para que desse odo ao mesmo tempo que crescerem nos annos, se adiantem também nos bons costumes”.³⁴⁹ No processo de aprendizagem proposto por Figueiredo, a dimensão do castigo estava presente como elemento inerente à dimensão moral. Uma das prescrições que o autor indicava aos mestres era a forma correta de estes repreenderem os meninos: “devem tambem os Mestres não serem tíbios em reprehenderem, & castigarem aos discípulos; porque o castigo não se encontra com o amor, pois o mesmo Deos aos que ama castiga”.³⁵⁰ Todavia, a moderação da punição deveria ser objeto de atenção dos mestres, uma vez que se o castigo

[...] he demasiado parece tyrania, se proporcionado he remédio; o Mestre há de ter hum modo no castigar, outro no perdoar; de tal sorte, que não pareça tyrano, nem seja lisongeyro: todo o extremo he vicioso. O Mestre que he rigoroso em extremo, mais escandaliza que ensina [...]. O Mestre que he demasiadamente brando, mais lisongea que ensina; porque a vara, & correção, são as que dão a sabedoria ao minino.³⁵¹

As obras pedagógicas ressaltavam a relevância dos bons e sábios mestres na educação das crianças, ou melhor, defendiam com vivaci-

³⁴⁷ *Idem*, p. 2.

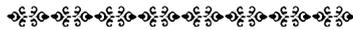
³⁴⁸ *Idem*, p. 2-3.

³⁴⁹ *Idem*, p. 5.

³⁵⁰ *Idem*.

³⁵¹ *Idem*.

dade a importância dos mestres para a garantia de exercícios de “boa educação” dos pequenos, que estava vinculada ao cultivo das virtudes, dos bons costumes e da vivência cristã de meninos e meninas. Na sequência analisaremos algumas orientações sobre os modos exemplares de educar as meninas, especialmente a partir de Alexandre de Gusmão.



3.2 A educação das meninas e o programa pedagógico de Alexandre de Gusmão³⁵²

Ainda que a educação de meninas nos séculos XVII e XVIII não participasse dessa corrente de valorização da infância, alguns religiosos dedicaram certa preocupação aos modos como se devia educá-las.

No campo historiográfico brasileiro não foram poucos os estudos que tiveram como objeto a condição feminina na sociedade colonial. Os pioneiros estudos apontavam as expectativas em relação à mulher, a importância da maternidade,³⁵³ as práticas de reclusão e submissão,³⁵⁴ sendo que outros temas também despertaram o interesse de reflexão histórica, como as relações familiares, a sexualidade, a criminalidade, a morte ou o pecado. Entretanto, no âmbito da História da Educação são poucos os estudos que se dedicam aos séculos XVII e XVIII, especialmente considerando a educação de meninas.³⁵⁵

³⁵² Uma versão adaptada deste texto foi inicialmente publicada na forma de anais de evento. RIPE, Fernando; AMARAL, Giana Lange do. “Do especial cuidado que se deve ter na criação das meninas”: educação e condição feminina em um tratado de Alexandre de Gusmão escrito na América portuguesa no final do século XVII. *In: ENCONTRO DA ASPHE*, 23., 2017, Rio Grande. *Anais [...]*. Rio Grande: FURG, 2017c.

³⁵³ Este é o caso de DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo. Op. Cit.*

³⁵⁴ Aqui vale destacar a obra ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

³⁵⁵ Um panorama crítico foi esboçado pelo historiador Álvaro de Araujo Antunes (2015) acerca da produção sobre História da Educação na América portuguesa; e nos levantamentos realizados por Denice Catani e Luciano Faria Filho (2005) e Thais Nívia de Lima e Fonseca (2009b) constata o reduzido percentual de trabalhos abrangendo o período entre os séculos XVI e XVIII nos anais dos principais eventos das áreas de História e História da Educação. Ver: ANTUNES, Á. A. O inventário crítico das ausências: a produção historiográfica e as perspectivas para a História da educação na América portuguesa. *História e Cultura*, v. 4, p. 100-113, 2015; CATANI, Denice Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: história e historiografia da educação brasileira nos anos 80 e 90 – a produção divulgada no GT História da educação. *In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). Pesquisa em História da Educação no*

Ademais, restritas são as investigações que demarcam a condição de educação feminina no Portugal moderno. Porém, é válido acentuar um interessante estudo, no campo da História da Educação, relativo ao discurso normativo ditado pela sociedade setecentista sobre a representação feminina que foi levado à cabo por Arilda Ines Miranda Ribeiro na obra *Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal*.³⁵⁶

A educação feminina não participou, no final século XVII europeu, do movimento de valorização da educação e das transformações sociais,³⁵⁷ mas permaneceu, com poucas alterações, “apegada aos princípios estabelecidos nos séculos anteriores: uma instrução bastante reduzida, se comparada à preconizada para os meninos, e dirigida para os papéis que as jovens deveriam representar na idade adulta.”³⁵⁸

A maioria das meninas não partilhava da cultura letrada, reservada aos filhos dos nobres e dos mais privilegiados, portanto, às aristocracias urbanas e fidalgas. No entanto, como vimos, a religião no século XVII não somente exerceu um domínio sobre a devoção da população como também promoveu uma série de discursos que orientavam modos de vida, no âmbito familiar e da vida privada,³⁵⁹ por meio de um regime de

Brasil. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas*. *Revista lusófona de educação*, v. 14, p. 111-124, 2009b.

³⁵⁶ Ainda que se detenha em outra temporalidade, nesse caso no Oitocentos é importante destacar o estudo de Mônica Yumi Jinzenji, que identificou a circulação de impressos que divulgavam ações e conhecimentos sobre a mulher no contexto de relações entre Metrópole e Colônia. Ver: JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

³⁵⁷ Norbert Elias assinalou as incessantes prescrições de “decoro corporal externo” – posturas, vestuários, expressões faciais – que eram amplamente publicadas por tratados na Europa desde o final da Idade Média, buscando atender a uma necessidade de *civilité* da época. Ver: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. *Op. Cit.*

³⁵⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas*. *Op. Cit.*, p. 240.

³⁵⁹ De acordo com Perrot, durante todo o século XVIII europeu operava-se uma forte distinção entre o que pertencia à esfera do público e aquilo que cabia à esfera do privado na vida das pessoas. Com a contrarrevolução, essa distinção transformou-se na definição dos papéis sociais, como, por exemplo, a diferenciação que colocou em oposição homens (como sujeitos públicos) e mulheres (assujeitadas ao modelo doméstico, portanto, privadas). Ver: PERROT, Michelle. *Outrora, em outro lugar*. In: PERROT, Michele *et al.* (Orgs.). *História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.

“bem viver”, que consistia em uma série de instruções, aconselhamentos e regras para educar o corpo, a mente e a alma.

Analisemos a obra do jesuíta Alexandre de Gusmão, aqui percebida como uma potente fonte em que se pode escorar o estudo dos paradigmas de Pedagogia infantil no mundo português moderno, cuja eficiência permite marcar, além dos evidentes espaços religiosos e culturais, a existência de um modelo de educação católica de longa duração. A obra de Gusmão reproduz muitas das ideias registradas pelos programas pedagógicos humanistas, como, por exemplo, os entendimentos contrarreformadores e os preceitos morais propagados entre a Companhia de Jesus.

Identificamos, por meio do cotejo com outras obras religiosas que circularam à época, que a escrita de Alexandre de Gusmão em *a Arte de crear bem os Filhos* muito se assemelhava aos discursos mobilizados no tratado *Philosophia moral de príncipes, para su buena crianca y gobierno: y para personas de todo estado*, publicado inicialmente em Burgos (Espanha) no ano de 1596 pelo também jesuíta Juan de Torres da Província de Castela.³⁶⁰ Equivalem-se, ainda, com a obra de Alexandre de Gusmão, os enunciados descritos por Torres que constituem o modelo de criança nobre, capítulos que prescrevem os modos e as virtudes com os quais se desejava criar os filhos na puerícia. Similaridades também podem ser percebidas nos ideais pedagógicos humanistas propagados por François Salignac De La Mothe Fénelon (1651-1715). Embora sua obra mais famosa seja *Les Aventures de Télémaque* (1699), o arcebispo francês Fénelon talvez tenha sido o autor que mais exerceu influência sobre a educação feminina no século XVIII europeu. *Traité de l'éducation des filles* (1687) ampliou um pouco mais as orientações de Fénelon sobre as instruções para as meninas. Ainda que essas instruções fossem ser ministradas muito comedidamente, o autor destacou a importância da leitura de bons livros³⁶¹ e dos necessários conhecimentos de literatura, história, latim, música e pintura.

³⁶⁰ A obra de Torres impressiona não só pelo volumoso tratado (cerca de 995 páginas acrescidas de apêndices), mas pelo tom discursivo de suas recomendações e prescrições para a boa criação e governo dos príncipes. Ver: TORRES, Juan de. *Philosophia moral de príncipes para su Buena crianca y gobierno: y para personas de todos os estados*. Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeck, 1602.

³⁶¹ Fénelon destaca a vigilância que os pais deveriam ter sobre o consumo de leituras proibidas, como os romances ou a leitura de entretenimento.

É válido ressaltar que em outro estudo discutimos como a cultura escrita se firmou no período moderno como *condição de possibilidade* para a constituição dos infantis.³⁶² Nesse estudo detectamos uma série de impressos, desde o século XVI, que indicavam modos de como educar os filhos desde o nascimento, também chamamos a atenção para a potencialidade de propagação discursiva da obra *De Pueris* (1529), de Erasmo de Rotterdam. Na Europa moderna não foram poucos os pensadores que propagavam indistintamente as ideias de Erasmo. Os aconselhamentos do teólogo foram extraordinariamente divulgados, uma vez que naquele período e nos séculos subsequentes suas obras tiveram um grande número de edições e constantes traduções. Mas acreditamos ser importante destacar que a mulher ocupou um reduzido espaço em sua Pedagogia, pois a função feminina de esposa e mãe deram notas para a educação feminina.

De fato, acreditamos que a educação de meninas é uma proposição contraditória entre os letrados dos séculos XVI e XVII, cuja uniformidade enunciativa só será estabelecida na centúria seguinte. Foi por meio de um conjunto de condições de possibilidades que a presença do debate em torno da educação feminina em Portugal se deu com maior constância. Uma das possíveis condições foi que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, as inúmeras mobilidades de religiosos, os exercícios de escritas, leituras e traduções além das constantes publicações pelas oficinas tipográficas incrementaram os saberes e os debates. Tais literaturas, de acordo com Ana Rodrigues Oliveira, indicavam que a maioria dos pedagogos, desde a Baixa Idade Média, já aconselhava a idade dos sete anos para a intensificação do ensino, que poderia ser por meio da frequência de uma escola ou na forma privada, por meio de um preceptor.³⁶³ Contudo a autora acredita que as meninas, sobretudo as mais próximas da nobreza, eram concebidas pelos pedagogos como sendo dotadas de fraca racionalidade

[...] tendo em conta tais pressupostos [condição infantil de debilidade], bastante devedores de Aristóteles,

³⁶² Em Ripe e Amaral (2017b) caracterizamos a modernidade como uma condição de possibilidade para a proliferação discursiva sobre a infância. Nessa ocasião apresentamos um conjunto de obras publicadas e/ou traduzidas em Portugal entre o final do século XVII e o século XVIII que versaram sobre os cuidados relativos à infância. Tais produções impressas foram tomadas como tecnologias da subjetividade e, portanto, operaram efetivamente no processo de constituição do sujeito infantil moderno. Ver: RIPE, Fernando; AMARAL, G. L. *O dispositivo da cultura escrita. Op. Cit.*

³⁶³ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval. Op. Cit.*, p. 136.

os pedagogos defendiam para as raparigas uma disciplina ainda mais rígida e rigorosa do que as reservadas às mulheres, porque a débil racionalidade da sua natureza feminina se aliava à ainda incompleta racionalidade da condição infantil.³⁶⁴

Contrário aos discursos que negavam o desenvolvimento da boa educação às meninas e mulheres, ainda no século XVI, o humanista Juan Luís Vives (1493-1540), na obra *Instrucción de la mujer cristiana*,³⁶⁵ condenava aqueles que não acreditavam na educação feminina por pensarem que a mulher instruída seria uma possível pecadora. Semelhante constatação teria feito M. Claude Fleury (1640-1723), no tratado *Le traité sur le choix et la methode des études* (1685), que acreditava que a educação feminina merecia mais atenção, para além daquela pífia desenvolvida. Na opinião de Fleury, a educação feminina deveria estar contemplada pelo estudo de religião, história sagrada, aspectos elementares da Aritmética, práticas de redação e conhecimentos rudimentares de farmácia e jurisprudência. Ainda confiava o autor que outras disciplinas poderiam lhes ser úteis.³⁶⁶

Nas constantes publicações que orientavam as instruções femininas, as prerrogativas de *guarda e recolhimento* eram intensificadas. Regulava-se que estas se dariam desde o desmame da menina, mas, sobretudo, após os doze anos até uma segunda condicionante, que poderia ser o casamento ou o ingresso em alguma ordem religiosa. Nesse sentido, aconselhava-se o encerramento de passeios, brincadeiras ao ar livre e até mesmo conversas privadas com outras meninas. Essas interdições tinham claras motivações, como as de preservar a natural castidade das meninas e controlar o pudor e a timidez próprios de suas idades.

3.2.1 A “guarda e o recolhimento”: enunciações sobre como criar as meninas

Houve um episódio enunciado por Santo Ambrósio que,³⁶⁷ “por ser tão ilustre Autor”, mereceu atenção do padre lisboeta Alexandre

³⁶⁴ *Idem*, p. 137.

³⁶⁵ Publicado inicialmente em latim no ano de 1524 e em castelhano a partir de 1528.

³⁶⁶ Conforme a historiadora Leila Algranti, para Fleury seria “uma audácia” conferir às meninas “outras disciplinas” que “lhes seriam inúteis” (ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas. Op. Cit.*, p. 242).

³⁶⁷ Santo Ambrósio configura-se entre os santos de maior recorrência no tratado de Gusmão. Ao todo, constatarem-se dezessete narrativas aludidas a Santo Ambrósio.

de Gusmão. Tratava-se da imposição que alguns senhores pretendiam dar ao quererem “cazar hũa donzella” contra sua vontade. O que eles não sabiam é que essa donzela já havia firmado compromisso, “que pelo voto de virgem avia tomado Jesu Christo por Esposo”. A atitude tomada pela menina em muito estava associada à pressão que seus familiares lhe impuseram para que se esposasse, de modo que “fugio como victima da castidade para os sagrados Altares, por fugir às instancias dos parentes, com que a importunizavam, para que se cazasse”. Satisfeita com as condições que o “Autor da natureza” lhe destinara, a virgem replicava: “Que he o que pretendeis de mim, senhores. Que tome Esposo?”. Parecia não ser entendimento dos senhores que a jovem donzela já teria feito a eleição de um esposo melhor, de forma que não adiantaria lhe “exageray riquezas, nobreza, & fermosura”, pois “outro mais rico, mais nobre, & mais bello achei já”, afirmava a jovem. Outro de “maior empenho” emendou a conversa: “se vosso pay fora vivo, vós nam cazariéis”, ao que a menina respondeu: “por ventura que por isso morresse, porque me nam fosse de impedimento a meu santo proposito”. O que o jovem pai, de breve vida, não entendia era, se sua filha, sendo “poldrinha”,³⁶⁸ não desejava esposar, como poderia “guardar perpetuamente a preciosissima perola da virgindade, & viver para isso em perpetua clausura no Mosteiro, que melhor felicidade podei dellas esperar?”³⁶⁹

Duas potenciais possibilidades estavam acentuadas no imaginário dessa época: ou a menina seria direcionada a ser boa mãe e esposa ou firmaria os votos de ser “Religiosa consagrada a Deos, nosso Senhor, & Esposa de Jesu Christo”.³⁷⁰

Alexandre de Gusmão destacava em seu tratado que o modelo de criação das “mininas de casa” deveria ser semelhante ao modo como se cuidava das “mininas dos olhos”. A analogia apresentada pelo jesuíta tem como base um provérbio de Salomão que “chama as mininas, porque na palavra grega soa mesmo minina dos olhos, que minina de casa”.³⁷¹ De acordo com Gusmão, a primeira advertência que deveria ser oferecida na boa criação das meninas

³⁶⁸ De acordo com o Dicionário de Bluteau, *poldrinha* refere-se a uma égua nova. Contudo, no contexto enunciado parece designar uma menina que é bonita (BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez. Op. Cit.*, v. 6, p. 571).

³⁶⁹ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos. Op. Cit.*, p. 382-384.

³⁷⁰ *Idem*, p. 385.

³⁷¹ *Idem*, p. 387.

[...] he a guarda, & recolhimento, porque assim como a natureza guardou as mininas dos olhos com tantas teas, portas, & prizoens de capellas, pestanas, humores, veas, & membranas, assim se devem guardar as de casa com toda a vigilância, & cuidado.³⁷²

A partir de uma analítica foucaultiana identificamos que o processo de prescrições discursivas, que organizava os modos de ser menina a partir do arranjo interno da Igreja (entenda-se Companhia de Jesus) e mobilizado na narrativa de escritores, incitou um minucioso processo de fabricação individual da infância feminina por meio da vigilância e do aprisionamento. Esse processo de produção de sujeitos torna-se eficiente na medida em que se adota uma série de regulações dos espaços, cerceamento das práticas e permanente olhar sobre as condutas do sujeito. Segundo Michel Foucault:

Cada indivíduo no seu lugar: em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos, decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.³⁷³

Portanto, compreendemos a prática da disciplina como um mecanismo de poder, cuja intenção é regular o comportamento do sujeito (infantil) aos padrões sociais desejáveis. Esse processo de regulação é estrategicamente pensado a partir de um sistemático controle do espaço (agrupamentos de acampamentos, modernas arquiteturas escolares, prisionais, hospitalares, etc.), do controle do tempo (criação de rotinas, estabelecimento de horários) e da promoção de comportamentos moderados e aceitos socialmente (gestos, posturas,

³⁷² *Idem*, p. 377.

³⁷³ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. Op. Cit.*, p. 131.

brincadeiras, etc.). Todavia, esse processo de disciplinamento é reforçado por um complexo sistema de vigilância.

Para Gusmão a tarefa da vigilância sobre as meninas deveria ser partilhada por todos os familiares e serviçais. Como estratégia discursiva, o jesuíta recorre à São João Chrysostomo, que teria afirmado que “toda familia de casa, pay, mãy, ama, eunucos, & criados se devé occupar na guarda das mininas, porque toda a guarda de casa nam basta para guardar hũa só”.³⁷⁴ A constância da vigilância e do recolhimento como forma de conformação e correção do uso dos bons costumes e do fortalecimento da alma criou certas moderações e possivelmente tornou a criança menina um sujeito de “boa esperança”, da mesma forma que livraria o pai de uma “morte temporal” – uma ameaça constante que Gusmão traz da “morte repentina”, ou seja, a incitação ao medo da possível morte imprevista.

De certo modo, podemos inferir que as meninas de alguns grupos sociais partilhavam das mesmas reflexões contidas nos manuais e tratados pedagógicos, principalmente no que se refere aos valores e princípios que as crianças deveriam ter. Em geral, as crianças cristãs deveriam respeitar uma rotina muito calcada nos preceitos católicos, tendo como exemplos os modelos hagiográficos que eram difundidos desde a Idade Média e apresentavam a “boa educação” por meio da narrativa sobre a infância dos santos.

É sabido que desde o século XII no Ocidente medieval as hagiografias desenvolviam a temática da infância dos santos na intenção de promover “modelos de vivência e espiritualidade a inculcar desde cedo nos jovens cristãos e respectivos educadores”.³⁷⁵ Essas hagiografias persistem prematuramente no apego infantil tanto as doutrinas e máximas da fé católica como a aprendizagem da significação e da prática da renúncia aos prazeres e ideais profanos.

Esse modelo santificado de infância estaria na base educativa proposta por Gusmão para a criação das meninas. Não apenas no que se refere às elogiosas distinções que o autor faz aos santos que enquanto crianças viriam a se tornar sagrados pelo acesso à educação letrada, mas pela condução da vida virtuosa e pura com práticas caridosas, solenes, digiosas, piedosas, inocentes, recatadas, imaculadas e castas. Sobre a influência do letramento às meninas, Gusmão destacou a en-

³⁷⁴ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 378.

³⁷⁵ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval*. *Op. Cit.*, p. 166.

trega que muitas faziam ao estudo das letras, que “na erudiçam excedia a qualquer Varam douto de seu tempo”:

Para vossa doutrina basta saber que Santa Catherina desde minina se deu ao estudo da Rethorica, & Philosophia, em que saio eminente. Santa Eustochio filha de Santa Paula de tal sorte se deu ao estudo das Letras, Hebraica, Grega, & Latina, que foi chamada milagre do seu tempo.³⁷⁶

Gusmão ainda teria recorrido aos antigos³⁷⁷ para aconselhar que a guarda e a vigilância sobre as meninas deveria ser constante, até mesmo escusando o pai do sono para a vigília de sua filha. De acordo com o jesuíta, a prática da vigilância também tem por finalidade o cuidado espiritual sobre a criança:

[...] digo que em tres cousas principalmente devem vigiar os pays, em quanto os filhos sam infantes: primeira, guardalos das Bautismo; segunda, que se bautisem a tempo, & com a solenidade, & boa eleiçam de padrinhos, que a Igreja costuma. Terceira, quando for possivel criem as mays os filhos a seus peitos, & quando por justas causas nam possam estas, tenham grande escolha na eleiçam das amas.³⁷⁸

Dentre os conselhos oferecidos pelo padre Gusmão aos pais vigilantes, estavam as práticas de não consentir que as meninas e donzelas “saiam á rua depois de desmamadas, a folgar com os meninos, nem lhes permitindo depois de crescidas visitas escusadas”.³⁷⁹ Gusmão também infere sobre o perigo que tais visitas podiam causar às filhas guardadas. Nesse caso, mesmo as “de maior idade” deveriam se esconder das visitas masculinas. Nas palavras do jesuíta, “onde nam he menos urbanidade, senam açam de policia Christaã esconderemse as mininas para suas recameras³⁸⁰ interiores, quando sucedem entrar quaesquer visitas de varoens na casa de seus pays”.³⁸¹

³⁷⁶ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 385-386.

³⁷⁷ RIPE, Fernando; AMARAL, G. L. *O dispositivo da cultura escrita*. *Op. Cit.*

³⁷⁸ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 171-172.

³⁷⁹ *Idem*, p. 378.

³⁸⁰ O significado de *recamera*, no contexto utilizado por Gusmão, refere-se a algum tipo de câmara interior e reservada. Também pode significar *quarto de vestir* ou *guarda-roupa*. Também é citado na Bíblia, em Cantares 1.4, como o lugar onde podemos ter um contato íntimo e pessoal com Deus (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em <https://www.priberam.pt/dlpo/rec%C3%A2mara>. Acesso em: 02 ago. 2017).

³⁸¹ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 379.

Não bastava o olhar vigilante do pai, era necessário afastar tudo, nada poderia corromper o pensamento puro e casto, os “humores de dentro, que caem do interior do cérebro” deviam permanecer angélicos. Logo, se “encerradas na sua recamera estas seguras de qualquer poeira, que lhes pôde fazer danno”.³⁸² Os enunciáveis que compõem o discurso sobre a sexualidade infantil na obra analisada apontam a prescrição de um regramento das condutas das crianças. É válido lembrar que os discursos sobre a sexualidade, em distintos períodos históricos, aparecem como uma tentativa de normatizar as práticas sexuais de acordo com os padrões desejados à época. De acordo com o pensador Michel Foucault, esse controle da vida social somente poderia ser alcançado pelo domínio do corpo e da sexualidade. É nesse sentido que o filósofo percebeu a sexualidade como uma construção discursiva, uma invenção indissociável do discurso e das relações de poder dentro dos quais ela é instituída.

A regulamentação do sexo se tornou objeto de preocupação do Estado e da Igreja. As apreensões constantes nas obras em análise bem como em outras prédicas religiosas denotam que desde o século XVII a sexualidade estava guiada por um discurso religioso marcadamente moral que visava a regular, controlar ou ainda “curar” qualquer manifestação sexual na infância. Para Foucault, foi somente no século XVIII que o sexo se tornou objeto discursivo central, e no século subsequente

[...] a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas; perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la.³⁸³

Ainda de acordo com Michel Foucault, o decoro das atitudes, a ocultação de partes do corpo, “a decência das palavras limpa[m] o discurso”, a castidade e o sexo restrito ao matrimônio suavizam a interdição de se falar sobre sexo.³⁸⁴ Cabe-se ressaltar que “se o sexo é reprimido, isto é, fadado à sua proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de

³⁸² *Idem*, p. 380.

³⁸³ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. Op. Cit.*, p. 137.

³⁸⁴ *Idem*, p. 10.

transgressão”.³⁸⁵ Igualmente poderia se esperar de seus efeitos para um religioso, ou mesmo para uma criança, assim, falar sobre sexo ou até mesmo sobre a prática da castidade torna-se limitante, considerando que “os castos, até de fallar da castidade se envergonhão”.³⁸⁶ O efeito dessa repressão no campo religioso fez com que se operassem rigorosos discursos morais sobre os modos de ser e de se manter casto. O puritanismo, a incitação à castidade, o imperativo da criança inocente, a culpabilização das práticas infantis mais afetuosas ou brincadeiras mais robustas, as classificações de anormalidades, a punição jurídica dos desviantes sexuais, as projeções arquitetônicas e as redes de vigilância que controlavam os sujeitos tendenciosos bem como outras tecnologias e aparatos modernos que moldavam o comportamento social colocaram a “economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVII”.³⁸⁷ Todavia, a conduta sexual da população infantil não foi objeto exclusivo de análise do poder eclesiástico.³⁸⁸ Na dinâmica temporal do século XVII para o XVIII alargou-se a rede discursiva que observou e determinou seus efeitos e limites, de modo que o seu interesse passou a ser biológico, econômico e político, como coisa pública e questão de Estado.³⁸⁹

Philippe Ariès bem destacou que “uma noção essencial se impôs: a da inocência infantil”,³⁹⁰ de modo que a passagem do despudor à inocência era promovida por meio da condição de castidade daqueles que começavam a nascer. Dois aspectos, para o autor, colaboraram para que os discursos de religiosos e moralistas reformadores, a partir da segunda

³⁸⁵ *Idem*, p. 12.

³⁸⁶ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez. Op. Cit.*, v. 2, p. 188.

³⁸⁷ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. Op. Cit.*, p. 17.

³⁸⁸ Cabe-se destacar a exemplificação que Philippe Ariès arguiu ao descrever que o comportamento sexual das crianças era uma ideia recorrente que remontava desde o século XV, por meio do tratado *De confissione molliciti*, escrito por Gerson (1606), para auxiliar os confessores a promover, nos pequenos penitentes, o sentimento de culpa. Para Ariès, as proposições que Gerson apresentou em seu tratado se aproximavam muito da doutrina moderna, pois não consideravam a criança como consciente de culpa. Nesse caso, um exemplo é que o onanismo seria um estágio inevitável da sexualidade. Ainda que se aproxime de uma ideia de inocência, Gerson na verdade promoveu uma “modificação dos hábitos da educação e do estabelecimento de um novo comportamento em relação às crianças”. Para Ariès, seu regulamento é tão interessante, pelo ideal de moral que Gerson impunha, que se tornaria referência para os jesuítas e “dos irmãos da doutrina cristão e de todos os moralistas e educadores rigorosos do século XVII” (ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família. Op. Cit.*, p. 81-82).

³⁸⁹ CORAZZA, Sandra Mara. *História da infância sem fim. Op. Cit.*, p. 271.

³⁹⁰ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família. Op. Cit.*, p. 136.

metade do século XVI, evidenciassem a infância como um estágio de inocência: primeiro, a “inocência” que se deveria conservar e, segundo, a “ignorância” que se necessitava suprimir. Assim, o “sentido da inocência resultou, portanto em uma dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre os adultos, e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão”.³⁹¹

Havia diferentes modelos de enunciação – científico, pedagógico, religioso, filosófico – que difundiam modos específicos de como uma menina deveria ser educada. Nesse sentido, ganharam visibilidade os direcionamentos cristãos, de guarda e de recolhimento para as meninas, enunciados pelo padre jesuíta Alexandre de Gusmão ao promover uma série de aconselhamentos edificantes para a criação dos filhos. Teve importância, também, nesse processo o controle da sexualidade infantil, pois nada poderia desvirtuar o pensamento puro e casto das meninas.

Disseminou-se a ideia de que a educação feminina poderia fixar valores e normatizar comportamentos. Tais funções não procuravam integrar um discurso de transformação civilizatória, mas impor condutas de submissão e ampliar os mecanismos de controle sobre a população feminina que estava marcadamente associada à égide dos fundamentos cristãos. Nessa perspectiva de instrução e educação feminina, destacou-se a formação espiritual. A dimensão religiosa ainda se firmava como parte integrante do processo de formação do sujeito feminino. Fundamentada por regras e mecanismos de controle, como a guarda e o recolhimento, a educação de meninas pretendia ser modelar, reforçando o desprendimento, o altruísmo, o espírito de sacrifício, o amor filial lado a lado com a humildade, a obediência e a submissão, consideradas como virtudes desejáveis para uma boa mãe e futura esposa.

Por outro lado, circulava na segunda metade do século XVIII uma literatura cujo principal objetivo também era ser edificante, mas que indicava o domínio da leitura e da escrita pelas mulheres. Não foram poucos os sermões sobre virtudes e aulas de ética que preparavam as meninas mais próximas da nobreza para serem percebidas como boas, exemplares, castas, cristãs, moderadamente intelectuais, verdadeiras damas que conheciam seu lugar e seu papel.

³⁹¹ *Idem*, p. 91.

Por fim, identificamos nas prédicas do jesuíta Alexandre de Gusmão uma série de enunciáveis que incitaram os pais no arranjo da vigilância e do aprisionamento das filhas. Esses enunciáveis compunham um conjunto de recomendações sobre a importância de vigiar as crianças meninas e as maneiras de discipliná-las por meio da guarda e do recolhimento. Contudo, Gusmão se diferiu da maioria dos pensadores de seu tempo ao indicar o acesso à educação letrada como forma de criação das meninas. Para o jesuíta, o letramento de meninas parece ser uma possível constante nas “nações mais políticas, & Republicas bem ordenadas”. Nesse sentido, Gusmão partilha que “Do qual consta, que nam só he conveniente, mas muy louvavel ensinar as boas artes às filhas desde mininas; ao menos ao ler, & escrever devem aprender todas, & as que se criam para Religiosas devem aprender alguns principios da lingua Latina”.³⁹² Dessa forma, compreendemos que a orientação cristã à educação das meninas tinha por finalidade atuar na produção de subjetividades, no gerenciamento das almas e no gerenciamento da vida infantil feminina, criando donzelas disciplinadas, obedientes e letradas. A partir da recomendação de variadas técnicas disciplinares, identificamos que os pais deveriam guardar, recolher e letrar para conhecer a fundo suas filhas e incliná-las ao “amor santo da pureza virginal”.³⁹³

3.2.2 Obras que se ocuparam em divulgar a educação de raparigas

Como vimos, a criação das meninas passava pela ideia de guarda, recolhimento e vigilância. O jesuíta Alexandre de Gusmão dedicou especial atenção à infância santificada e disciplinada, alertando pais e mestres sobre a necessidade de cuidados próprio às meninas, como o seu afastamento da convivência com meninos. Outras obras também foram publicadas em Portugal com a finalidade de divulgar e acentuar especificidades da educação de meninas.

O Quadro 9 apresenta uma relação de onze obras, dentre as quais quatro possuem autoria identificadas e seis são anônimas, publicadas em Portugal no século XVIII e dedicadas à educação de meninas. Observamos que havia certa estratégia discursiva de não divulgar a autoria bem como escrever no formato de epístolas, fábulas e contos, como se dessem apenas aconselhamentos e não, de fato, estabeleces-

³⁹² GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 386.

³⁹³ *Idem*, p. 381.

sem regras e normativas. Além disso, uma série de manuscritos foi encaminhada para ser autorizada e licenciada para impressão, todavia, talvez por falta de interesse comercial, não foi publicada. Nesse sentido, uma investigação mais atenta sobre esse processo editorial e discursivo ainda conforma um tema em aberto na historiografia.

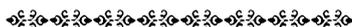
Quadro 9 – Relação de obras que divulgavam a educação de raparigas (Portugal, século XVIII).

Autor	Ano de edição	Obra
BEUMONT, Mme. Le Prince	1797-1799 (Licença para a 1ª impressão: 27 mai. 1773)	<i>Thesouro de meninas, ou diálogos entre huma sabia aia, e suas discípulas da primeira distinção...</i> 4. ed. Trad. do francês. Lisboa: Regia Officina Typografica. 2 v.
	1785 (1ª ed.: 1773)	<i>Thesouro de adultas, ou diálogos entre huma sabia mestra com suas discípulas da primeira distinção...</i> Trad. do Pe. Joaquim Ignacio FRIAS. Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira. 2 v.
*	1788	<i>Donzella instruida, ou devoção que as donzelas devem ter aos anjos de sua guarda. Para merecerem a sua proteção entre os muitos perigos deste Mundo.</i> Coimbra: Real Officina da Universidade.
*	1761	<i>Espelho critico, no qual claramente se vem alguns defeitos das mulheres, fabricado na loja da verdade pelo Irmão Amador do Dezengano, que póde servir de estímulo para a reforma dos mesmos defeitos.</i> Lisboa: Offic. de Antonio Vicente da Silva.
*	1788 (Licença de impressão em 09 out. 1783)	<i>Historia da Virtuosa Portuguesa, ou o exemplar das mulheres christãs. Traduzida do Francez em vulgar e dedicada ás Senhoras Portuguezas.</i> Lisboa: Typographia Rollandiana.

*	(Licença de impressão em 15 abr. 1779)	<i>Instrução de hum Pai a sua Filha, tirada da Sagrada Escritura sobre as mais importantes matérias, concernentes á Religião, aos Costumes, e modo de se conduzir no Mundo.</i> Trad. de Manuel José de Silveira Lara.
*	Manuscrito, com licença de impressão em 24 mai. 1773	<i>Instrucçoens de dá hum Pay a sua filha que está para casar. A fim desta poder viver em paz com o seu marido</i>
JESUS, Gertrudes Margarida de	1761	<i>Primeira carta apologetica em favor, e defesa das mulheres, escrita por dona... ao Irmão Amador do Dezengano, com o qual destroe toda a fabrica de seu Espelho Crítico.</i> Lisboa: Offic. de Francisco Borges de Sousa.
LOBO, Roque Ferreira	Manuscrito, com licença de impressão em 11 dez. 1769.	<i>Liçoens de hum pay a huma filha sua, na primeira idade: Que oferece... A todos os bons Pays de Familia.</i> Tomo I.
M. F. J.	Manuscrito, com licença de impressão em 22 fev. 1769	<i>Carta que mandou huma Tia a sua sobrinha em que lhe dá os parabens da boa eleição, que com tanto acerto, e prudencia soube fazer de esposo modesto, e bem procedido, e alguns conselhos, que dá para a boa sociedade.</i>
*	1783	<i>Regras particulares para a boa educação das donzelas. In: Regras para a christã educação dos meninos.</i> Lisboa: Regia Officina Typografica, p. 189-340.

* Autoria não identificada.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997).



3.3 Educar ou instruir: ler, escrever e contar, mas edificado de modo comportado

Entre os séculos XVII e XVIII a educação era, grosso modo, postulada como uma missão de modelar uma nova sociedade. Nessa perspectiva notadamente universalista e ilustrada, o processo educativo seria uma espécie de “instrumento para a organização harmoniosa da sociedade por meio da disseminação de valores e normas de comportamento”.³⁹⁴

Assim, a ideia de educação e de instrução designava um regime de formação dos indivíduos com vistas à adequação em sociedade, conforme as referências validadas à época. De acordo com a historiadora Thais Nívea de Lima e Fonseca, as formulações de educar e instruir correntes durante o Antigo Regime pareciam muitas vezes se confundirem ou se sobreporem umas às outras no que se refere aos objetivos.³⁹⁵ Ainda segundo a autora, a presença dessas ideias acerca de um possível entendimento do regime de educabilidade posto à época pode ser parcialmente vislumbrada na produção intelectual portuguesa do século XVIII. No *Vocabulário Portuguez e Latino* (1712-1728), de Raphael Bluteau, o verbete *educação* é definido como “criação [...] para a direção dos costumes. [...] o que tem cuidado da educação de alguém”, conceito que, de certo modo, orienta uma série de derivações, como *educar* enquanto uma prática de “criar” e *educado*, sugerido como “criado, ensinado”.³⁹⁶ Nesse sentido, “criação e ensino não se distinguem, pois ensino seria tanto o ato de criar quanto o objeto do ensino”.³⁹⁷

É importante destacar que a própria ideia de ensino também converge, em grande medida, para a formação civilizada e a cortesia, pois foi descrita por Bluteau como “tratamento de homens bem doutrinados, ou por experiência da Corte, & da Cidade, ou por ensino de outros, que nela viveram”.³⁹⁸ Desse modo, “tal tratamento reforça a percepção de que educação é estreitamente associada à ideia de

³⁹⁴ FONSECA, Thais Nívea de Lima e. *Educação/Instrução*. Disponível em: <https://denipoti.wixsite.com/website/educacao-instrucao>. Acesso em: 04 nov. 2019.

³⁹⁵ *Idem*.

³⁹⁶ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez*. *Op. Cit.*, v. 3. p. 13.

³⁹⁷ FONSECA, Thais Nívea de Lima e. *Educação/Instrução*. *Op. Cit.*

³⁹⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez*. *Op. Cit.*, v. 3. p. 133

formação do indivíduo para a vida social, no sentido de inculcar nele os valores da boa sociedade”.³⁹⁹

Ainda que Raphael Bluteau tenha se utilizado de outros sentidos para a definição de *instruçam*, acabou por, novamente, aproximá-la da ideia de formação, uma vez que a compreendeu como “a ação de instruir. Instrução dos meninos”, ou, em uma segunda acepção, como “documentos, ou princípios de doutrina, para conhecimento das ciências assim humanas como divinas, como também para a vida moral.”⁴⁰⁰ O que, de certo modo “mais uma vez a ação e o objeto se definem a partir do mesmo ponto, e a sutil diferença entre educação e instrução parece estar no fato de que a segunda se faria por meio de instrumentos normativos mais precisos, enquanto a primeira estaria orientada por princípios mais gerais”.⁴⁰¹

Entre os livros pedagógicos que circularam em Portugal e nos seus domínios destacaram-se aquelas obras genericamente chamadas de “manuais”. Tais impressos, como já destacamos, mas é válido reforçar, eram destinados aos pais e mestres que pretendiam guiar seus filhos e discípulos na aprendizagem das primeiras letras – ler, escrever e contar. Todavia, grande parte do repertório desses manuais combinava o catecismo cristão com a aprendizagem de domínio da língua portuguesa, regras de civilidade e, em alguns casos, geografia e cronologias.

Assim, o fato de muitos elementos relativos aos modos de entender educação e instrução enquanto ideias similares e complementares vindas do pensamento moderno não excluía certa vontade de conservar outras ideias, normas e comportamentos já desenvolvidos e partilhados. Ou, ainda que

[...] a modernização pretendida por meio de reformas, além de procurarem criar novas instâncias educativas fundadas em pressupostos ilustrados e racionais, deixasse de lado fatias importantes da formação e das práticas culturais predominantes, sobretudo aquelas de matriz religiosa católica. Livros de catecismo e regras de civilidade, de ensino das primeiras letras e das “ciências” úteis à formação do bom súdito cristão para a monarquia portuguesa faziam par com as obras mais consideradas dos pensadores europeus dos séculos

³⁹⁹ FONSECA. Thais Nívea de Lima e. *Educação/Instrução. Op. Cit.*

⁴⁰⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez. Op. Cit.*, v. 4. p. 153.

⁴⁰¹ FONSECA. Thais Nívea de Lima e. *Educação/Instrução. Op. Cit.*

XVII e XVIII, bem como com as leis e determinações régias, e com as impressões e ações administrativas das autoridades coloniais na América. Educação não era, portanto, tema de menor importância e consideração, ocupando as preocupações de pessoas em diferentes posições e funções na sociedade do Antigo Regime, uma vez que tratava-se de ação e resultado de impacto na qualidade dos súditos, e no estabelecimento da melhor ordem para o Estado.⁴⁰²

Nesse sentido, procuramos identificar na cultura impressa portuguesa dos séculos XVII e XVIII obras que educavam no sentido de instruir o ensino da leitura, da escrita e de elementos da Aritmética. Identificamos, sobretudo, a ocorrência de certa transformação nos modos de elaborar esses impressos, tendo em vista o processo legislativo pombalino referente à instrução no Reino português em 1772, que obrigava os mestres a também instruírem seus discípulos elementos de civildade e da doutrina cristã.

3.3.1 Da “boa pronúnciação, e leitura da língua portuguesa”: ler era uma prática essencial

A aprendizagem da leitura se constitui no período moderno como uma atividade indispensável nas escolas elementares do reino português. De acordo com Aurea Adão, *o próprio nome* pelo qual os mestres eram conhecidos – mestres de ler, escrever e contar – revela a importância que a atividade refletia na sociedade.⁴⁰³ No século XVIII o domínio da escrita e da leitura representa um “instrumento de controle como fator simbólico” de poder, capaz de ser um dispositivo fundamental na organização do Estado Moderno português.⁴⁰⁴

A efetiva capacitação da leitura dependia do método e da aptidão dos mestres que, em classes formadas por alunos de variadas idades, nem sempre conseguiam atingir tal objetivo. Aurea Adão sublinhou que muitos alunos que frequentavam as classes elementares, ainda no século XVIII, saíam sem ler mesmo tendo-as frequentado por cinco ou seis anos.⁴⁰⁵ Evidentemente outros meninos, de substratos

⁴⁰² *Idem.*

⁴⁰³ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. As Escolas Régias (1772-1794). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 221.

⁴⁰⁴ MAGALHÃES, Justino. *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime*: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal. Braga: Universidade do Minho, 1994, p. 203.

⁴⁰⁵ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. *Op. Cit.*, p. 222.

mais elevados da sociedade, com idades entre seis e sete anos, ***já liam corretamente***.⁴⁰⁶ Não era consenso entre os autores de compêndios para a leitura a idade ideal para a sua aprendizagem. Manuel de Andrade de Figueiredo, em *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, procurava não apressar a aprendizagem da leitura, sobretudo advertindo que muitos pais, “principalmente aqueles, que imprudentes perseguem os Mestres, para que lhes adiantem os seus filhos, não querendo admitir o inconveniente da pouca idade, ou rudeza”.⁴⁰⁷ No entanto, o religioso Manuel Dias de Souza acreditava, em seu manual *Nova escola de meninos*, que as crianças já poderiam aprender a ler ***tão logo soubessem falar***, desde que se configurasse como um “brinco, ou desenfado, que como estudo, ou ocupação séria”.⁴⁰⁸ Já Francisco Nunes Cardozo, na obra *Arte ou novo methodo de ensinar a ler a língua portuguesa* [...], publicada em 1788, era mais preciso ao estabelecer que a uma criança “de mediano talento pode aos sete annos de sua idade ler em qualquer livro do seu proprio Idioma”.⁴⁰⁹

É importante destacar a identificação que Áurea Adão fez ao perceber a existência de duas fases para a publicação de compêndios direcionados ao ensino da leitura. Na primeira fase, que vai até cerca da década de 1780, um reduzido número de obras direcionadas aos mestres para o ensino da leitura foi impresso, conforme podemos constatar no seguinte quadro.

⁴⁰⁶ Segundo Magalhães, entre os nobres portugueses a alfabetização se organizou por um processo tradicional, já nos meios eclesiásticos a cultura escrita evoluiu de forma gradual no decurso do Antigo Regime. Segundo o autor, “a análise da cultura escrita dos eclesiásticos afigura-se como uma hipótese de trabalho fundamental a fim de criar um referente criterial para o conhecimento das práticas de escrita doutros grupos sociais. Não apenas porque os eclesiásticos assumiram um papel básico na instrução pública, mas porque deles se conservam registros diversos” (MAGALHÃES, Justino. *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime*. *Op. Cit.*, p. 208).

⁴⁰⁷ FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*. *Op. Cit.*, p. 11.

⁴⁰⁸ SOUZA, Pe. Manoel Dias de. *Nova escola de meninos*. *Op. Cit.*, p. 204.

⁴⁰⁹ CARDOZO, Francisco Nunes. *Arte ou novo methodo de ensinar a ler a língua portuguesa por meyo da estampa, a que se propoim hum novo systema da sua orthographia dedicada á critica portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1788, p. 2.

Quadro 10 – Relação de alguns compêndios direcionados para o ensino da leitura (Portugal, até a década de 1780).

Autor	Ano de edição	Obra
FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de	1722	<i>Nova Escola de Aprender a Ler.</i> Lisboa Occidental: na Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho.
*	1750	<i>Cartilha de ler e escrever. Para uso das escolas de N. Senhora das Necessidades.</i> Lisboa: Regia Officina Typografica.
*	1750	<i>Instrução de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras. Para uso das Escolas da Congregação do Oratório na Casa de N. Senhora das Necessidades.</i> Lisboa: Regia Officina Typografica.
SILVA, Leonor Thomazia de Souza e**	1756	<i>Escolla nova christã, e politica. Na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que deve saber o Menino Christão, e se lhe dão regras geraes para com facilidade, e em pouco tempo aprender a lêr, escrever, e contar. Escripita para o uso de seus Filhos. E oferecida aos meninos da Escolla da cidade de Lisboa.</i> Lisboa: Officina de Joaquim Thomas d'Aquino.

* Autoria não identificada.

** Pseudônimo utilizado pelo tipógrafo Francisco Luiz Ameno.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997); acrescido de obras que constam no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Acrescenta-se a este levantamento a existência de duas outras obras que foram reprovadas no tempo de Pombal. Sejam os manuais *Methodo para ensinar as primeiras Letras, e para ler, e escrever a Escritura Portugueza com perfeição*, do XXX Paulino Manoel Roiz Franco, e *Methodo fácil e brevíssimo de ensinar aos meninos das Escolas Menores a ler, escrever, contar, e pronunciar com acerto a nossa Lingua Vulgar*, pertencente a Francisco José da Sylveira.⁴¹⁰

⁴¹⁰ Conforme Áurea Adão, tais manuscritos foram recusados por serem incorretos, contendo erros bárbaros, cacofonias, tautologias e pleonasmos (ADÃO, Áurea.

No manual publicado em 1722, *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, Manuel de Andrade de Figueiredo apresentou um detalhado roteiro de como os mestres deveriam ensinar seus discípulos a ler, alertando que “não posso deyxar também de advertir, que a lição se deve passar, segundo a capacidade do menino; porque sendo este de idade tenra, ainda que de boa & facil apreheção, sempre lhe he conveniente lição moderada”.⁴¹¹ Todavia, as prescrições pedagógicas indicadas por Figueiredo eram repletas de incitações a punições e castigos dos mestres sobre seus alunos, principalmente observando a moderação nas repreensões e nos níveis de capacidade de cada discípulo. De acordo com Figueiredo, se caso o menino fosse rude no pensamento

[...] porque nesse caso, sò se lhe deve passar a com que possa a qualidade da sua memoria, & com este deve o prudente Mestre usar de menos rigor no castigo, pois vemos que o demasiado mais lhe redundava em ruína, do que em proveyto; porque afflicto de não poder perceber a lição, & temeroso ao mesmo tempo do castigo, que o intimida, & mortifica, lhe confundem estas considerações, de tal sorte o fragil entendimento, que confuso, & aèreo, muytas vezes succede, que abraçando sò o medo natural, se ausenta, & foge da Escola; & com estes melhor he que o Mestre se mostre mais receptivo, que justiceyro, levando-os com castigo moderado, & às vezes fingido, applicandolhes a grandesa da lição, segundo a capacidade dos talento, atè se lhes irem purificando as nevoas da rudeza, & alcançarem com o exercicio mais clareza de engenho.⁴¹²

Outro aspecto levantado por Áurea Adão é a intensa utilização de materiais elaborados pelos próprios mestres para o ensino de alfabetos e silabários. Para isso, a autora exemplifica o uso de cartas com letras bem como o caso do padre Manuel Dias de Souza, que afirmava serem poucos os compêndios adequados e que os manuais eram mais direcionados aos mestres do que propriamente aos discípulos. Nesse sentido, uma segunda fase aventada por Adão, posterior à década de 1780, indica não somente a ampliação no número de compêndios publicados como também a presença de anexos contendo abcdários e

Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. Op. Cit., p. 224).

⁴¹¹ FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar. Op. Cit., p. 11.*

⁴¹² *Idem.*

silabários destinados aos usos de alunos. Como podemos observar no seguinte quadro:

Quadro 11 – Relação de alguns compêndios direcionados ao ensino da leitura (Portugal, após a década de 1780).

Autor	Ano de edição	Obra
*	1807 Autorizada a 1ª edição em 25 fev. 1779	<i>Escola fundamental, ou methodo facil para aprender a ler, escrever, e contar com os primeiros Elementos da Doutrina Christã: util á mocidade, que deseja plenamente instruir-se. Por um bom professor.</i> 3. ed. Lisboa: Typografia Rollandiana.
CARDOZO, Francisco Nunes.	1788	<i>Arte ou novo methodo de ensinar a ler a língua portuguesa por meyo da estampa, a que se propoim hum novo systema da sua orthografia dedicada á critica portugueza.</i> Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
PINTO, Luiz Alvares	1784	<i>Diccionario pueril para uso dos meninos, ou dos que principião o ABC, e a soletrar dicções.</i> Lisboa: Offic. De Francisco Luis Ameno.
SOUZA, Pe. Manoel Dias de	1784	<i>Nova escola de meninos, na qual se propõem um methodo facil para ensinar a lêr, escrever, e contar, com huma breve direção para a educação dos meninos. Ordenada para descanço dos mestres, e utilidade dos discipulos...</i> Coimbra: Real Officina da Universidade.

LIMA, José Antunes	1803 Primeira licença de impressão em 07 jun. 1784	<i>Modos de aprender a ler perfeitamente em pouco tempo. Com um compendio da Doutrina Christã, para instrução dos meninos pobres na Freguesia de S. Lourenço desta cidade.</i> Lisboa: Offic. De Joaquim Thomaz de Aquino Bulhoens.
CARDOZO, Francisco Nunes	1788	<i>Arte ou novo methodo de ensinar a ler a língua portuguesa por meyo da estampa, a que se propoim hum novo systema da sua orthografia dedicada á critica portugueza.</i> Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
BARBOSA, P. Jerónimo Soares	1796	<i>Eschola popular das primeiras letras dividida em quatro partes. Primeira Parte. Orhoepia ou boa pronunção, e leitura da língua portuguesa.</i> Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
A., G. P. de	Licença de impressão em 02 mar. 1797	<i>Cartas das Letras, Sillabas, e Nomes da língua portuguesa para uzo dos meninos Principiantes, que frequentão as escolas deste Reino, e seus Dominios.</i>
MONTEIRO, Jozé Luiz de Sousa	1797	<i>Alfabeto portuguez, exposto por hum methodo novo, e facil para uso das primeiras escolas. Primeira parte.</i> Porto: Officina de António Alvarez Ribeiro.

* Autoria não identificada.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997).

Em *Eschola popular das Primeiras Letras* (1796), o primeiro tomo dedicado a *Orthoepia, ou Boa Pronunção, e Leitura da Língua Portuguesa* alertava para a necessidade das modificações das vozes e das articulações na constituição dos vocábulos da *Língua Portuguesa*. Na obra está expressa a existência de quarenta e cinco sons elementares

(vinte e quatro vozes e vinte e uma articulações), que organizam todas as sílabas e, por conseguinte, todos os vocábulos.⁴¹³

Metodologicamente o ensino da leitura, com o objetivo de “não confundir logo os principiantes com esta multiplicidade de Vozes Portuguezas”, foi dividido e apresentado por meio de “Taboa ou Carta”, de modo que ficasse “á practica dos mestres o fazerem notar na leitura as diferenças”.⁴¹⁴ A primeira carta apresentava aos meninos os fonemas relativos às vogais, as quais figuravam como as primeiras letras que constam nas escrituras.

Figura 14 – Taboa das vozes orais grandes

➤(4)◀

C A R T A I.

Das fote **VOZES ORAES GRANDES**
da Lingua Portugueza:

Caracter Rodondo.		Caracter Bailardo.	
Pequeno.	Grande.	Pequeno.	Grande.
á ha	A ..	á há	A
é hé	É ..	é hé	É
ê hê	Ê ..	ê hê	Ê
í hi y. i	I ..	í hi y. i	I
ó hó	ó ..	ó hó	ó
ô hô ou ô	O ..	ô hô ou ô	O
ú hú	ú ..	ú hú	ú

* Nas palavras de origem Grega.

Fonte: *Eschola popular das Primeiras Letras*, p. 4.

⁴¹³ *Eschola popular das Primeiras Letras*. Dividida em quatro partes. Parte Primeira. Orthoepia, ou Boa Pronunção, e Leitura da Lingua Portugueza. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1796, p. 1.

⁴¹⁴ *Idem*, p. 3.

O método fonético para a aprendizagem da leitura direcionava que os mestres desenvolvessem em seus discípulos, por meio das Cartas, as diferenciações dos sons próprios para cada voz. O uso das Cartas se constituiu como um mecanismo de repetição⁴¹⁵ visual e verbal, cabendo ao mestre incessantemente apontar o

[...] ponteiro cada huma das vogaes, tanto Oraes como Nazaes, que se achão na primeira linha d'alto a baixo, e pela mesma ordem; lhes pronunciarão ao ouvido bem distintamente cada huma delas; fazendo-lhes sentir as suas diferenças graduaes, que tem na corda ou tubo vocal desde a extremidade mais interior do canal. Que he a garganta, até á mais exterior, que são os beiços, pelas diferentes posições dos mesmos canais.⁴¹⁶

Tratava-se, sobretudo, de um método regrado em que os mestres deveriam ter o cuidado de exprimirem bem distintamente cada voz e articulação, observando os possíveis avanços dos principiantes para então lhes apresentar as próximas Cartas, em especial os *Abcdarios*, os *Syllabarios* e os *Vocabulos*. Nesse sentido, a iniciação à prática da leitura era basicamente instruída por letras manuscritas promovidas pela existência de cartilhas impressas.⁴¹⁷ A letra impressa foi utilizada com frequência na aquisição da leitura, uma vez que, como destacou Adão, a manuscrita muitas vezes era desigual, feia e irregular, fazendo com que os próprios mestres tivessem grandes dificuldades para decifrá-las.⁴¹⁸

Rogério Fernandes atestou que, assim como os conteúdos, as práticas para o ensino da aprendizagem da leitura não acusavam variações nos seus métodos. De acordo com Fernandes, os métodos por si eram viciosos, de modo que “são por isso raras as notícias relativas a inovações tentadas neste campo e, quando as identificamos, não é fácil

⁴¹⁵ Rogério Fernandes demonstrou a utilização e popularização dos usos das Cartas de letras, sílabas e nomes a partir de anúncios, como na *Gazeta de Lisboa* (1794), que indicava a presença de uma “nova coleção de 12 Cartas estampadas em boa letra, para pelo seu uso poderem os meninos e meninas aprenderem a ler com muita facilidade, evitando aos Mestres o trabalho de as fazer, por se acharem promptas, e por preço muito commodo” (GAZETA DE LISBOA, n. 30, 02 ago. 1794 *apud* FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC. Op. Cit.*, p. 247).

⁴¹⁶ *Eschola popular das Primeiras Letras. Op. Cit.*, p. 7.

⁴¹⁷ Hipótese levada a cabo por FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC. Op. Cit.*, p. 247.

⁴¹⁸ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. Op. Cit.*, p. 223.

rastrear-lhes o seguimento, a tal ponto se tratar de iniciativas isoladas”.⁴¹⁹ Apesar de não revelar novos métodos para a aprendizagem da leitura, a cultura impressa se constituiu como um eficiente mecanismo para a divulgação do método das Cartas, permitindo, assim, certa uniformidade e clareza dos caracteres impressos, que não se mantinham nos distintos traços do manuscrito. Todavia, os métodos empregados nem sempre eram bem sucedidos, de modo que, “embora muitos autores se mostrassem convictos de que, utilizando o mestre os métodos sugeridos, a criança em pouco tempo conseguiria ler alguma coisa, o certo é que a maior parte dos alunos saía da escola sem saber ler ou lendo mal”.⁴²⁰

O método empregado para o ensino da prática da leitura no século XVIII parece se confundir com o exercício da fala e da audição, porém com o intuito de desenvolver a habilidade de decifração dos sinais gráficos que compõem a escrita. Nesse sentido, a leitura se constituiu como uma das formas de mobilização social a par com a leitura em voz alta, partilhada principalmente nas igrejas. Por isso a importância de os meninos terem domínio da leitura, “para se mandar aprender de cór [os catecismos] aos Meninos, que já sabem lêr”.⁴²¹

De acordo com Áurea Adão, o catecismo mais empregado no período anterior a Pombal era a *cartilha* do Padre Inácio, que fora substituída pelo próprio secretário de Estado do reinado de D. José I pelo catecismo de Montpellier.⁴²² Esse compêndio religioso oficial destinava-se, sobretudo, ao ensino da leitura. A aprendizagem da escrita e da caligrafia não ocorria imediatamente após a aquisição da leitura. Assim como *Eschola de Popular das Primeiras Letras*, outros tantos manuais pedagógicos insistiam que o estudo da caligrafia e da ortografia ocorresse somente após os meninos aprenderem de cor os compêndios da fé cristã católica.⁴²³ Do modo geral, o ensino da leitura era responsabilidade dos mestres, mas a figura de “decuriões” ou de “discípulos veteranos” indicava o quanto estava o ensino da leitura a cargo dos alunos mais velhos. Outro aspecto que dificultava a aptidão dos meninos à leitura era o acesso ao livro, ainda não popularizado nos meios mais populares. Assim, “numa aula de mestre particular sempre haveria maior oportunidade de aprender a ler mais rapidamente e com

⁴¹⁹ FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC. Op. Cit.*, p. 240.

⁴²⁰ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. Op. Cit.*, p. 223.

⁴²¹ *Eschola popular das Primeiras Letras. Op. Cit.*, p. 7.

⁴²² ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. Op. Cit.*, p. 227.

⁴²³ *Eschola popular das Primeiras Letras. Op. Cit.*, p. 22.

menos idade” do que em outros ambientes em que o menino deveria ser ajudado por algum familiar que se dispusesse a praticar.⁴²⁴

3.3.2 Moralidade cristã: aprender a ler para rezar

Conforme destacamos, o principal objetivo da aprendizagem da leitura era a capacitação dos infantis para acompanharem os catecismos, tanto que a reforma educacional no Reino português, promovida por Marquês de Pombal, enunciava como uma das principais tarefas dos mestres o ensino do catecismo que, a par com as regras de civilidade, pretendia evitar desde as tenras idades os “tristes efeitos da ignorância, raiz de todos os vícios”.⁴²⁵

Os catecismos, de modo geral, obedeciam um roteiro pedagógico cuidadosamente direcionado ao entendimento da doutrina cristã católica. Enunciava-se sobre quem era Deus, sua impossibilidade de “ser percebido dos nossos sentidos”⁴²⁶ e a subsistência divina em três pessoas distintas – “Padre, o Filho, e o Espírito Santo”.⁴²⁷ A constituição dos planos Céu, Terra e Inferno era a próxima proposição ensinada, a qual pretendia inculcar nas crianças qual seria o desígnio dos seus potenciais efeitos na Terra. Por exemplo, em *Eschola Popular das Primeiras Letras* as consequências das culpas indicavam que “fôrao os hómens condemnâdos a morrer, e nascem sujeitos a toda a sôrte de trabalhos, e de enfermidades, ignorantes, inclinâdos á maldade, sujeitos ao demónio, escrâvos do peccâdo, inimigos de Dêos, e dignos do Inferno”.⁴²⁸

A figura de Jesus Cristo parece atenuar esses amedrontamentos, notadamente a partir de sua infância exemplar e da possibilidade de sobrevida no Céu. Uma vez que,

[...] o poder de remitir, e de retêr os peccados he huma prerrogativa, que Dêos concedêo tão somente á Igreja. No fim do Mundo tôdos os homens môrtos resuscitarão para receberem em cõrpo, e álma, a recompensa ou castigo etérno, que tiverem merecido; mas os membros da Igrêja serão os únicos, e que serão

⁴²⁴ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. *Op. Cit.*, p. 227.

⁴²⁵ Conforme constatado em consulta à Real Mesa Censória de 03 de agosto de 1772, realizada por ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. *Op. Cit.*, p. 235.

⁴²⁶ *Eschola popular das Primeiras Letras*. *Op. Cit.*, Parte Segunda, p. 22.

⁴²⁷ *Idem*.

⁴²⁸ *Idem*, p 4.

parte na vida eterna. Todos os outros não ressuscitarão senão para írem depóis do universal Juízo em cõrpo, e álma padecêr no Inferno os supplícios etérnos com os demónios.⁴²⁹

A ideia de que o pecado – notadamente os setes pecados capitais, seja a soberba, a avareza, a luxúria, a ira, a gula, a inveja e a preguiça – é tudo aquilo que poderia desagradar a Deus e a incitação à prática constante das virtudes (fé, esperança e caridade) foram constantemente refletidas nos fundamentos ensinados aos infantis. Outra regulação ao que o menino deveria fazer era o exame de consciência sobre a obediência aos Dez Mandamentos de Deus e da Igreja, incluindo nestes a santificação das festas, a presenças nas missas de domingos e de dias santos, a confissão ao menos uma vez ao ano, a comunhão na Páscoa, a prática de jejuar e a abstenção de carne nas sextas-feiras e sábados.

O estudo da doutrina cristã se pautava no processo de memorização, acusando em seus textos uma série de perguntas, sempre indicadas por respostas. Com um vocabulário nem sempre fácil para a época, ainda mais para crianças, os catecismos exigiam de seus leitores intensas e repetidas leituras para que se atingisse o objetivo de compreensão e interiorização dos conteúdos. Evidentemente, por se tratar de uma sociedade marcadamente vinculada à fé católica, os catecismos não eram as únicas obras destinadas à doutrinação cristã, existindo outras cartilhas e impressos que propagavam e compartilhavam os mesmos discursos ético-morais cristãos. Assim, apresentamos um conjunto de compêndios de doutrina cristã destinados exclusivamente às escolas de ler, escrever e contar:

⁴²⁹ *Idem*, p. 7.

Quadro 12 – Relação de alguns compêndios de doutrina cristã destinados às escolas de ler, escrever e contar (Portugal, a partir da década de 1780).

Autor	Ano de edição	Obra
*	1782	<i>Catecismo, ou breve explicação da doutrina cristã, para o uso das escolas da Congregação do Oratorio na Real Casa de n. Senhora das Necessidades. Ordenado pela mesma Congregação.</i> Lisboa: Regia Officina Typografica.
*	1785	<i>Novo alfabeto portuguez dividido por syllaba...</i>
*	1787	<i>Breve compendio da Doutrina Christã por methodo claro, e acomodado aos meninos que aprendem.</i> Lisboa: Offic. Simão Thaddeo Ferreira.
BARBOSA, P. Jerónimo Soares	1796	<i>Eschola popular das primeiras letras...</i>
MONTEIRO, Jozé Luiz de Sousa	1797	<i>Alfabeto portuguez...</i>

* Autoria não identificada.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997); acrescido de obras que constam no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Outra importante relação de obras religiosas que circularam por Portugal nesse mesmo período atesta a proliferação de impressos que divulgavam modos de viver na santa fé católica. Nesse sentido, estabelecemos o seguinte quadro indicando outros compêndios da doutrina cristã que não eram direcionados somente para as escolas elementares:

Quadro 13 – Relação de alguns compêndios de doutrina cristã (Portugal, a partir da década de 1770).

Autor	Ano de edição	Obra
VIEIRA, Verissimo Xavier	1777	<i>Catholica instrução, e compendio breve do que para se salvar, está obrigado a saber...</i> Lisboa: Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo.
SARMENTO, Fr. Francisco de Jesus Maria	1780	<i>Cartilha doutrinal ou compendio da doutrina, e principaes verdades da nossa santa fé catholica...</i> Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira.
CUNHA, D. Rodrigo da	1785	<i>Catecismo doutrinal com praticas, e sermões. Para os Domingos e festas principaes do anno, ordenado por D. Fr. Bartholomeu dos Martyres...</i> 4. ed. Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira.
*	1788	<i>Compendio brevissimo da doutrina christã [...] publicado por ordem do Ilmo. e Rmo. Arcebispo João Lercari, arcebispo de Génova.</i> Traduzido do idioma italiano em portuguez pelo B. C. S. B. Lisboa: Regia Officina Typografica.
*	1788	<i>Breve compendio da doutrina Christã, Que deve saber, crer, e entender todo o Christão para se salvar: Com huma Instrução para se confessar, e commungar, e para viver santamente.</i> Lisboa: Regia Officina Typografica.
*	Manuscrito com licença de impressão em 19 abr. 1790	<i>Explicação da doutrina christian em forma de catecismo.</i>

PINAMONTI, Pe. Pedro	1790	<i>Compendio doutrinal, muito util, e necessário, para explicar, e saber a Doutrina Christam.</i> Composto pelo Pe. Manuel Bernardes. Coimbra: Regia Typografia da Universidade.
QUADROS, José Caetano Mesquita e	1793	<i>Compendio historico da doutrina christã acrescentado com varios discursos accomodados para melhor se aproveitarem do mesmo Compendio os seminaristas do Seminario do Patriarcado.</i> Lisboa: Regia Officina Typografica.
RIPALDA, Pe. Jeronimo de	Manuscrito com licença de impressão s.d.	<i>Catecismo, e breve exposição da Doutrina Christã.</i> Traduzido e acrescentado pelo Pe. Dr. José Maria Moralejo.

* Autoria não identificada.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997); acrescido de obras que constam no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Antes mesmo de aprenderem a ler após a entrada na escola, as crianças já deveriam ter de cor as principais orações – Padre-Nosso, Avé-Maria, Credo e Confissão. Áurea Adão sinaliza que, quando já estivesse apto para ler, o menino deveria estudar as diferentes lições que compunham os catecismos, podendo, desse modo, exercitar e ampliar sua leitura.⁴³⁰ Nesse domínio de leituras e orações constantes pretendia-se, como afirmou António Gomes Ferreira, instituir nas crianças “todo um processo de educação conducente à criação duma autodisciplina que tinha em vista à conservação da honra familiar”.⁴³¹ Na obra *Regras para a christã educação dos meninos*, publicada em Portugal no ano de 1783, o autor continua destacando que se defendia rigorosamente a vigilância dos pais sobre os costumes de seus filhos, a fim de que suas possíveis más inclinações pudessem ser combatidas pelas armas de Deus, “a oração, a mortificação, a penitência, o trabalho, a vigilância, as boas-obras e as virtudes contrárias as paixões”.⁴³² Infere-se, assim, que o processo de doutrinação cristã

⁴³⁰ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. Op. Cit., p. 235.

⁴³¹ FERREIRA, António Gomes. *A educação no Portugal Barroco*. Op. Cit., p. 66.

⁴³² *Regras para a christã educação dos meninos*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1783 apud FERREIRA, António Gomes. *A educação no Portugal Barroco*. Op. Cit., p. 66.

nos sujeitos infantis do Setecentos Português instituiu um processo educativo estritamente calcado por uma ética religiosa cristã-católica que pretendia garantir às crianças o pleno domínio das tribulações da alma, pois lhes seriam conformados os hábitos de bondade, retidão e modéstia, afastando-lhes, assim, por meio das constantes interdições sofridas, de todas as transgressões como os vícios, as intemperanças, as desonestidades, em suma, as “perdições” com as quais a vida em pecado poderia assombrá-las.

O inventário com cerca de trinta obras escritas em Portugal, mas nem sempre impressas, a partir da década de 1770 – momento da reforma Pombalina –, que se ocupavam em divulgar catecismos, compêndios da doutrina cristã e bons costumes e máximas religiosas dão nota do quanto a religiosidade era vivenciada nessa sociedade bem como revelam o interesse em constituir nas crianças a proximidade com o pensamento cristão. Encerrando o levantamento dessa tipologia de impressos, indicamos uma série de obras direcionadas à educação ético-religiosa de jovens cristãos:

Quadro 14 – Algumas obras acerca da educação ético-religiosa direcionada aos jovens (Portugal, século XVIII)

Autor	Ano de edição	Obra
BLANCHARD, Pierre	1786	<i>A escola dos bons costumes, as reflexoens moraes, e hstoricas, sobre as Maximas de hum homem de honra, e probidade. Obra util á Mocidade, e a todas as pessoas, que se querem conduzir bem no Mundo.</i> Trad. do francês por D. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira. Porto: Offic. de Antonio Alvarez Ribeiros. 4 v.
*	1787	<i>Breve instrucção do amor de Deos.</i> Trad. francês por D. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira. Porto: Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro.

*	Manuscrito, com licença de impressão em 17 jan. 1772.	<i>Carta que escrevi hum Pay a seu filho no qual lhe dá varias regras para alcançar todas as virtudes christans, Moraes, e politicas; para bem viver na sociedade civil.</i>
*	1786	<i>Cartas de huma mãe a seu filho pelas quaes lhe prova a verdade da religião christã.</i> Trad. do francês por Francisco Lourenço Roussado. Lisboa: Offic. de Francisco Luiz Ameno. 3 v.
CARTAXO, Fr, Antonio de S. Francisco de Paula	1783-1789	<i>Discursos Moraes, e evangélicos sobre vícios, virtudes. Para instrução da vida christã.</i> Lisboa: Offic. Francisco Luiz Ameno. 3 v.
CASTRO, Damião Faria e António de LEMOS	1749-1754	<i>Politica moral, e civil, aula da nobreza lusitana.</i> Lisboa: Offic. de Francisco Luiz Ameno. 7 v.
*	Manuscrito recusado em 08 jul. 1782.	<i>Educação moral, em que o mestre dos Meninos ensina a historia santa, as verdades mais importantes da Religião Christã, e a verdadeira piedade. Composta por ordem do Senhor Intendente Geral da Policia da Corte, e Reino, o Senhor Diogo Ignacio de Pinna Manique. Para o uso das Escollas da Caza Pia de Lisboa.</i>
FUZEIRO, Fernando Barreto	1742	<i>A, B, C, por documentos Moraes, e políticos. Que deo a seu filho para aprender...</i> Lisboa: Offic. Joquiniana de Musica.
GOBINET, Charles	1778	<i>Instrução da Mocidade em piedade christã, tirada da Escritura Santa, e dos Santos Padres.</i>

MELLO, Antonio Manuel Leyte Pacheco Malheiro e	1777	<i>Discursos politicos, ethicos, e Moraes oferecidos ao Serenissimo Senhor D. Jozé N. Senhor Principe do Brazil.</i> Lisboa: Regia Officina Typografica. 2 v.
*	1787	<i>Methodo de ser feliz, ou catecismo de moral, especialmente para uso da Mocidade. Compreendendo os deveres do Homem, e do Cidadão, de qualquer Religião, e de qualquer Nação que seja.</i> Trad. do francês por G. E. F. Coimbra: Real Impressão da Universidade.
NATIVIDADE, Fr. Francisco da	1788	<i>Sciencia dos costumes, ou filosofia moral, Dirigida pela luz da Razão, pela Escritura, e Tradição da Igreja: Ethica christã regulada pela doutrina de J. C. Para lição da Mocidade Portugueza, e dos que não tem maiores estudos.</i> Lisboa: Typografia Rollandiana.
*	1783	<i>Regras para a christã educação dos meninos.</i> Lisboa: Regia Officina Typografica.
*	1791	<i>Voz de Jesus Christo pela boca dos parochos, e dos pais de familias, intimada aos seis Freguezes, e Filhos nos Domingos do anno [...]. Para os instruir nos pontos essenciais da Moral, e da Religião.</i> Trad. do francês por D. João Nossa Senhora da Porta Siqueira. Porto: Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro. v. 2.

* Autoria não identificada.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997); acrescido de obras que constam no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Tendo em vista o processo de reformas educativas posto no governo de D. José I, identificamos uma transformação na autoria dos impressos que instruiu o catecismo. Antes da legislação pombalina, os mestres dispunham de três modelos de compêndios para a doutrina

cristã, formulados por jesuítas, oratorianos e alguns outros “adotados por bispos ou elaborados por padres com vista ao ensino dos seus paroquianos”.⁴³³ Os jesuítas, de modo geral, recomendavam a “cartilha” do Padre Inácio, enquanto os oratorianos adotavam os *Exercícios de Língua Latina, e Portuguesa. Para uso das Escolas da Congregação do Oratório na Cada da B. V. Maria das Necessidades*. Já “os bispos usavam nas suas dioceses catecismos próprios ou o *Catecismo Romano* resultante do Concílio de Trento”.⁴³⁴

Todavia, com o afastamento da Companhia de Jesus da primazia das instruções no Reino português, a cartilha jesuítica foi substituída por uma única obra destinada ao ensino da Religião. Segundo Áurea Adão:

Um alvará de 30 de Setembro de 1770, portanto, dois anos antes da reforma do ensino elementar, estabelecia que aquela aprendizagem fosse feita pelo catecismo pequeno do Bispo de Montpellier, com o objetivo de são serem utilizados manuscritos de foro judicial, omitindo qualquer razão de ordem religiosa.⁴³⁵

Na relação de conhecimentos que se deveria aprender nas escolas elementares, o primeiro aconselhamento direcionado aos meninos feito pelo professor régio português João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcellos (17??-1786), na obra *O perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade, em que se dão as regras da policia e urbanidade christã, conforme os usos e costumes de Portugal*, publicada em Lisboa no ano de 1782, consistia que “entre os conhecimentos do Homem, tem o seu primeiro lugar a Religião Revelada, explicada no Catecismo”. Para tanto, era obrigatório “aprender com cuidado pelo Catecismo de Montpellier, que he o que está aprovado pelo Governo para a Educação da Mocidade”.⁴³⁶ De fato, a versão de *Catéchisme de Montpellier* ganhou popularidade em Portugal devido à lei que instituiu o ensino primário oficial no Reino. O artigo V da Lei de 6 de Novembro de 1772 definia que os mestres de meninos fossem obrigados a ensinar a ler, escrever e contar e as regras da ortografia portuguesa para que os alunos escrevessem de modo correto e ordenado. Os quatro tipos de Aritmética simples, o catecismo e as regras de civilidade deveriam,

⁴³³ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. Op. Cit., p. 236.

⁴³⁴ *Idem*.

⁴³⁵ *Idem*.

⁴³⁶ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. Op. Cit., p. 244.

também, fazer parte da sua instrução. A versão do catecismo que se popularizou no Reino foi traduzida para o português por François Aimé Gouget, intitulada *Instrucções geraes em forma de catecismo: nas quaes se explicão em compedio pela Sagrada Escritura, e tradição a historia, e os dogmas da Religião, a moral christã, os sacramentos, as orações, as cerimoniaes, e os usos da Igreja*. Vasconcellos indicou que a leitura do catecismo deveria ser associada aos costumes cristãos: “estas instrucções saudaveis se devem ajuntar as práticas da Religião, e as virtudes; e sem a qual serião aquelles conhecimentos theoreticos estereis, porque todos se dirigem á pratica da Moral, e das Virtudes”.⁴³⁷ Todavia, a legislação pombalina relativa ao ensino elementar também estabelecia que houvesse “um único livro para o ensino da Religião e da Civilidade, estando no espírito da Real Mesa Censória ‘um breve catecismo com um compêndio de Civilidade’”. Porém, o catecismo elaborado pelo bispo de Montpellier não contemplava o ensino de civilidade, então, “durante toda a época pombalina, não chegou a ser publicado nenhum compêndio especial”.⁴³⁸

3.3.3 “Da Calligraphia e Orthographia, ou arte de escrever bem”: a aprendizagem da escrita

Era consenso entre os autores de compêndios pedagógicos que o ensino da escrita fosse iniciado somente após o aluno ter o pleno domínio da leitura. Exemplo disso pode ser percebido na crítica que João de Moraes Madureyra Feijó (1688-1741)⁴³⁹ fez ao afirmar que “mal pode aprender a escrever sem erro, quem primeiro não souber ler com acerto”.⁴⁴⁰ Por sua vez, Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816) garantia que a aprendizagem da escrita, por ser “incomparavelmente mais difficil” que a da leitura, somente se deveria iniciar quando o menino soubesse ler todas as letras impressas bem como tivesse firmeza na própria mão. A última habilidade era recomendada, pois os movimentos de que depende a formação das letras não poderiam

⁴³⁷ *Idem*.

⁴³⁸ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. Op. Cit., p. 247.

⁴³⁹ João de Moraes Madureira Feijó foi um ortografista português, primariamente conhecido pela sua autoria da obra *Orthographia, ou Arte de Escrever, e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*, de 1739, considerado o expoente da defesa de uma ortografia portuguesa com base etimológica. Conforme: GONÇALVES, Maria Filomena. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII*. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 46.

⁴⁴⁰ *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa. Para uso do Exmo. Duque de Lafoens*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1739.

se dar por meio de mãos débeis ou pouco firmes, fazendo com que suas letras formassem somente “garatujas e gregotins, habilitando-se a eles e perdendo o jeito para a boa forma dos caracteres”.⁴⁴¹ **É válido** destacar que Barbosa era bem enfático ao criticar a existência de mestres pouco hábeis que pouco contribuíam para a aprendizagem da “boa escriptura e orthographia”, pois “daqui tem procedido os maos methods, com que a primeira idade perde nas Escolas boa parte do seu tempo, e gasta outra em aprender couzas, que depois tem, ou de desaprender, ou de reformar”.⁴⁴²

No entanto, menos preocupado com a garantia do domínio da leitura, Manuel de Andrade de Figueiredo apresentava certa preocupação com a instrução dos principiantes no manuseio da pena. Para o autor, era o “pegarem bem na penna; porque nisto està o tomarem bem o corte das letras, & disposição para escreverem”.⁴⁴³ Nesse sentido, seu manual conferiu maior número de páginas (trinta) às formas de escrever e aos instrumentos para escrever bem; outros temas tratados foram a aprendizagem da leitura (vint e sete páginas) e a da ortografia (vinte e três páginas). Outro impresso que priorizava mais a escrita era *Escolla nova christã, e politica [...]*, que indicava o fato de que o aluno não ter competência na leitura **não atrapalharia a aquisição da escrita, uma vez que** dependia “da indústria do Mestre, exercícios, e aplicação do discípulo”.⁴⁴⁴

Para Áurea Adão, **é impreciso afirmar quanto tempo** um menino levaria para aprender a escrita. Sabe-se, no entanto, que uma série de autores indicava a necessidade de se respeitar o ritmo de aprendizagem de cada criança. Segundo a autora, a aprendizagem da escrita deveria se iniciar pelas “técnicas da posição da mão e dos dedos, pela postura correta do corpo e pelo talhe da pena, aspectos estes que ocupavam inúmeras páginas dos compêndios”.⁴⁴⁵ De fato, Jerónimo Soares Barbosa, alertava que “uma mão dura e pesada, a quem são mais custosas as inflexões, e extensões do dedo, deve trabalhar nisto mais tempo do que aquele que tem os músculos mais flexíveis”.⁴⁴⁶

⁴⁴¹ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. Op. Cit.*, p. 229.

⁴⁴² J.S.B *Grammatica Philosophica da Lingua Portugeza, ou Principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Tipographia da Aacdemia das Sciencias, 1822, p. iv-v.

⁴⁴³ FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar. Op. Cit.*, p. 12.

⁴⁴⁴ *Eschola popular das Primeiras Letras. Op. Cit.*, Parte Terceira, p. 6.

⁴⁴⁵ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. Op. Cit.*, p. 229.

⁴⁴⁶ *Eschola popular das Primeiras Letras. Op. Cit.*, Parte Terceira, p. 48.

Adão ainda identificou a presença de outros métodos para seu ensino, como o de Soares Barbosa, que propunha a chamada posição inglesa das mãos, que instrua que “com o corpo e a cabeça” estivessem “um pouco inclinados, de maneira que o aluno pudesse ler o que escrevia com os olhos fitos no bico da pena”; o lado esquerdo do menino deveria estar “encostado à mesa e o direito afastado quatro ou cinco dedos; o cotovelo esquerdo ficaria apoiado na mesa e o direito de fora”, apoiado “no pulso, inclinando para o papel a palma da mão”.⁴⁴⁷

Já Manuel de Andrade de Figueiredo descreveu, em *Nova Escola*, detalhadamente seu método de organização para o ensino da escrita, denotando a existência de inúmeras ocorrências de falhas e erros cometidos pelas crianças. Primeiro, alertava para que o tinteiro fosse posto na parte direita, de modo ao menino sempre sacudir a pena dentro dele, “não fora; como também o largar da penna não seja encima do bofete, nem matendoa na bocca”.⁴⁴⁸ O papel deveria estar “direita com o braço, porque assim se escreve direito”. A costa da mão não deveria estar “deitada, mas a palma dela inclinada ao papel, para que a penna fique direita”. Conforme se verifica na seguinte figura, ilustração do próprio Figueiredo, a mão deveria estar assentada com a pena de modo que *não ficassem* “os dedos de todo estendidos, nem de todo curvados, mas entre estes dous extremos”.

⁴⁴⁷ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. Op. Cit., p. 230.

⁴⁴⁸ FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*. Op. Cit., p. 13.

Figura 15 – Como dever-se-ia segurar a pena



Fonte: FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. *Nova Escola...*, ilustração n. 3.

Continuava indicando uma série de regras para a aprendizagem e o treinamento da caligrafia. Por exemplo, que não apertassem muito a pena, porque “estes não consentem violência no escrever”; não movessem o papel “como alguns, que quando vão escrevendo, o vão puxando com os dedos da mão esquerda, causa de a estropear”; que as letras fossem feitas de uma só vez, “e não de pedaços, nem pintando-as; porque assim ficão os mininos com disposição para a escreverem liberal”; que reconhecessem o tamanho e disposição das letras; e outros aspectos corporais, como não admitir que os meninos tivessem “visagens, que alguns costumão fazer na boca, e olhos, como também inclinando a cabeça para algum dos lados”.⁴⁴⁹

A Lei de 6 de novembro de 1772 indicava que os meninos deveriam ter o domínio da “boa forma dos caracteres” e das regras gerais ortográficas. Nesse sentido, e de acordo com Áurea Adão, a aprendizagem da escrita também pode ser dividida em dois momentos distintos. Em uma primeira fase, denominada como iniciação, a

⁴⁴⁹ *Idem.*

criança deveria se habilitar no desenho das letras, treinando a escrita de palavras e frases; a segunda teria características mais avançadas, abrangendo o estudo da ortografia, a escrita sem erros e a aplicação das regras de pontuação.⁴⁵⁰ Considerando a pertinência de desdobrar o ensino da escrita em duas fases distintas, organizamos um quadro com os compêndios que foram impressos antes de 1772.

Quadro 15 – Relação de alguns compêndios dedicados ao ensino da escrita (Portugal, anteriores a 1772).

Autor	Ano de edição	Obra
ALMADA, Jozé Lopez Baptista de	1749	<i>Prendas da adolescencia, ou adolescencia prendada com as prendas, artes e curiosidades mais uteis, deliciosas, e estimadas em todo o mundo...</i> Lisboa: Offic. De Francisco da Silva.
CUNHA, João Pineiro da	1786 1ª edição em 1739	<i>Breve tratado de orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portugueza. Para uso do Exmo. Duque de Lafoens.</i> 4. ed. Lisboa: Regia Officina Typografica.
FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de	1722	<i>Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar. Offerecida á Augusta Magestade do Senhor D. João V.</i> Lisboa: Bernardo da Costa de Carvalho.
SILVA, Leonor Thomazia de Souza e*	1756	<i>Escolla nova christã, e politica. Na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que deve saber o Menino Christão, e se lhe dão regras geraes para com facilidade, e em pouco tempo aprender a lêr, escrever, e contar. Escripita para o uso de seus Filhos. E oferecida aos meninos da Escolla da cidade de Lisboa.</i> Lisboa: Officina de Joaquim Thomas d'Aquino.

* Pseudônimo utilizado pelo tipógrafo Francisco Luiz Ameno.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997); acrescido de obras que constam no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

⁴⁵⁰ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. Op. Cit.*, p. 229.

Após 1772 a publicação de obras que consideravam não somente os rudimentos e as normas gerais para o ensino da escrita, mas também a preparação para o aluno conhecer as regras de ortografia, apresenta relativo aumento. Dentro desse conjunto de obras existem diferentes autores interessados em compartilhar seus métodos. No quadro a seguir percebemos um significativo aumento da produção de obras dedicadas ao ensino da escrita.

Quadro 16 – Relação de alguns compêndios que tratam do ensino da escrita (Portugal, a partir de 1772).

Autor	Ano de edição	Obra
ARAÚJO, Antonio Jacinto de	1794	<i>Nova arte de escrever, oferecida ao Príncipe Nosso Senhor para instrução da mocidade.</i> Lisboa: Offic. de Antonio Gomes.
BARBOSA, Jerónimo Soares	1796	<i>Eschola popular das primeiras letras, dividida em quatro partes. Parte terceira, Da Calligraphia e Orthographia, ou arte de escrever bem, e certo a língua portugueza.</i> Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
CARDOZO, Francisco Nunes	1788	<i>Arte ou novo methodo de ensinar...</i>
	1790	<i>Arte da Orthografia Portugueza conforme o novo systema.</i> Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira
*	1789	<i>Conferencia literária, dividida em doze liçoens... Por um professor de lingua portugueza.</i> Porto: Offic. de Bernardo Antonio Farropo & C. ^a
*	1779	<i>Escola Fundamental, ou methodo facil para aprender a ler, escrever, e contar...</i>
CUNHA, João Pinheiro Freire da	1789	<i>Academia Orthografica Portugueza, em que são interlocutores Sabino, Presidente. Severo, Arguente. Deziderio, Discipulo.</i> Lisboa: Offic. de Antonio Gomes.

PIMENTA, Leonardo José	1774	<i>Instrução methodica especulativa para os mestres praticarem no ensino da formação dos caracteres...</i> Lisboa: Offic. De Antonio Rodrigues Galhardo.
ROSA, Manuel Alvares	Manuscrito com licença de impressão em 28 nov. 1776.	<i>Breves instruções de Orthographia abreviada, para entreter os principiantes no uzo da aula de Ler, Escrever, e Contar.</i>
SOUZA, Pe. Manuel Dias de	1784	<i>Nova escola de meninos, na qual se propõem um methodo facil para ensinar a lêr, escrever, e contar, com huma breve direção para a educação dos meninos. Ordenada para descanço dos mestres, e utilidade dos discipulos...</i> Coimbra: Real Officina da Universidade.

*Autoria não identificada.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997); acrescido de obras que constam no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Em um contexto ilustrado, a escrita ganha fundamental importância e os títulos das obras apresentadas no quadro acima dão mostras da preocupação com o “novo”, a “novidade”: “nova arte de escrever”, “nova escola”, “novo sistema”, indicando o quanto esses métodos estavam em coerência com a proposta da reforma pombalina voltada à instrução.

3.3.4 Da Arithmetica, “ou arte facillissima de contar”: talvez para os mais habilidosos

As acepções dicionarísticas de *Arithmetica* no século XVIII português definem-na como “arte de calcular por algarismos”⁴⁵¹ ou “arte de contar, cujas regras principaes constituem em somar, diminuir, multiplicar, repartir, &c.”⁴⁵² Tendo em vista que a concepção de *arte*, presente nas duas acepções, refere-se, nesse período, à ideia de método e regras, podemos evidenciar que a Aritmética se constitui fundamentalmente por uma prática regrada. Para analisar essa prática,

⁴⁵¹ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789, p. 179.

⁴⁵² BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez. Op. Cit.*, v. 1. p. 496.

nesta seção do capítulo estamos nos valendo fundamentalmente da obra *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, de autoria de *Manoel de Andrade de Figueiredo (1670-1735)* e publicada em Lisboa em 1722.

A partir do estudo realizado pela historiadora da Educação Áurea Adão constituímos um quadro relacionando os principais autores que publicaram manuais relativos ao ensino da Aritmética ao longo do século XVIII português.

Quadro 17 – Relação de manuais pedagógicos publicados em Portugal (século XVIII).

Autor	Ano de Edição	Obra
FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de	1722	<i>Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar...</i> , Lisboa Occidental: Na Offic. de Bernardo da Costa de Carvalho.
GARRIDO, Joam Antonio	1737	<i>Taboada curiosa, novamente reformada, e argumentada...</i> Lisboa: Offic. Offic. de Rita Cassiana.
OLIVEIRA, Francisco de	1739	<i>Arithmetica verdadeira, ou arte facilissima de contar...</i> Porto: Ed. Autor.
PEREIRA, Francisco de Queiroz	1749	<i>Compendio arithmetico, obra muito util para principiantes aprenderem com facilidade...</i> Coimbra: Real Colegio das Artes.
SILVA, Leonor Thomazia de Souza e	1756	<i>Escolla nova christã, e politica...</i> , Lisboa: 1756.
REGO, Jozé Antonio da Silva	1774	<i>Dialogo da Arithmetica, em que se explicão as quatro espécies de contas, e se toca a Astronomia...</i> Lisboa: Offic. da Viuva de Ignacio Nogueira Xisto.
*		<i>Taboada para a numeração. Para uso das Escolas de N. S. das Necessidades.</i> Manuscrito com licença para impressão em 09 nov. 1777.

*		<i>Escola fundamental, ou methodo facil para aprender a ler, escrever, e contar...</i> , 1807. Autorizada a 1ª edição em 25 fev. 1779.
*		<i>Elementos de Arithmetica ou regras de numeração [...] para uso das primeiras escolas.</i> Manuscrito, com licença de impressão em 10 abr. 1783.
SOUZA, Pe. Manoel Dias de	1784	<i>Nova escola de meninos. Na qual se propõem hum methodo facil para ensinar a lêr, escrever, e contar, com huma breve direção para a educação dos meninos. Ordenada para descanço dos Mestres, e utilidade dos Discipulos.</i> Coimbra: Na Real Officina da Universidade.
*	1784	<i>Argumento em forma de dialogo, introduzindo dous Estudantes: Hum que diz não haver necessidade de Arithmetica, e tem por opinião, que não ha ninguém que não saiba contar, tendo dinheiro; e o outro defende o contrario.</i> Lisboa: Offic. de Francisco Luiz Ameno.
VASCONSELLOS, Anna Sylveira de		<i>Escóla nova ou tesouro de meninos, em diálogo entre huma sabia May e seu filho.</i> Manuscrito, com licença de impressão em 07 jul. 1785.
SÁ, Manuel de		<i>Taboada geral, ou noçoens preliminares da Arithmetica. De novo recopilada pelo methodo Socratico, ou dialogístico para a Instrução da Mocidade Portugueza.</i> Manuscrito, com licença de 3ª impressão em 18 fev. 1788.
*	1789	<i>Conferencia literária, dividida em doze liçoens. Nas quaes se dá aos meninos, que frequentão a escola huma breve, e bem limitada idéa geral de Gramatica Portugueza, e das partes de que consta; e tambem da Arithmetica, e Doutrina Christã. Composta por um professor de Lingua Portugueza. Para uso de seus Discipulos.</i> Porto: Offic. de Bernardo Antonio Farropo & C. ^a .

VITERBO, Fr. Antonio de Santa Rosa de		<i>Proposições de principios fundamentais d'arithmeticca, que publicamente, na Igreja do Real Collegio do Espirito Santo da Cidade d'Evora, no dia 26 de Maio de 1790, defendêrão sete meninos da Escola Regia do mesmo Collegio...</i> Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, s.d. (com licença de impressão em 19 ago. 1790).
*	1794	<i>Methodo facil de aprender a contar, em que se explica todo o gênero de contas juntamente com a sua razão, uso, e demonstração...</i> Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira.
BARBOSA, Jerónimo Soares	1796	<i>Eschola popular das primeiras letras, dividida em quatro partes. Parte quarta. Arithmetica vulgar.</i> Coimbra: Real Imprensa da universidade.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997); acrescido de obras que constam no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

Nesses manuais existe uma tendência de indicar aos mestres a função de desenvolver atividades educativas relacionadas à formação moral da criança e à aquisição de conhecimentos. É válido destacar que a “boa educação”, nesse contexto, é recorrentemente referida como a inserção de costumes relativos aos bons cristãos para que estes, na idade da razão, possibilitem o bem da República.⁴⁵³ Todavia, também se alertava para que as instruções não se restringissem às simples memorizações do discípulo, transformando-o em um “confuso armazém de factos”. O ensino dos mestres aos discípulos deveria ser ordenado para “aclarar as noções que correspondem aos mais vulgares termos, em acostumá-los a distingui-las bem, e a conhecer exatamente as proporções, e analogias, que umas conservam com as outras”.⁴⁵⁴

No que se refere à aprendizagem da Aritmética, os manuais alertam que os discípulos só aprenderiam a realizar contagens e outras “espécies de contas” após terem o pleno domínio da leitura e da escrita. Nesse sentido, o ensino da Aritmética corresponderia ao nível final da instrução elementar. Portanto, ter domínio dos procedimentos de contagem e cálculos (operações aritméticas), em uma sociedade mo-

⁴⁵³ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. Op. Cit.

⁴⁵⁴ VILLENEUVE. Joanna Rosseau de. *A aia vigilante*. Op. Cit., p. 98.

derna que pretendia ser civilizada e alfabetizada (principalmente nos ambientes de leitura), poderia indicar certa distinção social.

Nesse contexto europeu – de civilidade, cientificismo e reflexões filosóficas – o manual *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar é exemplo das produções que privilegiavam as regras de comportamento social e civilidade, com finalidades pedagógicas direcionadas à educação de crianças e jovens portugueses no período do Setecentos*. Chamamos a atenção para o fato de a obra não ser dirigida a um público seletivo, uma vez que eram geralmente destinadas a uma elite que aspirava uma educação nobre. Trata-se, então, de uma obra direcionada aos Mestres que educariam meninos de variados estratos culturais e socioeconômicos. Também seguindo os padrões editoriais dos impressos europeus do Setecentos, identificamos, como se pode perceber na Figura 15, a dedicatória da obra a uma grande autoridade, no caso ao rei Dom João V. De acordo com o historiador Arno Wehling – que assinou o prefácio de uma reedição *fac-símile* da obra *Nova Escola, para aprender a ler, escrever e contar* no ano de 2010 –, o oferecimento do livro fazia parte de um “protocolo barroco” em que o autor, Manoel de Figueiredo, optou por homenagear o rei português tanto pela “criação da primeira escola pública elementar portuguesa, como por ter sido um ‘aplicado discípulo da arte de escrever’”⁴⁵⁵

⁴⁵⁵ WEHLING, Arno. A Nova escola de Manoel de Andrade de Figueiredo (1722) – inovação na tradição. In: FIGUEIREDO, Manoel de Andrade de. *Nova Escola, para aprender a ler, escrever e contar*. Versão *Fac-símile*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2010, p. ix.

Figura 16 – Frontispício da obra *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*



Fonte: *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar* (1722).

Também indicada para aprendizes e escrivães experientes, a obra foi dividida instrutivamente em quatro tratados. O primeiro é proposto ao ensino do idioma português, a fim de capacitar a perfeita leitura e escrita. No segundo são apresentados os diferentes caracteres e tipos de letras. O terceiro dedica-se ao estudo das regras da ortografia portuguesa. Por fim, o quarto, denominado Em que ensinão as oytto especies da Aritmethmetica de inteyros, & quebrados, com algumas regras pertencentes às Escolas, é inteiramente dedicado ao ensino da Matemática, ensinando as noções bases da Aritmética.

No século XVIII, em Portugal, apesar da expansão da cultura escrita, a sociedade era limitadamente letrada, de modo que manuais pedagógicos, como o aqui analisado, apresentavam relativa propagação entre os portugueses mais ávidos pelo domínio das artes de ler, escrever e contar. Contribuindo com essa perspectiva, Márcia Almada atenta que “pela ausência de outros títulos em português e por sua

qualidade metodológica, tornou-se obra muito difundida em seu tempo, fazendo-se circular por todo o Reino de Portugal”.⁴⁵⁶

Maria Laura Magalhães Gomes, pesquisadora no campo da Educação Matemática,⁴⁵⁷ descreve que as instruções primárias no século XVIII tinham como principal papel o ensino da leitura, da escrita e das noções de Aritmética que deviam se dar nessa ordem. Nesse modelo pedagógico, “aprender a contar, enfim, fica[va] reservado a quem já começa[va] a escrever bem, e são [eram] poucos os rudimentos da aritmética”.⁴⁵⁸

A partir dessas considerações, na perspectiva da História da Educação (e da) Matemática,⁴⁵⁹ cabe-se analisar as instruções metodológicas utilizadas no ensino da Aritmética na referida obra. Por conseguinte, identificamos como seu autor privilegiou determinados conhecimentos matemáticos, vistos como necessários para o pro-

⁴⁵⁶ ALMADA, Márcia. Caligrafia artística no século XVIII: Brasil e Portugal enlaçados nas letras de Manoel de Andrade de Figueiredo. *Navegações*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 172-178, jul./dez. 2011, p. 175.

⁴⁵⁷ No campo da historiografia da Educação Matemática verificamos a ocorrência de estudos que abordaram, sob diferentes perspectivas e enfoques, a análise da obra *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar*. Destacamos, aqui, o artigo *Aspectos históricos da educação matemática escolar indígena no Brasil*, de autoria de Eduardo Sebastiani Ferreira e Roseli de Alvarenga Correia, que apontaram que o manual analisado foi utilizado pelos jesuítas e por outros missionários no processo educacional indígena na Colônia do principal domínio ultramarino português (FERREIRA, Eduardo Sebastiani; CORRÊA, Roseli de Alvarenga. Aspectos históricos da educação matemática indígena no Brasil. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 1., 2011, Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011. Disponível em: http://www.apm.pt/files/177852_C20_4dd7a2a69436b.pdf. Acesso em: 18 mai. 2015).

⁴⁵⁸ GOMES, Maria Laura Magalhães. *História do ensino da matemática: uma introdução*. Belo Horizonte: CAED-UFGM, 2013, p. 32.

⁴⁵⁹ Os estudos relativos aos campos da História da Educação (e da) Matemática e seus distintos modos de se perceber o processo educativo de determinadas épocas nos colocam frente a inúmeras possibilidades de observação e pesquisas. Cabe, então, ao pesquisador desses campos ampliar as condições de visibilidade sobre os processos que constituíram as práticas educativas escolares e não escolares de Matemática, que na dinâmica temporal se materializaram em discursos e práticas acerca do seu ensino. É válido ressaltar que, para o historiador em Educação Matemática Wagner Valente, a pesquisa em História da Educação Matemática está inscrita no campo da História e, mais especificamente, deve reportar-se ao campo da História da Educação. Sugere-se: VALENTE, Wagner Rodrigues. A matemática na escola: um tema para a história da educação. In: MOREIRA, Darlinda; MATOS, José Manuel. (Orgs.). *História do ensino da matemática em Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2005, v. 1, p. 21-32.

cesso educativo. Partindo dessa premissa, primeiro apresentamos os processos educativos propostos pelo autor, na sequência realizamos um estudo analítico sobre os métodos para instruir determinados conhecimentos aritméticos.

3.3.4.1 Notas sobre Figueiredo e os processos educativos propostos pelo autor⁴⁶⁰

A expansão dos processos de alfabetização durante o século XVIII europeu emergiu, em grande medida, em função da difusão cultural acerca das práticas de leitura. O historiador Roger Chartier assinalou que essa difusão se deu tanto em níveis de intensidade como de qualidade. Nesse sentido, a leitura tanto servia como mote de condições de convívio social e interação como possibilidade para a institucionalização dos espaços educativos. Foi, inegavelmente, o século da implantação dos sistemas de instrução.

A partir do século XVIII “a leitura se revela como um fenômeno historicamente delimitado e circunscrito a um modelo de sociedade que se valeu dela para a sua expansão”⁴⁶¹ A leitura passa a ser não mais um privilégio da nobreza e da alta burguesia, mas também um meio capaz de suprir importantes lacunas acerca dos conhecimentos da própria língua, ampliando “o alcance social da educação”⁴⁶² Considerando que a Europa do século XVIII foi intensamente marcada por uma série de preceitos reguladores da vivência social, percebemos que a sociedade lusitana também tinha interesse nas atitudes e comportamentos associados aos nobres. A educação em Portugal passou a ser firmada como um eficiente meio de divulgação e instrução das boas maneiras, da polidez, da cortesia e de entre outros modelos que conduziriam os sujeitos a um específico e desejado tipo de comportamento social.

No contexto de educação jesuíta,⁴⁶³ durante o reinado de D. João V (1689-1750) Portugal apresentou significativo avanço nas artes

⁴⁶⁰ Uma versão anterior da análise sobre Figueiredo e seu manual foi publicada como artigo em 2017: RIPE, Fernando Cezar. “Fez Deos tudo com numero, peso, & medida”: sobre práticas educativas em um tratado que ensina aritmética em Portugal do século XVIII. *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 1, p. 145-166, 2017d.

⁴⁶¹ ZILBERMAN, Regina; MAGALHÃES, Lígia Cademartori. *O lugar do leitor na produção e recepção*. Op. Cit., p. 12.

⁴⁶² FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: MEC-Secretaria de Estado da Cultura, 1992, p. 38.

⁴⁶³ Até meados do século XVIII, majoritariamente, o ensino em Portugal estava sob o controle da Companhia de Jesus. Todavia, cabe-se destacar que durante o de-

gráficas, com destaque para Manoel de Andrade de Figueiredo, autor da obra *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar*. Como vimos, sua obra, além de contribuir com a difusão da caligrafia e da ortografia portuguesa, configurou um importante material pedagógico para o ensino da Aritmética. Figueiredo era natural da Capitania do Espírito Santo, no Brasil, filho do português Antonio Mendes de Figueiredo, então governador da Capitania. Como tantos outros letrados de seu tempo, o mestre Figueiredo foi retratado por diversas vezes. Na Figura 17, impressa juntamente com sua obra, Figueiredo foi representado em pleno exercício da arte caligráfica pelo gravurista francês Bernard Picart (1673-1733). A imagem indica que o mestre tinha 48 anos e, mesmo sem ainda ter seu livro publicado, já era amplamente reconhecido na corte portuguesa por seus serviços de mestre.⁴⁶⁴

Figura 17 – Gravura do mestre Manoel de Andrade de Figueiredo



Fonte: *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar* (1722).⁴⁶⁵

senrolar do século XVIII, por das propostas de reformas compostas durante o reinado de D. João V, a Companhia atuou como “opositora obstinada a quaisquer desvios basilares da sua atuação pedagógica”. Sobre o modelo de educação jesuítica em Portugal sugerimos a obra: CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal*. *Op. Cit.*, p. 385.

⁴⁶⁴ Algumas evidências desse reconhecimento podem ser percebidas pelas várias homenagens que foram descritas nos prelúdios da obra. Cabe-se destacar que o ofício de mestre é referido para aqueles que dominam ou ensinam diferentes artes ou ciências. O vocabulário de Raphael Bluteau dedicou cerca de quatro páginas para enunciar os diferentes tipos de mestres, destacando sua importância para o ensino das diferentes artes.

⁴⁶⁵ Gravura em água-forte e buril, p&b, do artista Bernard Picart (1673-1733). PICART, Bernard. Manoel de Andrade de Figueiredo, de idade d.^a 48 an. [s.l.]:

A obra também foi modelo de instrução pedagógica, remetendo ao universo escolarizado, ambiente dos mestres, dos alunos, da aprendizagem e dos castigos. Em algumas passagens fica evidente o modo como Figueiredo alertava os mestres para os devidos cuidados – principalmente no que se refere ao acompanhamento das lições e da compreensão dos conceitos – com os sujeitos iniciantes no processo de aprendente. Por exemplo, para os casos de meninos muito jovens, o mestre deveria explorar o ensino atento para a “qualidade da sua memória” e “com este deve o prudente Mestre usar de menos rigor no castigo”. Era o medo de que o ensino demasiado pudesse cair mais em ruínas do que em proveitos,

[...] porque aflicto de não poder perceber a lição, & temerizo ao mesmo tempo do castigo, que o intimida, & mortifica, lhe confundem estas considerações, de tal sorte o frágil entendimento, que confuso, & aêreo, muytas vezes succede, que abraçando sò o medo natural, se ausenta, & foge da Escola ; & com estes melhor he que o Mestre se mostre mais respectivo, que justiceyro, levando-os com castigo moderado, & às vezes fingido, applicandolhes a grandesa da lição; segundo a capacidade dos talentos, atè se lhes irem purificando as nevoas da rudeza, & alcançarem com o exercício mais clareza de engenho.⁴⁶⁶

De acordo com Fernandes, a rotina escolar em Portugal no período moderno teve fortes influências do modelo de educação dos clérigos, assim ao “mestre não bastava a palavra como transmissora do seu poder persuasivo sobre o aluno. O castigo corporal foi uma das heranças transitadas da cultura romana à pedagogia cristã”, cuja intenção posta na prática da “correção do corpo era uma forma de amoldar o espírito ao modelo divino”.⁴⁶⁷

Sobre os conteúdos matemáticos elementares que foram apresentados – “as oytto especies da Aritmethmetica” –, muitos se aproximam das proposições aritméticas (introdução à numeração árabe, tabuadas e algoritmos para as quatro operações aritméticas, regras de propor-

[s.n.], 1721.

⁴⁶⁶ FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar. Op. Cit.*, p. 11.

⁴⁶⁷ FERNANDES, Rogério. Da palmatória à internet uma revisitação da profissão docente. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 11, jan./jun., p. 11-38, 2006.

cionalidade e as operações com frações) apresentadas pelo *Tratado da Prática Darismetyca* (1519), de autoria de Gaspar Nycolas, obra considerada o primeiro livro de matemática publicado em Portugal, sendo reeditado inúmeras vezes nos séculos subsequentes.⁴⁶⁸

Contudo, essa aproximação poderia também estar associada a outros escritos, uma vez que desde o Renascimento o interesse pela educação coligado ao crescimento constante das atividades comerciais possibilitou o aparecimento de “muitos textos populares de aritmética”.⁴⁶⁹ De acordo com o historiador em Matemática Howard Eves, cerca de três centenas de livros sobre Aritmética comercial foram impressos na Europa ainda antes do século XVII.⁴⁷⁰ Para Eves, dois segmentos destacaram-se na organização e registro dos estudos de Aritmética: os intelectuais de formação clássica, que escreviam em latim para promover a educação realizada dentro das igrejas; e “escritas no vernáculo por professores práticos interessados em preparar jovens para as carreiras comerciais”. Em linhas gerais, esses impressos dedicavam-se a ensinar a “escrita dos números, a efetuar cálculos com eles [os números] e [...] explicações envolvendo sociedades e escambos”, e ainda, não raro, questões aritméticas como desafios recreativos.⁴⁷¹

Para além dos conhecimentos numéricos e léxicos, a obra *Nova escola* trazia os ensinamentos acerca da escrita, sendo amplamente utilizada por calígrafos e ilustradores na autoinstrução quanto ao correto adorno de manuscritos e livros ilustrados.⁴⁷²

⁴⁶⁸ Embora Manoel de Figueiredo tenha identificado sua obra como sendo a primeira do gênero, outros pesquisadores, em especial o trabalho de A. A. Marques de Almeida, demonstraram a existência de uma série de livros de aritmética publicados em Portugal desde 1519. Sobre a circulação de obras de aritmética no Antigo Regime português sugere-se o excelente trabalho: ALMEIDA, A. A. Marques de. *Aritmética Como Descrição do Real (1519-1679)*. Contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

⁴⁶⁹ EVES, Howard. *Introdução à história da matemática*. Trad. Hygino H. Domingues. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 299.

⁴⁷⁰ É sabido que no século XVI Portugal não esteve alheio aos grandes centros europeus no que se refere à abundante literatura de textos de aritmética comercial, sobretudo pelo fato de “a aritmética ter transposto as fronteiras do ensino universitário e passado a ser um saber desejado e cultivado por mercadores e comerciantes” (LEITÃO, Henrique de Sousa. *O livro científico dos séculos XV e XVI: ciências físico-matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2004, p. 29).

⁴⁷¹ EVES, Howard. *Introdução à história da matemática*. Op. Cit., p. 299.

⁴⁷² Sobre a influência da obra de Figueiredo na prática de adorno de textos com caligrafia elaborada, grafismos e pinturas requintadas, sugere-se: ALMADA, Márcia. *Livros Manuscritos Iluminados na Era Moderna: compromisso de irmandade*.

3.3.4.2 “Para aprender a contar”: a análise das instruções aritméticas

O tratado quarto da obra é inteiramente dedicado ao ensino da matemática, “em que ensinão as oyto especies da Aritmethmetica de inteynos, & quebrados, com alguas regras pertencentes às Escolas”.⁴⁷³ A primeira lição proposta é o entendimento dos algarismos, colocados como “letras” cujas “composição, & união destas letras se compoem os numeros que para conhecermos, dandolhes o seu valor, he preciso aprender de còr”.⁴⁷⁴

O processo de construção do número se dava por meio da sua conexão com a oralidade. O ensino era pautado na explicação verbal bem como nas suas repetitivas retomadas. Os métodos utilizados consideravam a capacidade de memória na retenção das informações e na utilização das regras, principalmente ao tratar do ensino da Aritmética. É válido lembrar que a educação deve ser entendida em meio aos processos sociais mais amplos que eram utilizados no desenvolvimento da aprendizagem. Todavia, é importante destacar que, no período investigado, cada autor compreende o processo de ensino e de aprendizagem à sua maneira. Sendo assim, privilegiava-se um modelo de educação, atualmente entendido como tradicionalmente clássico. Tratava-se do modelo jesuítico de educação, fortemente pautado em *Ratio Studiorum*,⁴⁷⁵ modelo que, como já destacamos anteriormente, sistematizava o ensino por meio da repetição, das disputas e das interrogações. Em suma, a relação do mestre com os discípulos era marcada por incessantes repetições e por tomadas de exames. Nesse sentido, a aprendizagem pode ser percebida como uma prática tida como penosa, dolorosa, com punições e castigos físicos fazendo parte da rotina escolar.⁴⁷⁶

des mineiras, século XVIII. 2006. Dissertação (Mestrado em...) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

⁴⁷³ FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Op. Cit., p. 81.

⁴⁷⁴ *Idem*.

⁴⁷⁵ O *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* é um plano de estudos da Companhia de Jesus oficializado em 1599. Tratava-se de um manual que preceitua os métodos de ensino, as regras e diretrizes relativas aos envolvidos no processo educativo jesuítico. Ver: FRANCA, Leonel. O método pedagógico dos jesuítas: o “*Ratio Studiorum*”: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

⁴⁷⁶ LACANALLO, Luciana F. L. Métodos de ensino e de aprendizagem: uma análise histórica e educacional do trabalho didático. In: JORNADA DO HISTEDBR,

Segundo Figueiredo, o perfeito método para ensinar a contar – ou, como muitas vezes o autor denomina, “assentar os números” – consiste no menino tomar conhecimento das regras, passando o mestre sem maiores explicações.

[...] he ensinar de outiva, como a experiencia me mostrou, tendo Escola publica, aceytar alguns meninos, que tendo dado quebrados, & outras regras, não sabião assentar pela sua mão hua pequena conta, & se lha passava por mayor que fosse, a fazião, o que tudo procede de não os ensinarem a assentar números, & pela sua mão lançarem as contas, explicandolhes os Mestres os fundamentos, & serventia delas.⁴⁷⁷

A proposta pedagógica prescrita por Figueiredo destacava o uso dos exames como prática regular na aferição da aprendizagem. No que se refere ao uso dos exames, o autor apontava que “de muyto servem os exames, a quem chamão correção, que se fazem de oyto, ou de quinze em quinze dias, segundo determina o Mestre, o qual não tem dia certo, em razão de se não ausentarem alguns meninos”.⁴⁷⁸

Outra recomendação prescrita para o ensino da Aritmética é o uso da tabuada, incitando-se a realização de exames orais periódicos. Nas palavras de Figueiredo:

Tambem usão nas Escolas argumentos na taboada, & somar, o que parece acertado ser nas sestas feyras no restante das orações, & não sò no somar, & taboada, mas tambem será muy util o fazerem-no no diminuir, perguntando, quem de tantos tira tantos, &c. & no repartir, em tantos que vezes ha tantos; porque estas noticias, quando os principiantes chegão a dar estas especies as aprendem com menos trabalho, & os que as dão adquirem mais facilidade.⁴⁷⁹

A construção do significado numérico apresentada não se dá a partir da contagem, nem da associação do número com algum objeto ou conjunto, mas em uma associação entre cardinais e ordinais. Dando atenção à leitura, escrita e ordem dos números, Figueiredo seguiu a tradição dos antigos autores portugueses de apresentar a terminologia

7., 2007, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: Editora Uniderp, 2007.

⁴⁷⁷ FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Op. Cit., p. 15.

⁴⁷⁸ *Idem*, p. 16.

⁴⁷⁹ *Idem*, p. 15.

da numeração falada. Nesse sentido, foi priorizado o ensino das ordens – à época se utilizava a classe do *conto* – como podemos visualizar na seguinte figura.

Figura 18 – Ensino das classes e ordens

1. Unidade.	}	3. Conto.
Dezena.		Dezena de conto.
Centena.		Centena de conto.
2. Milhar.		4. Milhar de conto,
Dezena de milhar.		Dezena de milhar de conto,
Centena de milhar.		Centena de milhar de conto,
		5. Conto de contos.

Fonte: *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar* (1722, p. 82).

Nessa primeira unidade não foram exemplificadas a leitura e a compreensão da magnitude dos grandes números; para estes, o autor recorre à utilidade do sistema monetário da época. Vejamos: “poremos duas vezes em regra direyta o numero 835 assim, 835,835. & dizendo por estas letras a unidade na forma dita [...] os da segunda unidade são 835 mil, & os da primeyra 835 reis”.⁴⁸⁰ De acordo com o *Vocabulário Bluteau*, o conceito de classe e ordem está agrupado da seguinte maneira:

Fez Deos tudo com numero, peso, & medida. Pela Aritmetica Portugueza se toma conhecimento da progressão dos numeros com estas palavras, *Unidade, Dezena, Centena, Milhar, Dezena de milhar, Centena de milhar, Conto, Dezena de conto, Centena de conto, [...]*.⁴⁸¹

Outro recurso utilizado para representar números de maior magnitude foi apresentado. “Ha hua figura a que chamão de cifrão, sua forma he esta, U, serve de abreviar as cifras da unidade, dezena, centena [...] queremos assentar quatro mil, pomos 4 com hum cifrão, assim 4U”.⁴⁸²

⁴⁸⁰ *Idem*, p. 83.

⁴⁸¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez. Op. Cit.*, v. 1, p. 768.

⁴⁸² FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar. Op. Cit.*, p. 87.

O uso da regra dos “nove fora” é constante no processo da “Taboada”. Assim, “De todos os numeros da taboada, ou de outros que se offerecerem fora della, se tirão os noves para prova das especies”. Figueiredo determina minuciosamente o processo da regra, todavia faz o seguinte alerta:

Este modo de ensinar podem observar os Mestres depois que os principiantes souberem de còr os numeros da taboada, & não como costumão, ensinandolhes de còr juntamente com os numeros da taboada a tirar os noves, do que não sò resulta confusão aos principiantes, mas o não saberem tirar os nove de outros numeros fora dela.⁴⁸⁵

O segundo capítulo do tratado refere-se ao processo de adição. Como forma de “assentar” essa operação, o autor recorre ao ensino do algoritmo propriamente dito com um exemplo. Ao término do minucioso processo de adição, novamente “a prova se tira tirando os noves de todas as adições, pelo que a letra que for 9 não fazamos caso della”.⁴⁸⁶

No decorrer da obra, o autor pressupõe que o leitor, na sua “rudez de engenho”, possa não compreender os métodos e os exemplos utilizados ou não consiga atribuir significado. Se “o principiante alcance inteiramente noticia das duvidas, que se lhe podem offerecer nesta especie”, o autor apresentava um novo exemplo.

Acerca do terceiro capítulo do tratado, Figueiredo dedica-o ao estudo da subtração. Podemos verificar, na Figura 20, que o autor atribuiu uma aplicação para o exercício. Nesse caso, uma relação de “pedir emprestado” um determinado valor e pagar apenas uma parte, devendo ainda um “resto” da dívida a ser pago.

Figura 20 – Situação envolvendo uma operação de subtração

	<i>E X E M P L O .</i>	
Pedio emprestado		807082
Deu à conta		<u>508043</u>
resta a dever		299039
		<u>807082</u>

⁴⁸⁵ *Idem*, p. 86.

⁴⁸⁶ *Idem*, p. 87.

Fonte: *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar* (1722, p. 90).

No quarto capítulo, sobre multiplicação, destaca-se de início a utilidade da operação aritmética nos processos de compra e venda. Por exemplo, nas palavras de Figueiredo, “Serve esta espécie de multiplicar, para quando compramos, ou vendemos numeros de varas, côvados, arrobas, arrates, &c. a preço de tanto”.⁴⁸⁷ Na sequência do estudo da multiplicação o autor apresenta mais duas simples aplicações: “Comprey 6 covados de pãno a 3257 o côvado” e “Comprey 23 arrates de cravo a 358, quero saber quanto importão”.⁴⁸⁸ Portanto, o método utilizado para o ensino da multiplicação estava baseado no contexto exemplificador de atividades comerciais.

O quinto capítulo é dedicado à operação de divisão, denominada “repartir”. Semelhante aos outros processos até então ensinados no tratado, a divisão foi apresentada a partir de uma contextualização. Contudo, seu ensino parece estar mais preocupado com o desenvolvimento do algoritmo, estabelecendo dispositivos variados de resolução. O conceito é apresentado como

Repartir he dividirmos qualquer numero em tantas partes, quantas nos forem necessárias. Forma-se esta espécie com primeyro, & segundo numero; ao primeyro chamamos de *Partição*, que he o que se reparte; o segundo *Partidor*, que he por quem se reparte: destes dous numeros se forma o terceyro, que he o que vem a cada parte, a que chamão *Cofiente*.⁴⁸⁹

O ensino da divisão é, dentre os processos ensinados, o de maior complexidade, por isso foi objeto minucioso de explicações. Para a compreensão dessa operação foram realizadas algumas regras para o complicado dispositivo da divisão. No final do capítulo, Figueiredo enuncia que há uma regra dos nove para o processo, mas “não he segura como esta de multiplicar o cofiente pelo partidor, & por isso lhe chamão prova Real”.⁴⁹⁰

O sexto capítulo é dedicado ao estudo da regra de três. O conceito apresentado no tratado segue como se fosse uma explicação de proporções numéricas simples, porém Figueiredo adverte que o ensino da regra deve ser também enunciado a partir de uma aplicação

⁴⁸⁷ *Idem*, p. 92.

⁴⁸⁸ *Idem*, p. 92-93.

⁴⁸⁹ *Idem*, p. 96.

⁴⁹⁰ *Idem*, p. 98.

real. Nesse caso, “porèm falta sabermos, o como havemos usar della, o que alcançaremos nos seguintes exemplos”:⁴⁹¹

Se por duas moedas de ouro dão de ganho 480. Por 25860 quanto darão? [...] Se hum alqueyre de trigo custou 240. Por quanto o tornarey a vender, que ganhe nelle a razão de 10 por 100?” [...] Se hua vara de panno custou 350. Por quanto a tornarey a vender, que ganhe nella 12 por 100? [...] Comprando-se um covado de panno por 600 reis, & tornando-se a vender por 633. Quantos por 100, ganharia? [...] Para fazermos hum juro de 6. & hum quarto por 100. Que renda cada anno 5400. Quanto haveremos mister de principal?⁴⁹²

As aplicações, sugeridas pelo autor, para o estudo da regra de três sugerem um relativo domínio das variáveis unidades de tempo, medidas e compreensão percentual. Figueiredo reconhece a existência de diferentes modos para realizar o estudo das grandezas e das porcentagens, porém privilegia dois conhecidos autores quinhentistas: “como vemos em o Licenciado Ruy Mendes nosso Portugues, e em Moya Espanhol, que nestas regras de quebrados se alagaráo mias, que os outros Autores”.⁴⁹³

Os próximos capítulos, iniciados respectivamente como *Declaração do quebrado e abreviar quebrados*, interpretam de maneira introdutória o uso dos números fracionários. Novamente, parte de um formalismo numérico verbalizado para, então, introduzir uma série de aplicações em que se utilizam as mais variadas grandezas presentes na época. O ensino para a compreensão dos números fracionários é, basicamente, pautado no estudo das quatro operações dos “quebrados”.

Para finalizar sua obra, Figueiredo apresentou *Do valor das letras Romana*, conforme é retratado na Figura 21. Os algarismos romanos, amplamente presentes no período, foram resumidamente representados na “taboadá” que segue abaixo.

⁴⁹¹ *Idem*, p. 116.

⁴⁹² *Idem*, p. 116-118.

⁴⁹³ *Idem*, p. 129.

Figura 21 – Do valor das letras Romanas

Unidade.	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	I.	II.	III.	IIII.	V.	VI.	VII.	VIII.	IX.
Dezena.	10	20	30	40	50.	60	70	80	90
	X	XX.	XXX.	XL.	L.	LX.	LXX.	LXXX.	XC.
Centena.	100	200	300	400	500	600	700	800	900
	C.	CC.	CCC.	CCCC.	D	DE.	DCC.	DCCC.	DCCCC.
Milhar.	1000	2000	3000	4000	5000	6000	7000	8000	9000
	M.	II.M.	III.M.	IIII.M.	V.M.	VII.M.	VIII.M.	VIII.M.	IX.M.
Dez. de m.	10U.	20U.	30U.	40U.	50U.	60U.	70U.	80U.	90U.
	XV.	XXV.	XXXV.	XLV.	LV.	LXV.	LXXV.	LXXXV.	XC.V.
Cent. de m.	100U.	200U.	300U.	400U.	500U.	600U.	700U.	800U.	900U.
	CM.	CCM.	CCC.	CCCC.	D.	DC.	DCC.	DCCC.	DCCCC.

F I N I S L A U S D E O.

Fonte: *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar* (1722, p. 156).

Em última análise, verificamos que as ideias de Figueiredo relativas ao ensino da Matemática derivam de sua aplicabilidade à época. Nesse sentido, muitas das instruções são metodologias apresentadas para a autoinstrução na “arte” da Aritmética, que utilizava exemplos práticos e cotidianos para facilitar a compreensão/aprendizagem bem como alguns elementos que deveriam ser “decorados”, como, por exemplo, o uso de variadas regras.



Em linhas gerais, na última década as pesquisas relativas ao campo da História da Educação Matemática ampliaram a visibilidade sobre os processos de constituição das práticas educativas e das atividades escolares que, no transcorrer do tempo, foram naturalmente se cristalizando nos processos de ensino da Matemática escolar.

No entanto, poucos estudos acadêmicos têm se dedicado a compreender os processos de conhecimentos matemáticos no espaço luso no contexto das práticas de educação do Antigo Regime. No caso da educação desenvolvida pelos jesuitas nas escolas elementares, sabe-se que se privilegiaram o “ensino da escrita dos números no sistema de numeração decimal e o estudo das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais”. Contudo, para além do ensino elementar, os colégios jesuítas favoreciam as humanidades clássicas, havendo, assim, “pouco espaço para os conhecimentos

matemáticos e grande destaque para o aprendizado do latim”.⁴⁹⁴ De acordo com Maria Laura Magalhães Gomes, sabe-se pouco sobre o ensino de Matemática nesse período, porém é notório que “a biblioteca do colégio dos jesuítas no Rio de Janeiro possuía muitos livros de Matemática”, todavia “estudos realizados por muitos pesquisadores conduzem à ideia geral de que os estudos matemáticos eram realmente pouco desenvolvidos no ambiente jesuíta”.⁴⁹⁵ No entanto, é preciso relativizar tal discussão, na medida que Serafim Leite afirmou que em 1757 a reformulação de estudos matemáticos assumiu maior grau de relevância na Colônia. Em termos educacionais, a Faculdade de Matemática da Bahia foi influenciada por professores jesuítas formados em Matemática pelo Colégio de Santo Antão de Lisboa e pela Universidade de Coimbra.⁴⁹⁶

Na tentativa de elucidar como o autor da obra privilegiou determinados conhecimentos matemáticos – destacando-se o processo de construção do número, visto como necessário para o processo educativo –, identificamos algumas importantes prescrições, orientações e até mesmo ordenamentos metodológicos ao ensino da Aritmética que compõem o livro. Em termos teóricos, como alertou Roger Chartier, o livro tem por intenção instaurar uma ordem, “fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação”.⁴⁹⁷

Não obstante, na “ordem pedagógica setecentista, o estudo das letras prevalece sobre o das ciências, e a matemática tem pouco espaço”.⁴⁹⁸ Nesse sentido, identificamos a existência de um processo de produção de significados na vida social dos sujeitos educandos, pois, ao transmitir determinados conjuntos de signos léxicos e matemáticos bem como incorporar valores morais, o manual *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar* privilegia e legitima um poder

⁴⁹⁴ GOMES, Maria Laura Magalhães. *História do ensino da matemática. Op. Cit.*, p. 14.

⁴⁹⁵ *Idem.*

⁴⁹⁶ Sugere-se WREGGE, Rachel Silveira. O ideário pedagógico das escolas jesuítas no Brasil-Colônia: a contribuição da obra de Serafim Leite para a historiografia da educação brasileira. In: RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; PRADO, Vagner Matias do; MARIANO, Jorge Luís Mazzeo (Orgs.). *História da educação brasileira: um olhar didático ilustrado com charges*. Curitiba: Appris, 2017.

⁴⁹⁷ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Op. Cit.*, p. 8.

⁴⁹⁸ GOMES, Maria Laura Magalhães. *História do ensino da matemática. Op. Cit.*, p. 27.

político e social dominante. Nesse sentido, seria, então, aprender eficientemente os conteúdos culturais que foram sistematicamente produzidos e considerados imprescindíveis a uma sociedade que era limitadamente letrada e que foi discursivamente associada como carente de boas condutas sociais (modos de civilidades).

Desse modo, a obra publicada por Figueiredo contribuiu para que os processos de escolarização que vinham sendo instaurados em Portugal fossem se tornando um eficiente transmissor de inculcação disciplinar que se apoiava fortemente nas disposições religiosas e nas normatizações das convivências sociais. Assim, a obra, com seus específicos processos educativos, se disseminou pelo Reino lusitano como um importante recurso para o completo domínio das letras, dos números e da Língua Portuguesa.

Por fim, podemos dizer que o manual escrito por Figueiredo e dedicado aos que “*sem Mestre quizerem aprender esta Arte*” conjugava em seu ensino de Aritmética tanto o desenvolvimento da habilidade com os algoritmos como o raciocínio na resolução de problemas aplicados ao cotidiano. A exposição dos conteúdos por meio de situações cotidianas de compra e venda, aplicabilidades financeiras e outras atividades comuns ao período possibilita que o manual tenha sido utilizado e circulado por inúmeros leitores. A obra foi elaborada para que os mestres verbalizassem os enunciados bem como os leitores se apropriassem das explicações nela contidas, de tal modo que se tratava de uma explicação estritamente retórica.

3.3.5 O ensino de civilidade: comportamentos públicos e privados⁴⁹⁹

Os compêndios de civilidades publicados intensamente no século XVIII foram fiéis em estabelecer determinados elementos para distinguir a educação de crianças pertencentes aos estratos mais abastados, daquelas que recebiam formação nos meios mais populares. Todavia, essas obras parecem apenas indicar as conveniências relativas às “boas maneiras” do primeiro grupo, descartando qualquer

⁴⁹⁹ Uma versão adaptada desta seção foi publicada na forma de capítulo de livro: RIPE, Fernando. Mecanismos disciplinadores no processo de civilidade do sujeito infantil moderno: uma análise do tratado “*O Perfeito pedagogo*” de João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcelos (Portugal, século XVIII). In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro (Orgs.). *O universo letrado da Idade Moderna: escritoras e escritores portugueses e luso-brasileiros, séculos XVI-XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2019c, p. 422-449.

atenção às necessidades práticas “que esperava[m] as crianças do povo”.⁵⁰⁰ Nesse sentido, Áurea Adão descreve certa crítica aos manuais de civildade que permitiam “apenas detectar objetivos teóricos de ensino, inacessíveis à maior parte dos alunos”.⁵⁰¹ O que de fato pode se constatar é que tais compêndios indicavam como as crianças deveriam se autorregular, os deveres para consigo e, mais precisamente, com a aparência e asseio do seu próprio corpo, “numa perspectiva de imagem que ela reflita de si própria”.⁵⁰²

Na sequência, apresentamos dois quadros de obras que se ocuparam em divulgar modelos e comportamentos morais e sociais dentro de um regime de civildade. O primeiro relaciona obras anteriores à reforma de Pombal, enquanto numa segunda fase se destaca o aumento relativo na produção de impressos de civildade após as diretrizes de 1772 para o ensino público.

Quadro 18 – Obras anteriores à reforma pombalina, que se ocupavam da civildade

Autor	Ano de Edição	Obra
BELLEGARDE, Abade de	1734	<i>Modelllo de conversaçoes para pessoas polidas, e curiosas.</i> Tradução de Francisco Ferram de CASTELLO. Lisboa Occidental: Offic. de Pedro Ferreira
FUZEIRO, Fernando Barreto	1742	<i>A,B,C, por documentos Moraes, e políticos. Que deo a seu filho para aprender...</i> Lisboa: Offic. Joquiniana de Musica
NATIVIDADE, Fr. Francisco da	1765	<i>Reflexoens Moraes, e politicas sobre as principaes obrigaçoens do homem para instrucção da Mocidade.</i> Lisboa: Offic. de Miguel Rodrigues

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997).

⁵⁰⁰ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. Op. Cit., p. 250.

⁵⁰¹ *Idem*, p. 251.

⁵⁰² *Idem*.

Quadro 19 – Manuais de civildade escritos após a reforma de Pombal

Autor	Ano de Edição	Obra
*	1772	<i>Carta que escreveu hum Pay a seu filho que lhe dá varias regras...</i> , Manuscrito
BARBOSA, P. Jerónimo Soares	1796	<i>Eschola popular das primeiras letras dividida em quatro partes. Primeira Parte. Orhoepia ou boa pronunção, e leitura da lingua portuguesa.</i> Coimbra: Real Imprensa da Universidade
*	1785	“Conselhos de boa educação, tirados de João de la Casa, e outros autores”. In: <i>Conselhos e maxims sobre a educação da mocidade...</i> Lisboa: Offic. de Lino da Silva Godinho
LE NOBLE, M.	1780	<i>Escola do Mundo, ou Instrução de hum pai a seu filho sobre o modo, por que se deve conduzir no mundo, dividida em dialogos.</i> Traduzida pelo Bacharel Jozé Manoel Ribeiro PEREIRA. 4 v. Lisboa: Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo.
*	1787	<i>Methodo de ser feliz, ou catecismo de moral, especialmente para uso da Mocidade. Compreendendo os deveres do Homem, e do Cidadão, de qualquer Religião, e de qualquer Nação que seja.</i> Traduzido do francez por G. E. F. Coimbra: Real Impressão da Universidade.
SIQUEIRA, D. João de Nossa Senhora da Porta	1786	<i>A escola dos bons costumes, as reflexoens moraes, e hstoricas, sobre as Maximas de hum homem de honra, e probidade. Obra util á Mocidade, e a todas as pessoas, que se querem conduzir bem no Mundo.</i> Traduzido do francez por D. João de Nossa Senhora da Porta SIQUEIRA. 4 v. Porto: Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro.

VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e	1782	<i>O perfeito pedagogo na arte de educar a Mocidade; Em que se dão as regras da Policia, e Urbanidade Christã, conforme os usos, e costumes de Portugal.</i> Lisboa: Typografia Rollandiana.
--	------	--

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras* (1997).

Como nossa intenção não é propriamente apresentar exaustivamente o conjunto de regras proposto e consentido pelos autores de impressos de civilidade, propomos a análise de um significativo manual que revela como foram propostas ações relativas ao domínio das aparências (públicas e privadas) e às relações sociais e familiares. Tal obra também apresenta outras singularidades que a tornam representativa de um coletivo de letrados que partilhavam das mesmas ideias de convivência social ao longo do século XVIII e da importância de uma ética cristã, todavia limitadora e moderadora da incorporação de quatro virtudes cardeais como alicerce das regras de civilidade e urbanidade cristã. Guiado por um conjunto de normativas e regras presentes na obra *O Perfeito Pedagogo*, do professor régio português João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcellos, o tratado de civilidade não se destaca de outros comuns à época, somente pelo fato de enunciar os deveres das crianças em adquirirem hábitos de higiene, condutas apreciáveis à mesa, gestos moderados e controlados, modos apurados para conversar e brincar, modos de figurar nos ambientes sociais cuidadosamente limpas e bem vestidas, com sentimentos regulados e de pudor, mas por também privilegiar as relações sociais e familiares, pois orientava o cultivo da obediência e submissão aos pais, aos mais “doutos” e aos sacerdotes, de modo que o infantil, ao interagir no âmbito público ou privado, devia ser cortês, polido, cordial e refinado, de modo a apresentar aparência social urbana e civilizada.

3.3.5.1 Manuais de civilidade e o impresso O Perfeito Pedagogo

A partir de um arrolamento realizado por Ana Lúcia Terra constatamos a presença de sessenta e quatro diferentes manuais de civilidades impressos em Portugal durante o século XVIII.⁵⁰³ Para a autora, esses tratados de civilidade se caracterizavam principal-

⁵⁰³ TERRA, Ana Lúcia Silva. *Cortesia e Mundanidade*. Op. Cit.

mente pela particularidade de “enumerar regras para um convívio harmonioso entre os homens”. Esses impressos, de modo geral, eram acompanhados de observações morais e uma apresentação didática bem como sistematizados de forma a facilitar ao leitor a sua memorização.⁵⁰⁴ De certo é que

[...] o objetivo genérico de toda esta literatura aponta para a otimização do comércio social e humano, apresentando um carácter fortemente pragmático. Tendencialmente, procura criar-se um espaço ideal de comunicação, prevenindo ou resolvendo as situações conflituosas. Caberá a estas obras o proporcionar conselhos técnicos e morais sobre as atitudes ou sentimentos adequados para cada circunstância.⁵⁰⁵

A historiadora em Educação Áurea Adão identificou que foi somente na década de 1780 que a Real Mesa Censória portuguesa registrou o aparecimento de um certo número de obras que conjugavam o ensino de civilidade com o da doutrina cristã.⁵⁰⁶ O primeiro impresso a ser publicado seguindo esse gênero foi a obra *O Perfeito Pedagogo*, que embora tenha recibo por parte da Mesa, num primeiro momento, um parecer favorável quanto ao tema e ao método, acabou sendo censurada. Vejamos o parecer positivo:

Dá regras para que os Meninos, conservando os puros sentimentos da Religião Ortodoxa, se aperfeiçoem nos costumes mais conducentes para aparecer no Mundo, com a reputação de homens de probidade: Aconselha os livros, de que se devem servir, para que se instruem nos elementos, que formam um bom cidadão.⁵⁰⁷

No entanto, a decisão final da Mesa Censória foi a de recusar a impressão da primeira edição da obra depois de terem sido ouvidos outros representantes conhecedores do pensamento do autor. De acordo com Áurea Adão, a autorização de *O perfeito pedagogo* só teria vindo após o elogio encomiástico que o autor fizera em nome de

⁵⁰⁴ *Idem*, p. 6.

⁵⁰⁵ *Idem*.

⁵⁰⁶ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. *Op. Cit.*, p. 249.

⁵⁰⁷ Parecer de 16 de novembro de 1780, subscrito pelos deputados Fr. Francisco Xavier de Sant’Anna e Fonseca, Fr. Joaquim de Sant’Anna e Silva e Fr. Luiz de Santa Clara Póvoa (A.N.T.T. Pasta “Censuras, nº 10/1780-1783, doc. nº 44, da R. M. C.”) (ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. *Op. Cit.*, p. 249).

toda a juventude, quando da aclamação de D. Maria I, mostrando-se discordante dos princípios da política do Marquês de Pombal. Nessa ocasião, mostrou-se confiante acerca do futuro, renegando o passado: “A mesma inocente Mocidade”, dizia ele, “que até aqui andou desorientada, e oprimida, que se promete a si mesma tantas felicidades, no feliz Reinado de V. Majestade”.⁵⁰⁸

Ainda que de modo enxuto, João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcellos figurou em duas listas que destacam a biografia de “Educadores do Século XVIII” e deram nota de que o professor de retórica, da cidade de Évora, foi um importante intelectual no cenário pedagógico do Setecentos lusitano. No significativo levantamento realizado por Ferreira-Deusdado, *Educadores Portugueses* (1909),⁵⁰⁹ o bacharel Vasconcellos foi destacado pela autoria da obra *Livro dos meninos em que se dão as ideias geraes e definições das cousas que os meninos devem saber*, publicado pela primeira vez em 1778; também foi manifestada a impressão de outra obra do mesmo gênero, no caso *O Perfeito Pedagogo*, impresso quatro anos depois, em 1782.

O *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Innocência Francisco da Silva (1810-1876), parece ter se preocupado mais com a busca por informações de João Rosado. Dizia o biógrafo que o autor de *O Perfeito Pedagogo* era “bacharel pela Universidade Coimbra, e professor régio de Rethorica e Poetica na cidade d’Evora”. Não chegou a precisar seu nascimento e morte, mas indicou que “parece que fôra natural de Beja, e filho de José Rosado de Villa-Lobos e de D. Antonia Rita: e morrêra em Evora, na freguesia de Sancto Antão, pelos annos de 1786, ou pouco antes”.⁵¹⁰ A biografia de Vasconcellos foi acrescida do caso especulativo que envolvia seu nascimento possivelmente ilegítimo. O dicionário de Silva destacava: “Alguem afirma, que d’antigas tradições

⁵⁰⁸ De acordo com Áurea Adão, tratar-se-iam de denúncias feitas por Vasconcellos em outras duas traduções realizadas pelo professor régio, sejam: o *Livro dos Meninos, ou idéas geraes, e definições das cousas, que os Meninos devem saber* (parecer de 20 de novembro de 1777) e do *Compendio da Historia Santa, e do Cathecismo, extrahido da Sagrada Escripura, para uso da Mocidade* (autorizado em 14 de fevereiro de 1779) (ADÃO, Áurea. *Estado absoluto e ensino das primeiras letras*, Op. Cit., p. 249).

⁵⁰⁹ DEUSDADO, M. A. Ferreira. *Educadores Portugueses*. Porto: Angra, 1909.

⁵¹⁰ De acordo com Silva, “não foi possível encontrar o assento do seu óbito, nem mais particulares informações”, mesmo tendo-se empregado diligências por maiores informações (SILVA, Innocência Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Aplicaveis a Portugal e ao Brasil. Tomo III. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1859, p. 31).

constava ser João Rosado filho bastardo de D. José de Bragança, que o foi também ilegítimo d'el-rei D. João V^o.⁵¹¹

Não podemos, no entanto, descartar que, além do possível caso de bastardia envolvendo a nobreza portuguesa, Vasconcellos tinha, de algum modo, certos prestígios pelo Reino. Com efeito, durante as duas últimas décadas do século XVIII, momento da maior parte de suas produções e traduções, o intelectual teve uma série de pedidos de impressão refutados ou indeferidos pela Mesa Censória.⁵¹² No entanto, talvez sua influência como professor régio ou seus rasgados elogios à primeira nobreza nos prefácios de suas obras podem ter, de algum modo, facilitado algumas impressões e liberações censórias nesse mesmo período. Abaixo, percebe-se a relação de obras que foram efetivamente impressas, ainda que outras tenham sido autorizadas, mas não publicadas:

Quadro 20 – Obras publicadas por João Rosado Villa-Lobos e Vasconcellos

Obra	Cidade	Editora	Ano[s]
<i>Arte Rethorica para uso da mocidade lusitana, escripta com juízo critico</i>	Evora	Officina de Filippe da Silva e Azevedo	1773
<i>Reconhecimento publico da mocidade lusitana na feliz aclamação da Rainha nossa senhora</i>	Lisboa	Offic. Rollandiana	1777
<i>Os costumes dos israelitas, compostos por Mr. Fleury, e traduzidos em portuguez</i>	Lisboa	Offic. Rollandiana	1778

⁵¹¹ *Idem*, p. 32.

⁵¹² As negativas para impressão das suas obras traduzidas eram justificadas ou pelas possíveis deficiências no trabalho de tradução que o autor realizava ou por serem consideradas não adaptadas à realidade social portuguesa. Para esses casos sugere-se a leitura de: DENIPOTI, Cláudio. A censura e as traduções portuguesas no século XVIII; a busca pela norma. *Revista de Estudos de Cultura*, v. 9, p. 25-35, 2017a; DENIPOTI, Cláudio. Tradutores portugueses e seus motivos: as justificativas de traduções para o português no fim do século XVIII. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2017, Lecce. *Atas [...]*. Lecce: ESE – Editora Scientifica Elettronica, 2017b. v. 1. p. 1871-1892.

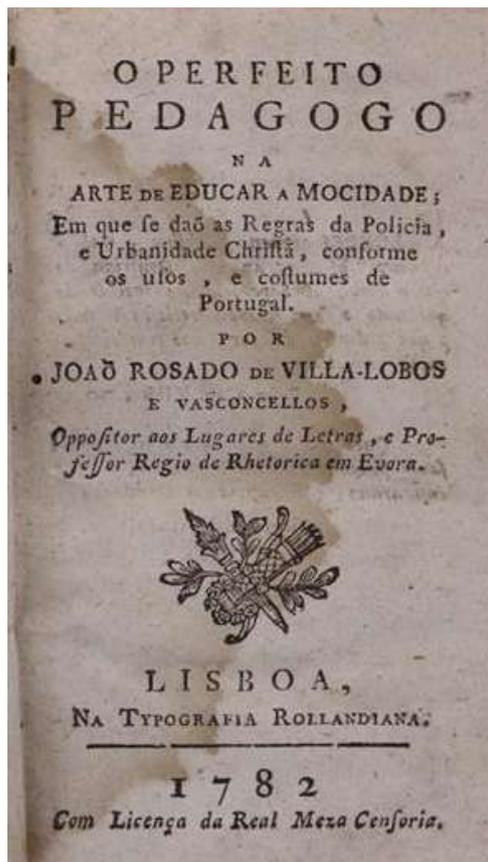
<i>Os costumes dos christãos, desde os primeiros seculos da igreja até o presente</i>	Lisboa	Offic. Rollandiana	1782
<i>Plano de uma obra pia, geralmente util ao reino de Portugal por D. Bernardo Ward, traduzido em portuguez</i>	Lisboa	Offic. Rollandiana	1782
<i>Perfeito Pedagogo, ou arte de educar a mocidade, em que se dão as regras da policia e urbanidade chrstã, conforme os usos e costumes de Portugal</i>	Lisboa	Offic. Rollandiana	1782 [1816]
<i>Instituições rhetoricas de Quintiliano, acomodadas aos que se aplicam ao estudo da eloquencia, por José da Fonseca, traduzida da língua latina para a portuguesa</i>	Coimbra	Impr. da Univ.	1782 [1794]
<i>Livro dos meninos, em que se dão as idéas geraes e definições das cousas, que os meninos devem saber</i>	Lisboa	Offic. Rollandiana	1778
<i>Elementos da policia geral de um Estado, etc., traduzida do francês. 2 Tomos.</i>	Lisboa	Offic. de Francisco Luiz Ameno	1786
<i>Dialogos dos mortos para desabusar a mocidade de muitas preocupações, escriptos em francez por um anonymo.</i>	Lisboa	Typ. Rollandiana	1786

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de consulta à Biblioteca Nacional de Lisboa.

Pelo quadro acima, percebe-se que o autor, apesar das dificuldades enfrentadas com a mesa censória portuguesa, publicou e/ou traduziu um relativo número de obras em Portugal, com destaque à década entre 1777 e 1786, momento em que foi intensificada a liberação para impressão de livros registrando sua autoria. A obra *O Perfeito Pedagogo* possuía 294 páginas, acrescidas ao final de um índice e de um catálogo de livros publicados pela Officina Rollandiana. A seguinte figura apresenta o frontispício do impresso, cujas dimensões eram 13,5 cm de comprimento por 8 cm de largura, portanto, em formato *in 4º* (uma folha de papel A4 dobrada duas vezes). Atualmente a

obra só pode ser encontrada no formato de microfilme na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

Figura 22 – Frontispício da obra *O Perfeito Pedagogo*



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

A ideia de civilidade estabelecia uma relação entre o policiamento que cada sujeito operava em si e a adequação de comportamentos comuns.⁵¹³ Desse modo, o termo “polícia” pode ser vinculado a um duplo sentido, seja a tarefa de governar populações, seja a de garantir a felicidade de cada um. De acordo com Vasconcellos:

⁵¹³ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Op. Cit.*, p. 123

No sentido mais extenso, conterà a Polícia os regulamentos estabelecidos para a constituição e boa ordem interior de um Estado em geral, e para a utilidade dos diferentes indivíduos que o habitam, de qualquer ordem que eles sejam. No sentido menos extenso se designa pela Polícia tudo o que contribui à tranquilidade, à boa ordem, à disciplina num País, e à conservação da vida privada de cada membro da Sociedade.⁵¹⁴

O autor enfatizava que o objetivo de sua obra era apresentar os primeiros princípios necessários para “formar um pedagogo completo para educar hum menino christão” por meio de um conjunto de regras conforme a “Religião, á Piedade, e Civilidade Christã”. Evidente que tais regras e códigos que regulavam os comportamentos sociais eram efeitos de um contexto de produção e compartilhamento de ideias. Não obstante, “alguns comportamentos, durante muito tempo lícitos, se tornam, de um momento para outro e por efeito dos ditames da civilidade, da moral ou da própria dinâmica social, publicamente reprováveis, o que faz pensar na circularidade dos fenômenos de exclusão e na complexidade dos processo de mimetismo social”⁵¹⁵

Comportamentos adequados aos ambientes de sociabilidades, gestualidades meticulosamente controladas, condutas morais exemplares e guiadas pela fé cristã, asseio na aparência corporal, trato social polido e urbano, práticas de reverências em protocolos de reconhecimento, prescrições de leituras autorizadas, formalidades na escrita de epístolas bem como discernimento entre diversões autorizadas e censuradas foram atividades regradas, desde as décadas finais do Setecentos, descritas em livros que ensinavam civilidade e urbanidade. Sistematizadas por meio de tratados, pequenos livros, manuais ou opúsculos, as regras de civilidade constituíram uma categoria que, a par com a literatura devocional, figurou entre os livros de amplo interesse social. Intencionados a normalizar comportamentos práticos de Corte e partilhados por uma sociedade mais abastada e urbana, os livros de civilidade regulavam a distinção social e instruíam o sujeito a se adequar aos protocolos de domínios dos nobres e burgueses.

⁵¹⁴ VASCONCELLOS, José Rosado Villa-Lobos e. *Os elementos da policia geral de hum Estado [...]*. Lisboa: na Offic. Rollandiana, 1786, Prefácio.

⁵¹⁵ ARAÚJO, Ana Cristina. A esfera pública da vida privada: a família nas artes de bem morrer. *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXI, Coimbra, 1996, p. 342.

Os tratados práticos de civilidade foram compilados por meio de claras proposições que davam conta de enunciar regras, aconselhamentos e até mesmo imposições (leis). Muitas vezes eram exclusivamente direcionados aos infantis e à mocidade portuguesa. Essas obras pretendiam constituir discursivamente em seus potenciais leitores a assimilação de um conjunto de regras e interdições. A análise dos manuais de civilidade, além de revelar os mecanismos reguladores e normativos para os comportamentos sociais,⁵¹⁶ evidencia um conjunto de testemunhos relativos às atitudes, aos estilos de vida e às formas de viver. Contudo, como afirmou Ana Cristina Araújo,

[...] este conjunto de elementos não nos deve impedir de reconhecer que, em cada época, as sociedades procuram erguer redes ou teias de significados para atos correntes, mais ou menos descortinaáveis à luz de preceitos normativos, os quais não conferem unidade à estrutura da família como modelam profundamente a convivência que no seu interior se estabelece.⁵¹⁷

De acordo com Thais Nívia Fonseca, muitos são os estudos sobre as concepções de civilidade aplicadas aos ambientes de sociabilidade europeus entre os séculos XVI e XIX. A autora alertou ainda que, dentre os diversos livros deste tipo, *O Perfeito Pedagogo* “aparece como aquele que tenta contemplar a maior diversidade de conhecimentos e os considera integrantes da instrução, a ‘bússola’ para aparelhar o

⁵¹⁶ Estamos entendendo o conjunto de enunciados que indicam estratégias para regular e normatizar os sujeitos como mecanismos disciplinadores que, com efeito, conformam uma determinada população. Sugere-se: FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva*: curso no Collège de France (1972-1973). Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015; FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

⁵¹⁷ É interessante destacarmos a importância que os manuais de civilidade tiveram ao longo dos séculos XVII e XVIII. Esses livros, que quase sempre apresentavam uma escrita vulgar, eram impressos em pequeno e médio formatos, não figuravam com elevados preços nos mercados livresiros, não tinham moderno aparato gráfico, em muitos casos se tratavam de traduções do francês, nem sempre adaptadas à realidade e ao contexto português que conjugava a racionalidade com um fervoroso sentimento cristão. Assim, apresentavam-se como guias práticos de comportamento, ainda que em muitos casos postulassem uma religiosidade cristã orientadora de preceitos e sacramentos, aspectos que reforçavam a “percepção da importância dos ritos e das cerimônias na configuração da mentalidade social” (ARAÚJO, Ana Cristina, *Op. Cit.*, p. 342-343).

indivíduo para toda a vida”.⁵¹⁸ No geral, os livros que ensinam civilidade estabelecem regras, normas e prescrevem dispositivos para a sua aprendizagem.

No conhecido *O Perfeito Pedagogo na arte de educar a mocidade* [...] tais concepções estão igualmente presentes, avançando em relação a outros autores quando inclui uma parte mais detalhada para cada uma das artes e das ciências consideradas necessárias à boa educação dos indivíduos: a religião revelada, a gramática da língua portuguesa, o estudo do francês, da literatura clássica antiga, da geometria e da lógica (essas duas como as mais importantes porque necessárias à organização do pensamento), da metafísica, da psicologia, da ética ou filosofia moral, da geografia e da cronologia, da eloquência, poesia, dança, desenho, manejo (tratao com os cavalos), florete, caça e música.⁵¹⁹

Em recente estudo sobre estratégias discursivas que indicavam quais ciências e artes deveriam ser bem recebidas pelos meninos interessados em aprender a ler, escrever, valorizar as relações e comportamentos sociais bem como adiantar certos conhecimentos,⁵²⁰ identificamos que o professor régio Vasconcellos acreditava que a mocidade portuguesa só poderia alcançar a boa educação caso fosse instruída pelas *Instruções Régias* de Portugal e, sobretudo, pela “Polícia geral de toda a Europa, [que] vem a ser todo o ornamento de Homem bem nascido, e bem criado”.⁵²¹

É considerável o espaço de circulação que essas obras ocupavam na metrópole lusitana, principalmente entre pais e mestres preocupados com a educação da mocidade. João Rosado reconhece já no prefácio de *O Perfeito Pedagogo* que

⁵¹⁸ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas no mundo luso americano colonial (Séculos XVIII-XIX). In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016b, p. 131-146, p. 138.

⁵¹⁹ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Circulação e apropriação de concepções educativas*. Op. Cit., p. 138.

⁵²⁰ RIPE, Fernando. *O perfeito Pedagogo: análise de um manual pedagógico português que ensina regras de civilidade e de urbanidade cristã* (Portugal, século XVIII). *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 3, n. 7, 2019b, p. 73-107.

⁵²¹ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. Op. Cit., p. 276.

[...] se os Pais, e os Mestres, que assistem á Educação, fizerem aprender, e praticar o que nos ensina o Catecismo; e depois estudar, e praticar o que digo neste *Pedagogo*; estou bem persuadido, que eles terão a gloriosa satisfação de verem bem empregados os seus trabalhos, e eu a de ter concorrido para eles.⁵²²

Assim como outros manuais do seu gênero, a obra apresenta uma série de textos muito práticos da vivência em Corte e validados por hábitos socialmente recomendados para os principais centros urbanos europeus. Por se tratar de um conjunto de textos práticos em meio a um contexto de leituras intensas,⁵²³ a obra de Vasconcellos é bem provável que tenha sido muito lida, constantemente relida e meditada/refletida por seus leitores. Seus ensinamentos aprendidos e utilizados provavelmente foram postos à validação de modo a constituir a educação para as condutas dos infantis no cotidiano de suas épocas. É importante destacar que esses textos possibilitavam “aos indivíduos interrogarem-se sobre a sua própria conduta, zelar sobre ela, formá-la e modelarem-se a si mesmos como sujeitos éticos”.⁵²⁴

Os tratados de civilidade do século XVIII revelavam-se mais próximos de uma educação nobre e aristocrata, cada vez mais procurada por grupos que buscavam firmar hábitos mais próximos aos da nobreza. Esse é o caso, por exemplo, quando Vasconcellos escreveu vários capítulos cuja intenção era definir as aparências e papéis sociais dos meninos. Uma série de regras indicava quais deveriam ser as condutas ideais que o menino deveria ter nos espaços públicos/coletivos, como nos passeios, nas visitas, nos cafés e nos botequins, e as práticas para tratar e conversar com as senhoras.

Se, por um lado, os manuais de civilidade passaram a incluir recomendações sobre a conduta nesses novos espaços públicos, por outro, Vasconcellos fez questão de incluir no título de sua obra a indicação de que utilizaria as “regras da policia e urbanidade christã”, conferindo, portanto, ao desígnio dos enunciados de polícia e urbanidade a prática da vigilância e reforma dos usos dos espaços públicos urbanos.

⁵²² *Idem*, p. 10-11.

⁵²³ CHARTIER, Roger; CAVALLO, G. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998d. v. 1.

⁵²⁴ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 19. v. 2.

Acreditamos que Vasconcellos enunciou a polícia como uma associação à técnica que estava adequada à conduta que cada sujeito operava em si. Tratava-se, impreterivelmente, de uma técnica disciplinar capaz de administrar os comportamentos individuais e coletivos. O manual *O Perfeito Pedagogo* subdividia-se em vinte capítulos que incluíam desde práticas individuais, como os modos de se vestir, de falar, de andar, de fazer as refeições, portanto de ordem privadas, até normas coletivas, como participações em passeios, conversas, visitas, em suma, sociabilidades públicas.⁵²⁵ Desse modo, o conceito de polícia fica aqui entendido como o “conjunto dos mecanismos pelos quais são assegurados a ordem”⁵²⁶ na intenção de governar uma específica população, no nosso caso, os sujeitos infantis.

3.3.5.2 Cuidados de ordem privada

No entendimento do autor de *O Perfeito Pedagogo*, a vida social se tratava de uma representação na qual os sujeitos deveriam aprender a atuar e figurar. Orientado por essa perspectiva, descreveu que “ainda que o Mundo seja um verdadeiro Theatro; e a vida de cada Homem huma farça, e huma Commedida”, certamente seria a civilidade a condição capaz de “ensina[r] unicamente o exterior das nossas acções”.⁵²⁷ Um importante mecanismo para assegurar a aprendizagem da civilidade estava no autoconhecimento que o sujeito deveria ter de si, pois “quando chegamos ao ponto de nos conhecermos a nós mesmos, e aos nossos semelhantes; [...] então he que podemos principiar a aprender a Sciencia da Civilidade, e Urbanidade Christã”.⁵²⁸

Todavia, para a plena compreensão desse objetivo, o autor destacou outras quatro reflexões necessárias, quais sejam: saber conduzir-se conforme a sua idade e condição, considerar a qualidade, o talento, o caráter, a autoridade e o sexo das pessoas a quem se dirige, refletir atentamente sobre o tempo, o lugar, a ocasião e a circunstância em que se encontra, distinguir prudentemente o honesto e o conveniente do que não é.⁵²⁹ Cabe-se destacar, conforme a historiadora portuguesa Isabel de Guimarães Sá, que a principal aprendizagem destinada às crianças

⁵²⁵ Sobre a noção de *sociabilidade* no contexto português moderno, veja, por exemplo: LOBO, Maria Marta de Araújo *et al.* (Orgs.). *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XIX)*. Braga: Citcem, 2014.

⁵²⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. *Op. Cit.*, p. 197.

⁵²⁷ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. *Op. Cit.*, p. 37-38.

⁵²⁸ *Idem*, p. 39-40.

⁵²⁹ *Idem*, p. 41.

era saber viver de acordo com sua condição social com o intuito de manter a ordem e a hierarquia social.⁵³⁰

Outro aspecto constituidor da civilidade infantil levantado por Vasconcellos seria a possibilidade de a aparência do corpo revelar não somente a fisionomia do sujeito como também “as paixões interiores da Alma”.⁵³¹ A fim de evitar que os meninos caíssem em desvios da decência, o professor orientou que a polícia também desse regras para regular as ações do corpo, como, por exemplo,

Quando andarmos ou estivermos sentados, ou de joelhos, devemos ter o corpo direito, a cabeça levantada, os olhos fixos, e a boca fechada; sem com tudo ou nos privarmos de respiração, ou affectarmos nesta postura. Quando falamos com alguma Pessoa, não devemos escrespar a testa, ou ter hum semblante triste, ou demasiadamente alegre.⁵³²

A ideia de obter uma postura corporal cada vez mais verticalizada também foi objeto de atenção do autor. Não obstante, a imagem do corpo era reveladora, podendo denotar aparente ausência da boa educação ou, pior, demonstrar que o menino possuía diminuto juízo, pouca decência ou que era austero no trato social. Observava-se que

Se andarmos com o corpo torcido, se manermos demaziadamente a cabeça; se os nossos olhos forem errantes: se estivermos com a boca aberta, quando tratamos com alguma Pessoa; tudo isto mostrará claramente que não temos juízo, gravidade, e sisudez; cujas virtudes são os sinais da boa Educação.⁵³³

⁵³⁰ SÁ, Isabel de Guimarães. As crianças e as idades da vida. In: MATTOSO, José (Org.). *História da vida privada em Portugal*. A idade moderna. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 83-84.

⁵³¹ Diversos estudos apontam a proximidade entre os domínios da civilidade e da pedagogia na perspectiva de exercer o controle sobre os corpos dos infantis. Sugere-se: ADÃO, Áurea. *Estado absoluto e ensino das primeiras letras*. Op. Cit.; FERREIRA, António Gomes. Educação e regras de convivência e de bom comportamento nos séculos XVIII e XIX. *História da Educação*, v. 13, n. 29, p. 9-28, 2009; ARAÚJO, Ana Cristina. Leituras e práticas de civilidade em Portugal no século XVIII. In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro (Orgs.). *Escritas e leituras: temas, fontes e objetos na Iberoamérica século XVI-XIX* (Coleção estudos históricos latino-americanos, p. 271-294). São Leopoldo: Oikos, 2017.

⁵³² VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. Op. Cit., p. 59-60.

⁵³³ *Idem*.

A maneira de dirigir o olhar era um indicativo do grau de docilidade e submissão que o menino poderia ter. Para o autor, os “olhos são hum retrato fiel do nosso coração”, portanto, “são aquelles, que mais devemos compor”. Ao falar “com alguma Pessoa, principalmente se for de Authoridade”, caberia ao menino a obrigação de “olhar para o seu peito”, do contrário, tratando-se de pessoas com igual ou inferior condição, poder-se-ia “tambem olhar para o seu rosto”.⁵³⁴

O corpo do infantil foi discursivamente constituído como um invólucro dos efeitos que continha. Demonstrava, numa concepção metafísica, o pudor necessário para agradar a Deus, do mesmo modo, de maneira tangível, poderia representar indícios de atitudes e comportamentos. Para Foucault, o corpo, quando alvo de poder, torna-se objeto profundamente investido e modelado, pois, assim, segrega uma visão do mundo e do social.⁵³⁵ Em *O Perfeito Pedagogo*, o menino constantemente é julgado por sua aparência, sendo confundida, de alguma forma, a moralidade do sujeito com a sua imagem. Nesse sentido, os cuidados relativos ao corpo dos infantis também são direcionados à correção de sua alma.

Outra problemática constantemente retomada é a necessidade de o menino apresentar um corpo equilibrado e vigoroso. Assim, “quando andarmos, não devemos balancear o corpo sobre os pés, nem fazer com eles passos de Minuete”. Do mesmo modo, a verticalidade do corpo também exigia certa postura e alinhamento: “quando estivermos de pé, devemos ser quietos, e firmes”. O ordenamento do corpo também se fazia em outras ocasiões: “quando nos sentamos, tambem devem estar os pés direitos, sem nunca pormos huma perna sobre outra, nem cruzar os pés”.⁵³⁶

Ainda vinculadas à aparência estavam as formas do vestir, que para o menino deveriam carregar formas de virilidades a serem testadas no vestuário indicados aos infantis. Portanto, “devem ser os nossos vestidos decentes, graves, e modestos; sem affectação nos feittos, sem delicadeza nos ornatos, e sem profusão na riqueza”.⁵³⁷ Todavia, o correto no vestir era possuir delicadeza e alinhamento. Não se deveria esquecer que os modos de se vestir também estavam regulados “conforme a sua qualidade, o seu estado, e condição”.⁵³⁸

⁵³⁴ *Idem*, p. 61.

⁵³⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. Op. Cit.*

⁵³⁶ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo. Op. Cit.*, p. 61-62.

⁵³⁷ *Idem*, p. 49.

⁵³⁸ *Idem*, p. 52.

O postulado que definia o vestuário adequado para um menino estava disposto em duas classificações:⁵³⁹ a idade e a categoria social eram definidoras daquilo que o menino estava autorizado a trajar. Assim, “hum Menino tem hum vestido proprio dos seus annos em côr, e feitto: Hum Menino de qualidade outro: Assim como hum Mancebo, hum Homem cazado tem outro diferente: E os Nobres, ou Plebeos outros diferentes na matéria, conforme a sua graduação, e qualidade”.⁵⁴⁰

Além da aparência corporal no olhar e no vestir, havia também instruções sobre o controle das palavras e a contenção dos gestos. Os meninos deveriam ser parcimoniosos com as “palavras; advertidos nos pensamentos; e moderados nos Discursos. Quem muito fala, muito erra, errando menos quem fala pouco”.⁵⁴¹ Desse modo, Vasconcellos alertava para que os meninos não fossem faladores e tivessem compostura sóbria nos movimentos. Veja-se, por exemplo: “quando andarmos, não devemos olhar para huma, ou para outra parte com demasiada curiosidade. As mãos devem ir a huma postura decente”.⁵⁴² Haja vista que o movimento do corpo e os gestos expressivos denotam certa comunicação, Vasconcellos aconselhava que fossem inibidos nos meninos os movimentos muito delicados e os mais abrutalhados. Exigia, então, que “as mãos nunca devem ir estendidas, como aquelles, que são leves; ou maniado-as demasiadamente, como os caminheiros; ou em fim servindo-nos delas, como os pássaros das azas para ajudar o movimento”.⁵⁴³

Sobre a visibilidade do corpo, Vasconcellos divulgou uma série de exigências para a boa graça nas ações e sobre a contenção dos gestos corporais, exigindo, sobretudo, asseio, alinhamento e limpeza. Esse processo de civilidade enunciava uma série de implicações sobre o corpo dos infantes, envolvendo, portanto, recomendações relativas à conservação da saúde e hábitos de higiene.⁵⁴⁴

⁵³⁹ Sobre as formas de se trajar na sociedade cortesã do Antigo Regime, sugere-se: ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

⁵⁴⁰ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. Op. Cit., p. 53-54.

⁵⁴¹ *Idem*, p. 65.

⁵⁴² *Idem*, p. 69-70.

⁵⁴³ *Idem*.

⁵⁴⁴ “A limpeza, e o aceio he o sinal evidente de huma boa educação; pelo que devem os nossos vestidos ser limpos, e acceados, sem nodoas, ou alguma coisa, que posso mostrar o nosso descuido, e negligencia” (VASCONCELLOS, João Rosado de

Ainda que não seja explicitamente enunciada, a obra indicava certa interdição aos sujeitos incorrigíveis, como, por exemplo, as reprimendas que Vasconcellos realizou sobre os meninos afetados. Para Vasconcellos, um menino não deveria ter “nada de affectação, nada de vaidade; porque neste caso serão melhores, e mais belos todos os defeitos do corpo, do que huma leve affectação”.⁵⁴⁵ O processo de formulação da virilidade reprovava os comportamentos desconceituados, devendo ser substituídos estes por meio de técnicas de correção e disciplinamento do corpo. Assim, o menino ficaria impedido de “torcer-se, balancear-se para huma, e outra parte, estarse abaixando, e levantando, [...] e fazendo trejeitos, e movimentos descompostos”. O direcionamento às condutas “normalizadas” tendia a promover o disciplinamento nos meninos de maneira a excluir e corrigir possíveis gestos e atitudes próprias do gênero feminino. Vasconcellos alertava os meninos para não “marchar forte, e a compasso, como os Militares; nem tambem com a frouxidão, e preguiça de huma Dama delicada [...] porque tudo o que he affectado, parece ridículo”.⁵⁴⁶ Assim, o menino deveria ser capaz de diferenciar a virilidade de certa robustez popular e distinguir delicadeza nas ações de práticas exclusivamente femininas.⁵⁴⁷

O disciplinamento colocado por Vasconcellos no ensino da civildade tendia a promover o controle minucioso das operações do corpo. Identificamos que o autor atribuiu ao menino a necessidade de apresentar-se à cena pública com limpeza corporal, gestualidades eficientes, normalidade comportamental, entre outras precisões que geravam um “espaço analítico” de constante vigilância sobre o corpo dos infantis.⁵⁴⁸

Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. *Op. Cit.*, p. 57. Sobre os níveis de limpeza exigidos pelos manuais de civildade do Antigo regime, sugere-se: VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. *Op. Cit.*

⁵⁴⁵ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. *Op. Cit.*, p. 63.

⁵⁴⁶ *Idem*, p. 68-69.

⁵⁴⁷ Seria um pouco injusto afirmar que as práticas de virilidade popular são adquiridas desde a infância do mesmo modo que os mais abastados da sociedade, os códigos da civildade, da escrita, do saber viver libertino ou não. O enraizamento histórico da misoginia e as formas difíceis de vida criavam hábitos fortemente internalizados. No meio popular, a virilidade não era um código a ser seguido a qualquer preço, era uma maneira ordinária de viver a masculinidade (FARGE, Arlette. Virilidades populares. In: CORBIN, J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). *História da virilidade*. A invenção da virilidade. Da Antiguidade às Luzes. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 501).

⁵⁴⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. *Op. Cit.*

3.3.5.3 Preceitos para os espaços públicos

No que se refere aos direcionamentos relativos aos preceitos que definiam aparências e papéis sociais, portanto, de ordem pública, uma série de regras indicava as condutas ideais que o menino cristão deveria apresentar nos espaços públicos/coletivos, como em ocasiões de passeios, saídas para visitas e conversações em cafés e botequins.

Vasconcellos reconheceu os diferentes espaços e práticas de sociabilidade a que os meninos e a mocidade portuguesa estariam mais propensos. Destacou, assim, alguns lugares mais frequentados: “na Corte, e em algumas Cidades deste Reino ha Passeios públicos, onde se juntão as Pessoas e frequentar o Passeio”. No caso de Lisboa, “o Passeio Público; o Passeio da Ribeira-Nova. Em Coimbra o da Ponte; No Porto o de cima do muro, e Maragaia: em Braga, o das Cavalheiras de S. Sebastião; e em Setubal, o do Senhor do Bom-fim [...]”. Nesses passeios a principal regra era se “portar tambem com muita decencia, e civilidade”.⁵⁴⁹

Existia uma clara diferenciação entre transitar pelas ruas e a prática do passeio. Manifestava o autor que na última “vamos de proposito; vamos buscar o divertimento, o regozijo, e o prazer da Sociedade”.⁵⁵⁰ Vasconcellos destacou a necessidade de se realizar as continências durante os passeios, respeitando as distinções entre pessoas superiores, iguais e inferiores. Outras interdições também foram aconselhadas, como a de não observar as flores, estátuas, fontes, bustos ou coisa alguma com curiosidade demasiada para “não mostrar a pequenez do nosso espirito. Porém fazendo-nos observar a beleza de alguma peça, diremos o que nos parecer, e soubermos; louvando sempre o que pudermos; porque tudo tem sua beleza, ainda no meio de muitos defeitos”.⁵⁵¹ Os meninos também deveriam evitar conversas que tratassem de algum defeito ou falta de proporção observada e era inadmissível que tocassem nos objetos à sua volta. Assim, Vasconcellos interditava, “não poremos a mão em cousa alguma notável, como sinal de admiração. Este vicio he proprio dos Homens ignorantes, e mal criados. Não colheremos flor, fruto, ou cousa alguma, que mostre a nossa demasiada curiosidade, e appetite”.⁵⁵²

⁵⁴⁹ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. *Op. Cit.*, p. 76-77.

⁵⁵⁰ *Idem*, p. 78.

⁵⁵¹ *Idem*, p. 80.

⁵⁵² *Idem*, p. 82.

Outro importante regramento que se refere ao domínio das aparências em público é a realização de visitas entre os semelhantes, que deveriam ocorrer com brevidade. Vasconcellos sublinhava que o “Menino bem educado tem obrigação de visitar as Pessoas da sua qualidade todas as vezes, que tiverem alguma fortuna, ou prazer, como emprego, honra, vinda de fora da Terra, casamento, ou outra cousa semelhante”, ou quando tiver algum infortúnio, como, “por exemplo, doença, morte em casa de parente, desgraça, ou cousa semelhante”.⁵⁵³

Tanto as visitas como os passeios eram exemplos das modernas formas de sociabilidade ajustadas às novas normas de convívio social, pois correlacionavam mecanismos de imposição de valores com explícitos motivos de autorregulação de sentimentos, emoções e comportamentos.⁵⁵⁴ Observa-se que no tratado de Vasconcellos o corpo deveria ocupar um lugar simbólico nas ações do cotidiano, por exemplo, “nas visitas alegres deve respirar a alegria no rosto, nas palavras, e até no vestido: mas, pelo contrario, nas tristes, deve reinar a tristeza, e o pezar em todas as cousas”.⁵⁵⁵ Do mesmo modo, divulgou-se uma imposição de conduta alertando que “[...] devemos conservar huma postura de corpo muito decente, muito quietação e sisudeza. E depois de estarmos aquelle tempo, que deve regular a nossa amizade, e conhecimento, dos despediremos com a mesma formalidade, que entramos”.⁵⁵⁶ Obedecendo claramente a todo um protocolo de entrada e saída, “ao despedir, nos abraçaremos com mais, ou menos respeito segundo a grandeza da Pessoa; e porque nos acompanha até o topo da escada, ahi lhe faremos huma continencia, e a ultima no fim da escada, que he quando o perdemos de vista”.⁵⁵⁷

Outro processo de adaptação aos modernos padrões de comportamento europeu amplamente divulgado em manuais de civilidade eram os códigos de como se portar à mesa como normas estabelecidas para casos de visitas. Em geral, esses guias de aconselhamentos indicavam que a refeição fosse principiada com uma oração para dar graças pelo alimento.

⁵⁵³ *Idem*, p. 112.

⁵⁵⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. Urbanidade e sociabilidade. Notas acerca da “arte de bem viver” em Portugal no século XVIII. *População e Sociedade*, CEPESE, Porto, v. 25, p. 132-143, jun. 2016, p. 132.

⁵⁵⁵ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. *Op. Cit.*, p. 113.

⁵⁵⁶ *Idem*, p. 117-118.

⁵⁵⁷ *Ibidem*.

Os meninos deveriam ocupar o lugar mais modesto da mesa, ou onde lhe mandassem. As regras para atuar no momento das refeições incluíam hábitos de modéstia. O repertório das especificações enunciava o uso correto do guardanapo, do garfo e da faca, os modos de ingestão do pão e da bebida bem como os diferentes modos de segurar os talheres, de comer com a mão esquerda ou direita e de limpar-se. Porém, as diretrizes mais acentuadas eram os casos de descortesia e incivildade, como debruçar-se à mesa, limpar com o guardanapo o prato ou o nariz e brincar com os talheres. Para esses casos, algumas interdições foram indicadas:

Não nos devemos ingerir a trinchar, nem fazer os pratos dos mais, sem para isso recebermos huma ordem positiva do dono da casa, a quem pertende este serviço: mas recebendo-a, devo servir os melhores bocados aos mais convidados; tendo para isto melhores instrucções dos diferentes sabores das partes de huma peça que devo trinchar. [...] Quando mettermos o comer na boca, devemos mastigallo só para huma partem e não fazer sacco na boca como os macacos: os bocados devem ser pequenos para se mastigarem bem; não fazer estrondo no mastigar, não comer depressa para senão escaldar, ou engasgar. Assoprar o comer he indecente: será melhor esperar se esfrie, e comello de vagar; chupar os ossos, esbrugallos demasiadamente, assim como roellos, he indecentíssimos; e assim mesmo, lançar os caroços das azeitonas, ou frutas no prato com estrondo. Tomar tabaco, escarrar, ou assoar de modo que faça estrondo, nojo, asco, ou tedio, he muito incivil neste lugar [refeição]: porque pôde ser que estejam alli Pessoas, que tomem tabaco, e que por isso soffrão mal o seu cheiro; assim como a vista do esputo [cuspe] e o estrondo dos narizes.⁵⁵⁸

Tais aconselhamentos evidenciam a possibilidade de ser comum durante banquetes a constante presença de práticas indelicadas e incivilizadas, especialmente por parte dos infantis.

Outra prática coletiva postulada por meio de regras foi a participação da mocidade nos espetáculos teatrais, visto que, naquele contexto, algumas atenções deveriam ser despendidas. Segundo Vasconcellos, “a obscenidade, e impudicicia que reinava nos Theatros dos Pagãos” e que “degenerarão em huma liberdade criminosa” fez com

⁵⁵⁸ *Idem*, p. 131-139.

que os clérigos e a “severidade das Leis” intervissem nos Espetáculos.⁵⁵⁹ O autor manifestou preocupação com as transformações que os teatros tiveram, pois, segundo sua percepção, eles deixaram de ser locais de aprendizagem, em que circulava a nobreza, para se tornarem espaços perniciosos.⁵⁶⁰

Ao descrever as recomendações para a “mocidade” que convivia em ambientes de sociabilidade, Vasconcellos atenuou os enunciados que especificam a postura do corpo, o controle dos movimentos, mas, sobretudo, alertou para aquelas ações que poderiam atrapalhar ou incomodar outras pessoas. Nas palavras do autor,

Alli não devemos incomodar o nosso visinho falando, tossindo, ou escarrando com estrondo, ou fazer qualquer outra cousa, que o ofenda, e perturbe: e se por acaso for obrigado a responder a alguma pergunta, que me fazem, o devo fazer com brandura de sôrte, que não inquiete o meu visinho, nem o desgoste. Esta regra não tem excepção: devo portar-me sempre em público de sôrte, que não só não seja pezado a ninguem, mas que todos fiquem lisonjeados da minha companhia, e conversação.⁵⁶¹

Outra prática social que ganhou relevo nas prédicas de Vasconcellos foi o convívio em recintos fechados como cafés, botequins e assembleias. De acordo com Terra, as Assembleias⁵⁶² em Portugal no final do Setecentos eram luxuosamente decoradas e seus frequentadores ensaiavam novas sociabilidades, cuja tônica estava na conversação, no jogo, na poesia, na música ou na dança.⁵⁶³ Vasconcellos recomendou cafés e botequins lusitanos, dizendo que “os donos destas casas para fazerem mais commodas as entradas, e assistencias nelas, tem Gazetas, Diarios, e toda a qualidade de papeis volantes, com que prendem a curiosidade dos Homens applicados”.⁵⁶⁴

⁵⁵⁹ *Idem*, p. 184.

⁵⁶⁰ *Idem*, p. 185.

⁵⁶¹ *Idem*, p. 189.

⁵⁶² Sobre as diferentes sociabilidades promovidas na corte lisboeta do final do século XVIII, sugere-se: LOPES, Maria Antónia. *Mulheres, espaço e sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 155-156.

⁵⁶³ TERRA, Ana Lúcia Silva. *Cortesia e Mundanidade. Op. Cit.*, p. 102.

⁵⁶⁴ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo. Op. Cit.*, p. 193.

Outros atrativos nesses espaços eram “os licores preciosos, doces, a conversação, as novidades, e as notícias atrahem os Homens”.⁵⁶⁵

Embora, à primeira vista, possa parecer que nem todos os aconselhamentos fossem direcionados aos meninos e moços, o tratado de Vasconcellos pretendia contemplar o maior número de práticas e situações envolvendo a “mocidade”. Assim, o autor alertava que “o verdadeiro Pedagogo deve advertir todas as ocasiões, em que se possa achar o seu Candidato, para o instruir em todas as regras da decencia, e urbanidade”.⁵⁶⁶

Nesse sentido, outra orientação foi prescrita: a de como se portar e conversar com as senhoras. Era sabido que “ordinariamente as conversações cahem sempre sobre bagatelas: em geral são os prazeres, os jogos, as operas, romarias, quintas, modas, &c. o argumento dos seus discursos”.⁵⁶⁷ O autor alertava para que os homens não demonstrassem pouco interesse com tais assuntos bem como não revelassem que tais ideias eram fruto de uma fraca instrução feminina.⁵⁶⁸

Além dos cuidados com as matérias e os discursos promovidos durante a conversação com as senhoras de qualidade, era necessária a demonstração de profundas inclinações, saudações e reverências. Contudo, era importante que “nunca se deve tocar o corpo, ou vestido da Senhora: quando faço a profunda continência em ambas as ocasiões, deve ser hum pouco para mostrar mais respeito, e acatamento, e ao mesmo tempo mais decencia e civilidade”.⁵⁶⁹

Para finalizar, percebemos que as regras de *O Perfeito Pedagogo* instruíam os meninos em diversas situações da vida cotidiana, tanto aquelas experimentadas na privacidade quanto aquelas compartilhadas em momentos de sociabilidades urbanas. A hierarquia social dos meninos poderia ser aferida pela acuidade da visibilidade expressa. Assim, quando se apresentavam nos espaços públicos/coletivos – passeios, visitas, conversações, cafés e botequins – tanto a aparência visual como os códigos e comportamentos sociais adotados (ou, contrariamente marginalizados) eram classificados de acordo com os valores adotados pela sociedade.

⁵⁶⁵ *Idem*, p. 193-194.

⁵⁶⁶ *Idem*, p. 200.

⁵⁶⁷ *Idem*, p. 203.

⁵⁶⁸ *Idem*.

⁵⁶⁹ *Idem*, p. 209.

3.3.5.4 Virtudes cardeais: compondo o coração dos meninos

O professor régio Vasconcellos afirmava que a “civilidade Christã não consiste unicamente nos exteriores compostos, e nas decências aparentes”. As relações sociais são estabelecidas pela atuação do “Homem civil [no papel de] hum Actor habil, que andasse representando huma farça no Mundo”.⁵⁷⁰ De certa forma, o que o autor busca persuadir é a necessidade do cumprimento dos papéis sociais próprios da “vida civil”, regulados da seguinte maneira:

- I. Saber conduzir-se cada hum conforme a sua idade, e condição.
- II. Considerar a qualidade, talento, character, autoridade, ou sexo da Pessoa, ou Pessoas, com quem tratamos.
- III. Reflectir atentamente sobre o tempo, lugar, ocasião, e circumstancia, em que nos achamos.
- IV. Distinguir prudentemente o honesto, e o conveniente, do que o não he.⁵⁷¹

No entanto, “os olhos do Homem são muito fracos para poderem ver os vícios do coração”, sendo-lhes necessárias “exterioridades summamente compostas”, ou seja, em outras palavras, a necessidade de estabelecer regras e normativas sociais assentadas na polícia e urbanidade cristã. Dizia o autor que “se a Policia não for fundada sobre estes alicerces [as virtudes cristãs], será sim hum edificio plausível, mas pouco seguro; será impossivel sustentar o fingimento; ou ainda quando se sustentasse, se perceberá com facilidade o artificio, e tortura”.⁵⁷²

Desse modo, como já destacado, as Virtudes Cardeais (*prudência, justiça, fortaleza e temperança*) assumem “as mesmas [regras] da Policia, do trato, e do uso do Mundo”.⁵⁷³ Guiar o menino pela virtude da *prudência* requeria que:

Pelo que o Menino nada deve fazer precipitado, nada sem ponderação, madureza e conselho. Deve pelo contrario, advertindo no que diz, no que faz, e no que obra: ponderando as consequencias, prevenin-

⁵⁷⁰ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. Op. Cit., p. 223-224.

⁵⁷¹ *Idem*, p. 41.

⁵⁷² *Idem*, p. 225.

⁵⁷³ *Idem*, p. 226.

do os males, e acautelando as ruínas. Tanto deve ser mais advertido nos primeiros annos, quanto he mais importante o character do Homem prudente na vida perfeita.⁵⁷⁴

A segunda virtude que o menino deveria praticar era a da *justiça*. Nela combater-se-iam os vícios da “soberba, ambição, e a tyrania”. Para Vasconcellos:

A segunda pedra que fórma o alicerce da Policia, he a Justiça; esta Virtude tão própria da Natureza Humana! A Justiça he o equilíbrio do Mundo: he a balança, onde se pezão todos os interesses dos Homens: he, como dizem os Poetas, huma Divindade cega, mas por isso mesmo justa, e igual, de hum tacto fino, e delicado, e que sem respeito dá a cada hum o que he seu.⁵⁷⁵

“A fortaleza he a terceira pedra, em que se funda o edificio da Policia. Esta virtude inspira na alma a constancia em todas as mais virtudes”.⁵⁷⁶ A *fortaleza* deveria inspirar o menino “a servir a sua Patria, e ajudar os seus semelhantes, a ser util aos seus compatriotas; deve ter huma conducta regular, ser uniforme, e constante nos seus sentimentos, e palavras”.⁵⁷⁷ Ainda em relação a essa virtude, o autor privilegiou, em seus aconselhamentos edificantes, a formulação de uma rede de amizades e sociabilidades. “Depois de ter por meio da Prudencia, e da Justiça pensado, e feito, deve conservar-se na bondade dos seus projectos, continuar as suas visitas, servir aos seus amigos, e obsequiar constantemente aquelles a quem devemos favores, respeito e agradecimento”.⁵⁷⁸

Como mecanismo regulatório das outras três virtudes destacadas, a *temperança* “he aquella virtude, que sazona, e tempera todas as outras; que dá os grãos de sabor, e de gosto ás virtudes já adquiridas; que ás tempera, modifica, e conserva naquelle estado de igualdade, que he justo, e conveniente”.⁵⁷⁹ O comedimento e a moderação esperados da prática da *temperança* indicam que os infantis deveriam ser “nem excessivos, nem froixos” nas “acções, pensamentos, e civilidades”.

⁵⁷⁴ *Idem*, p. 229.

⁵⁷⁵ *Idem*, p. 230.

⁵⁷⁶ *Idem*, p. 233.

⁵⁷⁷ *Idem*, p. 235.

⁵⁷⁸ *Idem*.

⁵⁷⁹ *Idem*, p. 237.

Seriam muito indecorosos os exageros, pois “todo o excesso mostra affectação, que he insupportavel; assim como a tibieza, e froixidão mostra desprezo; que he offensa”.⁵⁸⁰

Vasconcellos alertava a importância que os mestres tinham na formação das virtudes de seus discípulos:

Em os Meninos he muito necessária esta virtude para reprimir o fogo das suas paixões, que são sempre excessivas; e para promover ás virtudes sociaveis, que nelles são sempre fracas. Se os Mestres souberem promover estes sentimentos desde a primeira idade, e conservallos, depois na justa medida, em que consiste a virtude, farão á Humanidade, á Religião, e á Politica dos Estados os maiores, e mais assinalados serviços que se pódes esperar do seu Magisterio.⁵⁸¹

Ao considerarmos o desenvolvimento das virtudes cardeais, inferimos, sobretudo, a necessidade de que João Vasconcellos tinha de adequar o comportamento dos infantis ao seu projeto de polícia e urbanidade cristã. Ao desenvolver hábitos ponderados, de bom senso e discernimento; ações probas, honestas e lisas; disposições morais e destemidas; ações frugais e sóbrias, o autor acreditava constituir/compor na mocidade cristã um conjunto de inspirações capazes de edificar o caráter, a índole e os aspectos mais íntimos da moral, portanto, erguer o coração dos meninos.



Semelhante a outros países da Europa, a produção, circulação e apropriação da literatura comportamental em Portugal estava, em grande medida, associada ao contexto em que foi formulada. No século XVIII, muito em decorrência da institucionalização da civildade como conteúdo obrigatório de ensino inscrito impositivamente pela lei de 6 de novembro de 1772,⁵⁸² a inclusão da civildade nos meios urbanos, por meio da ampliação de discursos de boas maneiras e da propagação de impressos que normatizavam códigos de condutas adequados aos preceitos morais católicos e aos padrões culturais lusitano, acelerou um processo de adaptação de parte da sociedade – especialmente infantis e jovens masculinos aristocratas – ao uni-

⁵⁸⁰ *Idem*, p. 239.

⁵⁸¹ *Idem*, p. 239-240.

⁵⁸² ARAÚJO, Ana Cristina. *Urbanidade e sociabilidade. Op. Cit.*, p. 133.

verso das práticas consideradas honestas, convenientes e ajustadas aos valores da elite.

Nessas condições, identificamos que o tratado *O Perfeito Pedagogo que dá as regras de Polícia e Urbanidade Christã conforme os uzos e costumes de Portugal*, de João Rosado de Vila-Lobos e Vasconcellos, atendia integralmente aos novos conjuntos de habilidades sociais partilhados em Portugal no final do século XVIII. A criação simbólica de um mestre competente, o “perfeito pedagogo”, foi uma estratégia discursiva criada pelo autor para implementar, entre os meninos e a mocidade portuguesa, eficientes mecanismos disciplinadores capazes de organizar comportamentos regrados sujeitos a constantes vigilâncias e potencializados por uma vida mundana.⁵⁸³

Em *O Perfeito Pedagogo*, Vasconcellos incitava nos meninos a ocupação dos diferentes espaços sociais, ensinando formas tidas como ideais para usufruir de determinadas sociabilidades, ampliando o número de práticas consideradas conviventes e modos honestos de divertimentos. Esse alargamento para além da esfera familiar é um possível indicador de que a criança e o jovem estavam sendo formados para uma vida comum em sociedade, desde que regrada e normatizada segundo os bons entendimentos da polícia e urbanidade cristã nos seus usos e costumes. Em linhas gerais, o “perfeito pedagogo” imita situações reais cotidianas e exemplifica as atitudes e as regras que os meninos deveriam aplicar a fim de garantir um espelho às suas condições sociais e às virtudes cristãs. Desse modo, o tratado de Vasconcellos carregava para a família a “obrigação moral de observância de convenções, preceitos e atitudes considerados honestos e benfazejos”.⁵⁸⁴

Ao analisarmos um agrupamento de enunciados que disciplinavam os meninos, observamos, sobretudo, a convergência de ordenamentos que vulgarizavam práticas individuais e coletivas em torno dos espaços privados/familiares e públicos. Esperava-se que os sujeitos leitores fossem – de acordo com a ideia de regime de educabilidade – “normalizados pela leitura [...]. Habilitados nas suas aprendizagens, disciplinados, eticamente conformados nos seus desíg-

⁵⁸³ Não estamos entendendo *mundano* no seu sentido cristão de *profano*, mas como relativo ao próprio mundo, como vivência em sociedade nos seus aspectos convencionais aplicados ao cotidiano. Sugere-se: ARAÚJO, Ana Cristina. Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português. *Revista de História Regional*, v. 19, n. 2, 2014, p. 263-281.

⁵⁸⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. *Urbanidade e sociabilidade*. Op. Cit., p. 135.

nios (individuais e coletivos), fizessem reverter aquela textualidade ao vasto mundo do cultural e do civilizacional”⁵⁸⁵

Certamente os leitores da obra de Vasconcellos se viam mergulhados numa atmosfera de regramentos e aperfeiçoamentos em que “era esperado e suposto que todos estivessem disponíveis par uma interação simbólica, orgânica e atitudinal, onde ganhassem sentido o pensamento, a racionalidade, as atitudes, as aquisições socioculturais, as metamorfoses grupais e individuais”.⁵⁸⁶ Não obstante, “os discursos regulam o pensamento”⁵⁸⁷ e criam um conjunto de estruturas capazes de regular a vida individual e coletiva. Em nome da civilidade, Vasconcellos apresentou aos meninos e à mocidade portuguesa do final do Setecentos uma *formação discursiva*⁵⁸⁸ que pretendia, por meio da “polícia e urbanidade cristã”, conformar os espaços de sociabilidade pela normalização das aparências corporais e pela padronização de práticas marcada por “um convívio interclassista e secularizado, de cariz mundano e matriz cristã”.⁵⁸⁹

Situando esse sujeito infantil em uma específica conjuntura edificante de um novo regime de educabilidade, identificamos as “regras de polícia e urbanidade cristã” como um mecanismo disciplinador. O controle do corpo por meio do domínio das condutas e das condições de vida dos sujeitos urbanos estava de acordo com as proposições de uma “polícia” social emergente no final do século XVIII. Cabe-se afirmar que Vasconcellos elegeu a educação como principal estratégia para regular e normatizar a civilidade e a urbanidade cristãs nos meninos e jovens, aperfeiçoando, por meio de regramentos, os modos de atuar individualmente nos ambientes privados e públicos bem como nas disposições coletivas que configuravam novas redes e espaços de sociabilidade.

Encerrando este capítulo, é importante afirmar que “ensinar a mente” foi um processo fundamental na constituição do sujeito infantil moderno. Tal ensino estava relacionado com a capacidade dos

⁵⁸⁵ MAGALHÃES, Justino. *O mural do tempo. Op. Cit.*, p. 131.

⁵⁸⁶ *Idem.*

⁵⁸⁷ BRÁS, José Viegas. A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. *Revista Lusófona de Educação*, n. 12, 2008, p. 113-138. p. 114.

⁵⁸⁸ Por formação discursiva estamos entendendo, com Michel Foucault, toda a regularidade existente na dispersão do conjunto de enunciados estudados. Essa regularidade, por sua vez, é efeito do conjunto de enunciados que se enquadram para pertencer a uma dada formação discursiva (FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber. Op. Cit.*, p. 47).

⁵⁸⁹ ARAÚJO, Ana Cristina. *Urbanidade e sociabilidade. Op. Cit.*, p. 136.

mestres de gerenciar a educação das crianças (meninos e meninas) e instruir “edificadamente” a aprendizagem da leitura, da escrita e da contagem e, por fim, o domínio de uma conduta regida por uma lógica moral e religiosa que conformava o entendimento de civilidade da época, necessário para a cena pública e privada. No próximo capítulo veremos o quanto a salvação da alma também despontava como requisito fundamental no processo de constituição da infância.





Salvar a alma

O Capítulo 4, *Salvar a alma*, tentará organizar uma discussão em torno de discursos instigados por letrados, principalmente religiosos, acerca dos modos de preservar, socorrer e redimir o estado de inocência da alma infantil. Nesse sentido, identificaremos que essa discursividade atende, notadamente, aos anseios oficiais da Igreja, como o de difundir a sua fé e a sua moral, e aos desejos dos leigos por instrução e elevação espiritual por meio da leitura de obras religiosas. Sinalizaremos que essa literatura de cunho espiritual anunciava formas de *bem viver* e de conduzir a vida de acordo com a doutrina cristã católica profundamente constante no cotidiano e nas sociabilidades portuguesas e do principal território ultramarino luso. Em seguida, debateremos que durante os finais do século XVII e, de forma mais precisa, por todo o século XVIII a sexualidade se tornou objeto contundente de discurso, consagrando-se como emergente nos saberes religioso, social, político e médico. O conjunto de enunciados que analisaremos evidenciará um complexo engendramento de ordens morais relativas à sexualidade infantil, no qual a prática da castidade infantil e a incitação à inocência pueril serão percebidas como dispositivos produtores de comportamento social específico para a época. O capítulo também pretende apresentar as orientações cristãs que alcançaram as consciências de homens e mulheres católicos que, naquele período, perdiam seus filhos. Ao alertar e culpar os pais pela omissão dos sacramentos, pelo não atendimento aos sufrágios e pela ausência de orações aos infantis defuntos, o que poderia inviabilizar a salvação da alma das crianças mortas, os discursos religiosos pareciam propor a existência de uma vivência mais intensa da fé cristã e do comprometimento com a doutrina católica. Por último, destacaremos que cada regime de verdade instituído em um determinado momento histórico incita e reorienta os pensamentos e os desejos de uma sociedade – neste caso, a lusitana do século XVIII.



4.1 “Para que os inimigos infernaes temam combater os Soldadinhos de Christo”: assistência espiritual aos infantis

Os discursos que cuidavam de promover a assistência espiritual das crianças faziam parte dos anseios oficiais da Igreja, especialmente aqueles que diziam respeito à difusão da fé e da sua moral e aos desejos dos leigos por instrução e elevação espiritual das famílias por meio da leitura de obras religiosas. Sinalizaremos que essa literatura de cunho espiritual anunciava formas de *bem viver e bem morrer*, de conduzir a vida de acordo com a doutrina cristã católica profundamente constante no cotidiano e nas sociabilidades portuguesas.

Questões tão diferentes como abandono de infantis, negligências e maus tratos familiares, epidemias, deformidades, condições insuficientes de saúde e até mesmo casos de bastardia e de mortes prematuras conheceram instruções variadas, cuja solução era encarada por muitos autores como sendo de ordem espiritual. Nesse sentido, temos por objetivo, nesta seção, apresentar uma organização de enunciados instigados por letrados, em especial por religiosos como Francisco Aires (1597-1664), Alexandre de Gusmão (1629-1724) e Manoel Bernardes (1608-1697), publicados ao longo do século XVII e reeditados nas centúrias seguintes que asseguravam determinados modos de preservar, socorrer e redimir o estado de inocência e de salvação da alma infantil.

O conjunto discursivo evidenciava a importância atribuída aos cuidados, à assistência, à caridade, à instrução dos pais e à necessidade de realização de leituras espirituais doutrinárias, teológicas, ascéticas e consoladoras.

Até o momento poucas foram as informações encontradas sobre a trajetória do jesuíta português Francisco Aires. O padre Manoel Bernardes, presbítero da Congregação do Oratório, foi autor de volumosas publicações místicas, cuja natureza da linguagem e dos escritos lhe consagraram como um dos maiores clássicos da prosa portuguesa. Cabe-se, no entanto, destacar que Bernardes teve sua formação entre jesuítas, de modo que suas narrativas místicas, assim como os escritos apologéticos jesuíticos, tendem a condenar a “dissolução dos costumes e a inconsistência dos homens entregues aos prazeres e diversões”. Alexandre de Gusmão, natural de Lisboa, desembarcou, ainda na sua

juventude, em terras transatlânticas do Império português. Fez toda sua formação na América portuguesa, foi provincial (1684-1688 e 1694-1697), vice-provincial (1693-1694), mestre de noviços, reitor dos colégios de Santos, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia bem como professor de Filosofia, Teologia e Moral, de modo que figurou com proeminência na Companhia de Jesus.⁵⁹⁰

Os religiosos eram contemporâneos e possuíam notável erudição teológica, condição fundamental para enunciações apologéticas que culminavam com a meditação cotidiana nos mistérios da fé cristã. Demonstraremos tanto a existência de certa recorrência de enunciados publicados nas obras dos três autores como as estratégias discursivas utilizadas, uma vez que os religiosos, de um modo geral, escreviam suas recomendações por meio da narrativa de um fato, um conto, uma história, um apólogo para demonstrar os erros cometidos pelos fiés e suas consequências funestas.

Cabe-se também ressaltar que os autores retomaram e deram ênfase ao conceito de “pais de famílias”, que mais exaustivamente iriam desenvolver em moldes mais ou menos precisos os modos, os meios e os critérios da educação infantil e juvenil desde a perspectiva “familiar” e social, exemplificando o pormenor dos comportamentos morais e sociais da “mocidade” bem como responsabilizando de um modo mais direto os “pais de famílias” e não apenas vagamente os aios e mestres pelos resultados dessa educação.

Em *Regimento Espiritual pera o Caminho do Ceo*, publicado no ano de 1654, Francisco Aires destacou, já no início de sua obra, a intenção da “salvação das almas”, de modo que era necessário conduzir seus intentos para “a boa criação que se deve dar aos meninos logo em seus primeiros annos”. Aires reafirmou constantemente as “obrigações que tem os pays aos filhos, & os filhos aos pays: as que tem os mestres pera com os discipulos, & os discipulos pera com os mestres”. Adiantava, também, que todos os ensinamentos estariam reduzidos a poucos capítulos, de modo que “este breve tratado seja de fastio ao leitor, nem deixe de achar nellle tudo o que for utilidade”.⁵⁹¹

As primeiras atenções que se deveriam dispensar aos filhos eram a acuidade com o sacramento do batismo e a garantia da proximidade

⁵⁹⁰ LEITE, Serafim, S. I. *História da Companhia de Jesus. Op. Cit.*, Tomo VII, p. 291.

⁵⁹¹ AIRES, Francisco. *Regimento espiritual para o caminho do ceo*. Lisboa: Offic. Crasbeeckiana, 1654, p. 2.

com as mães, mantendo os infantis longe das possíveis influências de bruxas e demônios.

Manoel Bernardes, em *Discursos sobre a educação*, publicados em *Nova Floresta* (1710-1728) e compilados em um impresso de 1908, indicava o primeiro erro dos pais que “retardam a seus filhos o Sacramento do Baptismo”. Afirmava que não existia preceito divino nem eclesiástico determinando “o tempo certo de recebermos o Baptismo”. Todavia,

antes na Igreja antiga frequentemente se esperava, que os meninos chegassem primeiro ao uso da razão; comtudo hoje o costume universal da mesma Igreja (o qual tem força de preceito) introduzio, que se baptissem na infância. E os mais dos fieis (excepto o caso de perigo evidente) baptizam seus filhos oito dias do seu nascimento, estylo porventura introduzido á imitação da Circumcisão na Lei antiga que se fazia ao oitavo dia, e era figura expressa do Sacramento do Baptismo.⁵⁹²

Bernardes expôs os principais motivos pelos quais os pais retardavam o sacramento do batismo aos filhos recém-nascidos: ou “por causa de aparatos pomposos, ou por outros respeitos do mundo”. Decorreria, então, dois problemas: primeiro, que os pais

privam a criatura de grandes bens; porque não é regenerada para Christo pelas aguas salutíferas, e vitas do Baptismo, está prisioneira em poder do demônio; e este realmente mora n’aquella alma; que por isso o Sacerdote lhe faz os exorcismos á porta da Igreja, primeiro que a baptise, mandando imperiosamente ao espirito maligno, que despeje aquella casa.⁵⁹³

Do contrário, assim que a criança fosse batizada, “entra n’ella o Espirito Santo, e toda a Santissima Trindade, e a santifica com sua graça, e lhe infunde os dons, e virtudes, que acompanham a mesma graça, e fica filha de Deos, herdeira do reino dos ceos”.⁵⁹⁴ Seguindo na sua argumentação, Bernardes reforça que a ausência do batismo traria a possibilidade de inúmeros perigos aos infantis: “A primeira cousa pois a que devem atender os pays na creação dos filhos, em quanto

⁵⁹² BERNARDES, Manoel. *Discursos sobre a educação*. Lisboa: Typ. Almeida & Machado, 1908, p. 45-46.

⁵⁹³ *Idem*, p. 46.

⁵⁹⁴ *Idem*, p. 47.

sam infantes, he os perigos, a que está exposta aquella tenra idade, em quanto nam recebem a agua do Bautismo, pelo grande perigo de perderem”.⁵⁹⁵

Já Alexandre de Gusmão partilhava de opinião semelhante, uma vez que afirmava que os sacramentos cristãos poderiam “ajudar a vencerem grandes perigos no curso da vida”. O sacramento reforçaria a disposição para o enfrentamento dos “inimigos da alma, & contra os combates da Fé; & além disto assim como pelo Sacramento do Bautismo se faz o minino filho da Igreja, pelo da Confirmaçam se faz Soldado de Christo”.⁵⁹⁶

Para António Gomes Ferreira, era pelo nascimento que “recebia o mundo mais do que uma boca ou um corpo carente de alimentos e cuidados fisiológicos que lhe assegurassem a sobrevivência entre os homens; recebia também uma alma já fragilizada pelo pecado original”. Tanto que esse corpo e essa alma infatil, “nesses instantes decisivos do parto, em que se providenciava trazer uma criança ao mundo, a imperativa sobrevivência biológica não se justificava só por si mas também porque era necessária à obtenção da salvação espiritual, que só o sacramento do batismo possibilitava alcançar”. Essa necessidade do rápido batismo era justificada pelo risco de morte ao qual o recém-nascido estava sujeito. Segundo Ferreira, “perante um parto perigoso urgia prevenir que a criança morresse cristã, evitando que assim caísse na externa escuridão do limbo, batizando-a logo que achesse conveniente”.⁵⁹⁷

O oratoriano Bernardes considerava inacreditável que os pais não batizassem seus filhos estando cientes dos constantes riscos, com especial destaque para as influências dos demônios. Dizia que “Sendo pois a agua do baptismo muito mais eficaz contra os demônios, para expellir da alma, onde moram, a qual é creada só para habitação da Santissima Trindade, porque razão havemos de ajuda-los a conservar a sua posse tyrannica, com a nossa negligencia, e demora em baptisar os filhos?”.⁵⁹⁸

Outra recorrência enunciativa era a proximidade que as crianças recém-nascidas deveriam ter com as suas mães para garantir maior probabilidade de sobrevivência na primeira infância devido aos cons-

⁵⁹⁵ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 170-171.

⁵⁹⁶ *Idem*, p. 195.

⁵⁹⁷ FERREIRA, António Gomes. *Gerar Criar Educar*. *Op. Cit.*, p. 201.

⁵⁹⁸ BERNARDES, Manoel. *Discursos sobre a educação*. *Op. Cit.*, p. 50.

tantes riscos a que estavam expostas. Alexandre de Gusmão, na obra *Arte de crear bem os Filhos na idade da Puericia*, destacava “quanta importancia he para a boa creação dos mininos, serem criados aos peitos de suas proprias mãys”. O jesuíta alertava que as crianças “saem melhores nos costumes, que os que sam entregues às amas, ou escravas”.⁵⁹⁹ Gusmão, afirmando as teorias médicas galênicas, indicava que “o leite da mãy he mais saudável ao filho, que outro qualquer leite [...] porque como o leite da mulher nam seja outra coisa senam aquelle mesmo sangue, com que no ventre alimentoy a creança”.⁶⁰⁰

A ideia de que as inclinações eram transmitidas biologicamente de pais para os filhos também já havia sido enunciada por Francisco Aires, que afirmava: “assi[m] devem as mãys criallas a seus peitos pera que com o leite lhe bebão a virtude, & costumes”.⁶⁰¹ Desse modo, o religioso entendia as relações pais/mães e filhos como vínculos afeitos e naturalmente consolidados, determinando que não haveria “escuza pera não se comprir esta obrigação de amor natural, pois até os animais, todos crião, & fomentão suas crianças”.⁶⁰²

No entanto, ainda que se reconhecesse que “os mininos criados com o leite proprio de suas mãys, sam em pequenos menos doentes, & em grandes mais robustos”,⁶⁰³ tanto Aires como Gusmão aceitavam os casos em que “quando os filhos se ouvessem de entregar ás âmas he bem se escolhão as mais virtuosas, & bem acostumadas, que com o leyte lhes comuniquem o bem de que são dotadas, pois o mal, & o bem parece se recebe na criação do que se participa na geração”.⁶⁰⁴

Outro mecanismo de salvação espiritual anunciado para combater um grande perigo eram as constantes vigílias dos pais sobre as ações de “diabólicas mulheres feiticeiras”. Como acreditava Gusmão, elas “costumam matar as creanças chupandolhes o sangue, ou dando-lhes a chupar as tetas inficionadas com veneno”. Citando o demonólogo jesuíta Martín Del Rio, de fins do século XVI, Alexandre de Gusmão afirmou que “estas femeas infernaes ouve algũas tam cruéis, que chegaram a matar grande numero de creanças”, para tanto exemplificou com um caso da Germânia em que as bruxas chegaram “a matar quarenta infantes”. No entanto, ao todo “foram queimadas oito Bruxas, que

⁵⁹⁹ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 178.

⁶⁰⁰ *Idem*, p. 180.

⁶⁰¹ AIRES, Francisco. *Regimento espiritual*. *Op. Cit.*, p. 6.

⁶⁰² *Idem*, p. 7.

⁶⁰³ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 180.

⁶⁰⁴ AIRES, Francisco. *Regimento espiritual*. *Op. Cit.*, p. 7.

confessáram aver morto cento, & quarenta innocentes”. Duas eram as finalidades dessas

diabolicas feiticeiras tem em tam execranda crueldade, sam, o primeiro para fazerem do sangue, & carne dos innocentes infantes os seus ungentos, & encantamentos, como hũa convencida confessou. O segundo, porque lhes tem persuadido o Demonio a estas tristes, que matando certo numero de infantes, ham de ficar impassiveis para as penas do inferno; assim zomba o Demonio, & assim predomina as depravadas vontades dos pecadores.⁶⁰⁵

Já o padre Manoel Bernardes alerta sobre as possíveis ações maléficas que as mulheres “embruxadas” poderiam promover junto às crianças, como a tortura ou a morte. Dizia o autor que essas “impiíssimas mulheres, que chamamos bruxas, e os latinos *striges* ou lâmias, e os hebreus mães dos demônios” agiam afogando “os meninos com a roupa da mesma cama” ou lhes fincando “uma agulha por detraz da orelha, ou sugam[ndo] d’outros varios modos, que o demônio seu mestre lhe ensina”.⁶⁰⁶ Como exemplificação, Bernardes indicou haver uma confissão de uma bruxa que dizia: “Andamos á caça dos meninos, que ainda não são baptisados; e tambem do que já o são, principalmente se não estão armados com o signal da Cruz e orações”.⁶⁰⁷

Logo, crianças não batizadas ou aquelas desprotegidas espiritualmente pela ausência de realização de orações estariam mais propensas a serem supostas vítimas das bruxas. Há ainda um minucioso relato no que tange aos objetivos e procedimentos que as bruxas teriam ao escolherem e fazerem suas vítimas infantis. Nesse sentido, é válido destacar a descrição da morte da criança no berço, o desenterramento, o cozinhar em caldeira, o consumo de ossos e carnes, a formulação de poções (ungentos, bebidas), a ritualística de iniciação de outras bruxarias. Vejamos abaixo um excerto:

A estes no berço, ou á ilharga de seus paes os matamos com as nossas cerimonias; e cuidam, que os oprimiram, ou que morreram por alguma outra causa. E do logar onde os enterram, os tiramos, e cosemos em uma caldeira, até que esbrugados os ossos, fica toda a carne delida, e potável, a qual sorvemos; e do pé, que

⁶⁰⁵ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 172.

⁶⁰⁶ BERNARDES, Manoel. *Discursos sobre a educação*. Op. Cit., p. 52.

⁶⁰⁷ *Idem*.

fica mais grosso, fazemos ungento com que untamos; e do mais liquido enchemos tambem um frasco, d'onde damos a beber aos principiantes quando professam a nossa arte, etc.⁶⁰⁸

Bernardes indicava que a crença do ataque das bruxas às crianças era muito antiga e comparava, a partir do relato bíblico, a criança mais suscetível (não batizada) com riscos que os meninos não circuncidados corriam antes dos oito dias de idade. A circuncisão, então, tal como o batizado no século XVII, era um mecanismo de proteção espiritual:

O mesmo, que agora fazem estas mães dos demônios com os meninos antes de baptisados, faziam antigamente enquanto a Lei Escripta era caminho da salvação, com os meninos incircuncisados; e assim perguntados uma vez os sábios da Lei, qual seria a causa porque morriam tantos antes de oito dias (que era o termo, que se esperava para a circuncisão) responderam, que os matavam estas ímpias mulheres.⁶⁰⁹

Alexandre de Gusmão também prescreveu algumas recomendações para a mais eficaz forma de proteção espiritual dos meninos. Primeiro, que o “remedio para prevenir este mal, he armar os innocentes infantes com o sinal da Cruz, Agnus Dei, Agua benta, relíquias, & imagem de Santos, para que os inimigos infernaes tenham combater os Soldadinhos de Christo”;⁶¹⁰ Segundo, indicou também preocupações com as bruxas, destacando as formas e aparências que as mulheres feiticeiras normalmente se transfiguravam: “costumam estas bruxas entrar ás creanças em figuras de gatos, cachorros, & outros domésticos animaes, por isso he necessario, que naqueles dias antes do Bautismo haja nisto muita vigilancia, porque isso he o que o Demonio principalmente pretêde”;⁶¹¹ Terceiro, alertou sobre como identificar os “sinaes de estar a creança embruxada”; pois “nam sam faceis de conhecer; pôde ser sinal (como notou Del Rio) ver algũas gotas de sangue, ou picaduras de alfinetes, ou beicinhos feridos da peçonha; & se acaso enxergarem algum destes sinaes, he necessario acudir primeiro ao

⁶⁰⁸ *Idem*, p. 52-53.

⁶⁰⁹ *Idem*, p. 53.

⁶¹⁰ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 173.

⁶¹¹ *Idem*.

remedio da alma, que he o bautismo, & logo a Deos, & seus Santos pelo remedio do corpo”.⁶¹²

Portanto, Gusmão alertava para os mecanismos da prevenção do mal sobre as crianças e a posse de relíquias protetoras; as formas e disfarces desse mal, geralmente identificado com a figura feminina (a mulher feiticeira, a bruxa); as possibilidades de identificação de crianças “embruxadas”, aquelas que, possivelmente enfermas, tinham visivelmente poucas chances de vida.

Até o final do século XVII português encontramos uma série de preceitos supersticiosos publicados na intenção de recomendar modos de proteger as crianças dos maus espíritos, das bruxas, das enfermidades, dos constantes perigos bem como do iminente risco de morte. De acordo com Delgado, amuletos, talismãs e patuás – geralmente produzidos com materiais encontrados na natureza (pedras, conchas, ossos, moluscos, dentes, garras, plantas, etc.) – atribuídos como virtudes protetoras eram carregados pelas crianças como elementos simbólicos de segurança do infantil.⁶¹³

Alexandre de Gusmão descreveu, como exemplo dessas possibilidades de proteção, haver uma “mulher pia” que, utilizando de elementos sagrados e da natureza, protegeu seu filho de uma senhora “q’ tinha fama de bruxa”:

[...] armando o seu infante com armas espirituais, fez sobre ele o sinal da Cruz, meteolhe na boca hũa pedra de sal bento, debaixo da cabeceira hũas hervas bentas, landolhe Agua benta, o accomodou no berço. Pela meya noite querendose vingar da mãy no filho, veyo a feiticeira para embruxar, porèm por virtude das cousas de piedade, com que estava armado, nam pode conseguir seu depravado intento, porque chorando a creança acodio a mãy, & achou o filho já fora do berço mas sem lezam.⁶¹⁴

Os amuletos eram recursos acionados pelos pais e usados pelas crianças com o intuito de protegê-las de enfermidades e maus agouros à medida que a mortalidade infantil no período era muito alta e a ciência médica não havia avançado. Além disso, como vimos na citação

⁶¹² *Idem*, p. 173-174.

⁶¹³ DELGADO, Buenaventura. *Historia de la infancia*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998, p. 99.

⁶¹⁴ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 174.

acima, uma queda do berço poderia ser entendida como tentativa de embruxamento, porém, para aqueles que estariam em sintonia com os cuidados espirituais recomendados, a proteção era garantida. Assim, lançava-se mão de todos os recursos, inclusive do uso de instrumentos pagãos.⁶¹⁵

Dentre os fiéis cristãos mais abastados tornou-se comum o uso de joias para demonstrar devoção, como as medalhas de santos, a cruz e os relicários, joias que continham relíquias sagradas; e, assim como nos grupos mais populares, serviam como meio de expressar crenças e superstições assim como proteção contra malefícios e desgraças.⁶¹⁶

Outra forma de assistência espiritual às crianças estava vinculada à fé que os pais possuíam, especialmente nos casos de busca por intercessão divina por meio dos santos de devoção. As divulgações de milagres envolvendo crianças foi uma dessas formas de crença no socorro dos infatis relatadas nas obras impressas em pequenos formatos e poucas páginas.

Um exemplo significativo foi o impresso do *Caso prodigioso de N. Senhora da Lapa*, publicado em Lisboa em 1754.⁶¹⁷ Nele, o presbítero Angelo de Siqueira Ribeiro do Prado (17??-1776) descreveu um miraculoso caso envolvendo Dona Maria Antonia do Amaral, pertencente às principais famílias do Rio de Janeiro, e um de seus pequenos escravos. Conforme o autor:

[...] quis a Rainha do Ceo, e da terra mostrar o quanto estimava aquelle obsequio, que indo para a escola do Seminario hum escravo pardo da dita D. Maria em tempo, que passava pelo Seminario hum carro grande carregado de cal, com rodas chapeadas de ferro, querendo o dito minino dar ao tempo o que he seu, quis subir ao carro por diante das rodas, servindo-lhe de precipício a sua ignorância, e de estrago a sua pró-

⁶¹⁵ BENUTTI, M. A.; COSTA, M. L. C. C. O uso místico da joia: amuletos de proteção infantil no século XVII. In: WORLD CONGRESS ON COMMUNICATION AND ARTS, 5., 2012, Guimarães. *Anais [...]*. Guimarães: COPEC – Science and Education Research Council, 2012. p. 268-272, p. 272.

⁶¹⁶ *Idem*, p. 268.

⁶¹⁷ SEQUEIRA, Angelo. *Botica Preciosa, e Thesouro Precioso da Lapa*. Em que como em Botica, e Thesouro se achão todos os remedios para o corpo, para alma, e para a vida. E huma receita da vocaçoes dos Santos para remedio de todas as enfermidades, e varios remedios, e milagres de N. Senhora da Lapa, e muitas Novenas, devoçoens, e avisos importantes para os pays de família ensinarem a Doutrina Christã a seus filhos, e criados. Lisboa: Offic. de Miguel Rodrigues, 1754.

pria innocencia, passou a rida do carro pela barriga, e costas do dito minino, e quando se cuidou ficaria dividido em dous pedaços o seu corpinho, se achou inteiro, mas todo desfeito em sangue, e chamando, e invocando o minino por nossa Senhora da Lapa, logo o Missionario lhe poz o azeite bento de nossa Senhora pelo corpo, e teve tal melhora, que logo dalli a sete, ou oito dias se levantou da cama são, e salvo, e sem lesão alguma, ficando por sinal evidentíssimo os sinais das cabeças dos pregos pelo corpo, sem osso algum quebrado: assim paga MARIA Santissima a quem a serve.⁶¹⁸

A impressão de casos revelando intercessões divinas sobre os infantis já era uma prática precedente comum no medievo português. Oliveira destacou que os livros de milagres, sobretudo dos séculos XIV e XV, tinham como efeito a produção de memórias que objetivavam “difundir e propagar os poderes taumatúrgicos dos Santos cujas relíquias pretendia, promover as comunidades de cristãos”.⁶¹⁹

Assim, as crianças miraculadas eram enunciadas como um complemento da efetiva credulidade e da ocorrência verídica de uma graça registrada. Livros médicos, ainda que exaltassem o empreendimento do médico para com a criança ou a parturiente, não se afastavam de vocábulos e expressões que davam sentidos milagrosos ou nos domínios do espiritual à ação. Esse é o caso, por exemplo, de médicos como Fonseca Henriques e Bernardo Pereira, que afirmavam que um dos males que mais atormentavam as crianças eram o “quebranto” ou “mal de olho”, causados pela inveja transmitida “pela força com que se olha”⁶²⁰ bem como produzidos por “comunicação de huma qualidade oculta, perniciosa, e maligna introduzida pella vista, vaporização ou contacto em qualquer pessoa, cujos humores e spiritos”.⁶²¹

⁶¹⁸ *Idem*, p. 22-23.

⁶¹⁹ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval*. Op. Cit., p. 39.

⁶²⁰ HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Medicina lusitana, socorro delphico, aos clamores da natureza humana, para total prostigação de seus males*. Porto: na Officina Episcopal de Manoel Pedroso Coimbra, 1750, p. 123.

⁶²¹ PEREIRA, B. *Anacephaleosis medico-theologica, magica, juridica, moral e politica na qual em recopiladas dissertações; e diviões, se mostra a infalivel certeza de haver qualidades maleficas, se apontão os sinais por onde possão conhecerse; e se descreve acura assim em geral, como em particular, de que se devem valer nos acha ques procedidos das dittas qualidades maleficas, e demoniacas, chamadas vulgarmente feitiços*. Coimbra: Off. de Francisco de Oliveira., 1734, p. 23.

De acordo com Ferreira, o conhecimento sobre a ação dos quebrantos sobre os meninos se dava pela “perda súbita da vivacidade e alegria, vômitos de leite azedo ou coalhado, cabeça pesada e sem poder abrir os olhos, recusando mamar”.⁶²² Não obstante, a descrição das curas miraculosas foi enunciada por meio do controle dos fluxos sanguíneos, da existência de fortes dores agoniantes, da descrição fisiológica, entre outros aspectos alegóricos que compunham o cenário correspondente da graça alcançada.

Ainda nos domínios da considerada necessária assistência espiritual, foram produzidas narrativas de casos extraordinários de infanticídios e abusos sexuais que despertavam interesse e comoção social, por isso foram motivos de atenção por parte do Tribunal de Inquisição e registradas em impressos que circulavam por todo o império luso.⁶²³ Os inimigos “infernais” também poderiam estar muito próximos do ambiente familiar, às vezes sendo os próprios pais que promoviam a morte e/ou os abusos. Quando os religiosos ou médicos não encontravam justificativas místicas/sobrenaturais/supersticiosas (atuação de bruxas, demônios), identificando os efeitos do mal na própria configuração familiar, tratavam de reafirmar a inocência, a pureza e a castidade do infantil.

A crescente organização do cotidiano familiar no período moderno, em especial nos centros urbanos, colocou em evidência a problemática da presença de mães solteiras bem como as ineficientes condições de habitabilidade e subsistência material para criarem-se crianças, de modo que, não raramente, se recorresse ao homicídio dos infantis indesejáveis como forma de resolver tais dificuldades geradas a partir de diversas ordens, seja econômica ou social. O nascimento de filhos inoportunos, débeis ou aleijados, assim como aqueles indesejáveis por bastardia, casos de adultérios ou violações, frutos de

⁶²² FERREIRA, António Gomes. *Gerar Criar Educar. Op. Cit.*, p. 226.

⁶²³ Cabe-se destacar que o debate historiográfico acerca do espaço da representatividade social do homicídio de infantis, principalmente de recém-nascidos, no Ocidente cristão é complexo e nem sempre de comum acordo. Conforme levantamento realizado por Oliveira, a impossibilidade de fontes que confirmem números e estatísticas induzem diferentes constatações. Enquanto algumas pesquisas tendem a negar que o infanticídio, por exemplo, no caso da Inglaterra moderna tenha sido uma realidade socialmente generalizada, outros, como investigações sobre homicídios infantis realizados na França e Itália, acreditam que, primordialmente a partir do século XV, o infanticídio por abafamento ou esmagamento dos recém-nascidos nos leitos familiares aumentara significativamente. Conforme: OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval. Op. Cit.*, p. 85.

relações com religiosas ou religiosos, mães solteiras ou viúvas, poderia conduzir diferentes razões para o infanticídio ou abandono.

A potencialização do medo acionado pelos discursos religiosos cristãos e pelas instâncias jurídicas promulgadas a partir de ordenações como as *Afonsinas*, *Manuelinas* e *Filipinas*⁶²⁴ contribuiu para a afirmação social de sentimentos como culpa, pecado e vergonha de crimes contra os infantis. De acordo com Corazza, os homicídios de infantis no período moderno em grande parte estavam associados a causas acidentais. Todavia, o desejo de morte sobre as crianças revela formas diversas de matar, como

[...] queimar com ferro quente, com vela acesa, ou deixar pendurado na beira da lareira por vários dias; congelar com banhos frios ou deixar sem agasalho; afogar nos rios, no mar, em tinas de água, nos poços, ou em latrinas; abandonar em lugares desertos, para que os animais as comessem; asfixiar na cama; atirar ao solo ou contra a parede; deixa-las cair, enquanto enfaixadas, passando-as de uma janela a outra, ou jogando-as para o alto, como se fossem bolas, deixa-las morrer de fome.⁶²⁵

Um interessante impresso que circulou no Reino português em 1731, traduzido por “hum curioso”, revela, além de um caso de infanticídio, os modos como a sociedade se organizou para amenizar o sentimento de perda com o cruel crime bem como a mistificação dada ao defunto infantil como parte de um processo que mostra o sentimento social partilhado em torno da inocência e pureza dos infantis frente à morte. A fonte testemunha a morte do menino Affonso Roberto, natural da Villa da ponte de D. Gonçalo, pertencente ao Reyno de Cordova. “Cumpria tres annos, e nove mezes no dia 27 de Dezembro do anno passado de 1731. E nesse dia, que era a Vespera da festa dos Santos Innocentes desapareceu da Povoçam”.⁶²⁶ Ansiosos,

⁶²⁴ Sobre os mecanismos jurídicos em torno dos casos de infanticídio, sugere-se: RIBEIRO, Fernando José Martins Barbosa. *O crime de infanticídio: análise forense sobre a influência perturbadora do parto*. 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais) – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2015.

⁶²⁵ CORAZZA, Sandra Mara. *História da infância sem fim*. Op. Cit., p. 164.

⁶²⁶ *Crueldade sem exemplo, executada em Affonso Roberto. Menino de tres annos, e nove mezes, natural da Villa de D. Gonçalo, no reyno de Cordova*. Lisboa Occidental: Na Oficina de Pedro Ferreira, impressor da Serenissima Rainha nossa Senhora com todas as licenças necessárias e Privilegio Real: 1731, p. 1.

os pais do menino fizeram todas as diligências possíveis, porém sem sucesso. Cerca de uma semana após o desaparecimento do pequeno menino, “lançado no cham de brussos, morto, e muy unido com a terra. Distante cerca de meia légua de onde havia sumido, o pai se defrontou o filho no seu cadaver”, conduziu-o de imediato até a Vila onde “despindo-o o expoz à vista de todo o Povo, que concorriam a informarse do successo; fazendo os enternecidos clamores da mãy, e as diferentes lamentaçoes de parentes, e conhecidos, mais sensível este deplorável espetaculo”.⁶²⁷ No dia seguinte, uma junta de médicos, escrivães e notários, ordenados pelo Comissário do Santo Officio, realizaram um detalhado exame, pois havia se constatado “sinaes do martírio que viram no corpo desta innocente criatura”, declarando, assim, que:

[...] tinha as plantas, e os dedos dos pès queimados com fogo lento: que as coxas das pernas pela parte exterior haviam sido cruelmente açoutadas até fazerem as chagas que nelas se viam: Que havia sido queimado em diferentes partes com ferro feito em braza: Que os joelhos estavam pizados de pancadas: Que as mãos haviam sido queimadas nas palmas: Que os vergoens de que estavam rodeados os pulsos, eram sinaes de haverem sido tiranamente atadas: Que na face direita tinha queimaduras, e hum grande sinal de pancada: Que hum grande vergam que tinha por todo o comprimento da testa, junto à raiz do cabelo, de dedo e meyo de largura, indicava haver sido feito com fogo pelas empolas que levantava: Que havia tido huma ligadura sorte pelos olhos e tinha esquerdo furado pela menina.⁶²⁸

Uma série de sangrias foi realizada no corpo do menino, que insistia em ficar “flexível” e seus ferimentos “se foram mostrando rubicundos todos os vergoens; especialmente os da nadega direita, o da virilha esquerda, o da face, e o da testa; e subiram depois tanto de cor, que pareciam fabricados de escarlata”, dando mostras de se tratar de um caso prodigioso. O acontecido “começou a converter em jubilo o sentimento; a Villa a gloriarse de haver produsido tal filho; e o Magistrado a entender que nam só convinha, mas era da sua obrigação pôr este corpo, a quem chamavam Angelical, em depozito, e com decencia; porque segundo o que os syntomas indicavam havia sido

⁶²⁷ *Idem*, p. 2.

⁶²⁸ *Idem*, p. 2-3.

laureado com a coroa do martirio”.⁶²⁹ Na sequência, a comunidade, os seus mais altos postos eclesiásticos, os capitulares da camara e o Mor da Vila expediram a ordem para preparar

[...] hum caixam forrado de Persiana encarnada, e guarnecido de galão de seda branca com tres fechaduras e outras tantas chaves, cada huma de diferentes guardas; huma camizinha de Hollanda, e huma túnica do mesmo com entremeyos finos, e outra exterior de tafeté roxo guarnecido tambem de galam de seda branca. Bem quizera o Magistrado fazer mais preciosos estes adornos, mas nam pode deixar de observar a nova Pragmatica universalmente obedecida por gosto e por conveniência em todos os Estado da Cora de Castella, que nam permite estofos, nem guarniçoens mais ricas. Acabado tudo o que se tinha determinado, vestiram o menino à Nazarena, cingindolhe a cintura com hum cordam de seda roxa, torcida com fio de ouro. Puzeramlhe nos braços huma cruz de pao de noqueira marchetada de marfim, e na cabeça huma coroa de espinhos. Com estas insígnias foy metido no cofre, ou caixam, que se lhe havia preparado.⁶³⁰

Feitas essas disposições, realizou-se uma procissão pela vila conduzindo “pelas ruas mais publicas o caixam do martirizado corpo do menino Affonso Roberto; levando-o sobre os seus hombros os dous Prelados, e dous Sacerdotes, da mayor distincão da Villa: fazendo mais numerozo este acompanhamento hum grande concurso de naturaes, forasteiros, e pessoas de outras Naçoens”. Enquanto durava a procissão “não cessarão os festivos repiques dos sinos de todas as Igrejas, e se deu fim à função com huma salva geral das caravinas das quatro Companhias de Soldados”. A comunidade havia martirizado seu menino com lastimoso sentimento, ainda que ficasse o manifesto para identificar “os autores de crueldade tam inaudita, que parece exceder todas as de que as historias nos produzem exemplos”.

A prática do infanticídio, sobretudo envolvendo causas acidentais, estava mais próxima das famílias menos favorecidas social e economicamente, cujos recém-nascidos eram mais frágeis e potencialmente suscetíveis às consequências da pobreza. Um mecanismo que contribuiu para minimizar os riscos de sufocamento dos recém-nascidos foi a disseminação do uso do berço. Segundo Corazza, essa

⁶²⁹ *Idem*, p. 3.

⁶³⁰ *Idem*, p. 3-4.

orientação “é atribuída às admoestações das autoridades eclesíásticas para que os pais não colocassem mais as crianças dormindo em suas camas” para evitar o eminente perigo de eles asfixiarem os filhos com seu próprio peso. No entanto, Corazza acredita que, entre os sermões e escritos religiosos, a justificativa sobre o não mais uso do leito compartilhado tinha o cunho moral “de impedir a manipulação sexual das crianças pequenas, durante a noite”, uma vez que “mais que sanitaristas, as condições culturais que possibilitaram a criação do berço foram morais”.⁶³¹

Em Portugal, como se percebe na divulgação dos *Sinodos*, as autoridades eclesíásticas responsabilizaram moral e espiritualmente os pais negligentes e abusadores dessas involuntárias mortes e incestos, promovendo maiores cuidados, vigilâncias e sentimentos de pudor sobre as crianças. Por exemplo, as *Constituições Synodais do bispado de Portalegre* reconheciam, já na primeira metade do século XVII, as penas que se haveria de ter aos incestuosos, tanto para os clérigos como para os leigos. Nesse ordenamento, o acusado, no caso de pertencer ao clero, deveria pagar certa quantia ao officio clerical e seria “degredado para o Brasil, ou Angolla por cinco annos: & sendo leigo será preso, & do aljube pagará a dita pena, & será degredado por sinco annos para as galês, Brasil, ou Angolla”.⁶³² Nesses casos de incesto, o grau de consanguinidade e parentesco poderia reduzir as quantias cobradas, as penas de degredo ou os “castigos rigurosamente com penas arbitraria”.⁶³³ Semelhantemente, as *Constituiçoens synodaes do Bispado de Leiria* também apregoavam tais penas, no entanto faziam distinção entre as penas de leigos e “pessoa nobre”, esta última sendo “perpetuamente degredada para o Brasil”.⁶³⁴



No que se refere à promoção espiritual e moral da primeira infância, alguns mecanismos figuraram no papel de proteção e cuidado: a necessidade da brevidade do batismo; a boa criação por meio da proximidade com as mães, mais especificamente no que se refere à necessidade de amamentação; a vigilância para manter as crianças longe do ataque das bruxas; o uso de elementos simbólicos de pro-

⁶³¹ CORAZZA, Sandra Mara. *História da infância sem fim*. Op. Cit., p. 166.

⁶³² *Constituições Synodais do bispado de Portalegre*. Op. Cit., p. 236-237.

⁶³³ *Idem*, p. 237.

⁶³⁴ *Constituiçoens synodaes do Bispado de Leiria*. Festas, & ordenadas em Synodo pelo Senhor Dom Pedro de Castilho Bispo de Leiria. Coimbra: Livraria d'Alco-baça, 1601.

teção como água benta, imagens santas, relíquias, cruzes, medalhas e patuás; a manutenção da crença na intercessão miralulosa de santos de devoção; o afastamento dos quebrantos e maus olhados. A devoção incentivada pelos autores ratifica a importância que os autores tinham na manutenção da inocência, na conduta virtuosa, na proteção e na interseção milagrosa sobre as crianças.

Evitar doenças, abandonos e mortes das crianças era fundamental e dizia respeito aos modos ideais de condução da vida nos princípios da fé católica. Porém, quando a morte efetivamente chegava aos pequenos, uma série de cuidados por parte dos pais era fundamental. Ao alertar e culpabilizar os pais pela omissão com os sacramentos, pelo não atendimento aos sufrágios e pela ausência de orações aos infantis defuntos, o que poderia inviabilizar a salvação da alma das crianças mortas, os discursos religiosos pareciam propor a existência de uma vivência mais intensa da fé cristã e do comprometimento com os preceitos da doutrina católica.



4.2 Os cuidados que se deveria ter com o menino defunto⁶³⁵

Cada indivíduo descrevia um arco de vida, mais ou menos longo, segundo a duração de sua existência; saía da terra através da concepção e a ela voltava através da morte. Sob a terra estava a morada dos mortos, a reserva das almas à espera de uma reencarnação, essas almas dos ancestrais que “renderam o espírito” e um dia renasceriam num de seus netos.⁶³⁶

Para o historiador Jacques Gélis, essa era a consciência da vida no pensamento moderno europeu, tanto que o hábito de dar às crianças o nome dos avós e genitores perdurou por muito tempo como forma de garantir a imagem de sucessão nas seguintes gerações. Evidentemente o sobrenome era a alcunha de uma linhagem, “a solidariedade de sangue eram tais que o indivíduo não podia sentir o corpo como plenamente

⁶³⁵ Esta seção é uma versão adaptada da publicada em: RIPE, Fernando; DILLMANN, Mauro. Do cuidado, que devem ter os pais dos mininos defuntos: preservação da infância e conselhos espirituais do padre jesuíta Alexandre de Gusmão, século 17. *História da Educação*, v. 21, p. 271-295, 2017e.

⁶³⁶ GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 305-320, p. 305-306.

autônomo: esse corpo era o seu, mas também era um pouco ‘os outros’, os da grande família dos vivos e dos ancestrais mortos”.⁶³⁷

O historiador Fernand Braudel afirmou que na França moderna havia “uma igualdade da morte e da vida, uma altíssima mortalidade infantil, fomes e uma subalimentação crônica e poderosas epidemias”.⁶³⁸ As elevadas taxas de óbitos infantis traziam consigo a consciência social quanto à precariedade da vida das crianças bem como aos cuidados que se deveriam dispensar a elas. Por meio da análise de numerosas fontes (biografias, tratados, compêndios, manuais religiosos, manuais filosóficos, iconografia de esculturas e de quadros, monumentos funerários, entre outros), o historiador Philippe Ariès destacou o desenvolvimento, no período moderno, de manifestações mais evidentes do sentimento de pesar e do lamento em relação à morte na infância. Ariès considerou o desenvolvimento da maior afetividade e compaixão em relação ao sujeito infantil – referia-se às crianças de “boa família”, nobres ou burguesas – a partir do século XVI, quando também as famílias passaram a conceder importância às crianças como seus núcleos fundamentais, conferindo a elas cuidados cada vez mais exigentes, especialmente em relação à preservação de sua vida.⁶³⁹

Os discursos sobre a morte foram mote de grande interesse de variadas e vastas literaturas de espiritualidade publicadas em Portugal, com destaque para os jesuítas, ao longo do século XVII. Evidência, nesse sentido, é a intensa quantidade de obras que ensinavam a se preparar para a morte que circulava pelo Império português nesse período e nos séculos subsequentes. A pesquisadora portuguesa Zulmira Santos acentua que no Portugal do Antigo Regime se deu grande importância à temática da morte e dos “últimos dias”, sobretudo como forma de proporcionar mudanças de atitudes e organização da vida religiosa dos fiéis cristãos.⁶⁴⁰ Nesse sentido, publicações que formulavam modelos de perfeito comportamento moral e religioso atendiam às condições discursivas de um clero que enunciava preponderantemente a salvação ou condenação eterna das almas, uma

⁶³⁷ *Idem*, p. 306.

⁶³⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Cosmos, 1970, p. 72.

⁶³⁹ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Op. Cit., p. 58.

⁶⁴⁰ SANTOS, Zulmira C. Entre a “doutrina” e a retórica: os tratados sobre os quatro novíssimos (1622) de Frei António Rosado O. P. *Revista Faculdade de Letras*, Porto, 1997, pp.161-172.

vez que a lembrança da perenidade da vida terrena e da eternidade no além poderia propiciar mudanças nos modos de viver. Esses discursos tonalizam os “comportamentos sociais e morais no sentido de bem viver, avançando propostas de paradigmas ‘cristãos’ de virtude, nas diferentes situações de vida social e também no momento da morte”.⁶⁴¹

Nesse item, temos por objetivo analisar os discursos do padre português Alexandre de Gusmão em uma de suas principais obras do século XVII visando a compreender os conselhos do autor aos pais que deveriam cuidar dos seus filhos defuntos. Essas instruções não tinham por finalidade refletir intensamente sobre a morte infantil, mas sim sobre a educação moral e religiosa dispensada pelos pais às crianças na medida em que a salvação de seus filhos dependia de uma vida conduzida de forma cristã – ou educando a criança, em vida, longe dos pecados ou buscando sufrágios salvacionistas pós-morte –, cuja responsabilidade era dos pais.

A obra de Gusmão, *Arte de crear bem os Filhos na idade da Puerícia*, foi considerada por muitos pesquisadores um exemplo de publicação católica sobre tratadística educativa.⁶⁴² Foi publicada inicialmente em Lisboa no ano de 1685, durante o apogeu europeu do projeto da Reforma Católica, tratando-se de uma “síntese elaborada em fins do século XVII, época em que os preceitos tridentinos há muito vinham sendo implementados nas sociedades católicas”.⁶⁴³ Esse livro de Gusmão foi dedicado aos modos de instruir e educar crianças a partir das experiências de ensino do próprio autor, mas particularmente voltado aos modos de como os pais deveriam criar seus filhos na idade da puerícia para estes obterem, “no futuro”, “morigerada juventude”. Assim, “á boa puerícia se segue boa mocidade, assim como á boa vida boa morte”.⁶⁴⁴ Está dividida em duas partes: a primeira contém dezenove capítulos que orientam os fundamentos teológicos para a “boa educação” dos meninos; já a segunda, intitulada *Como se hão de haver os pais na criação dos meninos*, prescreve, em vinte e cinco capítulos, aconselhamentos práticos e edificantes para que os pais educassem

⁶⁴¹ *Idem*, p. 162. Ressalta-se a perspectiva demográfica de um interessante estudo envolvendo o estado da arte acerca da evolução da mortalidade em Portugal: BARBOSA, Maria Hermínia Vieira. *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade Universidade do Minho, 2001.

⁶⁴² Conforme VENÂNCIO, Renato Pinto; RAMOS, Jânia Martins. *Apresentação*. *Op. Cit.*

⁶⁴³ *Idem*, p. 15.

⁶⁴⁴ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 21.

seus filhos.⁶⁴⁵ Tomamos como principal procedência de análise apenas o capítulo XVI, da primeira parte, intitulado *Do cuidado, que devem ter os pais dos mininos defuntos*, que trata das advertências aos pais para procurarem “o bem eterno das almas dos filhos defuntos”.⁶⁴⁶

Gusmão priorizava fundamentalmente, na sua escrita, os pecados cometidos pelo homem e, por consequência, enfatizava as prescrições de sanções e suplícios religiosos. Outro aspecto importante foram os enunciados que o autor evocou para a questão educativa, cujas lições morais e exemplificadoras deram real destaque para particularidades acerca da moralidade e da religiosidade presentes no mundo luso-brasileiro do final de século XVII, mas principalmente com exemplos que ocorreram na própria Companhia de Jesus entre os séculos XVI e XVII.

Preocupação constante na literatura cristã do período, a arte de conduzir a infância edificada no “bem viver” não se afasta dos constantes pensamentos e apreensões com os devidos cuidados que se deve ter com o “bem morrer”. De acordo com Fleck e Dillmann, no século XVIII português a vida e a morte não eram percebidas pelos escritores religiosos da época, como instâncias separadas, tanto que havia um esforço, por parte do clero, para “instruir os fiéis/leitores sobre a relação de proximidade entre uma e outra”. Esse preparo espiritual para “a morte significava pensar na fragilidade e na fugacidade da vida, procurando seguir os mandamentos de Deus e levando uma vida santificada”.⁶⁴⁷

As crianças se tornavam uma espécie de “tábua da salvação da humanidade”,⁶⁴⁸ cuja transformação e redenção durante a menor idade possibilitaria posteriormente, na idade da razão, adultos úteis e obedientes. Esse empreendimento em muito estava associado aos postulados do *Concílio de Trento* que tinham por motivo a edificação moral dos costumes a partir de prescrições de modelos de comporta-

⁶⁴⁵ Ao longo das 387 páginas de toda a obra, Gusmão desenvolveu ensinamentos que são retomados várias vezes, seja pela demonstração de modelos edificantes de vidas virtuosas e exemplares, seja pela incitação à punição e ao castigo como modo corretivo e disciplinador da boa criação.

⁶⁴⁶ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 127.

⁶⁴⁷ FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. “Se viveres como louco, sabes que hás de morrer sem juízo”: as orientações para o bem morrer na literatura cristã portuguesa do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, p. 183-206, 2015, p. 192.

⁶⁴⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto; RAMOS, Jânia Martins. *Apresentação*. *Op. Cit.*, p. 10.

mento perfeitos, tendo em vista uma Reforma Religiosa e espiritual junto aos cristãos.

Para Gusmão os maiores responsáveis pela educação dos filhos, desde a tenra idade, deveriam ser os pais, e é nesse sentido que faz inúmeras advertências e prescrições aos modos como os pais deveriam educá-los. A criação dos filhos tanto poderia gerar o “gozo e a glória” como permanente dano e castigo.⁶⁴⁹ Portanto, ao sinalizarmos para essa literatura de cunho espiritual que, entre outros fatores, anunciava formas de bem viver e de conduzir a vida de acordo com a doutrina cristã católica, estamos abordando-a enquanto modelo de educação, já que possuía constante preocupação pedagógica.

Para melhor sistematização de análise, dividimos esta seção em duas partes: primeiro, apresentamos alguns aspectos relativos à ideia de preservação da vida da criança no período moderno europeu, quando se revelaram sentimentos mais aflorados de cuidados e atenções específicas para com as crianças, em aspectos tanto físicos quanto espirituais, notadamente diante de perigos iminentes, como a morte precoce – para tanto, nos valem de considerações historiográficas, discursos presentes na obra de Gusmão e ainda algumas gravuras do século XVI publicadas em obras religiosas dos séculos XVII e XVIII; depois, analisamos o capítulo *Do cuidado, que devem ter os pais dos mininos defuntos*, na intenção de perceber como o padre Alexandre de Gusmão privilegiou certos discursos que compunham as práticas cristãs ideais no cuidado com os “mininos defuntos” e descreveu aconselhamentos aos pais que diziam respeito, especialmente, aos sufrágios e às indulgências necessárias para a “salvação da alma” do tenro filho e apontavam atribuições de culpa aos pais negligentes na educação de seus filhos.

4.2.1. Preservação da vida da criança

Para Ariès, como vimos, até por volta do século XVI não existia uma plena e particular consciência sobre o universo infantil e, consequentemente, os sentimentos vinculados à necessária preservação da saúde e da vida da criança. Essas seriam as justificativas dos frequentes abandonos, das indiferenças com os modos de viver na pobreza, das difíceis condições dos infantis sobreviverem por favor e caridade e dos

⁶⁴⁹ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 27.

constantes casos de infanticídios.⁶⁵⁰ Não obstante, como relatou Ariès, uma criança morta era rapidamente substituída por outros sucessíveis nascimentos que poderiam facilmente ocupar o lugar daquela que morreu.

Todavia, atentamos para as possíveis representações dos sentimentos de uma família que se deparava com a inevitável morte de um filho na seguinte ilustração (Figura 23) do artista alemão Hans Holbein the Younger (1497-1543), considerado um dos mestres do retrato no Renascimento, utilizada em uma edição de *Dance of Death* (1791) para representar a morte roubando o filho mais novo de uma camponesa. Diante de insuficientes condições para preparar a refeição para todos os filhos, a mulher, ao coçar a cabeça, demonstra uma possível confusão diante da miséria em que se encontra sua família, enquanto o filho maior – com mais condições de sobrevivência – coloca as mãos sobre a cabeça parecendo não querer aceitar a morte do irmão. Na legenda da imagem, em latim, descreve-se que “o homem, nascido de uma mulher, pode viver brevemente, quando preenchido com muitas misérias, como se fosse uma flor, que pode ser destruída, e que desaparece como a sombra.”⁶⁵¹

⁶⁵⁰ Sobre o tema da História da Morte Infantil identificamos a ocorrência de poucos estudos, entre os quais destacamos: PANCINO, Claudia; SILVERIA, Lygia. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna. *Cad. hist. ciênc.*, v. 6, n. 1, p. 179-212, 2010.

⁶⁵¹ Livre tradução nossa.

Figura 23 – A visita da morte



Fonte: Hans Holbein (1493), *Child, from the Dance of Death Wenceslaus Hollar*.⁶⁵²

A caveira carrega na mão esquerda uma ampulheta, demonstrando, com esse marcador, o quão relativo podia ser o tempo de vida bem como representando que era chegada a hora da morte, ainda que

⁶⁵² Disponível em: <https://www.pinterest.com/pin/481885228852673378/>. Acesso em: 10 set. 2015.

diante da breve vida do menino; e com a mão direita puxa a criança, que ainda parece acenar para os seus familiares, para fora de casa. Os sentimentos relativos ao cuidado e à preservação da vida da criança – afeto, amor, carinho – parecem ser ressaltados quando se trata da possibilidade iminente da morte do sujeito infantil. Gélis destacou que nos finais do século XIV já era possível perceber, nos meios mais abastados, “demonstrações de afetividade” que representam “uma vontade cada vez mais reafirmada de preservar a vida da criança”,⁶⁵³ e essa vontade de salvar a criança só teria se ampliado nos séculos subsequentes, sendo que “a partir do século XVI a vontade de tratar-se e sarar manifesta-se tão fortemente que não deixa dúvida quanto ao novo olhar que o homem agora lança sobre si mesmo”.⁶⁵⁴

É importante destacar que, diante das elevadas taxas de mortalidade infantil⁶⁵⁵ nos séculos XVI a XVIII, alguns mecanismos de poder-saber, especificamente os saberes médicos da época, foram configurados na tentativa de reduzir esses indicativos. De acordo com Santos, os registros paroquiais portugueses não informavam especificamente os óbitos infantis nos séculos XVI e XVII, e mesmo no século XVIII ainda havia algumas precariedades nos registros. Para o autor,⁶⁵⁶ as altas taxas de mortalidade infantil e juvenil se justificam pela “frequência das epidemias, as crises frumentárias, a falta de cuidados higiênicos”.⁶⁵⁷

Além das causas identificáveis acima, é sabido que a maioria da população nesse período não era urbana, não cultivava hábitos de

⁶⁵³ GÉLIS, Jacques. *A individualização da criança*. Op. Cit., p. 308.

⁶⁵⁴ *Idem*, p. 316.

⁶⁵⁵ De acordo com as análises apresentadas por Santos, apesar da ausência de dados estatísticos para a mortalidade infantil em Portugal até o século XVIII, sabemos que na França, na segunda metade do século XVII e em princípios do século XVIII, a proporção de crianças que morriam antes de completar o primeiro ano de vida estaria compreendida entre 25% e 33%, sendo que na segunda metade do século XVIII essa taxa decairia para 18% a 26% (SANTOS, Cândido. Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX. *Humanidades: Revista Trimestral da AEFLUP*, n. 2, p. 49, 1982).

⁶⁵⁶ De acordo com dados levantados por Santos, os exíguos registros eclesiásticos indicavam o predomínio das “febres” como principal causa da morte de crianças. Tais febres eram distinguidas por maligna, catarral, vermelha, tísica e podre. Também havia mortes derivadas de diarreia (disenteria), bexigas (varíola), sarampo e sarampão, outras possíveis causas frequentes (SANTOS, Cândido. *Nota sobre a mortalidade infantil*. Op. Cit., p. 52).

⁶⁵⁷ SANTOS, Cândido. *Nota sobre a mortalidade infantil*. Op. Cit., p. 47.

higiene regulares⁶⁵⁸ e enfrentava escassez de alimentos e fome generalizada. Assim sendo, o descuido e os maus tratos para com as crianças eram elementos que reforçavam a necessidade de medidas assistenciais e de caridade material. Para Araújo, a “morte marcava de um modo constante o quotidiano das sociedades de Antigo Regime” português, de modo que o medo e os comportamentos de nervosismo eram elementos presentes nas situações de contágio de doenças diversas, o que “conferia um acrescido grau de risco e violência à mortalidade, sobretudo epidêmica”.⁶⁵⁹

Outro dispositivo para a preservação da vida infantil se destacava: a assistência espiritual promovida pela Igreja, bastante confortadora para uma população que buscava minimizar o medo eminente da morte de adultos e de crianças. E diante do quadro de elevadas taxas de mortalidade infantil, mesmo entre os mais abastados, as leituras de livros espirituais despontavam como eficazes possibilidades para minimizar o sentimento da “dor da perda” das crianças bem como justificar algumas mortes infantis e condenar “supersticiosamente” os culpados pelos precoces óbitos. Boa parte da literatura devocional jesuíta valeu-se da noção de *bem morrer*, apresentando-a por meio de uma relativa variação nos seus discursos, tanto em estilo como em conteúdo.

Na obra do jesuíta Alexandre de Gusmão encontramos algumas considerações aos pais diante das experiências de incertezas quanto à sobrevivência das crianças. Uma preocupação constante que os “antigos pais” deveriam ter era “nam faz[er] festa quando lhes nasciam os filhos, senam quando os desmamavão”.⁶⁶⁰ O motivo poderia estar baseado nos receios provocados pela frequente mortalidade infantil, sobretudo dos recém-nascidos. O desleitar da criança parecia ser o momento de maior segurança, considerando que a criança teria, a partir de então, maiores chances de vida diante dos inúmeros perigos. No entendimento do padre, “se não davaõ por seguros a q’está exposto o infâte todo o tempo de mama”, ou seja, o período de vida correspon-

⁶⁵⁸ Para uma reflexão mais apurada sobre os processos de higienização em Portugal nesse período, sugerimos a consulta do texto COSME, João. A consciência sanitária em Portugal nos séculos XVIII-XIX. *CEM Cultura, Espaço & Memória*: revista do CITCEM, n. 5, p. 45-62, 2014. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12839.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

⁶⁵⁹ ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa. Op. Cit.*, p. 49.

⁶⁶⁰ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos. Op. Cit.*, p. 171.

dente ao tempo de amamentação era o mais frágil e de maior risco de morte.

Diante disso, Gusmão alertou para três possíveis casos de grande vigilância dos pais sobre os meninos enquanto estes ainda fossem infantes:

primeira, guardalos das Bruxas, que os nam matem antes dos Bautismo; segunda, que se bautisem a tempo, & com a solenidade, & boa eleiçam de padri-nhos, que a Igreja costuma. Terceira, que quanto for possivel criem as mãys os filhos a seus peitos, & quanto por justas causas nam possa, estas, tenham grande escolha na eleiçam das amas.⁶⁶¹

A primeira preocupação de Gusmão, como verificamos na seção anterior, estava relacionada à possível presença de “bruxas” entre as famílias e à crença nos seus malefícios.⁶⁶² O indicativo da presença desses “seres malignos” poderia ser uma justificativa para a falta de cuidados dos pais, como, por exemplo, a entrega dos filhos, pelas mães, a quaisquer amas de leite. Outro efeito da presença de bruxas era a possibilidade de o sujeito infante vir a ser corruptível e, na idade da razão, ter sua alma tomada pelo vício e pelo pecado. De outro modo, “para castigo dos pays, ou para bem dos mesmos filhos, que por ventura se condenariam se chegassem á idade maior”.⁶⁶³

[...] as Bruxas sam huas diabólicas mulheres feiticeiras, que costumam matar as creanças chupandolhes o sangue, ou dandolhes a chupar as tetas inficionadas com veneno; [...] E destas femeas infernaes ouve alguas tam cruéis, que chegaram a matar grande numero de creanç, elas as. [...] ouve Bruxa, que chegou a matar quarenta infantes, & em Germania a alta foram queimadas oito Bruxas, que confessaram aver morto cento, & quarenta innocentes.

De acordo com o padre Gusmão, as bruxas possuíam duas finalidades quando promoviam o “ataque” às crianças. O primeiro era “fazerem do sangue, & carne dos innocentes infantes os seus unguentos, & encantamentos, como hua convencida confessou”, o segundo

⁶⁶¹ *Idem*, p. 171-172.

⁶⁶² Sobre os processos de bruxaria e inquisição em Portugal, sugerimos consultar: PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”*. 1600-1774. Lisboa: Notícias Editorial, 1997.

⁶⁶³ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 173.

“porque lhes tem persuadido o Demonio a estas tristes, que matando certo número de infantes, ham de ficar impassiveis para as penas do inferno”.⁶⁶⁴

Nas imagens a seguir,⁶⁶⁵ embora não do final do século XVII – período de publicação da obra de Gusmão –, mas da centúria seguinte, percebemos uma interessante relação entre maternidade e morte filial. Na Figura 24 percebe-se a angústia da mulher pela morte que vem lhe buscar – representada por uma caveira – querendo lhe arrancar dos seus filhos. Nesse caso, duas possibilidades se configuravam: primeiro a das crianças ficarem sem os cuidados da aparentemente zelosa mãe, segundo a das crianças também virem a ser assoladas pela morte, uma vez que estariam sem os cuidados maternos. Na Figura 25 vemos a representação da morte alada levando silenciosamente a criança enquanto sua mãe, ou cuidadora, dorme, evidenciando, assim, o descuido que possivelmente ocorria com os menores e a necessidade de constante vigilância e atenção que deveria se dar para com as crianças pequenas.

⁶⁶⁴ *Idem*, p. 172.

⁶⁶⁵ As obras do renomado artista alemão Daniel Nikolaus Chodowiecki (1726-1801) representam os detalhes da vida burguesa alemã do século XVIII, de modo que buscavam demonstrar o espírito do desenvolvimento de sua época. As imagens que apresentamos são releituras do autor sobre as alegorias presentes em um famoso manual religioso do século XV, intitulado *Dança da Morte*. O artista também ilustrou livros científicos de Basedow, Buffon, Lavater, Pestalozzi e outros importantes pensadores do Setecentos europeu. Sobre a biografia de Chodowiecki e a relação de suas obras sugerimos consultar: <http://malarze.com/artysta.php?id=55>.

Figura 24 – A morte da mãe**Figura 25** – A morte da criança

Fonte: Daniel Nikolaus Chodowiecki (1791), *An unusual part of a danse macabre*.⁶⁶⁶

No final do século XVII o padre jesuíta Alexandre de Gusmão já chamava a atenção dos pais para a proteção da saúde dos filhos e os possíveis meios de preservação da vida infantil. Ainda que devessem se preocupar demasiadamente em extirpar doenças e evitar mortes prematuras, os pais também deveriam cumprir uma série de obrigações religiosas inerentes ao cuidado espiritual, introduzindo os filhos nos preceitos cristãos.

A primeira cousa pois a que devem attender os pays na creação dos filhos, em quanto sam infantes, he aos perigos, a que está exposta aquella tenra idade, enquanto nam recebem a agua do Bautismo, pelo grande perigo de perderem a felicidade eterna morrendo sem elle.⁶⁶⁷

⁶⁶⁶ Disponível em: <http://mortisia.tumblr.com/post/48004701453/daniel-nikolaus-chodowiecki-1791-an-unusual>. Acesso em: 14 set. 2015.

⁶⁶⁷ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 170-171.

Se por considerável período predominaram na Europa ocidental as práticas de abandono de crianças enjeitadas e o infanticídio dos indesejáveis, no Seiscentos luso essas práticas, ainda que reprimidas pela Igreja, eram constantes.

Alexandre de Gusmão, no capítulo XIII do seu tratado, *Da crueldade dos pays, que matam os filhos, pelo nam crear, ou por outros respeitos humanos*, buscou vigorosamente reprimir a desumanidade com que os pais abandonavam ou enjeitavam os filhos e, ainda mais pungentemente, os casos em que “a crueldade daquelles pays, que nam só os enjeitam, mas chegam a matar com suas proprias mãos os filhos, que geraram”.⁶⁶⁸ Entre alguns modelos de infanticídio utilizados por Gusmão, destacamos um que narrou a “temerosa” história de um assassinato seguido de infanticídio e suicídio de uma irmã do santo e apostólico São Vicente Ferreira (1350-1419) que engravidara em uma relação não consentida com um escravo.

[...] concebèo de hum escravo negro, que atrevida, & aleivosamente com um punhal no peito lhe avia feito força. Vendose daquella sorte a triste senhora, temendo a sua deshonna, & a justa indignaçam de seu marido, matou com peçonha o escravo culpado, & atrás d'elle a creança innocente. Confessou seu peccado, & arrependida morrè; depois de morta aparecèo a seu santo irnam feita toda hua ascoa de fogo cõ hu negrinho nas mãos, ao qual comia, & vomitava de continuo com mostras de grande afflicãm. Admirado o Santo lhe perguntou por sua sorte, & o segredo do negrinho: ao que respondèo a defunta, que ella estava condemnada a penas do Purgatorio até o dia do Juizo, pelos dous homicidios, que avia feito, de pay, & filho, & que em pena da morte do filho, que concebèra do negro escravo, ordenára a Divina Justiça, que na fórma daquelle negrinho o estivesse comendo, & vomitando até o fim do mundo.⁶⁶⁹

Após ter sido auxiliada espiritualmente pelo santo irmão, por meio de orações e de “muitas penitencias, & diste muitas Missas”, sua alma fora salva dos possíveis tormentos a que “padecia” no Purgatório. O exemplo simbólico que garantiu a indulgência à irmã de São Vicente, a qual indesejadamente engravidou em uma violação “atrevida” e forçosa praticada por um escravo, demonstra o que Gusmão

⁶⁶⁸ *Idem*, p. 99.

⁶⁶⁹ *Idem*, p. 108.

procurou evidenciar: a possibilidade de se enjeitar um filho em detrimento de um sacrifício cruel. Todavia, cabe-se ressaltar a insistência que Gusmão fez sobre a “ideia de que receber, criar e educar os filhos alheios até à eleição do estado de vida é um ato de suma piedade e caridade cristã para com os infelizes e de sumo merecimento para com Deus”.⁶⁷⁰

Percebe-se, então, que os atos de preservar a infância e garantir a saúde e a vida da criança ganhavam relevância fundamental para homens e mulheres cristãos, evidenciada na importância atribuída aos cuidados, à assistência, à caridade, à instrução dos pais e à realização de leituras espirituais pedagógicas e consoladoras. Evitar doença, abandono e morte das crianças era tão fundamental quanto conduzir a vida nos princípios da fé católica, mas quando a morte efetivamente chegava aos pequenos alguns cuidados por parte dos pais eram fundamentais, como veremos a seguir.

4.2.2 Assistência espiritual e sufrágios necessários aos meninos defuntos

Ao problematizarmos a morte infantil na produção escrita de Gusmão, identificamos que entre as obrigações dos pais para com os filhos estava a incumbência de encaminhar adequadamente o corpo e as almas daqueles que morriam. Como afirmara Gusmão, “nam ha menos obrigação nos pays de procurar o bem eterno das almas dos filhos defuntos, do que há em procurar o bem temporal dos filhos vivos”.⁶⁷¹ Nesse sentido, as práticas que pretendiam assegurar a salvação das almas dos filhos defuntos constituíram-se de uma série de recomendações que deveriam ser atendidas desde a hora da morte da criança, com a oferta de sufrágios de missas, incessantes orações e ações piás direcionadas à melhor condução da alma, para que os “anjinhos innocentes logo em morrendo vam ver a face de Deos”.⁶⁷² Mas as instruções de Gusmão aos pais não se limitavam apenas às atitudes a serem tomadas no momento da morte da criança ou depois do seu passamento como também ao tratamento dedicado à educação, moralização, doutrinação e prática religiosa em vida. No fundo, o que

⁶⁷⁰ FREITAS, César Augusto Martins Miranda de. Alexandre de Gusmão: Da Literatura Jesuíta de Intervenção Social. 2011. Tese (Doutorado em Literaturas e Culturas Românicas) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2011, p. 135.

⁶⁷¹ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 127.

⁶⁷² *Idem*, p. 128.

faz Gusmão é um alerta sobre aquilo que ele considera como boa e como má criação, sendo a primeira não limitada ao cuidado com a manutenção sadia do corpo da criança, mas sobretudo com o cuidado de sua alma.

Ainda que se considerassem as crianças mais novas merecedoras de se juntar a Deus tão logo morressem, Gusmão contraria esse entendimento da época e condena a negligência dos pais que não prestassem os devidos cuidados espirituais aos defuntos, os quais não necessariamente teriam a sua salvação assegurada pelo simples fato de serem “anjinhos”. Fleck e Dillmann, ao analisarem as instruções para a boa morte na literatura religiosa portuguesa no período moderno, constataram que muitos fiéis “por não pensarem no momento derradeiro, morriam sem estar em dia com suas obrigações religiosas, sem poder contar com a purificação de sua alma e com sua consciência tranquila”.⁶⁷³ Esse “estar em dia com as obrigações religiosas” também valia para as crianças, mas, nesse caso, sob a responsabilidade dos pais. Sobre esse processo de displicência e inobservância frente à possibilidade da morte, Gusmão culpabilizava os pais que,

[...] na suposiçam de serem innocentes, lhes nam procuram na hora da morte os meyo espirituaes, q' para aquella hora ordenou a misericordia de Deos, deixando-os passar desta vida sem confissam, & mais sacramentos, com que poem suas almas a risco nam só de se deterem muitos dias nas penas do Purgatorio, mas ainda a perigo de se condenarem.⁶⁷⁴

Verifica-se a incitação à culpa dos pais que, por engano ou por errada consideração, pensavam que os filhos que “passam desta vida” nos seus primeiros anos “não tem necessidade de suffragios”.⁶⁷⁵ Essa culpa era incitada a partir da invocação ao medo da possibilidade de a criança defunta permanecer, ainda que por pouco tempo, no Purgatório. Portanto, não apenas os adultos podiam ser condenados, mas até mesmo os mais “inocentes” pueris. Os pais que desejassem o bem eterno de seus filhos deveriam, quando o menino estivesse “a perigo de morrer”, aplicar-lhe o “remedio da alma”, ainda que esse menino fosse da idade da inocência, da puerícia ou como em “nam poucas vezes succeder acharse maior innocencia na idade da adoles-

⁶⁷³ FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. *Se viveres como louco. Op. Cit.*, p. 191.

⁶⁷⁴ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos. Op. Cit.*, p. 128.

⁶⁷⁵ *Idem*, p. 132.

ciencia”.⁶⁷⁶ Tanto a inocência como os vícios não eram restritos a uma idade específica, de modo que as crianças também adquiriam condições de ter sua alma destinada ao Purgatório ou ao Inferno. Gusmão exemplificou essas culpabilizações com Gregório Magno,⁶⁷⁷ que alertava que um menino de cinco anos teria sido condenado por seus pecados, pois “nam só nam vam todos os mininos depos que começam a fallar ao Ceo, mas que alguns vam ao inferno, sendo causas de suas condenaçoens seus proprios pays pela má criação, q’ lhes dão”.⁶⁷⁸

Outro aspecto importante para o jesuíta Alexandre de Gusmão na assistência espiritual das crianças era a atenção dos pais ao sacramento do batismo. De acordo com Pancino, ainda que o sacramento tenha sido definido pelo *Concílio de Trento*, a prática do batismo e sua cerimonialização se modificaram de acordo com os diferentes locais e momentos bem como os distintos níveis de interesses nas sociedades cristãs. No discurso de Gusmão, sua ritualística teve por principal finalidade o auxílio e a proteção da criança recém-nascida, mas também assegurava a tranquilidade e o consolo para a família caso a criança morresse. Esse aspecto consolador não garantia, contudo, a remissão de algum possível pecado do menino – condição recorrentemente apontada por Gusmão:

Primeiramente he certo, & de Fé difnido no Concilio Tridentino, que os mininos innocentes, que morrem logo depois do Bautismo sem terem uso de razam, vam logo diretos ao Ceo sem passarem pelo Purgatorio, & he sonho de velhas dizer, que passam pelo fogo para mor do leite, que mamáram: porque como o mesmo Concilio diz, immaculados sem culpa, puros, & amados de Deos, como herdeiros de Deos nosso Senhor, & cohereo de Christo, nenhua cousa os detem para que nam vam logo ver a Deos. Porém *nam he certo, que todos os mininos depois que começam a fallar, & ter uso de razam, ainda q’ morrão em muy tenra idade, se salvam todos;* ou ao menos entrem no Reyno dos

⁶⁷⁶ *Idem*.

⁶⁷⁷ Gregório Magno (?-604), papa católico (590-604) nascido em Roma, considerado um dos *pais da Igreja moderna* ao reafirmar o papel da Igreja como aglutinadora da sociedade cristã e cujas ações mais marcantes no seu pontificado para a história do catolicismo foi iniciar o ensino do dogma do *Purgatório*, que tinha objetivo financeiro, e depois adotar o *ofício da missa*, assim como o *latim* como sua língua oficial. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PPGregM1.html>. Acesso em: 19 jan. 2016.

⁶⁷⁸ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 129.

Ceos sem passar pelas penas do Purgatorio; porque como idade de discriçam sejam já capazes de dolo, já sam capazes de peccado, & por consequente da pena do peccado.⁶⁷⁹

Na incerteza da salvação, mesmo mediante a pureza da infância associada aos constantes perigos de eminente morte infantil, o sacramento do batismo tornou-se condição obrigatória, sobretudo para as crianças que já começavam a falar. Diante das ameaças de permanência do menino defunto no Purgatório, penas e castigos no Inferno e possibilidade simbólica de a criança morta vir a pedir socorro, o batismo se tornou uma grande preocupação, sendo permitido que até mesmo leigos realizassem o referido sacramento em caso de necessidade. Conforme destacou Pancino, em muitas tradições marcadamente europeias era comum o medo de que as almas vagantes dos pequenos mortos sem o batismo se tornassem inquietas e travessas, exibindo-se simbolicamente por meio de pequenos espíritos, fogos fátuos, duendes dos bosques ou margens dos riachos.⁶⁸⁰

Na concepção de Gusmão, é válido reforçar, nem “todos os mininos, que se salvam, vam logo direitos ao Ceo”. Nesse sentido, o padre procurava reforçar a ideia de que as almas condenadas poderiam ser socorridas por diferentes modos de intercessão, dentre os quais destacamos, primeiramente, as intercessões divinas. Nesse caso, Gusmão exemplificou com São Cirilo, ao dizer que um menino chamado Esquillo, com cerca de doze anos, foi “arreatado dos Demonios para os infernos” e que só “foi livre das mesmas penas pela intercessam da Virgem”.⁶⁸¹ O menino Esquillo “adoecèo gravemente, & chegou a pontos que foi por todos julgado por morto; neste tempo foi arrebatado em espirito, & levado a hua fornalha de fogo ardente para ser nella atormentado”. Parecendo não lhe restar outra coisa para além das fornaldas de fogo do Inferno, Esquillo encontrou um “postigo aberto, pelo qual se escapou, & deu em hum Palacio muito sumptuoso, no qual estava a Santissima Virgem nossa Senhora em hum Trono de grande magestade”. Firmemente advertido e repreendido por emenda, o menino Esquillo “prometè de servir dali por diante com todo o affecto a sempre Virgem Maria sobre todoas as cousas abaixo de

⁶⁷⁹ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 128-129, grifos nossos.

⁶⁸⁰ PANCINO, Claudia; SILVERIA, Lygia. “Pequeno demais, pouco demais”. *Op. Cit.*, p. 195.

⁶⁸¹ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 129.

Deos” e teve nova oportunidade para penitenciar seus pecados. Sendo salvo pela Virgem, ele se tornaria grande servo de Deus, vindo a ser “Bispo, & depois Monge de Cister”,⁶⁸² demonstrando o quanto a fé, o arrependimento e o compromisso virtuoso com a religião católica poderiam ser meios eficazes para garantir adiamento da chegada da morte e posterior salvação da alma.

Além das possíveis intercessões divinas, um segundo conjunto de intervenções foi exemplificado, as “humanas”. Tais mediações, promovidas quase sempre por familiares, estabeleciam uma “rede de solidariedade entre vivos e mortos”.⁶⁸³ Gusmão exemplificava com as descrições do Cardeal Baronio,⁶⁸⁴ em que um menino de sete anos chamado Dinocletes “foi condenado às penas do Purgatorio, & foi livre dellas pela intercessam de sua irmã Santa Perpetua”.⁶⁸⁵

Portanto, por meio de sufrágios e orações constantes pedindo clemência, a criança poderia ser salva do Purgatório o mais brevemente possível. Gusmão relatou um caso contado por um irmão da Companhia de Jesus, o padre Francisco de Escalante,⁶⁸⁶ que afirmou que uma criança teria ficado por cerca de três horas no Purgatório, mas graças aos sufrágios e indulgências sua alma havia sido salva. Ainda apontou que “afogandose hum minino de dez annos, hum irram a cujo cargo estava afligindosse pelo estado de sua alma por aver sido morto sem Sacramento, acodio ao irram Escalante”, o qual lhe expressou “que a alma daquelle minino avia estado tres horas no

⁶⁸² *Idem*, p. 129-130.

⁶⁸³ RODRIGUES, Cláudia. O impacto das leis testamentárias sobre a economia da salvação no Rio de Janeiro colonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo, *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011, p. 1-7.

⁶⁸⁴ Cardeal César Baronio (1538-1607), religioso do Oratório, nomeado cardeal em 1596, destacou-se como erudito e historiador, sem dúvida um dos mais importantes de sua época. Sua obra principal são os *Annales Ecclesiastici*, uma história da Igreja em doze volumes, que vai desde as origens até 1198. Disponível em: <http://www.historiadaigreja.com/b/baronio-cesar-1538-1607/>. Acesso em: 19 jan. 2016.

⁶⁸⁵ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 131.

⁶⁸⁶ Francisco de Escalante era natural de Laredo, Diocese de Burgos. Entrou para a Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, em março de 1582, aos dezanove anos de idade, sendo recebido pelo provincial Anchieta, com quem estabeleceu amizade. Em 1583 seguiu com o provincial para a Bahia, onde concluiu seu noviciado. Exerceu seus ofícios na Bahia, vivendo com grande edificação e piedade. Ver: PE. ANCHIETA, José de, S. J. *Cartas*. Correspondência ativa e passiva. Obras completas. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1984. (Pesquisa, introdução e notas do Padre Hélio Abranches Viotti, S. J., v. 6).

Purgatorio, & que pelos suffragios, & indulgencias, que por elle avia feito saíra do Purgatorio, & estava no Ceo”.⁶⁸⁷

Para reforçar o seu entendimento da importância da intervenção humana sobre o encaminhamento das almas das crianças mortas por meio dos sufrágios realizados pelos vivos, Gusmão destacou como exemplo a experiência mística da serva Dona Marina Escobar, que teria revelado ela mesma “estas palavras”:

Estando em oraçam me mostrou o Senhor muitas almas de mininos piqueninos como de sete annos para baixo, que me parecia amim padeciam grandes tormentos no Purgatorio; estavam como crucificadas com os bracinhos estendidos, & disseme sua Magestade; tem cuidado destas almas, & roga por ellas, applicando as Communhões. Pois Senhor meu (disse eu] estes mininos como vam ao Purgatorio, & padecem tantos? Penas padecem (respondèo o Senhor) porèm nam tantas como a ti lastimada de os ver te parece. Sabe, que sam estas almas de mininos de bem pouca idade, que morreram com culpas veniaes, & bem leves, & he necessario, que as purguem; porque como vòs outros quando estes mininos morrem lhes chamais Anjinhos, & imaginais, que logo em morrendo vam direitos ao Ceo, & por essa causa nam offereceis por elles Missas, & oraçoens, vem a ficarse com as oraçoens, & suffragios communs da Igreja, & detemse nas penas, até satisfazerem tudo por seus cabaes; por esetes, pois me roga tu, & por estes offerece tuas comunhoens: fiz o que o senhor me mandava fazendo oraçam pelas almas destes piqueninos, ficando astás ensinada para conhecer quam exacta he a divina justiça em purificar as almas, que o ham de gozar. Atéqui a Veneral Virgem Mariana de Escobar.⁶⁸⁸

A passagem acima é significativa, porque sintetiza bem o pensamento de Gusmão a respeito da passagem pelo Purgatório das almas dos anjinhos, ou seja, as crianças com menos de sete anos de idade, pela necessidade de purgarem os seus pecados, ainda que fossem veniais. Embora abrandasse o seu discurso, considerando que os sofrimentos das almas das crianças não eram de grandes proporções e reforçasse a necessidade de orações e sufrágios, o que Gusmão pretendia, de fato, era romper com a ideia de que após a morte todo e qualquer menino

⁶⁸⁷ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. *Op. Cit.*, p. 131.

⁶⁸⁸ *Idem*, p. 131-132.

teria como consequência o encaminhamento da alma diretamente ao Céu e assim reforçar nos vivos, especialmente pais e familiares, a necessidade de manter a constância de orações, a realização de missas e comunhões bem como a vida casta, religiosa e virtuosa.

Em outros termos, também é possível aferir que Gusmão buscava realçar um amplo processo moralizador para a sociedade, principalmente para com a educação das crianças. A tendência era de combate à criança delinquente, desobediente aos pais que, por sua vez, também eram sutilmente acusados de negligenciarem a boa educação e a boa criação. A finalidade era a de se evitar comportamentos infantis desviantes e aversivos para assim minimizar a quantidade de crianças pecadoras em tão tenra idade. Nesse sentido, a família, mais especificamente os pais, tinha importante papel para a socialização e o ordenamento moral na padronização de comportamentos, assumindo e responsabilizando-se pela educação, religiosidade e moralização das crianças, pois “à boa puerícia se segue boa mocidade, assim como à boa vida boa morte”.⁶⁸⁹

Gusmão estava defendendo uma atenção maior dedicada à infância, especialmente dos pais para com os filhos. Para a França, o historiador Ariès identificou uma superficialidade do interesse sobre a criança, de modo que a indiferença em relação a esta tornava-se cada vez mais perceptível à medida que ela crescia. De acordo com o autor, “se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato”.⁶⁹⁰

Todavia, o jesuíta português Gusmão parece não ter tratado a infância com indiferença. Diante dos inúmeros casos comuns dos anjinhos mortos, e talvez para consolar os bons pais educadores que estavam enlutados e que cumpriam rigorosamente todos os sufrágios possíveis, acentuou a importância da moderação na manifestação dos sentimentos pela morte dos filhos.

Há de ser além disto moderado o sentimento dos pays nas mortes dos filhos mininos, porque assegurando elles naquella idade a salvaçam, pede o amor bem ordenado, que antes se deviam alegrar, que entristecer. [...] Os pays, que amam os filhos com amor bem orde-

⁶⁸⁹ *Idem*, p. 21.

⁶⁹⁰ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Op. Cit., p. 10.

nado, mais razam tinham de se lembrar da vida eterna dos filhos, q' de se entristecerem pela morte temporal. [...] E na verdade razam tem de se alegrar o pay na morte do innocente, por ter no Ceo mais hua Estrella, no jardim da Gloria mais hua flor; entre os Espiritos Celestiaes hum Anjinho, & entre os Santos da Gloria hum filho.⁶⁹¹

Percebe-se que Gusmão apazigua o discurso do sofrimento das almas dos pequenos meninos no Purgatório, pois aos pais e às mães que bem educavam seus filhos na virtude e na moral cristã haveria meios eficazes para assegurar-lhes a salvação da alma, motivo pelo qual os progenitores deviam se alegrar.

Além disso, a contenção dos gestos demasiados e a moderação das paixões são orientações constantes de comportamentos sociais desejados à época. Nas prédicas de Gusmão, os pais deviam assumir a maior responsabilidade pela assistência espiritual e boa educação dos filhos e a culpa pelas incorreções de comportamentos destes.

Por fim, destacamos que as principais faltas dos pais estavam na negligenciar da considerada boa educação visando ao bom comportamento das crianças, especialmente porque tornariam os filhos, mesmo na mais tenra idade, aptos a transgredirem as leis divinas. Uma vez pecadoras, as crianças tinham sua possibilidade de salvação comprometida, tendo a necessidade de purgar seus pecados no Purgatório após a morte.



Nesta seção do quarto capítulo, analisamos a produção de determinados discursos sobre a infância, a recomendação de práticas sobre a preservação da vida da criança e os conselhos espirituais cristãos diante da morte de meninos.

A obra do jesuíta português Alexandre de Gusmão trazia instruções pedagógicas sobre a educação de crianças fundamentalmente baseadas nos princípios morais e doutrinários da Igreja Católica, inclusive aqueles que diziam respeito à morte. No período moderno, principalmente com a consolidação da imprensa entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII, vigorou em Portugal “a difusão do discurso religioso sobre a boa morte associado à liturgia, à doutrina e à moral da Igreja Católica, herdeira dos princípios reformistas católicos

⁶⁹¹ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 335-336.

do século XVI”⁶⁹² Preocupação constante nesse período, a morte tornou-se tema frequente do imaginário da sociedade, pois, não obstante, eram elevadas as suas taxas.

De acordo com Araújo, o crescimento demográfico das cidades lusitanas, desde meados do século XVII até os anos finais do século XVIII, evidencia um relativo encobrimento da morte infantil, de tal modo que a percepção desta “é substancialmente distinta da dos adultos”, existindo certa resignação ao inevitável.⁶⁹³ Essa indiferença afetiva pode ser percebida tanto pela ausência de luto quanto pela permuta por um novo filho.

A ausência de luto em relação às crianças bem como a compulsão para um tipo de procriação reparadora são duas atitudes intimamente relacionadas e que implicam uma mesma ordem de valores. Só uma morte personalizada supõe um processo de luto, de perda. Ora é duvidoso que o desaparecimento de uma criança fosse sentido como uma perda irreparável. A morte de uma criança, [...] tende a ser compensada, em regra, por outro nascimento, [...] A reparação que se processa no domínio da natureza gera um complexo mecanismo de compensação que, do ponto de vista simbólico, assenta na tendência generalizada de atribuir o nome do filho prematuramente falecido ao nascituro seguinte.⁶⁹⁴

Embora houvesse certo sentimento de resignação em relação à morte infantil, o discurso presente na obra de Gusmão indicou a existência de uma constante preocupação com a sobrevivência das crianças. Associado ao projeto cristão da Companhia de Jesus e das convicções da Reforma Católica, o jesuíta buscava expandir espiritualmente a fé cristã por meio de um modelo educativo para as crianças. A obra é marcadamente retórica e de cunho edificante, de modo que, ao valorizar a tradição clássica, Gusmão procurava convencer os pais de que, por meio das práticas de obediência e disciplina, estes poderiam despertar os sentimentos de fé, humildade e renúncia nas crianças. A partir desse modelo preconizado por Gusmão, que propunha determinados comportamentos sociais nas crianças, especialmente de caráter religioso, avançamos nossa análise para outras propostas do padre,

⁶⁹² FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. *Se viveres como louco. Op. Cit.*, p. 184.

⁶⁹³ ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa. Op. Cit.*, p. 57.

⁶⁹⁴ *Idem.*

como a de valorizar a preservação da infância até mesmo no momento da morte de infantis. Nesse sentido, nossa análise centrou-se em dois momentos distintos.

O primeiro buscou relativizar a concepção de que, na Europa Ocidental, a busca da preservação da vida infantil se desenvolveu apenas no período moderno; desse modo, problematizamos a preocupação com a saúde infantil e com a assistência caritativa bem como os discursos sobre batismo e afastamento das crianças dos espíritos maléficos, como bruxas, e as imagens sobremorte infantil e materna que alertavam para a necessidade da vida pautada na fé católica.

O segundo compõe-se das práticas e representações cristãs no cuidado com o menino defunto por meio de um conjunto de prescrições ou sanções espirituais presentes na obra do jesuíta Alexandre de Gusmão. Destacamos a responsabilidades dos pais e das necessidades de missas, sufrágios, incessantes orações e ações pias como medidas para a salvação das almas pueris; bem como alertamos para a declaração de Gusmão de que as crianças não seriam totalmente inocentes e não isentas de pecados – principalmente após começarem a falar – e, portanto, poderiam ir para o Purgatório ou Inferno a fim de pagarem suas penas. Nesse sentido, outra prédica foi descrita: a possibilidade de intervenção divina e dos pais e familiares para minimizar as culpas dos danos e pecados das almas infantis que ocupavam o Purgatório. Por último, identificamos as culpas, destacadas por Gusmão, dos pais negligentes na boa educação dos filhos em vida – a educação pautada na moral e na doutrina católica – bem como as possíveis omissões nos sufrágios fúnebres.

De certo modo, o modelo enunciado por Gusmão pretendia preservar a saúde, estabelecer padrões morais e religiosos para os comportamentos sociais e oferecer assistência espiritual à infância. Já no século XVIII, mas ainda em um contexto marcado pelo mesmo pensamento cristão em relação à morte e à salvação da alma, a ideia de se “alcançar a boa morte implicava um aprendizado para o qual o católico deveria estar motivado e empenhado a adquirir e aplicar, considerando que se morria conforme se vivia”.⁶⁹⁵ Assim, a responsabilidade sobre a condição de vida e de morte da criança estava com os pais.

695 FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. *Se viveres como louco. Op. Cit.*, p. 197.

As orientações do padre Gusmão certamente alcançam amplamente as consciências de homens e mulheres católicos que, naquele período, perdiam seus filhos com certa frequência. Ao alertar e culpar os pais pela omissão dos sacramentos, pelo não atendimento aos sufrágios e pela ausência de orações aos meninos defuntos, o que Gusmão parecia propor era a vivência mais intensa da fé cristã e o comprometimento com a doutrina católica. Na opinião do autor, felizes deveriam ser os pais – responsáveis cristãos – cujos filhos, mesmo mortos, se encontrassem nas formas de “estrela no céu” ou de anjo no “jardim da glória”.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificando um quadro de transformações

A disponibilidade de fontes e suas características materiais, visto que a maioria delas se encontra impressa, digitalizada ou microfilmada, bem como a relativa facilidade de acesso assegurado pelos arquivos portugueses ajudam a explicar a especial motivação do presente estudo histórico sobre o processo de constituição discursiva do sujeito infantil moderno. O trabalho empírico, por meio de pesquisas nos acervos da Biblioteca Nacional de Portugal, na Torre do Tombo, na Biblioteca da Universidade do Porto e na Biblioteca da Universidade de Coimbra, procurou na temporalidade dos séculos XVII e XVIII apreender um conjunto de definições sobre os modos de criar e educar crianças em Portugal. Tentou-se reunir e interpretar enunciados que se conectassem entre si bem como aqueles que demonstrassem as próprias ambições públicas de uma época a fim de descrever as necessárias capacidades individuais para determinada população. A historiografia da educação aponta que foi somente na sociedade do final do Antigo Regime português que passaram a ser transferidas para diferentes instituições e espaços, em especial à família e à escola, as “tarefas destinadas à efetivação das categorias modernas de pessoa e de cidadão”.⁶⁹⁶ Antes disso, entre o século XVII e praticamente todo o século XVIII, tanto os letrados religiosos quanto os médicos e pedagogos não pararam de produzir publicações nas quais a educação, os cuidados e as vigilâncias das crianças foram objeto de atenção.

É importante atestar a identificação de um quadro de transformações ocorridas no final do século XVIII acerca das posturas éticas cristãs no desenvolvimento individual e social das crianças. Se a ética cristã era um objetivo a ser atingido na formação dos sujeitos infantis

⁶⁹⁶ Ó, Jorge Ramos do. *O governo dos escolares*. Uma aproximação teórica às perspectivas de Michel Foucault. Lisboa: Educa, 2001, p. 5.

por meio da prossecução de uma vivência eminentemente religiosa, foi, então, a partir da “redução” dessa compreensão de sujeito edificado pela religião para o cultivo apenas das virtudes cardeais (que eram ensinadas e recorrentemente evocadas a serem memorizadas e refletidas) que o projeto de desenvolvimento do sujeito passou a se concretizar por meio de um modelo mais racional. Ao remeter a criança a um universo, talvez não menos religioso e clerical, mas certamente mais objetivo, os discursos direcionavam nas crianças um projeto de vida mais familiar e social, baseado nos princípios éticos de homem racional.

A institucionalização vocacionada para o cuidado das crianças em Portugal estava presente desde o século XVI, atendendo a um sistema de apoio e educação às crianças órfãs. De acordo com a historiadora portuguesa Ana Isabel Marques Guedes, essas fundações eram frutos de variadas iniciativas, seja do rei, da Igreja, ou mesmo de particulares, mas que, de modo geral, subordinavam-se “a uma mesma vontade: assistir e educar uma categoria da infância que sempre foi considerada, quer pela Igreja, quer pelo poder régio, ou pela sociedade em geral, como merecedora de toda a atenção e auxílio”.⁶⁹⁷ Foi somente na segunda metade do século XVIII, após o afastamento da ordem inaciana dos domínios portugueses, que um projeto de Estado direcionado para a instrução pública se consolidou. A formulação de leis régias não somente impulsionou uma organização do sistema escolar como também fez emergir uma série de impressos que objetivavam difundir o ensino da leitura, da escrita, da contagem, do catecismo e da civilidade.

Como identificamos no primeiro capítulo deste livro, a historiografia voltada às análises sobre como se constituíram os infantis no período moderno é ampla e diversa, principalmente no que tange aos temas específicos: familiar (interessada, sobretudo nos significados simbólicos que a criança ocupou em determinado contexto histórico), político (interessada nos aspectos institucionais e administrativos para salvar, assistir e/ou educar os infantis) e social (procurando compreender as relações e práticas entre as crianças e o mundo social adulto). Desse modo, esta investigação esteve fundamentada numa perspectiva cultural, visto que se propôs a analisar determinado grupo

⁶⁹⁷ GUEDES, Ana Isabel Marques. As crianças órfãs no séc. XVI – entre virtude e virtudes. In: CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, 3., 2004, Guimarães. *Anais [...]*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 509.

de agentes letrados modernos e seus respectivos discursos, organizados dentro de um sistema coletivo de símbolos, bem como as relações estabelecidas entre eles sobre as representações produzidas sobre os sujeitos infantis, o que inclui considerar “o estudo da diferenciação social quanto à multiplicidade de significados dos símbolos culturais na dinâmica histórica” e a análise do comportamento dessa população de infantis no interior dos sistemas normativos.⁶⁹⁸

Trata-se, por assim dizer, da intenção de apreender os discursos que direcionavam formas de não somente garantir a vida e a sobrevivência em um contexto moderno de elevadas taxas de mortalidade e escassa assistência infantil, mas também de compreender como se anunciava a importância de conduzir a vida dos sujeitos infantis guiados por uma moralidade ético-cristã concomitantemente a certas modificações de sensibilidades projetadas pela Modernidade. Marcado por um processo de normatizar as condutas, os costumes e os comportamentos, o sujeito moderno teve que se autorregular por meio de um processo de civilidade, práticas de cuidado com o corpo e refinamento dos protocolos sociais para se adaptar a uma pretensa cultura que distinguia fortemente o racional, o normal, o cristão, o saudável, o limpo, o polido, etc. do irracional, do insano, do pagão, do doente, do imundo, do grosseiro, entre outros indivíduos que eram posicionados como sujeitos marginais de uma sociedade com regras e interdições.⁶⁹⁹

Como aproximação filosófica e histórica, concordamos com Walter Omar Kohan, que acredita que os trabalhos envolvendo os campos das sensibilidades, das mentalidades e do pensamento de Philippe Ariès e Michel Foucault podem ser complementares na medida em que geram – mesmo a partir de diferentes perspectivas – elementos teóricos que nos possibilitam problematizar os modos dominantes de pensar a infância.⁷⁰⁰ Outro foco sincrônico entre os autores é a temporalidade que abarca os séculos XVI a XVIII, uma vez que ambos tiveram interesse em analisá-los. Enquanto Ariès evidenciou suas investigações em torno dos sentimentos e das men-

⁶⁹⁸ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 54.

⁶⁹⁹ É válido destacar a obra ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; GARCIA, Alfredo Martins (Org.). *Os marginais (séculos XVI-XIX)*. Op. Cit.

⁷⁰⁰ KOHAN, Walter Omar. *A infância escolarizada moderna*. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2002/fe190d/texto04.htm>. Acesso em: 15 mar. 2019.

talidades da vida privada, sendo “menos interessado em seus alcances sob a órbita do Estado”,⁷⁰¹ Foucault ampliou sua abordagem para os âmbitos em que se exerce o poder.

Trata-se de um período investigativo delimitado, cujas balizas cronológicas que determinamos coincidem, grosso modo, com as últimas décadas do século XVII até o final do século XVIII. Em alguns aspectos, mais precisamente os relativos aos discursos religiosos sobre as crianças, não hesitamos em recorrer a fontes do início do século XVII, pois observamos certo grau de continuidade ou inflexão sobre uma determinada linha discursiva, o pensamento ou o comportamento social.

No que se refere à história da infância, identificamos na Modernidade o período em que a criança ocupou lugar de preocupação e cuidado nas famílias das sociedades ocidentais, de modo que os mecanismos para sua proteção foram constantemente sendo transformados e repensados tanto por agentes letrados como pelo próprio Estado. Exemplo é que no final do século XVIII a consciência sobre os infantis convergiu na especificidade de ações políticas em alguns Estados-nações europeus que produziram legislações e instituições próprias para a proteção, o recolhimento e a assistência. No que se refere aos conhecimentos produzidos sobre os infantis, na centúria seguinte o processo de transformação foi ainda mais significativo, pois culminou com o florescimento de ciências específicas para tratar e pensar a infância, como a Pedagogia, a Psicologia e a Pediatria.

O Estado, ao demonstrar maior interesse não apenas na garantia de vida, mas também na formação do caráter infantil, introduziu uma série de instituições, a par com a familiar, para que as crianças pudessem se ocupar e se tornar produtivas. Não obstante, o objetivo de tais instituições, sobretudo a escolar, era separar e isolar a criança do mundo adulto. Cabe-se destacar que não se trata, aqui, de discutirmos ou mesmo questionarmos a tese de Ariès de que a infância é uma invenção da Modernidade, contrapeso à sua inexistência na Idade Média e na Renascença,⁷⁰² mas compreender, subsidiados pelo autor, que a concepção, a existência e a conformação da vida são variantes culturais; e que a forma como a sociedade, ao seu tempo, é organizada e administrada é um potencial objeto histórico. Outra dimensão relativa à infância discorrida por Ariès e aqui partilhada é a existência

⁷⁰¹ *Idem*, p. 1.

⁷⁰² ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Op. Cit.

de certa intensificação nos sentimentos e nas prescrições de práticas e ideias sobre os infantis, incomum a qualquer outro período anterior da história. Nesse sentido, entendemos a cultura impressa portuguesa – obras editadas na forma de opúsculos, manuais, tratados etc. escritas e/ou traduzidas por letrados modernos – como um dispositivo de poder que evidenciou fortemente esses sentimentos de cuidado, proteção, salvação e educabilidade sobre os infantis. Assim, a invenção de certo regime disciplinar sobre os sujeitos infantis promoveu a fixação dos papéis que a criança passou a ocupar, constituindo-se e sendo distribuída como uma população que deveria se apropriar dos discursos de poderes e saberes manifestados na cultura impressa portuguesa.

Walter Omar Kohan, ao tratar da etimologia do vocábulo latino “disciplina”, identificou que seu conceito é relativo ao verbo *discere*, o qual significa aprender, ao mesmo tempo que também designa “palavras como *discipulus*, ‘o que aprende’, ‘o aluno’, ‘o aprendiz’, ‘discipulo’ *dediscere*, ‘desaprender’ e *doctus*, ‘o que já aprendeu’”.⁷⁰³ Já no sentido foucaultiano, a disciplina é entendida por meio de dois de seus usos, seja um na ordem do saber, como “forma discursiva de controle de produção de novos discursos”, e outro como modo de exercício do poder, “conjunto de técnicas em virtude das quais os sistemas de poder têm por objetivo e resultado a singularização dos indivíduos”.⁷⁰⁴ Assim, o poder disciplinar sobre os infantis comportaria um conjunto de instrumentos, técnicas e procedimentos exercidos nos mais diversos espaços sociais – instituições de correção e controle (escola, hospitais, asilos, prisões, etc.) bem como instituição familiar – que fazem reger a disciplina na sociedade.⁷⁰⁵ Com efeito, procuramos evidenciar a cultura impressa como um dispositivo cuja principal função era organizar discursivamente o disciplinamento dos infantis por meio da manutenção de uma *vigilância hierárquica* e a correção dos desvios por meio de uma *normalização*.

O conceito *vigilância* evoca diferentes usos agregados a temas e problemas de interesse à Pedagogia Moderna. Sua acepção está ligada ao ato de espiar, observar atentamente, tomar cuidado. Na educação, seu significado não parece ser distinto, pois permanece o princípio de

⁷⁰³ KOHAN, Walter Omar. *A infância escolarizada moderna*. Op. Cit., p. 4.

⁷⁰⁴ CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 110.

⁷⁰⁵ Ideia amplamente inspirada em KOHAN, Walter Omar. *A infância escolarizada moderna*. Op. Cit.

que, assim como a família, a escola é uma das principais instituições capazes de cuidar e educar as crianças. A rotina dos infantis a partir do século XVIII foi guiada por regras e normatizações, tornando-se, sistematicamente, em um permanente estado de observação e vigilância. Mestres, aias, familiares e vizinhos foram convocados em variados discursos para cumprir a função de vigiar as crianças. O mesmo acontecia nos seminários e escolas elementares que controlavam “quem abandona a cadeira, quem fala e não atende, quem se comporta mal na missa e inúmeras detalhadas atividades não permitidas”.⁷⁰⁶

Por sua vez, a correção *normalizadora* agrega uma série de mecanismos de regulação que pretendiam, sobretudo: *i.* punir qualquer falha ou imprecisão dos infantis, nesse caso as correções impostas eram relativas ao controle do tempo e do espaço (evitar o ócio, coibir atrasos, controlar os passatempos e jogos), das atividades (a rotina da criança cristã era definida desde o momento em que o menino acordava até a hora de dormir),⁷⁰⁷ dos modos de ser socialmente (atitudes de cortesia, polimento, obediência), com a apresentação dos corpos (controle de gestos, negação de odores e sujeira) e da sexualidade (incitação à castidade e pureza, inibição de partes do corpo, proibição da masturbação); *ii.* punir todos os possíveis desvios; *iii.* corrigir desvios com castigos; *iv.* hierarquizar penalidades e comportamentos de acordo com uma lógica binária civil e cristã (civilizado/selvagem, virtuoso/peccador, bom/mau, adequado/inadequado, entre tantos outros); *v.* usar prêmios e castigos.⁷⁰⁸ Assim, as sanções normalizadoras tinham a característica de comparar, classificar e categorizar os sujeitos de modo a deixá-los homogêneos ou excluí-los.

⁷⁰⁶ *Idem.*

⁷⁰⁷ Uma análise mais atenta sobre o estabelecimento dessa rotina no mundo infantil setecentista foi realizada em AMARAL, G. L.; RIPE, Fernando. “Quando sahir de caza, arme-te com o signal da Cruz”: instruções para a rotina de um menino cristão em um manual pedagógico português do século XVIII. *Projeto História, Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação de História*, v. 59, p. 228-260, 2017f.

⁷⁰⁸ Por exemplo, em *A aia vigilante*, Joanna Rousseau indicava que, para a criança, passar mais tempo do que o necessário com seus pais seria uma premiação correspondente à “boa criação”, sendo concebida com agrado a concessão de carinhos. Antagonicamente, um dos castigos proposto era a ausência dos pais, uma forma de punição para a criança não dócil, e a aia parece satisfeita ao dizer: “esta privação sem duvida lhe custará muitas lágrimas” (RIPE, Fernando. “Se hum instante vos descuidais, se hum instante desamparais vosso filho, talvez que para sempre fique perdido”: vigilância e punição em um manual de Comportamento Social português do século XVIII. *Cadernos de História da Educação*, v. 16, p. 155-179, 2017g, p. 170).

Entre os discursos proeminentemente religiosos do século XVII, com destaque para a obra *Arte de crear bem os filhos na idade da puerícia*, de Alexandre de Gusmão, e final do século XVIII, aqueles pedagógicos e de civilidade, especialmente com a formulação simbólica de um mestre para administrar a educação dos infantis, como a obra *O Perfeito Pedagogo*, de João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcellos, verificamos uma progressiva transição na forma como os dispositivos disciplinadores eram enunciados. Primeiro, o exercício disciplinar pretendia deter a existência de certo mal não apenas natural do infantil como também proveniente de sua concepção frente às “fragilidades da criança diante do adulto torpe, perverso, vicioso, pecador”.⁷⁰⁹ O segundo pretendia guiar as crianças por meio de “uma técnica disciplinar capaz de administrar os comportamentos individuais e coletivos”, conferindo “ao desígnio dos enunciados de polícia e urbanidade, a prática da vigilância” sobre si e a constante autorreflexão.⁷¹⁰ Desse modo, verificamos a existência da superação de um “sentimento por uma concepção científica de infância”, fazendo-se “correlato da perda de influência das estruturas tradicionais de acolhimento e educação da infância (a família, a comunidade alargada, a igreja)”. Concepções que não poderiam deixar de estar correspondentes ao “modelo de desenvolvimento histórico formado por industrialização, urbanização, ciência, escola, afirmação do Estado”, sobretudo “a evolução nos planos demográfico, econômico e político viriam conferir à infância uma maior visibilidade, transformando-a em uma causa social”.⁷¹¹

Não obstante, os deslocamentos dos dispositivos disciplinadores ocorreram por meio de processos mais profundos de transformação social e política, principalmente porque se inverteu a função da disciplina,

[...] de uma função neutralizante, do mal ou de outros perigos, a uma função positiva, produtora; por exemplo, quanto no século XVII se justifica o desenvolvimento das escolas para evitar os males da ignorância dos pobres que não podiam instruir seus filhos, ao contrário, na segunda metade do século XVIII, se as justifica para fortalecer os corpos, para disponibilizar à criança a fazer trabalhos mecânicos, dá-lhes um

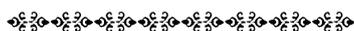
⁷⁰⁹ RIPE, Fernando. *Do amor da castidade*. Op. Cit., p. 20.

⁷¹⁰ RIPE, Fernando. *O Perfeito Pedagogo*. Op. Cit., p. 78.

⁷¹¹ MAGALHÃES, Violante F.; MAGALHÃES, Justino. Constituição da infância na sociedade ocidental. *Perspectiva, Revista do Centro de Ciências da Educação*, v. 37, n. 3, p. 710-727, jul./set. 2019, p. 712-713.

caráter firme [...]. Os mecanismos disciplinares se dispersam, saem da clausura das instituições fechadas; por exemplo, as escolas cristãs não só formam crianças dóceis, mas também vigiam os costumes e o modo de vida de seus pais. Alguns mecanismos de disciplina se estatizam; o exemplo mais claro é a organização de uma polícia centralizada.⁷¹²

Nesse sentido, procuramos identificar os modos discursivos para a constituição dos sujeitos infantis modernos, o que nos levou a perceber a existência de dois estágios relativos às maneiras de disciplinar as crianças: no primeiro a religiosidade cristã funcionou como onipresença do poder, sendo, portanto, um poder pastoral; no segundo a intervenção e a emergência estavam relacionadas às ações políticas do Estado, funcionando, grosso modo, como um poder disciplinador advindo da invenção da Pedagogia. Conferimos, assim, duas análises acerca dos distintos poderes disciplinadores sobre os infantis que se fizeram notadamente imperativos: o exercício do poder pastoral⁷¹³ e a invenção da Pedagogia.⁷¹⁴



O exercício do poder pastoral

Os Egypcios, que tudo explicavam por Ieroglíficos, para significarem a Deus pintavam hũa vara com hum olho na ponta, querendo dizer, que Deus neste mundo tudo via, & tudo castigava: assim ha de ser o pay de filhos em sua casa, como he o pay universal em todo o mundo, olho, & vara.⁷¹⁵

O olho e a vara, a vigilância e a punição, essas foram duas assertivas que se tornaram imperativas nos aconselhamentos de como se educar um perfeito menino cristão na obra *Arte de crear bem os Filhos na idade da Puericia* do padre português Alexandre de Gusmão. A ideia contida na metáfora, anteriormente apresentada, foi elaborada pelas sociedades orientais antigas e trazia como referência a figura de um faraó egípcio que, assim como o pastor cuidador de ovelhas,

⁷¹² KOHAN, Walter Omar. *A infância escolarizada moderna*. Op. Cit., p. 6.

⁷¹³ Trata-se especificamente de uma análise, aqui resumida, publicada em RIPE, Fernando. *A exortação do poder pastoral*. Op. Cit.

⁷¹⁴ A investigação completa encontra-se publicada em RIPE, Fernando. *O Perfeito Pedagogo*. Op. Cit.

⁷¹⁵ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 310-311.

possuía um cajado que lhe auxiliava em suas tarefas, o que lhe conferia simbolicamente o título de “pastor dos homens”. Sabe-se, a partir de Foucault, que o exercício do poder pastoral de caráter religioso, fundamentalmente operado na cultura judaico-cristã e desenvolvido pelos hebreus, teve longa transformação no interior da instituição católica desde o século III até o século XVII. Foucault ainda destacou quatro aspectos do poder pastoral que incidem sobre o governo da vida dos indivíduos e a condução à salvação: o pastor desenvolve o poder sobre um rebanho (no caso, o pai sobre sua família) mais do que sobre uma terra; o pastor reúne, guia e conduz seu rebanho, “o rebanho existe pela presença imediata e pela ação direta do pastor”; o papel do pastor é o de assegurar a salvação de seu rebanho; o exercício do poder pastoral é um “dever”, “A benevolência pastoral, em contrapartida, é muito mais próxima do ‘devotamento’. Tudo o que o pastor faz é pelo bem de seu rebanho”⁷¹⁶.

Em *Arte de criar bem os Filhos*, Gusmão priorizou na sua escrita tanto os pecados cometidos pelos pais na má educação que dão para seus filhos como aqueles praticados pelos pequenos “anjos”; por consequência, também atenuava ênfases na prescrição de sanções e suplícios religiosos que se deveria ter como forma de remissão. A ideia do pecado, essa possível desobediência a Deus e à Igreja, parecia regular a vida cotidiana das pessoas, de modo que o discurso partilhado por Gusmão direcionava espiritualmente o exercício do poder pastoral. A partir da incitação ao uso de específicas técnicas disciplinadoras para corrigir o corpo pueril, identificamos que esse discurso intensificou o regime educativo sobre as crianças, promovendo lições morais e exemplificadoras que deram destaque para particularidades acerca da moralidade e da religiosidade, desenvolvendo, assim, uma economia geral da obediência infantil. Nesse sentido, é interessante observar que um conjunto de ditames morais foi utilizado pelo cristianismo como forma de introduzir novas técnicas para impor essa moral. Para Foucault, essas técnicas serviram para atribuir “um conjunto de novos mecanismos de poder para inculcar esses novos imperativos morais”.⁷¹⁷ Esse poder foi denominado como pastorado, a existência dentro da

⁷¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, (Ditos e escritos v. 4), p. 360.

⁷¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 65.

sociedade cristã do “papel de condutores, de pastores em relação a outros indivíduos que são como suas ovelhas ou o seu rebanho”.⁷¹⁸

Dois enunciados foram recorrentemente manifestados na obra de Gusmão, dando o tom de como “hum pay deve crear” seus filhos para uma vida virtuosa e edificante. Esses enunciados foram aqui tomados como unidades de sentido para compreender a exortação de um modelo prescritivo para o exercício do poder pastoral. A pesquisadora em Educação Rosa Maria Fischer acredita que a hipótese levantada por Foucault acerca do poder pastoral “consiste em criar e incentivar uma série de procedimentos, ligados a um objetivo último: a salvação individual”.⁷¹⁹ Desse modo, destacamos que, como estratégias para a constituição dos sujeitos masculinos infantis, a prática da vigilância e a da punição tornaram-se imperativas no processo de educação das crianças, na medida em que propunham sua “salvação”. A prática da vigilância foi incitada a partir de dois claros objetivos: não afastar as crianças da assistência espiritual cristã e evitar que o menino caísse em desobediência. Nesse sentido, a exortação ao poder pastoral, evidenciada mais especificamente nos usos dos dispositivos de vigilância e de punição, corrobora para diminuir as possíveis potências dos infantis ao mesmo tempo que estabelece estratégias para a contenção dos sujeitos desviantes, “posto que de todo o pecado devem os pays afastar os filhos, em quanto sam mininos”. Para Gusmão, o exercício da vigilância dos pais também era uma forma de controle para o menino não cair em desonestidade, “vigiano como a Aguiã sobre eles, para que nam sejam mordidos nos primeiros anos de tam peçonhenta víbora”.⁷²⁰ Ainda de acordo com o religioso, “do qual se colhe a vigilância, que devem ter os pays sobre os filhos de pouca idade, examinando as companhias com que conversam, procurando com todo o cuidado, que de nenhũa sorte acompanhem com moços de máos costumes”.⁷²¹ Ao ter o domínio das atividades observadas “o pay vigilante, que he pastor de seu rebanho, ou que sabe governar sua família, faz como o experimentado pastor, que larga o gado do curral, nam quando quer, senam quando couvem”. A plena vigilância deve ser constante e sobre todos aqueles que o pastor cuida, pois há aqueles pais “que sem cautela abrem francamente as portas aos filhos, para irem livremente

⁷¹⁸ *Idem.*

⁷¹⁹ FISCHER, Rosa M. B. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 39-59, 1999, p. 47.

⁷²⁰ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filbos*. *Op. Cit.*, p. 227.

⁷²¹ *Idem*, p. 252.

onde querem [...]. Saem de casa seus filhos piqueninos para os jogos, & desenfadados pueris, como os cabritos, ou borregos, quando saem para o pasto do curral⁷²² Para Michel Foucault, o tema da vigilância recebe grande importância no exercício do poder pastoral, na medida em que

Ele faz ressaltar dois aspectos do devotamento do pastor. Em primeiro lugar, ele age, trabalha e contrai despesas para aqueles que ele alimenta e estão dormindo. Em segundo lugar, ele vela por eles. Ele presta atenção em todos, sem perder de vista nenhum deles.⁷²³

Para Gusmão, a prática da vigilância também tem por finalidade o cuidado espiritual sobre a criança. Ao exemplificar que os filhos são como pedras preciosas, orientou aos pais que o mesmo cuidado que se tem sobre as valiosas joias “se ha de ter dos filhos pequenos; & a mesma vigilancia, que se tem sobre as pedras preciosas, se ha de ter sobre os filhos mininos”.⁷²⁴ Da mesma maneira, os meninos também foram comparados com frágeis flores, “porq’ assim como as plantas, quanto mais nova he, tanto mais necessidade tem da vigilância o agricultor, assim os filhos, quanto mais mininos mais necessitam da vigilancia dos pays, & da cultura dos mestres”.⁷²⁵ A intenção dessa constante vigilância era, sobretudo, proteger o filho menino do acoetimento de alguns possíveis pecados, como “mentir, furtar cousas meudas, jurar, chamar nomes, falar palavras deshonestas”, e preservá-los longe da imoralidade, mantendo-os castos e inocentes.⁷²⁶ Desde “meudas” as crianças deveriam ser doutrinadas a temer as devidas punições para seus possíveis pecados ou desobediências, ainda que não houvesse real necessidade de açoites, pois o castigo também era uma prática preventiva. O açoite, no contexto analisado, foi referido por Raphael Bluteau como um “molho de varas, correa, disciplina, ou outra cousa semelhante, com que se castiga”.⁷²⁷ Todavia, essa prática punitiva, exortada pelo poder pastoral e exercida pelo pai, não tinha por intenção o mal para a criança: “sua principal função é fazer o bem em relação àqueles de que cuida”.⁷²⁸

⁷²² *Idem*, p. 220-221.

⁷²³ FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Op. Cit., p. 360.

⁷²⁴ *Idem*, p. 12.

⁷²⁵ *Idem*, p. 13.

⁷²⁶ *Idem*, p. 227.

⁷²⁷ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez*. Op. Cit., v. 1, p. 105.

⁷²⁸ FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Op. Cit., p. 66.

A dimensão do castigo foi colocada por Gusmão como algo de que não se poderia fugir, pois não apenas os meninos de condutas desviantes e impróprias, desrespeitosas, mas também os pais que se negligenciavam com a boa educação de seus filhos deveriam ser castigados. Nesse caso, o perdúrio da punição podia acompanhar tanto pais como filhos por longínquo tempo, “não he muito os castigue Deos muy rigorosamente nesta, & na outra vida”.⁷²⁹ Para Gusmão:

O primeiro castigo com que Deos, na outra, começa a castigar estes pays, he o descuido, ou impiedade, com que seus filhos nesta se esquecem das almas de seus pays, deixando-os padecer terribilissimos tormentos [...] hum severo castigo de pays tão negligentes [...] [que] haviam faltado aos filhos com o ensino no tempo de maior necessidade, qual he o da puericia.⁷³⁰

A sentença *castigo* figura no tratado em setenta e nove casos de recorrência, superior aos vocábulos relativos ao amor paterno e materno.⁷³¹ Esse fato pode ser compreendido como um possível indicativo de quanto o padre jesuíta dedicou o mecanismo da punição para as ações corretivas e repreensivas na educação das crianças. Na concepção de Gusmão, a prática de disciplinamento é correlata à da punição, visto que “disciplina significa aquela doutrina com que por meio do castigo o pay morigera o filho, ou o mestre, o discipulo”.⁷³² Para o autor, há uma forte distinção nas responsabilizações para a educação da criança: “o pai está mais obrigado à correção e a mãe à direção”.

[...] o amor do pay é mais forte, & o da mãy mais doce; conforme esses amores são tambem as doutrinas dos pays para com os filhos, os pays ensinam os filhos com mais severidade, porque os amam com mais força, e as mãys ensinam com mais suavidade, porque os amam com mais doçura.⁷³³

Fazem parte do desenvolvimento da disciplina das crianças “os officios de mestre, ayo & tutor sejam diferentes no cuidado, sam o mesmo na obrigaçam”.⁷³⁴ A importância dessa ocupação dos mestres, aios e tutores persiste no “cuidado de moderar, & corrigir os proce-

⁷²⁹ GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 52.

⁷³⁰ *Idem*, p. 55-56.

⁷³¹ VENÂNCIO, Renato Pinto; RAMOS, Jânia Martins. *Apresentação*. Op. Cit.

⁷³² GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos*. Op. Cit., p. 67.

⁷³³ *Idem*, p. 77.

⁷³⁴ *Idem*, p. 82.

dimentos dos discipulos”. Ainda que se atente para os excessos, suas principais funções punitivas são as provocações aos sentimentos de medo. Para Gusmão, “os principaes documentos que os mestres & ayos devem ensinar aos mininos he o medo, & o valor, o medo da culpa, & o valor para a virtude”.⁷³⁵

A introjeção da culpa e a incitação ao medo, tanto para os meninos de má educação como para os pais negligentes, são exemplificadas por uma série de possíveis sanções. Destacamos alguns perigos eminentes aos quais pais e filhos estariam sujeitos, como a possibilidade de mortes repentinas e desastrosas, o temor da proximidade com o demônio e o Inferno enquanto tormento eterno. Gusmão também exemplificou casos em que meninos de atos impudicos tiveram a morte como castigo para seus graves pecados. Ainda que a expressão *castigo* seja uma categoria recorrente em toda a obra de Gusmão, o jesuíta dedicou atenção especial a dois capítulos do seu tratado para arguir especificamente sobre as práticas punitivas, com os seguintes títulos: *Quanto importa castigar os meninos quando erram e Que não devem ser demasiadamente severos os pais nos castigos dos meninos*. O primeiro prescreve o castigo enquanto uma prática “positiva” para a boa educação. Diversos exemplos procuram dar conta de que a vigilância e o castigo eram importantes mecanismos educativos para livrar a alma do menino desarrazoado do Inferno: “se os açoutares com a vara, não morrerá, e, dando-lhe com a vara, livrarás sua alma do inferno”. Esse modelo disciplinador associava, novamente, a ideia de que não há disciplina sem castigo, “o mesmo he ensinar que castigar”. Verificamos no excerto: “Assim como nam ha doutrina sem disciplina, nam ha criação boa sem castigo [...] o que nam castiga ao filho, aborrece-o, e o que ama, ensina-o como se fosse o mesmo castigar ao filho que ensinalo”. E os rabinos entendiam minuciosamente essa assertiva, pois “diziam que a primeira cousa que aviam de fazer os pays, logo em amanhecendo, era dar a cada filho hũa surra de assoutes, para que, com aquella lembrança, gastasse todo o dia bem”.⁷³⁶ Em suma, na prédica de Gusmão, a prática do castigo é um ato de benevolência, afeto e cuidado no criar o filho, todavia não se deve o pai deixar-se levar por compaixão e ter misericórdia ao açoitar o menino.

Do qual se conclue a importancia de crear os meninos com o castigo, quando erram, & que em os casti-

⁷³⁵ *Idem*, p. 83-87.

⁷³⁶ *Idem*, p. 309-312.

gar procuram seu bem, & lhes mostram maior amor, do que tratando-os com demaziada benevolência, castigandoos os emendam, & fazem melhores; dissimulando seus erros os perdem; ou fazem peiores; corrigindo-os fazem officio de pays, perdoandolhes, de tyranos; em os castigar imitam melhor a natureza do pay de todos, que he Deos. [...] nam se deve mover facilmente o pay das lagrimas do filho, nem dos escarceos que faz o minino á vista do assoute para lhe perdoar, porque essa compaixam seria crueldade, & nam amor. E mais val vello agora chorar com emenda, que chorallo depois com sua perdiçam.⁷³⁷

No segundo capítulo, Gusmão alertou os “pays mais severos ou menos prudentes” que para criar bem os meninos era necessário corrigir-lhes, porém sem se excederem e contendo os “impetos da ira”. Nesse sentido, “ainda que he de tanta importancia o castigo dos mininos a seu tempo, não devem com tudo ser os pays, nem os mestres, tam severos em os castigar que os exasperem, & façam com isso peiores”.⁷³⁸ A consequência dos possíveis castigos abusivos seria, além da possível fomentação à ira, o sufocamento ao “dom natural”. Ainda como repreimenda, “a demaziada severidade, ou a muita frequencia na reprehenção lhes faz perder o pejo ao peccado, com que se vem a desavergonhar mais, & fazer peiores, não menos que com demaziada dissimulação, ou negligente correçam”.⁷³⁹ Outra prescrição relativa ao castigo era que se evitassem “desordens”, assim devia-se evitar que os açoites fossem realizados no momento da infração do filho, mas “he bom conselho não castigar os filhos no flagrante delito, quando a deformidade da culpa naturalmente altera a cólera, & faz romper em impetos de ira; senam guardarlhe o castigo para a noite, ou para a madrugada”, porque “de madrugada estam os humores mais quietos [...] está o ânimo mais socegado para castigar com o rigor que pede o delito, & nam com o excesso a que obriga a colera”.⁷⁴⁰ Por fim, Gusmão chamou a atenção dos pais para que os castigos – açoites aplicados com “a vara, a disciplina ou palmatoria” – e as repreensões – gritos, aturdios, estrúgios – fossem moderados, pois é preciso “temperar o rigor com o amor, & com a brandura a severidade”, já que “assim como

⁷³⁷ *Idem*, p. 316-317.

⁷³⁸ *Idem*, p. 319.

⁷³⁹ *Idem*, p. 323.

⁷⁴⁰ *Idem*.

o assoute ao seu tempo livra a alma do minino da morte [...], esta demasiada severidade he causa de sua perdiçam”.⁷⁴¹

A metáfora egípcia sobre a vara com olho, contada por Gusmão e lançada no início desta primeira reflexão, foi repetida pelo jesuíta ao descrever uma resposta do profeta Jeremias para Deus:

Vejo Senhor hũa vara vigilante, hũa vara com olhos; pois viste bem, disse o Senhor, porque assim hey de ser eu na execuçam de tudo o que te ordenar. De sorte que o que Deus nosso Senhor he em seu povo, há de ser o pay em sua família; vara vigilantes, ha de andar sempre com os olhos sobre os filhos, & corrigir seus defeitos com a vara do castigo, & este ha de ser seu primeiro cuidado na educaçam dos filhos, vigialos, & castigalos.⁷⁴²

Para o filósofo Michel Foucault, o exercício do “poder pastoral foi uma prática própria das comunidades monásticas que teve um importante desenvolvimento na literatura cristã dos primeiros séculos” e, sobretudo, foi reativada pelos ordenamentos religiosos nos constantes movimentos contrarreformistas do século XVI.⁷⁴³ É válido ressaltar o fato de que a infância se tornou objeto indispensável nos discursos religiosos do século XVII, algo evidenciado pelo fato de a Igreja da Reforma Católica ter elencado a família como lugar privilegiado para a formação cristã. Nesse sentido, as crianças tornaram-se uma espécie de “tábua da salvação da humanidade”, cuja transformação e redenção durante a menor idade possibilitaria posteriormente, na idade da razão, adultos úteis e obedientes.⁷⁴⁴ A partir das prédicas do jesuíta Alexandre de Gusmão, identificamos uma série de enunciáveis que incitaram os pais no arrançamento do mecanismo do poder pastoral. Esses enunciáveis compunham um conjunto de recomendações sobre a importância de vigiar as crianças e a maneira como discipliná-las com açoites e castigos. Dessa forma, compreendemos, a partir de uma analítica foucaultiana, que o uso do mecanismo do poder pastoral tinha por finalidade atuar na produção de subjetividades no governo das almas e no gerenciamento da vida infantil, criando sujeitos disciplinados e obedientes. A partir da recomendação de variadas

⁷⁴¹ *Idem.*

⁷⁴² *Idem.*, p. 312.

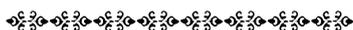
⁷⁴³ CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault. Op. Cit.*, p. 329.

⁷⁴⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto; RAMOS, Jânia Martins. *Apresentação. Op. Cit.*, p. 10.

técnicas disciplinares, identificamos que os pais deveriam corrigir, amedrontar, cercear, separar, entre outras práticas individualizantes, para conhecer a fundo seus filhos.

[...] no poder pastoral, ao contrário, o pastor serve ao rebanho, cuidando da vida de cada ovelha. O pastor se sacrifica pelo rebanho. Suas atitudes têm como finalidade o bem viver do rebanho, jamais tendo em vista um benefício próprio. Seu benefício, ou seja, sua salvação nesse mundo vem justamente da qualidade de ser um bom pastor. O pastor é responsável pela manutenção da vida de suas “ovelhas”. Quando elas se salvam, ele se salva.⁷⁴⁵

Consideramos, ainda, que na narrativa de Gusmão foram mobilizados diferentes dispositivos e técnicas para regular o tempo e o espaço do sujeito infantil bem como modelar seu corpo por meio do controle de gestos e das condutas normalizadas. Neste estudo identificamos a organização de um padrão específico de comportamento familiar e social para o menino cristão. O modelo proposto impõe uma série de preceitos de condutas e valores que, articulados em torno do pensamento religioso da época, constituem discursivamente um específico modo de ser sujeito infantil no espaço luso do final do século XVII. Os efeitos das constantes vigilâncias e das repetidas punições como forma de se obter a correção, o uso dos bons costumes e o fortalecimento da alma criaram certas moderações e tornaram o sujeito de “boa esperança” também livre da “morte temporal” – uma ameaça constante que Gusmão traz da “morte repentina”, ou seja, a incitação ao medo da possível morte imprevista. Assim, a educação familiar, promovida discursivamente pela Igreja, não deveria simplesmente captar crianças/ovelhas para ampliar sua coleção de almas cristãs/rebanho, mas, sobretudo, formar crianças dóceis, obedientes, moralizadas, conscientes da constante vigilância exercidas pelos pais sobre seus corpos ou pela onipresença divina, submissas aos castigos físicos e receptivas ao constante amedrontamento das possíveis penas espirituais. Padecer a essas punições seria uma oportunidade da remissão de suas faltas.



⁷⁴⁵ MOURA, João Clemente A. Quaresma de. *O poder na obra de Foucault e as estratégias do contemporâneo*. 2007. 85 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 34.

A emergência de um poder disciplinador

Tendo em vista o contexto social e educacional do final do Setecentos Português, que promovia um processo de controle pedagógico visando à promoção de uma sociedade com regras e interdições e produzindo sujeitos com comportamentos definidos e legitimados socialmente, tomamos como principal fonte de análise para esta seção a obra *O perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade [...] (1782)*, escrita pelo professor régio português João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcellos. Nessa obra, o autor reconheceu que no Reino português existiram outros manuais destinados à educação, “em todos os Seculos brilhantes da nossa Monarquia trabalharão os Sabios em Reduzir a Preceitos, e Regras os conselhos da Educação”. Supôs, também, que nos impressos de educação e civilidade para os meninos portugueses “cada Escritor seguiu o seu rumo diferente. Huns se applicarão á Instrução dos Príncipes; outros á dos Nobres”. Contudo, acreditava ser necessária a impressão de um manual que atendesse à “Educação Popular; como são todos aquelles, de que nos dá noticia a Bibliotheca Lusitana”.⁷⁴⁶ De certo modo, o que Vasconcellos pretendia não era atender aos anseios e às necessidades educacionais de grupos populares, mas elencar uma extensa relação de textos, livros e práticas de reflexão que os meninos deveriam edificar na sua formação. Para tanto, o autor destacou a necessidade de dar “ordem, e symmetria dos nossos Estudos, á boa escolha dos Livros, e á proteção das Sciencias”.⁷⁴⁷

Somado aos livros que consideravam os temas das “Sciencias, e das Artes que são necessárias a todos os Homens, que querem viver com civilidade, e urbanidade Christã”, o autor também afirmou conhecer as principais obras sobre educação de crianças, dizendo ter lido “huma grande parte de todos estes Tratados [códigos de civilidade escritos nas nações mais cultas, França, Itália, Espanha, Alemanha, Inglaterra]” e “desejando seriamente formar hum *Pedagogo* completo para Educar hum Menino Christão; dividi os Artigos da Educação, e fui escrevendo as Regras, que me parecerão mais conformes á Religião, á Piedade, e Civilidade Christã”.⁷⁴⁸

⁷⁴⁶ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. Op. Cit., p. 8.

⁷⁴⁷ *Idem*, p. 7.

⁷⁴⁸ *Idem*, p. 10.

Seu método de ensino era, obviamente, muito claro e conciso. Bastava que os pais e mestres conduzissem os infantis no caminho virtuoso da fé cristã, acolhessem a leitura de todos os livros e realizassem as recomendações expressas na obra.

Se os Pais, e os Mestres, que assistem á Educação, fizerem aprender, e praticar o que nos ensina o Catecismo; e depois estudar, e praticar o que digo neste *Pedagogo*; estou bem persuadido, que eles terão a gloriosa satisfação de verem bem empregados os seus trabalhos, e eu a de ter concorrido para eles.⁷⁴⁹

Estamos preocupados em analisar a estrutura do discurso mobilizado pelo autor, compreendendo, para tanto, as construções/constituições que este emprega para o sujeito infantil a partir de um poder disciplinador. Ao entendermos que esse discurso de disciplinamento está diretamente influenciado pelo contexto político e social em que o seu autor está inserido, propomos, a partir das regras de polícia e urbanidade cristã utilizadas por Vasconcellos, a organização de três bases enunciativas como alvos do mecanismo disciplinador, seja o governo do coração, do espírito e do corpo, uma vez que o próprio autor acreditava que

Os Homens para se conduzirem neste Mundo com aquelle decóro, e gravidade, que a Policia geral de toda a europa tem inspirado em os nossos costumes, devem necessariamente cultivar tres cousas: o Coração, o Espirito, e o Corpo.⁷⁵⁰

A primeira base, *Compondo corações*, colocava em evidência uma série de enunciados que direcionavam o menino cristão a manter as quatro virtudes cardeais como alicerces das regras da polícia e da urbanidade cristã. É válido destacar que o conceito de polícia ficou aqui entendido como o “conjunto dos mecanismos pelos quais são assegurados a ordem”⁷⁵¹ na intenção de governar uma específica população, no nosso caso, os sujeitos infantis. Sinalizamos que a incorporação moderada do conjunto das quatro virtudes – Prudência, Justiça, Fortaleza e Temperança – constitui, na visão de Vasconcellos, um modelo representativo das ações em sociedade. Nesse sentido,

⁷⁴⁹ *Idem*, p. 10-11.

⁷⁵⁰ *Idem*, p. 277.

⁷⁵¹ FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 197.

dever-se-ia persuadir “os Mancebos, que por este meio pódem vir a figurar no Mundo para honra da Igreja, e do Estado”.⁷⁵²

A segunda base que sistematizamos, *Organizando espiritos*, é relativa aos aspectos da formação do pensamento e da conduta infantil que constituiriam a construção edificante de “espiritos brilhantes”. Nessa perspectiva, identificamos quais eram os conhecimentos recomendados para que mestres conduzissem a boa educação intelectual dos meninos. Do mesmo modo, identificamos uma série de estratégias discursivas que indicavam quais ciências e artes deveriam ser bem recebidas pelos meninos interessados em aprender a ler, escrever, valorizar as relações e comportamentos sociais bem como adiantar conhecimentos metafísicos dirigidos pelas Instruções Régias de Portugal e, sobretudo, pela “Polícia geral de toda a Europa, [que] vem a ser todo o ornamento de Homem bem nascido, e bem criado”.⁷⁵³

A terceira base enunciativa foi denominada *Moldando corpos*. Nela analisamos como Vasconcellos divulgou uma série de atividades, como dança, manejo, espadas, caça e música, que pretendiam tanto serem recreativas para os meninos passarem o tempo como possíveis para conservar a saúde e criar corpos robustos.

Se, por um lado, os manuais de civildade da época passaram a incluir recomendações sobre a conduta nesses novos espaços públicos, por outro, Vasconcellos fez questão de incluir no título de seu manual de civildade a indicação de que utilizaria “regras da policia e urbanidade christã”, conferindo, portanto, ao desígnio dos enunciados de policia e urbanidade a prática da vigilância e da proibição de antigos usos dos espaços públicos urbanos. Impunha, assim, novas regras e condições temporais e espaciais, contribuindo para a mudança das práticas e espaços de sociabilidade e dos padrões de comportamento coletivo.

Acreditamos que Vasconcellos enunciou a policia como uma associação à técnica que estava adequada à condução da conduta que cada sujeito operava em si. Tratava-se, impreterivelmente, de uma técnica disciplinar capaz de administrar os comportamentos individuais e coletivos. O manual *O Perfeito Pedagogo* subdividia-se em vinte capítulos que incluíam desde práticas individuais, como modos de se vestir, de falar, de andar, de fazer as refeições, portanto de

⁷⁵² VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. Op. Cit., p. 222.

⁷⁵³ *Idem*, p. 276.

ordem privadas, até normas coletivas, como participações em passeios, conversas, visitas, ida a espetáculos, festas populares como o Carnaval, em suma, sociabilidades públicas. Portanto, o conceito de polícia fica aqui entendido como uma estratégia discursiva para assegurar o ordenamento social por meio de um poder disciplinador.

Quanto o verbete *polícia*, Raphael de Bluteau descreveu ser este a “boa ordem que se observa, & as leys que a prudencia estabeleceu para a sociedade humana nas Cidades, Republicas, &c. Divide-se em Policia civil, & militar. Com a primeira se governa os Cidadãos, & com a segunda os Soldados”.⁷⁵⁴ Também denotou polícia “no trato, na conversação, nos costumes [...]. Polícia tambem se toma pela boa graça nas acções, & gestos do corpo. [...] Policia, alguma vezes vai o mesmo, que Aceyo, Limpeza, Alinho, &c.”. No dicionário de Moraes Silva o termo está relacionado com a ideia de “governo, e administração da Republica; prinicipalmente no que respeita ás commodidades, [...] limpeza; aceyo, fartura de viveres, e vestuaria. [...] No tratamento decente; cultura, adorno, urbanidade dos Cidadãos, no fallar, no termo, na boa maneira”.⁷⁵⁵ Por outro lado, a definição que Raphael Bluteau diz que termo *urbanidade* “vem ser ao mesmo que o comedimento, & bom modo dos que vivem na *Cidade*, em differença da rusticidade, & grosseria dos vivem nas Aldeas, & no campo”.⁷⁵⁶ No dicionário de Moraes Silva, *urbanidade* foi conceituada como “a cortesia, e bom termo, os estilos da gente civilizada, e polida, civilidade, policia”.⁷⁵⁷

Em síntese, os manuais, como o aqui apresentado, que tratavam do ensino de civilidade por meio de regras e normas da polícia e da urbanidade cristã compreendiam, de acordo com Adão, um conjunto de convenções e prescrições que “regiam o modo como os homens deviam comportar-se perante os outros, fossem seus pares, superiores ou subalternos”.⁷⁵⁸ Nesse caso, *O Perfeito Pedagogo* associava os comportamentos dos meninos a elementos de polícia e urbanidade, devendo os infantis possuírem práticas polidas e de acordo com os padrões do meio urbano, tal como havia enunciado Moraes Silva.

⁷⁵⁴ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez. Op. Cit.*, v. 6, p. 575.

⁷⁵⁵ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionario da Lingua Portugueza. Op. Cit.*, v. 2, p. 464.

⁷⁵⁶ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez. Op. Cit.*, v. 8, p. 587.

⁷⁵⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionario da Lingua Portugueza. Op. Cit.*, v. 2, p. 823.

⁷⁵⁸ ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. Op. Cit.*, p. 247.

Norbert Elias indicou que termos como *civilize* e *poli* ou *police* muitas vezes foram utilizados como sinônimos por homens da Corte para indicar “o que havia de específico no seu próprio comportamento e com que ao mesmo tempo opunham a excelência de seus próprios costumes sociais”.⁷⁵⁹ Nesse sentido, a civilidade seria uma relação entre o policiamento que cada sujeito opera em si e a adequação de comportamentos comuns. Desse modo, o termo *polícia* pode ser vinculado a um duplo sentido, seja a tarefa de governar disciplinarmente populações, seja a de garantir a felicidade de cada um, que de acordo com Vasconcellos:

No sentido mais extenso, conterà a Polícia os regulamentos estabelecidos para a constituição e boa ordem interior de um Estado em geral, e para a utilidade dos diferentes indivíduos que o habitam, de qualquer ordem que eles sejam. No sentido menos extenso se designa pela Polícia tudo o que contribui à tranquilidade, à boa ordem, à disciplina num País, e à conservação da vida privada de cada membro da Sociedade.⁷⁶⁰

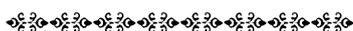
De certo modo podemos compreender a ideia de polícia utilizada por Vasconcellos como uma técnica focada na condução dos sujeitos. A polícia vai operar nos três objetos de aplicação da educação que Vasconcellos acredita ser possível disciplinar. A polícia atua por meio de suas regras sobre o coração, o espírito e o corpo do menino. Sejam então um coração pudico e moralmente guiado pela fé cristã, um espírito disciplinado e racional e um corpo saudável, com desejos e paixões controladas.

A leitura de uma problemática muito centrada no poder disciplinador contribui para compreendermos como o autor de *O Perfeito Pedagogo* criou uma relação de práticas de leitura, aprendizagem de conhecimentos, atividades físicas e reflexões como forma de os sujeitos infantis governarem a própria condução de suas condutas. Por exemplo, a própria ideia de polícia, amplamente utilizada por Vasconcellos, em grande medida servia como mecanismo de regulação do coração, do espírito e do corpo dos infantis. Portanto, o corpo e a alma funcionavam como objetos de aplicação, na medida em que a disciplinarização do corpo fortalecia e racionalizava a alma, possibi-

⁷⁵⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Op. Cit., p. 123.

⁷⁶⁰ VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo*. Op. Cit., Prefácio.

litando, assim, que o sujeito infantil fosse capaz de eliminar os erros, reduzir as imaginações e diminuir os desejos do corpo.⁷⁶¹



Concluindo

Cabe-se reafirmar, aqui, a ideia de perceber a constituição da infância como objeto social e histórico, afastando-nos de qualquer entendimento lógico-natural e evolucionista que enquadra a infância como uma etapa biológica da vida. Também ratifica-se que a constituição dos infantis se deu por meio de um processo discursivo – aquilo que foi enunciado, dito e escrito sobre as crianças em uma dada época –, portanto, as práticas e as formas de recepção e apropriação do impresso e da leitura, por mais que despertem interesse, não foram objeto de exclusiva atenção nesta obra. Outra forma de perceber a representação identitária de uma sociedade por meio da uniformidade e regularidade,⁷⁶² na perspectiva sociológica de Norbert Elias, também não foi aqui tomada como horizonte teórico-analítico. Ainda que seja um autor tomado com certa recorrência neste estudo, acreditamos que a ideia de uma aprendizagem relacionada ao processo histórico de elaboração coercitiva, como apresentado por Elias, indica a existência de distintas coerções às quais o ser humano está exposto. Nessa perspectiva, as transformações dos costumes, impulsionadas por uma sociedade de corte absolutista, teria alterado o comportamento dos indivíduos, modificando não somente as relações de interdependência como também as figurações sociais num processo de longa duração.⁷⁶³

Entendemos, também, que os enunciados (médicos, pedagógicos e religiosos) emergiram em diferentes situações e contextos, dando nota da relevância de percebê-los em suas mudanças ocorridas tanto nos seus campos de saberes (Medicina e humanidades) como ao longo do processo de transformação dos modos de viver no universo cristão do Antigo Regime português. Os discursos modernos atribuíram à família a tarefa de cuidar a saúde dos filhos como nunca antes visto. A prescrição de diretrizes morais se concentrou na prática da higiene, na amamentação realizada pela própria mãe, na utilização de um vestuário simples, mas asseado, no desenvolvimento saudável do corpo por meio da prática de exercícios físicos, na administração de um

⁷⁶¹ FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Op. Cit., p. 155.

⁷⁶² ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 56.

⁷⁶³ ELIAS, Norbert, *O processo civilizador*. Op. Cit.

regime alimentar próprio e em toda uma série de cuidados afetivos que, de algum modo, permitiam o estreitamento dos laços entre pais e filhos. Do mesmo modo, os discursos relativos à produção de uma consciência dos infantis revelam a incorporação de aspectos como: a instituição de uma educação adequada aos costumes e à religiosidade cristã; a aprendizagem da leitura como uma prática necessária para a realização de orações; a aprendizagem da escrita e da contagem para os mais habilidosos, pois dever-se-ia ter domínio da leitura; o domínio sobre a aparência e seus modos de figurar nos espaços públicos com um comportamento civilizado. Os elementos enunciativos semelhantes conferem ao discurso de civilidade poucas variações, pois se repetiam os preceitos, reforçavam-se práticas, alertavam-se os ordenamentos relativos a cada estrato social, mas, enfim, conjugavam-se as necessidades práticas que se esperavam das crianças. Ainda que tenhamos elegido o manual *O Perfeito Pedagogo* como exemplo de impresso de civilidade, outros tantos indicavam os deveres da criança para consigo e para com Deus.⁷⁶⁴ O tratado de Vasconcellos se destacava por articular a convivência a partir de hierarquias sociais, ditando modos que diferenciariam as crianças. Os compêndios de civilidade, ao ditarem regras de condutas, evidenciavam as atitudes inaceitáveis, promovendo o sentimento de vergonha e pudor. De modo geral, exigia-se certa verticalidade do corpo infantil, gravidade e retenção de qualquer afetação. Braços, mãos, pernas e pés fariam somente os movimentos necessários para não indicar incivilidade. Cabeça sempre levantada, ereta, boca fechada e olhos controlados para não denotar insanidade ou falta de juízo. Seguem-se ainda as práticas de higiene pessoal e vestuário: dentes limpos, unhas curtas, cabelos escovados, roupas asseadas, a fim de não revelar uma falsa categoria social. Um dos aspectos mais desenvolvidos nesses manuais de civilidade era o comportamento à mesa, pois, imbuído de preceitos religiosos, o ritual da refeição era repleto de códigos e protocolos. Não obstante, os com-

⁷⁶⁴ Durante o período de doutoramento procurei divulgar as análises que fui empreendo sobre diversos manuais de civilidade. Destaco as seguintes publicações: RIPE, Fernando; AMARAL, Giana Lange do. O governo dos sujeitos infantis masculinos: instruções modelares para um menino cristão em um manual de civilidade português do final do século XVIII. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, e040, p. 1-25, 2018b; RIPE, Fernando. *Se hum instante vos descuidais*. *Op. Cit.*; RIPE, Fernando; AMARAL, Giana Lange do. “O bom ensino de hum filho”: breves direções para a educação dos infantis masculinos em um manual pedagógico (Portugal, século XVIII). In: ENCONTRO DA ASPHE, 25., 2019, Bagé. *Anais [...] Bagé: Unipampa, 2019d*, p. 713-732; AMARAL, G. L.; RIPE, Fernando. *Quando sabir de caça*. *Op. Cit.*

portamentos esperados dos superiores também foi objeto de atenção, exaltando as atitudes que os meninos deveriam ter ao conversar e fazer visitas.



Nossa principal hipótese em relação à constituição do sujeito infantil moderno a partir das orientações prescritas em um conjunto de obras da cultura impressa portuguesa publicadas e/ou traduzidas em Portugal no século XVIII confirmou, dentro de um regime de verdade, a existência de determinados discursos que asseguravam específicos modos de ser infantil tendo como mote de formação a educação do corpo, da moral e da alma. A especificidade posta pelo discurso moderno orientava a criação e os cuidados para com as crianças mais abastadas, urbanas e próximas da nobreza e da aristocracia portuguesa. A figura ideal de infantil indicava, sobretudo, a necessidade de: um regime nutritivo, no qual a amamentação deveria ser ministrada pela própria mãe ou por alguma ama de leite adequada e, posteriormente, a ingestão de uma dietética seria limitada; a robustez física, possibilitada pela prática de exercícios, brincadeiras e jogos não perniciosos, pela exposição às diferentes condições naturais e pelas restrições ao sono; a virilidade e a higidez moral, percebidas nos modos de se vestir, de falar e de gesticular; a civilidade, a polidez, a cortesia, a gentileza e a urbanidade, por meio de ações e emoções contidas e com pleno domínio dos protocolos e das hierarquias sociais; a instrução, por meio da escolarização ou do ensino privado de mestres e aias, da leitura e da escrita em língua vernácula, de habilidades aritméticas, de aprendizagens do catecismo e da civilidade; os modos de viver casto, puro e inocente, segundo a ética-moral cristã católica; a proteção espiritual, por meio de preceitos e práticas religiosas que asseguravam a salvação da alma.

A identificação, na fase final do doutoramento, de um impresso publicado em Portugal no final do século XVIII, o tratado de José Rosado Villa-Lobos e Vasconcellos, intitulado *Os elementos da policia geral de hum Estado [...] (1786)*,⁷⁶⁵ confere a possibilidade de continuidade de futuras pesquisas. O tratado revela a profusão de ideias

⁷⁶⁵ Na dedicatória, o autor ofereceu a obra ao intendente geral de polícia, Diogo Ignacio de Pina Manique (1733-1805), afirmando fazer a tradução “em beneficio da utilidade, e honra da Pátria, e propagando-se as luzes por todas as partes” com o intuito de deixar tais conhecimentos fermentarem e produzirem, “por muitos modos, e meios a felicidade pública de um Estado”. Nesse sentido, é pertinente compreendermos de que modo a ideia de polícia pode ser engendrada enquanto

relativas à constituição não apenas dos infantis, mas de toda a população lusitana. Todavia, seu conteúdo reivindica a ação de uma política de Estado – com instituições e saberes específicos – capaz de gerenciar e conduzir a forma de vida de toda a população. Assim, a consolidação, no século XIX, da Pediatria, da Pedagogia e da Psicologia como ramos do saber especializados nos/sobre os infantis garantiria uma forma biopolítica⁷⁶⁶ de governar esses sujeitos. Infere-se, assim, que a constituição dos sujeitos infantis a partir do século XIX não se daria somente por meio de impressos que divulgavam modos de gerar, criar e educar as crianças, mas mediante um conjunto de mecanismos regulados e pensados por instituições e áreas científicas dentro de um novo regime de educabilidade de Estado. A originalidade de um estudo sobre a fonte que mencionamos, praticamente inédita, ancorada numa perspectiva teórica foucaultiana, sobretudo a partir do conceito de *biopoder*, garante a viabilidade e ineditismo de futuras pesquisas na área da História, da Educação e, primordialmente, no campo da História da Educação.

F I M.



tecnologia de governo, estando associada a uma possível condição de civilidade. Conforme: RIPE, Fernando. *O perfeito Pedagogo. Op. Cit.*, p. 86.

⁷⁶⁶No sentido foucaultiano, *biopolítica* designa a forma na qual o poder tende a se transformar no século XIX. Distinto do século anterior, quando as práticas disciplinares visavam à governamentalidade dos indivíduos, a biopolítica terá como alvo o conjunto de indivíduos, a população. Sugere-se: FOUCAULT, Michel. *A governamentalidade. Op. Cit.*; REVEL, Michel *Foucault conceitos essenciais*. São Paulo: Claraluz, 2005.







OBRAS CONSULTADAS

I. Fontes Impressas

AIRES, Francisco. *Regimento espiritual para o caminho do ceo*. Lisboa: Offic. Crasbeeckiana, 1654.

BERNARDES, Manoel. *Discursos sobre a educação*. Lisboa: Typ. Almeida & Machado, 1908.

BERNARDES, Manoel. *Os ultimos fins do Homem, Salvação e Condenação Eterna*. Lisboa occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1728.

BERNARDES, Manoel. *Armas da Castidade*: Tratado espiritual, em que por modo pratico se ensinão os meynos, & dilligencias convenientes para adquirir, conservar, & defender esta angelica virtude. Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes, 1699.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. v. 8.

CANGIAMILA, Francisco. *Embriologia Sagrada*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1791.

CARDOZO, Francisco Nunes. *Arte ou novo methodo de ensinar a ler a língua portuguesa por meyo da estampa, a que se propoim hum novo systema da sua orthografia dedicada á critica portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1788.

CONSTITUIÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS e Normas Complementares. São Paulo: Loyola, 2004.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007 [1707; 1853].

CONSTITUIÇOENS SYNODAES DO BSIPADO DE LEIRIA. Festas, & ordenadas em Synodo pelo Senhor Dom Pedro de Castilho Bispo de Leiria. Coimbra: Livraria d'Alcobaça, 1601.

CONSTITUIÇÕES SYNODAIS DO BISPADO DE PORTALEGRE. Ordenadas e feitas pelo Illustrissimo e Reverendissimo S. D. Fr. Lopo de Sequeira Pereira Bispo de Portalegre do Conselho de sua Magestade. Coimbra: Impresso por Jorge Roiz, 1632.

COPIA DE HUMA CARTA escrita por hum amigo a outro com a noticia do prodigio sucedido na villa de Monte Mo'r o Novo, no nascimento de huma menina com duas cabeças unidas cmo mostra essa figura. Lisboa, 1754.

COSTA, Jacinto da. *Tratado completo de chirurgia e obstetrícia, ou sciencia e arte de partos*, 2 tomos. Lisboa, 1815.

CRUELDADE SEM EXEMPLO, executada em Affonso Roberto. Menino de tres annos, e nove mezes, natural da Villa de D. Gonçalo, no reyno de Cordova. Lisboa Occidental: Na Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Serenissima Rainha nossa Senhora. Com todas as licenças necessárias, e Privilegio Real. Em 28 de Dezembro de 1731.

CURIOSA NOTICIA, e certa relação do admiravel, e estupendo monstro que de hum parto humano nasceo em dois do presente mez de Abril deste anno de 1755, em esta cidade de Lisboa [...]. Lisboa: [s.n.], 1755.

DEUSDADO, M. A. Ferreira. *Educadores Portugueses*. Porto: Angra, 1909.

DOUSSIN-DUBREUIL, J. L. *Cartas acerca dos perigos do onanismo (masturbação) e conselhos relativos ao tratamento das molestias que delle resultão*. Trad. Dr. João Candido de Deos e Silva. Rio de Janeiro: em casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1842.

ESCHOLA POPULAR DAS PRIMEIRAS LETRAS. Dividida em quatro partes. Parte Primeira. Orthoepia, ou Boa Pronunciação, e Leitura da Lingua Portugueza. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1796.

ESPINOLA, Fr. Fradique. *Escola Decurial de varias liçoens dedicadas á Virgem N. S. d. irgem N. çoens dedicadas o Desterro, mãy de Deos Maria SS*. Lisboa: Officina de Manoel Lopes, 1696.

FIGUEIREDO, Manoel de Andrade. *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar*. Offerecida á Augusta Magestade do Senhor Dom João V. Rey de Portugal. Primeira Parte. Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, Impressor do Serenissimo Senhor Infante, 1722.

FLEURY, M. Claude. *Le traité sur le choix et la methode des études*. Paris: Pierre Auboin Emery, 1685.

GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de crear bem os filhos na idade da puericia*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1685.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Medicina lusitana, socorro delphico, aos clamores da natureza humana, para total prostigação de seus males*. Porto: na Officina Episcopal de Manoel Pedroso Coimbra, 1750.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Anchora medicinal para conservar a vida com saúde*. Lisboa Occidental: na Officina de Musica, 1721.

J.S.B *Grammatica Philosophica da Lingua Portugeza, ou Principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Tipographia da Aacdemia das Sciencias, 1822.

LA SALLE, João Batista de. *Guia das escolas cristãs*. Canoas: Editora Unilasalle, 2012 [1706].

MATOSO, Luís Montez. *Ano noticioso e historico [1740]*. 1935. Tomo I.

MONCORVO FILHO, Arthur. *Histórico da proteção à Infância no Brasil 1500-1922*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti & Cia, 1927.

ORDEM DE FRADES MENORES. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa. Para uso do Exmo. Duque de Lafuens*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1739.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Aviso ao povo sobre a asphyxias ou mortes apparentes e sobre os socorros que convem aos afogados, às crianças recém-nascidas com apparencia de mortas [...]*. Lisboa: [s.n.], 1786.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Aviso ao povo ou summario dos preceitos mais importantes concernentes à criação das crianças, [...]*. Lisboa: Offic. Morazziana, 1787.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Sumário dos preceitos mais importantes concernentes à educação das crianças, às diferentes profissões e officios*. Lisboa: [s.n.], 1787.

PEREIRA, B. *Anacephaleosis medico-theologica, magica, juridica, moral e politica na qual em recopiladas dissertações; e divizões, se mostra a infalível certeza de haver qualidades maleficas, se apontão os sinais por onde possam conhecerse; e se descreve acura assim em geral, como em particular, de que se devem valer nos acha ques procedidos das dittas qualidades maleficas, e demoniacas, chamadas vulgarmente feitiços*. Coimbra: Off. de Francisco de Oliveira, 1734.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e. *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre [...]*. Lisboa: José Antonio da Silva, 1734.

REGRAS para a christã educação dos meninos. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1783.

ROUGES, Jean Des Vignes. *Educação do Caráter*. Trad. Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1936.

SANCHES, Antonio N. Ribeiro. *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Nova Edição, revista e prefaciada por Dr. Maximiano Lemos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa; Livraria Portugália, 1938; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949. Tomos I-X,

SEQUEIRA, Angelo. *Botica Preciosa, e Thesouro Precioso da Lapa*. Em que como em Botica, e Thesouro se achão todos os remedios para o corpo, para alma, e para a vida. E huma receita da vocações dos Santos para remedio de todas as enfermidades, e varios remedios, e milagres de N. Senhora da Lapa, e muitas Novenas, devoções, e avisos importantes para os pays de familia ensinarem a Doutrina Christã a seus filhos, e criados. Lisboa: Offic. de Miguel Rodrigues, 1754

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Aplicaveis a Portugal e ao Brasil.. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1859. Tomo III.

SILVA, Innocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Portuguez de Estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883. Tomo X.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

SILVA, Leonor Thomazia de Souza e. *Escola nova christã, e politica*. Na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que deve saber o Menino Christão, e se lhe dão regras geraes para com facilidade, e em pouco tempo aprender a lêr, escrever, e contar. Escripta para o uso de seus Filhos. E oferecida aos meninos da Escolla da cidade de Lisboa. Lisboa: Oficina de Joaquim Thomas d'Aquino, 1756.

SIQUEIRA, João Nossa Senhora P. *Escola de Politica, ou Tractado Pratico da Civilidade Portugueza*. Com as regras, e exemplos do Estylo Epistolar em todo o gênero de cartas. Acrescentado novamente com o retrato do Homem Honrado, e virtuoso, para servir de modelo, e norma á Mocidade. Porto: Offic. de Antonio A. Ribeiro, 1786.

SOUSA, Manoel Dias de. *Nova escola de meninos*. Na qual se propõem hum methodo facil para ensinar a lêr, escrever, e contar, com huma breve direção para a educação dos meninos. Ordenada para descanso dos Mestres, e utilidade dos Discipulos. Coimbra: Na Real Officina da Universidade, 1784.

TAVARES, Francisco. *Descrição de hum feto humano monstruoso [...]*. Lisboa: [s.n.], 1799.

TORRES, Juan de. *Philosophia moral de principes para su Buena crianca y gobierno*: y para personas de todos os estados. Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeck, 1602.

VASCONCELLOS, José Rosado Villa-Lobos e. *Os elementos da policia geral de hum Estado [...]*. Lisboa: na Offic. Rollandiana, 1786.

VASCONCELLOS, João Rosado de Villa-Lobos e. *O perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade, em que se dão as regras da policia e urbanidade christã, conforme os usos e costumes de Portugal*. Lisboa: Na Typ. Rollandiana, 1782.

VILLENEUVE, Joanna Rosseau de. *A aia vigilante* ou reflexão sobre a educação dos meninos, desde a infância até a adolescência. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, 1767.

II – Dicionários e Catálogos

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/rec%C3%A2mara>. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

III – Bibliografia Geral

ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo*: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a doença e a saúde*: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII. 2006. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História., Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras*. As Escolas Régias (1772-1794). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas*: mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos di Sudeste do Brasil 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ALMADA, Márcia. *Livros Manuscritos Iluminado na Era Moderna*: compromisso de irmandades mineiras, século XVIII. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALMEIDA, A. A. Marques de. *Aritmética como descrição do real (1519-1679)*. Contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

AMARAL, G. L.; RIPE, F. “Quando Sahir de Caza, Arme-te Com o Signal da Cruz”: Instruções para a Rotina de um Menino Cristão em um Manual

Pedagógico Português Do Século XVIII. *Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*, v. 59, p. 228-260, 2017.

AMATUZI, Renato Toledo Silva. Educação como herança: os manuais de instrução para nobres portugueses no final do século XVIII, uma análise da carta do padre Francisco Luís Leal para o 2º Conde da Ega. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. 6., 2013, Maringá. *Anais [...]*. Maringá: UEM, 2013.

ANCHIETA, José de, S.J. *Cartas*. Correspondência ativa e passiva. Obras completas. 2. ed. Pesquisa, introdução e notas do Padre Hélio Abranches Viotti, S. J. São Paulo: Edições Loyola, 1984. v. 6.

ANTUNES, Álvaro. A. O inventário crítico das ausências: a produção historiográfica e as perspectivas para a História da educação na América portuguesa. *História e Cultura*, v. 4, p. 100-113, 2015.

ARAÚJO, Ana Cristina. Leituras e práticas de civilidade em Portugal no século XVIII. In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro (Orgs.). *Escritas e leituras: temas, fontes e objetos na Iberoamérica século XVI-XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 271-294. (Coleção estudos históricos latino-americanos).

ARAÚJO, Ana Cristina. Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo português. *Revista de História Regional*, v. 19, n. 2, p. 263-281, 2014.

ARAÚJO, Ana Cristina. Urbanidade e sociabilidade. Notas acerca da “arte de bem viver” em Portugal no século XVIII. *População e Sociedade*, CEPESE, Porto, v. 25, p. 132-143, jun., 2016.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações, 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

ARAÚJO, Ana Cristina. A esfera pública da vida privada: a família nas artes de bem morrer. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1996. Tomo XXXI.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Marcos filosóficos da modernidade em torno da educação da criança: antropologias da infância em disputa? In: ARAÚJO, José Carlos Souza; CARVALHO, Carlos Henrique de; MOURA, Esmeralda B. Blanco de (Orgs.). *A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho*. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 179-207.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; GARCIA, Alfredo Martins (Orgs.). *Os marginais (séculos XVI-XIX)*. Braga: Humus, 2018.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*. 2 volumes. Viseu: Palimage Editores, 2000.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARNAUT DE TOLEDO, C. A.; ARAÚJO, V. F. de. Educação e religião na obra “Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia”, de Alexandre de Gusmão, de 1685. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 8., 2009, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Faculdade de Educação da UNICAMP/HISTEDBR, 2009. v. 1. p. 1-21.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar; BARBOZA, Marcos A. Fundamentos da Educação Cristã no Brasil Colonial no Século XVII. In: AURNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. (Orgs.). *Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial*. Maringá: EDUEM, 2015. v. 3. p. 13-40.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAMPI, Lisete. Governo, subjetivação e resistência em Foucault. *Educação & Realidade*, v. 27, jan/jul., n. 1, p.127-150, 2007.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por Amor e por Força: rotinas na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira. *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade Universidade do Minho, 2001.

BENUTTI, M.A.; COSTA, M. L. C.C. O uso místico da joia: amuletos de proteção infantil no século XVII. In: WORLD CONGRESS ON COMMUNICATION AND ARTS, 5., 2012, Guimarães. *Anais [...]*. Guimarães: COPEC – Science and Education Research Council, 2012. p. 268-272.

BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BETHENCOURT, Francisco. “Inquisição e controle social”. *História crítica*, v. 14, p. 5-18, 1987.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, A. O Estado da arte em História da Educação Colonial. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). *Navegando pela História da Educação*. Campinas: HISTEDBR, 2006. v. 1. p. 25-43.

BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

- BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil*. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.
- BRANCO, Guilherme Castelo. A modernidade em Foucault: uma breve exposição. *Princípios*, ano 04, n. 5, p. 137-146, 1997.
- BRÁS, José Viegas. A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. *Revista Lusófona de Educação*, n. 12, p. 113-138, 2008.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Cosmos, 1970.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Governando a subjetividade: a constituição do sujeito infantil no RCN/EI. *Pro-Posições*, Unicamp, Caminas, v. 13, p. 163-175, 2002.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: Editora EDUSC, 2004.
- CALAINHO, Daniela Buono. Houve queimas de bruxas e autos de fé por aqui? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, p. 23-23, 2011.
- CAMBI, F. *História da pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: FEU, 1999.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- CARDONA, Maria João. *Para a História da Educação de Infância em Portugal: O discurso oficial (1834.1990)*. Porto: Porto Editora, 1997.
- CARVALHO, A. F. *Foucault e a Função-Educador*. Sujeição e Experiências de Subjetividades Ativas na Formação Humana. Ijuí., Unijuí, 2010.
- CARVALHO, L. R. de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- CARVALHO DA SILVA, P. J. O impossível regime das paixões da alma. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 11, p. 119-133, 2008.
- CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- CASTILLO GÓMEZ, António. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, p. 93-124 jan./jun. 2003.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CATANI, Denice Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: história e historiografia da educação brasileira nos anos 80 e 90 – a produção divulgada no GT História da educação. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica*: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página*: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CHARTIER, R. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998a.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Ed. da UnB, 1998b.

CHARTIER, Roger (Org.). *As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Difel, 1998c.

CHARTIER, Roger; CAVALLO, G. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998d. v. 1.

CHARTIER, Roger; COMPERE, M. M.; JULIA, D. *L'Éducation en France du XVI^e au XVIII^e Siècle*. Paris: Sedes, 1976.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Prefácio. In: OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Teorema, 2007.

CORAZZA, Sandra Mara. *História da infância sem fim*. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

COSME, João. A consciência sanitária em Portugal nos séculos XVIII-XIX. *Espaço & Memória: revista do CITCEM*, n. 5, p. 45-62, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo inumano. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.), *História do corpo: da Renascença às Luzes*. Trad. Lúcia M. E. Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 487-502.

DARNTON, R. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DELGADO, Buenaventura. *Historia de la infancia*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

DENIPOTI, Cláudio. A censura e as traduções portuguesas no século XVIII; a busca pela norma. *Revista de Estudos de Cultura*, v. 9, p. 25-35, 2017a.

DENIPOTI, Cláudio. Tradutores portugueses e seus motivos: as justificativas de traduções para o português no fim do século XVIII. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2017, Lecce. *Atas [...]*. Lecce: Editora Scientifica Elettronica, 2017b. v. 1. p. 1871-1892.

DILLMANN, Mauro; RIPE, Fernando (Orgs.). *Cuidados com o corpo e alma na luso-américa dos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019.

DOLINSKI, João Pedro. O desenvolvimento da medicina moderna na cultura lusa do século XVIII. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 6, n. 02, p. 29-40, mai/ago, 2014.

ECO, Umberto. *História da feiura*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ELIAS, Nobert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

EVES, Howard. *Introdução à história da matemática*. Trad. Hygino H. Domingues. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

ESTEVES, Alexandra. Engulhos de ontem, doentes de hoje: pensar a loucura em Portugal no século XIX. O caso do Distrito de Viana do Castelo. In: ARAÚJOS, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra. *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*. Braga: CITCEM, 2011. p. 199-216.

FARGE, Arlette. Virilidades populares. In: CORBIN, J.; VIGARELLO, G. (Orgs.). *História da virilidade: A invenção da virilidade; da Antiguidade às Luzes*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. Trad. Fulvia Monretto; Guacira Machado. São Paulo: EDUSP, 2017.

FERNANDES, Maria de Lourdes C. Modelos educativos do Barroco em Portugal: a “boa criação” e a “policia cristã”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO. 1., 2001, Porto. *Atas [...]*. Porto, v. 1, 2001. p. 311-322.

FERNANDES, Rogério. Da palmatória à internet uma revisitação da profissão docente. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 11, p. 11-38, jan./jun., 2006.

FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras. Do Pombalismo a 1820*. Porto: Porto Editora, 1994.

FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: MEC – Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

FERREIRA, António Gomes. A educação no Portugal Barroco: séculos XVI a XVIII. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil. Séculos XVI-XVIII*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 56-76. v. 1.

FERREIRA, António. A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26. n. 01, p. 215-234, abr. 2010.

FERREIRA, António Gomes. Educação e regras de convivência e de bom comportamento nos séculos XVIII e XIX. *História da Educação*, v. 13, n. 29, p. 9-28, 2009.

FERREIRA, António Gomes; GONDRA, José G. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos

XVII-XIX). In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 127-146.

FERREIRA, António Gomes. *Gerar Criar Educar: A criança no Portugal do Antigo Regime*. Coimbra: Quarteto, 2000.

FERREIRA, António Gomes. Três propostas pedagógicas de finais de Seiscentos: Gurmão, Fénelon e Locke. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, ano XXII, p. 267-291, 1988.

FERREIRA, António Gomes. *A criança em dois tratados setecentistas de puericultura*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1987a.

FERREIRA, António Gomes A. Uma perspectiva sobre a educação da criança nos finais de seiscentos. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL. 1., 1987, Coimbra. *Atas [...]*, Coimbra: 1987b. v. 1. p. 65-73.

FERREIRA, Eduardo Sebastiani; CORREA, Roseli de Alvarenga. Aspectos históricos da educação matemática indígena no Brasil. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. 1., 2011, Lisboa. *Atas [...]*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011. Disponível em: http://www.apm.pt/files/177852_C20_4dd7a2a69436b.pdf. Acesso em: 18 mai. 2015.

FERREIRA, Tito Livio. *História da Educação Lusobrasileira*. São Paulo: Edição Saraiva, 1966.

FIGUEIREDO, Luciano R. L. Apresentação, Como era perverso o meu francês. In: FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FISCHER, Roger. *História da leitura*. São Paulo: UNESP, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 39-59, 1999.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILMANN, Mauro. “Se viveres como louco, sabes que hás de morrer sem juízo”: as orientações para o bem morrer na literatura cristã portuguesa do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 183-206, 2015.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILMANN, Mauro. Escrita, práticas de leitura e circulação de manuais de devoção entre Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. *História, histórias*. Brasília, v. 2, n. 4, p. 44-60, 2014.

FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Educação/Instrução*. Disponível em: <https://denipoti.wixsite.com/website/educacao-instrucao>. Acesso em: 04 nov. 2019.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. O ver e o ouvir como práticas educativas e instrumentos pedagógicos: pesquisa e possibilidades de abordagens em História da Educação. *Cadernos de Resumos 6º Encontro Internacional de História Colonial: mundos comparados: poder, fronteiras e identidades*, EDUNEB, Salvador. p. 58-59, 2016a.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas no mundo luso americano colonial (Séculos XVIII-XIX). In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016b. p. 131-146

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: Cívildade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. *Revista lusófona de educação*, v. 14, p. 111-124, 2009b.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Sama T. Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: Vontade de Saber*. Trad. Maria T. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001a.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995^a. p. 193-207.

- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p. 231-259.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995b. p. 277-293.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalheite. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. v. 2.
- FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”*; Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.
- FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: O abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FREITAS, César Augusto Martins Miranda de. *Alexandre de Gusmão: da Literatura Jesuíta de Intervenção Social*. 2011. Tese (Doutorado em Literaturas e Culturas Românicas) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011.
- FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moisés (Orgs.). *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o 307 regime da economia patriarcal*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- FURTADO, Júnia Ferreira. O Colecionismo e o Gosto: A Aquisição de Livros e Gravuras nos Países Baixos Meridionais para a Livraria Real de Lisboa. In: THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (Orgs.). *Um mundo sobre o papel: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 351-367.
- GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (Orgs.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p.65-95.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. *História da Educação [o que você precisa saber sobre]*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GARCÍA, Arturo Morgado. *Demonios, magos y brujas em la España moderna*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1999.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe.; CHARTIER, Roger. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v. 3 p. 305-320.

GIFFONI, O. Carneiro. *Presença de Manoel Joaquim Henriques de Paiva na medicina lusobrasileira do século XVIII*. Separata do II Congresso Brasileiro de História da Medicina (Recife 1953). São Paulo: [s.n.], 1954.

GOMBERG, Felipe. *A aura do livro na era de sua reprodutibilidade técnica*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GOMES, Maria Laura Magalhães. *História do ensino da matemática: uma introdução*. Belo Horizonte: CAED-UFGM, 2013.

GONÇALVES, Maria Filomena. *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII*. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

GOMES, João Carlos Lino. Notas sobre o conceito de episteme em Michel Foucault. *Síntese*, v. 18, n. 53, 1991.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GUEDES, Ana Isabel Marques. As crianças órfãs no séc. XVI – entre virtude e virtudes. In: CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES, 3., 24 a 27 out. 2004, Guimarães, *Anais [...]*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004.

HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JR., Moisés (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 61-98.

HANSEN, João Adolfo. Ratio Studiorum e Política Católica Ibérica no Século XVII. In: VIDAL, Diana; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Orgs.). *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 13-42.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. O corpo e a infância. In: KOHAN, Walter Omar; KENNEDY, David (Orgs.). *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 207-238.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

JOAQUIM, Teresa. Manuais de civildade/comportamento. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Editora da UFGD, 2015.

KOHAN, Walter Omar. *A infância escolarizada moderna*. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2002/fe190d/texto04.htm>. Acesso em: 15 mar. 2019.

KULLMANN JR., Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LACANALLO, Luciana F. L. Métodos de ensino e de aprendizagem: uma análise histórica e educacional do trabalho didático. In: JORNADA DO HISTEDBR. 7., 2007, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: Editora Uniderp, 2007.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITÃO, Henrique de Sousa. *O livro científico dos séculos XV e XVI: ciências físico-matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2004.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 19-52.

LEITE, Serafim. *A História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2004. Tomos IV-VI.

LITTAU, Karin. *Teorías de la lectura: libros, cuerpos y bibliomanía*. Buenos Aires: Manantial, 2006.

LOBO, Maria Marta de Araújo *et al.* *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XIX)*. Braga: Citcem, 2014.

LOPES, Maria Antónia. *Mulheres, espaço e sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

MAGALHÃES, Justino. *O mural do tempo: manuais escolares em Portugal*. Lisboa: Editora Colibri, 2011.

MAGALHÃES, Justino. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto a investigação em história das instituições educativas. *Educação*, Unisinos, v. 11, n. 2, p. 69-74, 2007.

MAGALHÃES, Justino. Cultura letrada e modernidade – escolarização e sociedade no distrito da Horta. *In: COLÓQUIO NÚCLEO CULTURAL DA HORTA. O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX: nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo. 3., 2004, Horta. Anais [...]. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2004a, p. 387-392.*

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: História das Instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004b.

MAGALHÃES, Justino. O Elemento Civilizatório e a Educação nas Relações Históricas Portugal-Brasil/ Brasil-Portugal. *Educação e Filosofia*, v. 17, n. 34, p. 35-50, jul./dez. 2003.

MAGALHÃES, Justino. Um contributo para a História da Educação de Infância em Portugal. *In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Org). As crianças: Contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança, 1997.

MAGALHÃES, Justino. *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1994.

MAGALHÃES, Violante F.; MAGALHÃES, Justino. Constituição da infância na sociedade ocidental. *Perspectiva*. Revista do Centro de Ciências da Educação, v. 37, n. 3, p. 710-727, jul./set. 2019.

MIKKELI, H. Popular health books: mirrors of academic teaching? *Hygiene in the Early Modern Medical Tradition*. Saarijarvi: Crimmerus Printing, 1999. p. 69-96.

MONTEIRO, Alex Silva. *Anjos ou Hereges? Infância e Inquisição Portuguesa na Época Moderna*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

MOURA, João Clemente A. Quaresma de. *O poder na obra de Foucault e as estratégias do contemporâneo*. 85 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NAVE, Francine de. Antuérpia como Centro Tipográfico do Mundo Ibérico (Séculos XVI-XVIII). *In: THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (Orgs.). Um mundo sobre o papel: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo:EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 31-56.

NEVES, Lúcia Maria Basto das. João Roberto Bourgeois e Paulo Martin: livreiros franceses no Rio de Janeiro, no início do oitocentos. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RJ, HISTÓRIA E BIOGRAFIAS. 10., 2002, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.*

NEWCOMER, Phyllis L. *Cómo enseñar a los niños perturbados: historia, diagnóstico y terapia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

NOGUEIRA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. *O governmento pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem*. 2009. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

O'NEILL, Charles E.; DOMÍNGUEZ, Joaquim María. *Diccionario Histórico de La Compañía de Jesús*: Bibliográfico – temático. Roma: Institutum Historicum; Madrid: Universidad Pontificia Comillas 2001. v. 2.

Ó, Jorge Ramos do. Para uma Genealogia do Currículo: Ordem e Método na Edificação do Modelo Escolar Moderno. *In*: CAVALCANTI, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho; LUSTOSA, Francisca Geny; DIAS, Roberto Barros (Orgs.). *Histórias de Pedagogia, Ciência e Religião*: discursos e correntes de cá e do além-mar. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 21-50.

Ó, Jorge Ramos do. *O governo dos escolares: Uma aproximação teórica às perspectivas de Michel Foucault*. Lisboa: Educa, 2001.

Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (ultimo quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa – Ciências Sociais, 2003.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Teorema, 2007.

PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”*: 1600-1774. Lisboa: Notícias Editorial, 1997.

PANCINO, Claudia; SILVERIA, Lygia. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna. *Cadernos de História e Ciências*, v. 6, n. 1, p. 179-212, 2010.

PASSOS, José Davi. *A filosofia como cura da alma: a formação ética como terapia na atividade filosófica antiga*. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

PAULA, Leandro Silva de. América portuguesa e Educação no século XVIII: um balanço historiográfico. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS. História Verdade e ética. 2014, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

PERROT, Michelle. Outrora, em outro lugar. *In*: PERROT, Michele *et al.* (Orgs.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.

PITA, João Rui. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola.

Mneme, Revista de Humanidades, Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, v. 10, n. 26, jul./dez. 2009.

PINEAU, Pablo. Como a noite engendra o dia e o dia engendra a noite revisando o vínculo da produção mútua entre escola e Modernidade. *Pro-Posições*, v. 19, n. 3, p. 83-10, 20084.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 36, n. 2, maio/ago. 2010.

RESENDE, H. A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na Modernidade. In: RESENDE, H. (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RESENDE, Haroldo (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

REVEL, Judith. *Michel Foucault conceitos essenciais*. São Paulo: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Fernando. *O crime de infanticídio: análise forense sobre a influência perturbadora do parto*. 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais; Mestrado em Direito – Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2015.

RIPE, Fernando. *Ainda “que com a inocência de mininos perderam a castidade de Anjos”*: sexualidade infantil e a incitação à manutenção da pureza nas prescrições do padre Alexandre de Gusmão, América Lusa (século XVII). [Texto inédito ainda não submetido para avaliação].

RIPE, Fernando. Modos de conservar a saúde infantil: preceitos médicos para a criação de crianças em um tratado de medicina português do século XVIII. In: DILLMANN, Mauro; RIPE, Fernando (Org.). *Cuidados com o corpo e alma na luso-américa dos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019a. p. 154-201.

RIPE, Fernando. *O perfeito Pedagogo*: análise de um manual pedagógico português que ensina regras de civilidade e de urbanidade cristã (Portugal, século XVIII). *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 3, n. 7, p. 73-107, 2019b.

RIPE, Fernando. Mecanismos disciplinadores no processo de civilidade do sujeito infantil moderno: uma análise do tratado “O Perfeito pedagogo” de João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcelos (Portugal, século XVIII). In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro (Orgs.). *O universo letrado da Idade Moderna: escritoras e escritores portugueses e luso-brasileiros, séculos XVI-XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2019c. p. 422-449.

RIPE, Fernando; AMARAL, Giana Lange do. “O bom ensino de hum filho”: breves direções para a educação dos infantis masculinos em um manual pedagógico (Portugal, século XVIII). *In: ENCONTRO DA ASPHE*. 25., 2019, Bagé. *Anais [...]*. Bagé: Unipampa, 2019. p. 713-732.

RIPE, Fernando; DILLMANN, Mauro. Os desviantes da norma: enunciações sobre corpos estranhos infantis em tratados do período moderno em Portugal. *In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; GARCIA, Alfredo Martins (Orgs.). Os marginais (séculos XVI-XIX)*. Braga: Humus, 2018.

RIPE, Fernando; AMARAL, Giana Lange do. O governmento dos sujeitos infantis masculinos: instruções modelares para um menino cristão em um manual de civilidade português do final do século XVIII. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 18, e040, p. 1-25, 2018.

RIPE, Fernando. A exortação do poder pastoral na educação das crianças em um tratado de Alexandre de Gusmão, América portuguesa (século XVII). *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Unesp, v. 21, p. 522-541, 2017a.

RIPE, Fernando; AMARAL, Giana Lange do. O dispositivo da cultura escrita na constituição do sujeito infantil moderno: evidências em impressos portugueses (finais do século XVII e século XVIII). *Revista Maracanan*, v. 16, p. 106-128, 2017a.

RIPE, Fernando; AMARAL, Giana Lange do. “Do especial cuidado que se deve ter na criação das meninas”: educação e condição feminina em um tratado de Alexandre de Gusmão escrito na América portuguesa no final do século XVII. *In: ENCONTRO DA ASPHE*. 23., 2017, Rio Grande. *Anais [...]*. Rio Grande: FURG, 2017b.

RIPE, Fernando. “Fez Deos tudo com numero, peso, & medida”: sobre práticas educativas em um tratado que ensina aritmética em Portugal do século XVIII. *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 1, p. 145-166, 2017b.

RIPE, Fernando; DILLMANN, Mauro. Do cuidado, que devem ter os pays dos mininos defuntos: preservação da infância e conselhos espirituais do padre jesuíta Alexandre de Gusmão, século 17. *História da Educação*, v. 21, p. 271-295, 2017.

RIPE, Fernando. “Se hum instante vos descuidais, se hum instante desamparais vosso filho, talvez que para sempre fique perdido”: vigilância e punição em um manual de Comportamento Social português do século XVIII. *Cadernos de História da Educação*, v. 16, p. 155-179, 2017c.

RIPE, Fernando. “Do amor da castidade, & horror a toda torpeza, com que se deve crear os mininos”: análise do imperativo da inocência infantil em

uma obra do Padre Alexandre de Gusmão. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 8, p. 8-31, 2016a.

RIPE, Fernando. “O Temperamento bom ou mal depende da Infância”: preceitos médicos para a criação de crianças em um tratado de medicina português do século XVIII. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED SUL. 11., 2016, Curitiba. *Anais [...]*, Curitiba: UFPR, 2016b.

RIPE, Fernando. *Modos de dizer e ver Educação (e) Matemática: a incitação à reflexão como dispositivo em um curso de formação continuada*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Cláudia. O impacto das leis testamentárias sobre a economia da salvação no Rio de Janeiro colonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*, São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-7.

RUFFINATTO, A. El lugar del destinatario y del narratario en la picaresca. ¿Texto o paratexto? In: ARREDONDO, M. S.; CIVIL, P.; MONER, M. (Orgs.). *Paratextos en la literatura española (siglos XV-XVIII)*. Madrid: [s.n.], 2009.

SÁ, Isabel de Guimarães. As crianças e as idades da vida. In: MATTOSO, José (Org.). *História da vida privada em Portugal. A idade moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 83-84.

SANTOS, Cândido. Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX. *Humanidades: Revista Trimestral da AEFLUP*. n. 2, p. 47-75, 1982.

SANTOS, Zulmira C. Entre a “doutrina” e a retórica: os tratados sobre os quatro novíssimos (1622) de Frei António Rosado O. P. *Revista Faculdade de Letras*, Porto, p. 161-172, 1997.

SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens*. Trad. Cláudio Marcondes, Paulo Neves e Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 1-2.

SILVA, Maria Odete Emygdio da; COELHO, Fernanda. Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental. *Revista Lusófona de Educação*, n. 28, p. 163-180.

SOTRES, P. G. Les régimes de santé, em M.D. Grmek. *Histoire de la pensée médicale en Occident. Antiquité et Moyen Age*. Trad. francesa de M. L. Bardinet Broso. Paris: Seuil, 1997. Tomo I.

SOUZA, Laís Viena de. *Educados nas letras e guardados nos bons costumes: Padre Alexandre de Gusmão S. J., infância e educação na Bahia Colonial*. Salvador: EDUFBA, 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. O Senado da Câmara e as crianças exposta. *In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

STEPHANOU, M. Bem viver em regras: urbanidade e civilidade em manuais de saúde. *Revista Educação Unisinos*, v. 4, p. 35-44, 2006.

TERNES, José. Michel Foucault e o nascimento da modernidade. *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 45-52, out. 1995.

TERRA, Ana Lúcia Silva. *Cortesia e mundanidade: manuais de civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. 2000. 248f. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2000.

THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (Orgs.). *Um mundo sobre o papel: Livros, Gravuras e Impressos Flamengos nos Impérios Português e Espanhol (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TUCHERMAN, Ieda. *Breve história do corpo e de seus monstros*. Lisboa: Veja, 1999.

VAILATI, Luiz Lima. “A última morada da infância”: representações e transformações dos lugares de sepultamento infantis nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 1, p. 291-306, 2014.

VAILATI, Luiz Lima. Representações da morte infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: um esboço comparativo preliminar. *Revista de História (USP)*, v. 1, p. 261-294, 2012.

VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. São Paulo: Alameda, 2010.

VAILATI, Luiz Lima. As fotografias de “anjos” no Brasil do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, v. 14, p. 51-71, 2007.

VALENTE, Wagner Rodrigues. A matemática na escola: um tema para a história da educação. *In: MOREIRA, Darlinda; MATOS, José Manuel. (Orgs.). História do ensino da matemática em Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2005. p. 21-32.

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? *In: RESENDE, Haroldo (Org.). O governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 49-56.

- VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Maria V. (Org.). *Estudos Culturais e Educação*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2000.
- VENANCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- VENÂNCIO, Renato Pinto; RAMOS, Jânia Martins. Apresentação. In: GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de Criar bem os filhos na idade da puerícia: Dedicada ao Menino de Belém Iesu Nazareno*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VIGARELLO, Georges. Exercitar-se, jogar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Orgs.). *História do Corpo: da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 303-400.
- VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Lisboa: Fragmentos, 1985.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- WEHLING, Arno. A Nova escola de Manoel de Andrade de Figueiredo (1722) – inovação na tradição. In: FIGUEIREDO, Manoel de Andrade de. *Nova Escola, para aprender a ler, escrever e contar*. Versão *Fac-simile*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2010.
- WREGE, Rachel Silveira. O ideário pedagógico das escolas jesuítas no Brasil-Colônia: a contribuição da obra de Serafim Leite para a historiografia da educação brasileira. In: RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; PRADO, Vagner Matias do; MARIANO, Jorge Luís Mazzeo (Orgs.). *História da educação brasileira: um olhar didático ilustrado com charges*. Curitiba: Appris, 2017.
- ZILBERMAN, R.; MAGALHÃES, L. C. O lugar do leitor na produção e recepção da Literatura Infantil. In: KHÉDE, S. (Org.) *Literatura Infanto-juvenil: um gênero polêmico*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.



A Universidade de Caxias do Sul é uma Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), com atuação direta na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Tem como mantenedora a Fundação Universidade de Caxias do Sul, entidade jurídica de Direito Privado. É afiliada ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG; à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB; e ao Fórum das Instituições de Ensino Superior Gaúchas.

Criada em 1967, a UCS é a mais antiga Instituição de Ensino Superior da região e foi construída pelo esforço coletivo da comunidade.

Uma história de tradição

Em meio século de atividades, a UCS marcou a vida de mais de 100 mil pessoas, que contribuem com o seu conhecimento para o progresso da região e do país.

A universidade de hoje

A atuação da Universidade na atualidade também pode ser traduzida em números que ratificam uma trajetória comprometida com o desenvolvimento social.

Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul faz parte da vida de uma região com mais de 1,2 milhão de pessoas.

Com ênfase no ensino de graduação e pós-graduação, a UCS responde pela formação de milhares de profissionais, que têm a possibilidade de aperfeiçoar sua formação nos programas de Pós-Graduação, Especializações, MBAs, Mestrados e Doutorados. Comprometida com excelência acadêmica, a UCS é uma instituição sintonizada com o seu tempo e projetada para além dele.

Como agente de promoção do desenvolvimento a UCS procura fomentar a cultura da inovação científica e tecnológica e do empreendedorismo, articulando as ações entre a academia e a sociedade.

A Editora da Universidade de Caxias do Sul

O papel da EDUCS, por tratar-se de uma editora acadêmica, é o compromisso com a produção e a difusão do conhecimento oriundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Nos mais de 1000 títulos publicados é possível verificar a qualidade do conhecimento produzido e sua relevância para o desenvolvimento regional.



Conheça as possibilidades de formação e aperfeiçoamento vinculadas às áreas de conhecimento desta publicação acessando o QR Code:



Relendo, em conformidade com o espírito do tempo, as obras impressas sobre infância e educação que, desde final de Seiscentos, plasmavam a voz autorizada e o conhecimento científico de eclesiásticos, médicos e pedagogos, e interpretando-as à luz de uma conceptualização histórico-pedagógica, Fernando Ripe cumpriu um labor rigoroso de historiador da educação. Elaborou uma narrativa sobre a educação, na emergência e na constituição da infância. Compreendeu que a constituição do sujeito infantil, congregando moral e justiça, ciência e pedagogia, norma e autorrealização, continha o radical da educação e comprovou que, assim concebida, a educação e, desde logo, a educação da infância se tornou instituinte da contemporaneidade. João Rosado de Villalobos e Vasconcellos, Mestre de Gramática Latina e tradutor de obras fundamentais para a cultura e o cânon escolar, em *O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade* (1782), argumentava que, na falta de tempo para uma educação letrada, moral e cívica integradas e continuadas, a criança não deixasse de ser introduzida às virtudes cardeais (justiça, fortaleza, prudência, temperança), assim se “compondo o coração dos meninos”. Nos quatro capítulos do presente livro (do governo da infância; cuidar o corpo; ensinar a mente; salvar a alma), Fernando Ripe recria com imaginação e rigor os subprocessos que compõem uma educação básica da infância e da adolescência, tal como foi estruturada desde a segunda metade de Setecentos. Efectivamente, *História da Infância: a constituição do sujeito infantil moderno na cultura impressa portuguesa do século XVIII* é uma obra de rara mestria em história da educação.

Lisboa, Maio de 2020.
Justino Magalhães

ISBN 978-65-5807-118-1

